

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**KAMILLA RAQUEL RIZZI**

**TESE DE DOUTORADO**

**O GRANDE BRASIL E OS PEQUENOS PALOP:  
A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA CABO VERDE,  
GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1974/2010)**

**PORTO ALEGRE**

**2012.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**KAMILLA RAQUEL RIZZI**

**TESE DE DOUTORADO**

**O GRANDE BRASIL E OS PEQUENOS PALOP:  
A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA CABO VERDE,  
GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1974/2010)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa em Política Internacional, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Orientação: Prof. Dr. Paulo G. F. Visentini

**PORTO ALEGRE**

**2012.**

## AGRADECIMENTOS

A realização da presente pesquisa foi possível pela conjugação de diversos fatores, visível principalmente entre apoiadores e motivadores. Assim, no primeiro grupo, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade, conhecimento adquirido e auxílios concedidos para a realização da pesquisa e participação em eventos da área. Da mesma forma, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa CAPES-PROF que viabilizou minha dedicação integral no período inicial do curso.

Agradeço também aos servidores da Seção do Arquivo Histórico do Centro de Documentação Diplomática do Itamaraty, em Brasília, pela atenção e auxílio na seleção (e desclassificação) de toda a documentação diplomática analisada.

Aos colegas, direção e coordenação acadêmica do Campus Sant'Ana do Livramento da Universidade Federal do Pampa que compreenderam a importância da presente Tese de Doutorado para o curso de Relações Internacionais da instituição.

Agradeço aos professores Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira e Dr. Gustavo Grohmann pelas considerações feitas durante a banca de qualificação do projeto de Tese, que se tornaram fundamentais para a conclusão da presente pesquisa.

No segundo grupo, agradeço as entrevistas concedidas pelo ex-embaixador brasileiro em Cabo Verde, Vítor Paim Gobato e pelo atual embaixador cabo-verdiano no Brasil, Daniel Pereira, “motivados agentes diplomáticos” em suas próprias palavras, exemplos de alento nas relações Brasil-África.

Ao meu orientador, professor Dr. Paulo G. F. Visentini, que ao longo de minha formação sempre teve relevância intelectual, profissional e pessoal, se tornando mais do que uma referência, um exemplo de excelência e seriedade acadêmica. Agradeço por ter me contagiado com seu entusiasmo pelos estudos sobre a África, me mostrando a história, a realidade e as possibilidades da presença brasileira naquele continente.

Aos meus pais, irmão, cunhada e afilhada, pelo apoio constante e amor incondicional.

Agradeço a Paulo, meu amor, por tudo, sempre.

## **RESUMO**

A presente Tese de Doutorado em Ciência Política analisa o conteúdo político, econômico, cultural e cooperativo da política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (os Pequenos PALOP), no período compreendido entre 1974 e 2010. O estudo da orientação dessa política em relação ao sistema mundial e, a partir desse, para atores específicos (como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) concretizou-se na identificação do interesse brasileiro nesses países e na forma como esse se manteve ao longo do período estudado: a ação cooperativa externa, nos marcos da cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Cabo Verde; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe; PALOP.

## **ABSTRACT**

The present PhD. Political Science Thesis analyze the politic, economic, cultural and cooperative content of the Brazilian external policy to Cape Verde, Guinea-Bissau and São Tomé and Príncipe, between 1974 and 2010. The studies of this policy directed to the world system and to specific actors (like the “Little PALOP”) materialized on the identical of the Brazilian interest to these countries and on the manner how that maintained to the long to studied period: the external cooperative action, on the ambit of the South-South cooperation.

Key-words: Brazilian external policy; Cape Verde; Guinea-Bissau; São Tomé and Príncipe; PALOP.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação  
 ADNSTP – Ação Democrática Nacional de São Tomé e Príncipe  
 ADP – Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da África e Oriente Próximo  
 AGOA – African Growth and Opportunity Act  
 AGRIBISSAU – Companhia Agrícola da Guiné-Bissau  
 ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana  
 AN – Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe  
 ANP – Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau  
 APEX-BRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos  
 ARCA VERDE – Agência de viagens de Cabo Verde  
 BAD – Banco Africano de Desenvolvimento  
 BNSTP – Banco Nacional de São Tomé Príncipe  
 CACEX – Câmara de Comércio Exterior do Banco do Brasil  
 CCCB – Centro Cultural Brasil-Cabo Verde  
 CECV – Caixa Económica de Cabo Verde  
 CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental  
 CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central  
 CLSTP – Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe  
 CODO – Coalizão Democrática da Oposição de São Tomé e Príncipe  
 CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas  
 CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
 CSL – Conselho Superior de Luta na Guiné-Bissau e Cabo Verde  
 CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
 CVC – Companhia de Construção Civil de Cabo Verde  
 DAF – Divisão da África no Ministério de Relações Exteriores do Brasil  
 DAO – Departamento de África, Ásia e Oceania  
 DAOP – Departamento de África e Oriente Próximo  
 DEAF – Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental e da África  
 DECEX – Departamento de Comércio Exterior  
 DFID – British Department for International Development  
 ECOMEX – Empresa de Comércio Externo de São Tomé e Príncipe  
 ECOMIN – Empresa de Comércio Interno de São Tomé e Príncipe  
 ECOMOG – Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da CEDEAO  
 ECV – Escudo Cabo-Verdiano  
 ELECTRA – Companhia de Água e Eletricidade de Cabo Verde  
 EMAE – Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe  
 EMAG – Empresa de Artes Gráficas de São Tomé e Príncipe  
 EMAVE – Empresa Avícola Nacional de São Tomé e Príncipe  
 EMCAR – Empresa de Transformação de Carnes de São Tomé e Príncipe  
 EMCOR – Empresa de Construção Rural de São Tomé e Príncipe  
 EMOTEL – Empresa Hoteleira de São Tomé e Príncipe  
 EMPESCA – Empresa da Pesca de São Tomé e Príncipe  
 ENACOL – Companhia de Petróleo de Cabo Verde  
 ENAMED – Empresa Nacional de Medicamentos de São Tomé e Príncipe  
 ENCO – Empresa Nacional de Combustíveis de São Tomé e Príncipe  
 ESAF – Escola de Administração Fazendária  
 FAD – Fundo Africano de Desenvolvimento

FAN – Forças Armadas Nacionalistas  
FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations  
FARL – Forças Armadas das Regiões Libertadas  
FARP – Forças Armadas Revolucionárias Populares do PAIGC  
FDC – Frente Democrática Cristã de São Tomé e Príncipe  
FLING – Frente de Libertação da Guiné  
FNLA – Frente Nacional para a libertação de Angola  
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique  
FRNSTP – Frente de Resistência Nacional de São Tomé e Príncipe  
FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo  
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade  
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit  
IBAM – Instituto de Administração Pública  
IBAS – Fórum Índia-Brasil-África do Sul  
IBEAA – Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos  
IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa  
INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário de Cabo Verde  
IPRI – Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais  
JDDA – Junta de Defesa dos Direitos d’África  
JICA – Japan International Cooperation Agency  
JMLSTP – Juventude do MLSTP  
LII – Liga dos Interesses Indígenas  
MDFC – Movimento de Forças Democráticas da Casamansa  
MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MING – Movimento para a Independência da Guiné  
MLG – Movimento de Libertação da Guiné  
MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe  
MPD – Movimento para a Democracia de Cabo Verde  
MPLA – Movimento para a Libertação de Angola  
MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil  
NAGUICAVE – Companhia Marítima de Navegação Guiné-Cabo Verde  
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OMSTP – Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPA – Operação Pan-Americana  
OPSTEP – Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe  
OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul  
OUA – Organização para a Unidade Africana  
PAI – Partido Africano para a Independência  
PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde  
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PCD – Partido da Convergência Democrática de São Tomé e Príncipe  
PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação  
PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação  
PEC-TEC – Programa de Estudantes-Convênio Cursos Técnicos

PEI – Política Externa Independente  
PIDE – Polícia Política Portuguesa  
PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PRD – Partido Renovação Democrática da Guiné-Bissau  
PRGB-MB – Partido da Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá  
PRID – Partido Republicano para a Independência e o Desenvolvimento  
PRS – Partido da Renovação Social da Guiné-Bissau  
PSD – Partido Social-Democrata de São Tomé e Príncipe  
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do MDIC-Brasil  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SERE – Secretaria de Relações Exteriores  
SGAM – Subsecretaria de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais  
SGAP – Subsecretaria de Assuntos Políticos em Subsecretaria de Assuntos Bilaterais  
TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde S/A  
TRANSCOLMAR – Empresa de Transportes Marítimos e Coletivos de São Tomé e Príncipe  
UA – União Africana  
UDC – União Democrática Cabo-Verdiana  
UDISTP – União Democrática e Independente de São Tomé e Príncipe  
UEMAO – União Econômica e Monetária da África Ocidental  
UNAIDS – Joint United Nations Programm on HIV-AIDS  
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development  
UNDP – United Nations of Development Programme  
UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization  
UNICEF – United Nations Children’s Fund  
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola  
UNITAR – United Nations Institute for Training and Research  
UNOGBIS – Missão das Nações Unidas para o Apoio à Reconstrução da Paz na Guiné-Bissau  
UNPG – União dos Naturais da Guiné Portuguesa  
UPICV – União dos Povos da Ilhas de Cabo Verde  
ZoPaCAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## LISTA DE FIGURA

Figura 1: Comércio Portugal-colônias (1901-1936).....	36
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados estatísticos dos PALOP (2010) .....	49
Tabela 2: Média da participação das exportações brasileiras para a África (%).....	98
Tabela 3: Exportações Brasileiras para Cabo Verde 1981-1989 (em US\$ F.O.B.).....	121
Tabela 4: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 1981-1989 (em US\$ F.O.B.).....	135
Tabela 5: Média da participação da África (exclusive Oriente Médio), no comércio exterior do Brasil (%).....	161
Tabela 6: Exportações Brasileiras para Cabo Verde 1990-2002 (em US\$ F.O.B.).....	181
Tabela 7: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 1990-2002 (em US\$ F.O.B.).....	194
Tabela 8: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990-2002 (em US\$ F.O.B.).....	205
Tabela 9: Média da participação da África (exclusive Oriente Médio), no comércio exterior do Brasil (%).....	215
Tabela 10: Exportações Brasileiras para Cabo Verde 2003-2010 (em US\$ F.O.B.).....	231
Tabela 11: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 2003-2010 (em US\$ F.O.B.).....	244
Tabela 12: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003-2010 (em US\$ F.O.B.).....	257

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações totais brasileiras para Cabo Verde (1981-1989) (US\$ F.O.B. milhões).....	120
Gráfico 2: Exportações totais brasileiras para Guiné-Bissau (1981-1989) (US\$ F.O.B. milhões).....	134
Gráfico 3: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe (1981-1989) (US\$ F.O.B. milhares).....	148
Gráfico 4: Exportações totais brasileiras para Cabo Verde (1990-2002) (US\$ F.O.B. milhões).....	180
Gráfico 5: Importações brasileiras de Cabo Verde 1990-2002 (US\$ F.O.B. milhares).....	182
Gráfico 6: Exportações totais brasileiras para Guiné-Bissau (1990-2002) (US\$ F.O.B. milhares).....	194
Gráfico 7: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe (1990-2002) (US\$ F.O.B. milhões).....	205
Gráfico 8: Estudantes cabo-verdianos no Brasil PEC-G e PEC-PG (2003-2010).....	228
Gráfico 9: Exportações totais brasileiras para Cabo Verde (2003-2010) (US\$ F.O.B. milhões).....	230
Gráfico 10: Importações brasileiras de Cabo Verde (2003-2010) (US\$ F.O.B. milhares).....	231
Gráfico 11: Estudantes bissau-guineenses no Brasil PEC-G e PEC-PG (2003-2010).....	241
Gráfico 12: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 2003-2010 (em US\$ F.O.B.).....	244
Gráfico 13: Estudantes são-tomenses no Brasil PEC-G e PEC-PG (2003-2010).....	252
Gráfico 14: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003-2010 (em US\$ F.O.B.).....	256

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO CONTEXTO DA LUSOFONIA.....	28
Portugal na África .....	29
Os Pequenos PALOP no contexto da lusofonia .....	47
Cabo Verde .....	50
Guiné-Bissau .....	56
Independências de Cabo Verde e Guiné-Bissau .....	62
São Tomé e Príncipe .....	69
Considerações do capítulo .....	77
3. O ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PEQUENOS PALOP (1974/1990) .....	79
As origens da política externa brasileira para a África portuguesa .....	80
Cabo Verde e Guiné-Bissau pós-Independência (1974/75/1980).....	103
Política externa brasileira para Cabo Verde (1974/1990) .....	108
Política externa brasileira para Guiné-Bissau (1974/1990).....	122
Política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1975/1990) .....	137
Considerações do capítulo .....	148
4. REDIMENSIONAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PEQUENOS PALOP (1990/2002) .....	152
Política externa brasileira para Cabo Verde (1990/2002) .....	171
Política externa brasileira para Guiné-Bissau (1990/2002).....	182
Política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1990/2002) .....	195
Considerações sobre o capítulo.....	206
5. NOVA FASE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PEQUENOS PALOP (2003/2010) .....	209
Política externa brasileira para Cabo Verde (2003/2010) .....	219
Política externa brasileira para Guiné-Bissau (2003/2010).....	232
Política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (2003/2010) .....	245
Considerações do capítulo .....	257
6. CONCLUSÃO .....	261
REFERÊNCIAS .....	270
APÊNDICE A: Cronologia das Relações Brasil-Cabo Verde (1975/2010) .....	294
APÊNDICE B: Cronologia das Relações Brasil-Guiné-Bissau (1975/2010) .....	296
APÊNDICE C: Cronologia das Relações Brasil-São Tomé e Príncipe (1975/2010) .....	299
APÊNDICE D: Embaixadores brasileiros em Praia, Bissau e São Tomé (1975/2010).....	301

## 1. INTRODUÇÃO

*Na verdade  
somos uma nação que deve pensar intercontinentalmente  
e o Atlântico Sul nos conduz à África,  
a que tudo nos liga,  
desde as similitudes da geografia (clima, solos, vegetação),  
até as forças étnicas,  
as precedências históricas e os interesses econômicos.  
O Atlântico Sul nos une a quase toda a África Ocidental  
e nos sugere uma política de esplanada, intercontinental,  
que melhora não somente nossas condições de proteção e segurança,  
mas nossas alianças econômicas e de amizade.  
Somos, assim, pela nossa própria extensão e posição no Atlântico Sul  
uma nação intercontinental e  
um protagonista das relações intercontinentais com o mundo africano.  
[...] Pela nossa posição em relação às rotas do Atlântico  
gozamos de uma situação privilegiada para  
um extracontinentalismo em zonas marginais ou de confluência da balança de poder.  
(RODRIGUES, 1961, pág. 345-346).*

Analisar o processo de formulação e implementação da política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, no período compreendido entre 1974 e 2010, é o objetivo da presente Tese de Doutorado em Ciência Política, ajustada na linha de pesquisa “Política Internacional”. O estudo da orientação dessa política em relação ao sistema mundial e, a partir desse, para atores específicos concretizou-se na identificação do real interesse brasileiro naqueles países e da forma como esse se manteve ao longo do período estudado.

Devido à disparidade entre suas características econômicas, políticas, demográficas e territoriais, optou-se por denominar Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe como Pequenos PALOP<sup>1</sup>, em contraponto aos Grandes PALOP (Angola e Moçambique). Apesar do passado em comum e das características que os tornam Estados periféricos no sistema mundial, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe possuem diferenças extremamente relevantes, que se tornam significativas ao analisar-se seu grau de desenvolvimento e forma de inserção no sistema mundial. Mostrou-se evidente que o exame

---

<sup>1</sup> PALOP é o acrônimo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

conjunto e unívoco desses cinco países lusófonos é artificial, pois o fato de terem compartilhado uma mesma história colonial e, também, terem se direcionado ao período pós-independência aderindo a alguma forma de socialismo constitui-se enquanto uma base demasiadamente débil para fazer análises generalistas.

As similitudes entre os Grandes PALOP em relação aos Pequenos PALOP referem-se às suas condições histórico-culturais condicionadas pela presença portuguesa em seus territórios, tendo o comércio como eixo dessa, aliado à escravização de africanos e como seu principal destino o Brasil. A produção agroexportadora, baseada em monoculturas (açúcar, cacau e café, especialmente) atrelada à cristalização de uma classe burocrata (que se tornou elite no pós-independência), além da configuração de uma massa de desempregados e subempregados, em condições sociais preocupantes demarcaram as estruturas econômicas, políticas e sociais desses Estados pós-coloniais.

Em relação às diferenças entre esses dois grupos de países lusófonos, pode-se refletir sobre as dimensões geográficas, mais favoráveis ao primeiro grupo, possibilitando um desenvolvimento econômico mais sustentado, a médio e longo prazo, com fartura de recursos minerais e uma agricultura não tão dependente do clima e relevo como ocorre nos três Pequenos PALOP. Em complemento, o Brasil, em comparação aos Pequenos PALOP, passa a ser o Grande Brasil, por suas dimensões territoriais, econômicas, geopolíticas e culturais. Os quatro Estados são compreendidos aqui como Estados periféricos no sistema mundial, porém com marcantes diferenças de inserção nesse, resultantes da forma pontual como cada colônia e posterior Estado se tornaram independentes, configuraram seus governos e buscaram suas relações exteriores.

Logo, partiu-se, aqui, de interesses teóricos e pessoais, articulando dois conjuntos de temas em um único campo: a) a formulação e implantação da política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, como experiência diplomática; e b) a análise da configuração do sistema mundial de 1974 a 2010, que viabilizou tal implantação, em maior ou menor grau. Nesse sentido, a realização da pesquisa se legitimou a partir de dois pontos basilares e relacionados profundamente: por um lado, se aprofundou os estudos sobre a África portuguesa, iniciados no Mestrado em Relações Internacionais, por meio da dissertação “Relações Brasil-Angola: condicionantes internos e a via multilateral (1975/2002)”. Essa experiência demonstrou que a literatura especializada em relações Brasil-África ainda não tem conseguido sanar completamente a escassez de produção bibliográfica na área, se restringindo a produções casuais e atentas a temas específicos com graus de presença sazonais na cena

acadêmica e política brasileira, como o caso das relações Brasil-África do Sul, do Fórum IBAS ou das relações Brasil/MERCOSUL e SADC.

Por outro lado e aliado a isso, a separação, para fins analíticos, dos contatos do Brasil com os Pequenos e com os Grandes PALOP tem se mostrado, historicamente, uma tarefa de complexa execução. Os estudos da história da política externa brasileira para os PALOP, exclusivamente, trazem como carro-chefe as relações estabelecidas com Angola e Moçambique<sup>2</sup>. Esses dois países, por suas características territoriais, populacionais e históricas, têm sido pesquisados de maneira mais freqüente na cena acadêmica brasileira. Ao mesmo tempo, notou-se que uma parte dessa mesma literatura tem se caracterizado pela superficialidade ou parcialidade de sua análise, marcada pela discriminação racial e desinteresse interno.

O discurso histórico-cultural ainda serve de referência justificadora para a maior parte da produção acadêmica e técnica sobre a África no Brasil e o Brasil na África, a partir de um argumento de reparação histórica, onde questões ligadas ao racismo e discriminação social tem justificado a maioria das pesquisas de cunho histórico e político. Não se contesta a relevância de tais exames aqui, mas se argumenta em prol de análises mais profundas da realidade sócio-histórica, política e econômica desses países com os quais o Brasil mantém relações específicas, pela natureza da colonização dos dois lados do Oceano Atlântico, por Portugal.

No decorrer da presente pesquisa se constatou que abordar-se temas que envolvam as relações entre o Brasil e a África é tarefa intrincada, considerando-se que não são apenas os Estados que estão em causa, mas também os povos e os interesses dos agentes econômicos, determinando circunstâncias históricas e momentos distintos. No mesmo sentido e em complemento, entendeu-se a necessidade de, na análise de política externa, estar presente a apreciação da realidade interna como prioritária no entendimento da respectiva política externa, por prever-se que toda ação externa é resultado de uma compatibilização entre as necessidades internas com as possibilidades externas (LAFER, 2007). Nessas interações, existem fatores que permanecem com maior ou menor grau de intensidade, e a localização geográfica, nesse caso, é essencial como fator de permanência e facilitação.

---

<sup>2</sup> A maioria dos estudos sobre os Pequenos PALOP, no Brasil, refere-se à seus aspectos históricos e não às relações com o Brasil. A exceção diz respeito à três teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (XV CAE – 1987, “Brasil e Cabo Verde: um estudo”, de autoria de Luiz César Vinhaes da Costa; XLII – 2001, “Causas, solução e prevenção de conflitos na África: o caso da Guiné-Bissau”, de autoria de Maria Auxiliadora Figueiredo; e L CAE – 2006 (2ª parte), “O processo de democratização em São Tomé e Príncipe – perspectivas do relacionamento bilateral”, de autoria de Eliana da Costa e Silva Puglia. Também o livro “Das relações históricas Cabo Verde/Brasil” do embaixador cabo-verdiano no Brasil, Daniel A. Pereira, ilustra essa produção inicial.

Logo, a presente Tese pretendeu diminuir parcialmente essa deficiência de produção bibliográfica e técnica, onde a própria relação triangular Portugal-Brasil-África deve ter sua relevância retomada, pois como afirma Costa e Silva, não se pode “[...] escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa e uma perspectiva africana” (COSTA E SILVA, 2005, pág. 54). Entender como as forças profundas (fatores geográficos, condições demográficas, forças econômicas e nacionalismo, conforme RENOUVIN & DUROSELLE, 1967) se manifestam nos quatro países analisados nessa pesquisa, a partir das transformações históricas, políticas, econômicas e sociais mostrou-se fundamental também para analisar os interesses em jogo nas respectivas relações bilaterais. Nas duas margens do Oceano Atlântico se estabeleceram (e se mesclaram) padrões históricos e culturais comuns que originaram sociedades convergentes em ideias e interesses, que refletem, necessariamente, nas relações estabelecidas entre esses pares.

Assim, pela originalidade, cujos “resultados tem potencial para surpreender”, conforme BAQUERO (2009, pág. 42) e pela viabilidade (ao prever objetivamente prazos, competência do pesquisador, recursos e material documental e bibliográfico do tema proposto) entende-se essa Tese como relevante para a comunidade acadêmica brasileira e dos países estudados, bem como das relativas sociedades que poderão compreender melhor o grau dessas relações históricas, identificando não apenas o teor cultural como eixo balizador, e, assim, resultando em pesquisa aplicada às realidades estudadas.

Se a problemática da presente Tese girou em torno de evidenciar como a política externa brasileira manteve os contatos políticos, econômicos, culturais e cooperativos com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, entre 1974 e 2010, a respectiva questão central baseou-se na identificação do interesse e teor daquela política em estabelecer e manter relações com os Pequenos PALOP. Esse interesse definiu-se em conceber um espaço de influência direta da diplomacia brasileira naquele espaço lusófono africano, cuja ação externa – em face das dificuldades de a política externa brasileira consolidar laços econômicos – se baseou no desenvolvimento como vetor, concretizado por meio da ação cooperativa: essa foi a linha condutora da política externa brasileira para os Pequenos PALOP.

Essa cooperação, presente na política externa brasileira desde a Política Externa Independente, passou por redefinições de seu conceito-chave, podendo-se identificar três mudanças dentro do período aqui estudado: 1) de 1974 a 1990, a cooperação do Brasil com os Pequenos PALOP se baseou na identificação das demandas bilaterais e conjugava horizontalidade (relações Sul-Sul) com o teor político, ao buscar evitar a esquerdização desses países, no contexto da Guerra Fria; 2) no período entre 1990 e 2002, em razão das mudanças

do contexto mundial que tiveram consequências negativas para a política externa brasileira para os Pequenos PALOP, foi a cooperação que manteve-se como ponto de contato mínimo entre os dois lados do Oceano Atlântico Sul, naquele momento restringida ao seu teor técnico; e 3) de 2003 a 2010, a cooperação voltou a agregar um teor político, de defesa de instituições e valores democráticos, a partir da cooperação Sul-Sul.

Embora com pouca bibliografia e documentação, para se chegar a esses indícios, compreendeu-se que o procedimento científico adotado em uma pesquisa deve ser o caminho para se chegar ao conhecimento de uma determinada realidade, pois o método trata da lógica interna dessa investigação, no sentido de “produzir uma contribuição ao conhecimento” (DIESING, 1971 *apud* BAQUERO, 2009, pág. 23). Como o objeto de estudo referiu-se à política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, entendeu-se que a pesquisa deveria ocorrer como um processo de construção daquele. Assim, o método de pesquisa empregado foi o protocolo qualitativo, por meio de, primeiro, uma análise histórico-descritiva baseada na pesquisa bibliográfica para posteriormente se buscar a pesquisa documental.

A preocupação com o processo e não apenas com os resultados da pesquisa foi essencial na presente Tese. Igualmente, entende-se que o fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo, compreendido em sua totalidade, de fora para dentro, e de dentro para fora. No entanto, a natureza socialmente construída da realidade, a relação próxima do pesquisador a essa realidade e as limitações situacionais acabaram por influenciar a investigação. Entende-se que a pesquisa qualitativa é interpretativa, onde essas interpretações são construídas pelo pesquisador, a partir de um viés político, de interação e compreensão com o fenômeno estudado.

Complementarmente, a pesquisa documental se constituiu da apreciação de dois tipos de fontes primárias. Essas foram compostas, primeiro, pelas publicações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (com todas as edições da Resenha de Política Exterior do Brasil, agregando a totalidade de discursos, acordos, tratados, visitas, entre outros, relacionados às ações burocráticas do serviço diplomático brasileiro de 1974 a 2010) e, em segundo, pelas correspondências ostensivas e confidenciais (aproximadamente 1.500 telegramas, comunicados, memorandos e expedientes) trocadas entre o MRE e as representações brasileiras em Praia, Bissau, São Tomé, coletadas e analisadas na Seção do Arquivo Histórico do Centro de Documentação Oficial do Itamaraty e na Embaixada de Cabo Verde, ambos em Brasília. Foram ainda realizadas entrevistas presenciais com o ex-embaixador brasileiro em Praia, Vitor Candido Paim Gobato, e com o atual embaixador cabo-

verdiano em Brasília, Daniel Pereira, além de contatos por e-mail com encarregados de negócios das representações brasileiras em Praia, Bissau e São Tomé, no ano de 2011.

### **Considerações teóricas**

O conceito de sistema é central para o entendimento da política internacional; somente a partir da visão do conjunto coerente, complexo e dinâmico das relações internacionais (econômicas, políticas, ideológicas, culturais, jurídicas, diplomáticas e militares) torna-se possível compreender a preponderância da política no plano internacional, pois os Estados

[...] buscam conquistar uma posição mais favorável na cena internacional, a fim de promover seus próprios interesses, influir em questões e problemas, aumentar seu poder e mudar a relação de forças a seu favor, ou ainda preservar o status quo. (BRUCAN, 1974, pág. 63, tradução nossa).

O sistema mundial, anárquico na origem, se configura a partir das ações e decisões dos Estados-Nação, influenciadas por forças objetivas que atuam nesse sistema – a estrutura, as capacidades e as relações de poder de um determinado período – motivando o caráter e a pauta das relações entre os Estados e, por conseqüência, a própria natureza daquele sistema (BRUCAN, 1977, pág.12). Ao analisar-se as continuidades e rupturas históricas em sua totalidade, tem-se a definição do sistema mundial que busca superar a dicotomia entre os fatores internos e externos na explicação de sua dinâmica. O centro (hegemônico) e sua periferia (subordinada) são conceitos de um mesmo sistema mundial. Nessa análise sistêmica, os elementos estão em interdependência, não havendo sentido em considerar elementos independentes, de um lado, e elementos subordinados, de outro. Concorde-se, assim, com Wallerstein (1979) e Krippendorff (1979) que identificam o foco de análise na formação histórica do sistema mundial capitalista, onde:

[...] a análise científica das relações internacionais deve estar ancorada *numa análise econômico-política da sociedade*, que tem o seu ponto de partida e ponto de referência constante nas leis que determinam o processo de produção e reprodução da nossa época, na época histórica da Revolução Capitalista (KRIPPENDORFF, 1979, pág. 30, grifo nosso).

A expansão do sistema capitalista, a partir do mercantilismo europeu (século XVI) inseriu novos polos em sua estrutura. Wallerstein (1979) argumenta que o núcleo – o qual permitiu unidade a esses processos – se refere à divisão do trabalho, que, no sistema

capitalista excede as fronteiras condicionadas pelas estruturas culturais e políticas. O mesmo autor (1991) argumenta que os sistemas sociais podem ser minissistemas ou sistemas-mundo; os primeiros se referem às economias de tipo tribal, conectadas por relações de reciprocidade, envolvendo uma divisão de trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura; já os segundos são definidos como uma unidade territorial, cuja dinâmica de forças internas abrange áreas externas e integra-as ao sistema em expansão – ou seja, sua abrangência espacial, determinada pela base econômica, engloba entidades políticas, comportando múltiplos sistemas culturais. O que interessa para a presente pesquisa é que o sistema-mundo abrange uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados-Nação em um sistema interestatal multicultural. Assim,

*[...] a unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema-mundo [...], isto é, um sistema complexo, com múltiplas estruturas, mas com uma unidade orgânica determinada pela divisão de trabalho organizada por interesses capitalistas, e histórico, que ocorreu a partir da modernidade do longo século XVI e que passou por vários ciclos e mudanças qualitativas. (ARIENTI & FILOMENO, 2007, pág. 104, grifo nosso).*

Uma economia-mundo, nesse sentido, é constituída por uma divisão de trabalho integrada por meio do mercado e não por uma entidade política central; onde duas ou mais regiões cultural e politicamente diversas são interdependentes economicamente. O moderno sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados-Nação que, juntos, formam o sistema mundial. Como afirma Vizontini, os sistemas de escala mundial, dotados de continuidade histórica e caráter progressivo somente se estruturaram depois da Revolução Comercial, pois

*[...] antes do século XV, as assimetrias não possuíam um caráter sistêmico, devido à inexistência de sistema mundial. Foi a construção do capitalismo que gerou o descompasso entre as nações, dentro de uma perspectiva dialética. (VIZENTINI, 2004b, pág. 13)*

A divisão internacional do trabalho, resultante da consolidação do sistema capitalista mundial, deu convergência à análise da economia-mundo, limitando-se não apenas ao caráter funcional, mas também com sua dimensão espacial. A interpretação de Wallerstein parte da distribuição desigual do resultado do trabalho entre classes, estendendo-se tal desigualdade

para as regiões que participam da produção mundial; há na produção e na distribuição do excedente do sistema-mundo capitalista, desigualdades sociais e regionais que se cruzam<sup>3</sup>.

Logo, esses sistemas mundiais se configuram a partir das ações e decisões dos Estados-Nação, influenciadas pelas forças objetivas que atuam nesse sistema (estrutura, capacidades e relações de poder de um determinado período), motivando o caráter e a pauta das relações entre os Estados e, por conseqüência, a própria natureza do sistema internacional (BRUCAN, 1977, pág.12). Poder político, pressão da/para interdependência tecnológica, mudança social e autodeterminação dos povos são a base da desigualdade entre esses Estados-Nação; e a desigualdade (política e econômica) é a raiz da política internacional (BRUCAN, 1972; 1978). A disparidade entre os Estados-Nação formata o sistema mundial de um determinado período, por meio de uma política de poder<sup>4</sup>, a partir das três formas de relações possíveis entre os Estados: a intimidação/coerção; a cooperação/intercâmbio; ou a integração.

Essa diversidade permeia a configuração do sistema mundial a partir da sua base dual de atores (ou conjunto de atores): no centro, os Estados centrais e na periferia, os Estados Periféricos (classificados em Grandes, Médios e Pequenos Estados Periféricos). Como centrais compreende-se aqueles Estados, em razão de sua

[...] extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, em Potência ou coalizão que possa impedi-lo de agir. (id., 1999, pág. 25)

Já os Estados Periféricos são sociedades localizadas à margem do centro desenvolvido, que exibem grandes contrastes entre si (território, população, história e renda) e também diferentes potencialidades de se desenvolver. A relação entre o grau de desenvolvimento dessas potencialidades e o nível das pressões políticas e econômicas externas definirá o Estado Periférico como Grande, Médio ou Pequeno. Por Grande Estado Periférico se entende aquele Estado com expressivo conjunto territorial e conseqüente abundância de recursos minerais, população com elevado grau de mobilidade espacial e social; historicamente, esses

---

<sup>3</sup> A relação centro-periferia baseia-se numa divisão do trabalho entre as várias regiões da economia-mundo capitalista, onde são desenvolvidas as etapas das cadeias mercantis. Essa divisão do trabalho entre regiões é manuseada pelos Estados-Nação centrais, de modo a garantir aos seus capitalistas locais o controle sobre as etapas dos processos produtivo e comercial que proporcionam uma maior absorção do excedente gerado na cadeia mercantil.

<sup>4</sup> Essa política de poder se orienta a partir de seus correspondentes, conforme Brucan (1972, pág. 14): equilíbrio de poder, esferas de influência; e do seu método, a regra da força, o domínio do fraco pelo forte, a exploração do pobre e subdesenvolvido pelo rico e desenvolvido.

Estados foram inseridos a força nos sistema capitalista mundial, espacialmente a partir de uma relação de dependência às metrópoles colonizadoras, sendo, por isso, “uma criação do colonialismo” (GUIMARÃES, op.cit., pág. 18). Por serem Estados não completamente desenvolvidos, todos os Grandes Estados Periféricos apresentam enorme disparidade de renda e propriedade, ocasionando uma profunda desigualdade social entre suas classes sociais.

No entanto, são as potencialidades em promover maior acumulação de capital, desenvolvimento científico e tecnológico, produção e produtividade, capacidade militar, competitividade e menor vulnerabilidade a choques e pressões externas que diferenciam os Grandes dos Médios e Pequenos Estados Periféricos. Esses, especialmente os Pequenos, embora possam acumular capital, desenvolver tecnologias e alcançar altos níveis de bem-estar de sua população, terão, sempre,

[...] devido às limitações de sua população e território, de desenvolver graus mais elevados de especialização produtiva e de depender em maior medida de insumos e de bens finais do mercado mundial e de nele colocar parcela maior de sua produção. Por esse motivo [...] estarão mais sujeitos a choques, naturais ou artificiais e a pressões externas, tanto políticas como econômicas. (GUIMARÃES, 1999, pág. 23)

Em outras palavras, dependentes dos Estados centrais, esses Pequenos Estados Periféricos tornaram-se historicamente mais vulneráveis em relação à configuração do sistema mundial, ditada por aqueles e, assim, mais suscetíveis às instabilidades externas. Nesses termos, a análise do sistema mundial deve partir dos dois níveis complementares: o externo – das forças que atuam no sistema, e o interno – a partir da configuração do próprio Estado-Nação e dos reflexos dessa na ação externa estatal. A existência de unidades políticas organizadas em forma de Estados-Nação segue sendo a característica principal do sistema mundial contemporâneo; por serem soberanos, os Estados tomam suas decisões no nível interno e se posicionam sobre determinados temas no plano exterior.

Assim, internacional e nacional são faces integrantes da questão das relações de poder do Estado, no âmbito das Relações Internacionais e da Ciência Política, respectivamente. Sempre relacionados entre si, nacional e internacional terão diferentes graus de interação, conforme a conjuntura histórica e os Estados envolvidos na questão específica. Identificada a necessidade de compreender a relação entre o nacional e o internacional, segue-se rumo à análise sobre como se dá esse relacionamento, desde os seus correspondentes, política interna e política externa. Nota-se uma preponderância da política externa sobre a política interna, porém, convém frisar que “... não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto

de política interna” (DUROSELLE, 2000, pág. 56). Isso vale tanto para os atos mais importantes dos Estados, quanto para as manifestações cotidianas da vida internacional.

Uma noção mais precisa sobre a política interna relaciona-se à atuação do Estado frente à sua população, ao seu território, ao seu governo, com vistas a assegurar a sua soberania e o reconhecimento pelos demais atores. Por sua vez, a política externa é entendida como ação efetiva do interesse nacional traduzida em política estatal (conjunto de decisões políticas e práticas do governo) direcionada para outros Estados, profundamente dependente das forças profundas (fatores geográficos, condições demográficas, forças econômicas e sociais, nacionalismo e política) no âmbito doméstico, buscando a inserção desse Estado no sistema mundial. Para Brucan,

[...] a fronteira real entre a política interna e a externa se reflete nos dois conjuntos de variáveis [...]: aparelho governamental e liderança. É aqui onde reside realmente a soberania nacional, onde se põe à prova a verdade da autonomia. Um Estado-Nação é soberano no mundo [...] se suas decisões se tomam no interior, se não são impostas ou mudadas por um centro de decisões exterior. (1972, pág. 28, tradução nossa).

Diante desse referencial, a situação política interna evoca a formulação e execução de uma política externa específica. Adota-se, assim, o conceito empregado por Araújo Castro (1982, pág. 206), segundo o qual a política externa é o conjunto de diretrizes que o país teria historicamente levado a efeito nas suas relações com os outros Estados. Cada conexão possível entre as políticas interna e externa pode ser explicitada, exclusivamente, por meio de uma apreciação dos condicionantes que afetam cada uma das dimensões do poder estatal, num determinado período.

Numa análise mais aprofundada, crê-se que os termos diplomacia, política externa e relações internacionais sejam parte de um mesmo direcionamento da política do Estado, mas distintos (e complementares) entre si. A diplomacia, ao compreender a ação externa dos governos (expressa nos objetivos, valores e padrões de cada governo), pode deter sua atuação em nível bilateral, regional ou mesmo global. Já a política externa, enquanto fornecedora do conteúdo da diplomacia e, como tal, co-responsável por seus direcionamentos, passa a ser complementar da primeira, mas com caráter de supremacia. Cabe à política externa agregar interesse, valores e o enquadramento nas regras do sistema mundial, provendo o conteúdo da pauta de ação externa de cada Estado.

O conceito de relações internacionais busca integrar, dessa forma, a diplomacia, a política exterior, a política internacional e a política interna. Em outras palavras, acredita-se

que a área deva abranger os três níveis da realidade política do Estado: a situação interna relacionada à atuação das forças internas; os objetivos externos, correspondentes aos interesses nacionais e a conduta diplomática condizente aos dois primeiros itens (pode ser entendido como o próprio paradigma de política externa). Vizentini afirma que na análise da política externa dois fatores são considerados fundamentais: “... em primeiro lugar, quem a formula; em segundo, de que forma ela se articula à política interna” (2007c, pág. 220). Assim, a situação doméstica reflete numa determinada política externa, mas sem esquecer-se que

Como a desigualdade social é a origem da política na sociedade, assim a desigualdade nacional é a origem da política no cenário mundial. O Estado, como encarnação da política, serve como instrumento de domínio social dentro da sociedade e como instrumento da nação na cena mundial, de maneira que a política dos Estados reflita a fusão das duas categorias de interesses. (BRUCAN, 1972, pág. 103).

Quando se analisa a política externa de um determinado Estado, se esbarra muitas vezes em seu conceito. Na verdade, não se pretende aqui dissecar as múltiplas acepções possíveis desse, mas estabelecer para o mesmo um enfoque histórico-teórico. Logo, ressalta-se a necessidade de análise dos elementos da política externa, a partir de uma apreciação da realidade interna e externa, compatibilização de ambas e processo de tomada de decisão, pois se busca identificar que

[...] a política exterior projeta para outros Estados aspectos relevantes da política interna de um Estado. [...] a política exterior contém reações estatais às condições (estruturas e processos) prevalentes no sistema internacional, transmitindo algumas delas aos agentes políticos internos (WILHELMY, 1988, pág. 149).

A partir desses pressupostos sistêmicos, compreende-se Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe como Estados Periféricos no sistema mundial. No entanto, a diferença entre esses pares refere-se ao grau de dependência e vulnerabilidade desses em relação aos Estados centrais, pautados pelas forças profundas aí presentes. O Brasil, ao configurar-se como país em desenvolvimento, “... de grande população e território, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos” (GUIMARÃES, 1999, pág. 21) é identificado como Grande Estado Periférico. A importância econômica dessa população depende de seu nível educacional, de saúde e de sua produtividade/renda, ao passo que também se situa seu grande potencial econômico, científico, tecnológico, militar e político. Num Grande Estado

Periférico como o Brasil, o número de habitantes e o vasto território (e o recursos naturais daí decorrentes) possibilitam, em princípio, a ampliação das atividades produtivas, o conseqüente fortalecimento do mercado interno, menor dependência do mercado externo e reduzida vulnerabilidade em relação ao sistema econômico, bem como, a potencialidade de uma ação externa mais autônoma e pragmática.

Por sua vez, os Pequenos PALOP – Estados independentes há aproximadamente quatro décadas –, são caracterizados como Pequenos Estados Periféricos, pelas dimensões territoriais, político-econômicas e culturais. Embora sejam capazes de acumular capital, desenvolver tecnologia e alcançar relativos níveis de bem-estar e desenvolvimento, a tendência é que continuem sujeitos amplamente às vulnerabilidades e pressões político-econômicas dos Estados centrais, pois dependem do mercado externo e estão subordinados aos efeitos da evolução dos fenômenos que caracterizam o sistema mundial.

Acredita-se que as alternativas para esses Estados (especialmente os Grandes Estados Periféricos, por suas maiores potencialidades) conseguirem diminuir seu grau de marginalidade em relação ao centro, referem-se ou a um desenvolvimento dependente dessas ou a um desenvolvimento autocentrado, alternativo, em relação ao desenvolvimento dos Estados centrais. Concorde-se, assim, com Samir Amin, que afirma que “... reencontra-se a lei do desenvolvimento desigual das civilizações: a periferia não pode alcançar o modelo capitalista, é obrigada a ultrapassá-lo” (AMIN, 1976, pág. 328).

O acumulado histórico do Brasil no sistema mundial se entende a partir de três momentos (apresentados por WERNECK DA SILVA & GONÇALVES, 2009, *passim*), os quais associam a viabilidade nacional e a permissibilidade internacional em questão, onde a sua política externa tem sido o instrumento para preservar o interesse nacional. Num primeiro momento histórico, a ação externa brasileira objetivava consolidar seu território, a formulação do espaço brasileiro (durante o período 1494/1912), num sistema mundial em transformação para um caráter capitalista-industrial.

O segundo momento priorizou as relações interamericanas (1912/1960), num sistema mundial capitalista (com a presença de um subsistema socialista), onde se verificava já um teor desenvolvimentista, mas com uma relação privilegiada com os Estados Unidos, Estado Central do sistema mundial de então. Já no terceiro momento, atual (1960/hoje), vislumbra-se uma ação externa brasileira no sistema mundial que objetiva a defesa do nacionalismo, notadamente por meio do desenvolvimento.

A menor dependência externa passou a figurar como determinante da ação do Brasil no sistema mundial, como forma de reverter, gradualmente, seu status periférico no sistema

mundial. Ao passo que seu desenvolvimento econômico se acentuou a partir da década de 1960, sua vulnerabilidade a pressões políticas e econômicas externas relativamente diminuíram, notoriamente na década 2000. Essa evolução é entendida pela tendência à busca de uma inserção brasileira mais autônoma, alternativa, no sistema mundial, em relação aos Estados centrais. Os objetivos dos Grandes Estados Periféricos, como o Brasil, seriam como afirma Guimarães: “...promover a *redução de seu grau de vulnerabilidade*” frente o centro do sistema mundial (GUIMARÃES, op. cit, pág. 135, *grifo nosso*). Defender o interesse nacional é ter o desenvolvimento como vetor da ação externa, passo relevante para a diminuição da vulnerabilidade do país, por meio da busca de uma autonomia periférica (JAGUARIBE, 1980), identificada ao nível de capacidades e ações que determinados Estados Periféricos detém em sua inserção internacional. Logo, em termos estruturais, essa autonomia depende de duas condições básicas: a viabilidade nacional e a permissibilidade internacional. Ambas as categorias derivam de circunstâncias históricas do sistema mundial e, complementarmente, de conjunturas sócio-culturais do país.

A busca por moldarem-se esferas de influência em um espaço regional, concretizada na ação externa cooperativa para os Pequenos PALOP, se encaixa nessa política de poder do Brasil, ao vislumbrar nesses países interesses e objetivos semelhantes no sistema mundial. Logo, enquanto ação efetiva do interesse nacional no sistema mundial, a política externa brasileira detém, intrinsecamente, esse caráter de autonomia periférica, podendo conferir-se um determinado número de valores e padrões presentes em sua evolução histórica. Estes conferem ao analista da área previsibilidade à ação externa e direcionam a conduta dos governos, impondo-se à sua sucessão e até mesmo às mudanças de regime político.

Elencados estes traços, os mesmos devem ser compreendidos como de continuidade da política externa do Estado, traduzidos no esquema que Cervo denominou de “... padrão do acumulado histórico [que] vincula-se (...) ao paradigma da política exterior, em cujo fermento germina, podendo, contudo, preceder ou sobreviver a um determinado paradigma” (CERVO, 2008, pág. 27). Esse modelo engloba, assim, conceitos como a autodeterminação, a não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, o juridiscismo, o multilateralismo normativo, a ação externa cooperativa, as parcerias estratégicas e o realismo/pragmatismo como seus componentes, identificadas ao longo dos anos. Logo, a busca pelo fortalecimento dos vínculos na horizontalidade (relações Sul-Sul) e baseados no desenvolvimento integram essa ação externa cooperativa do Brasil para os Pequenos PALOP.

O sistema mundial contemporâneo tem se caracterizado por uma reconfiguração profunda, passando de um conflito intersistêmico (Guerra Fria) à rearticulação do sistema

capitalista (pós-Guerra Fria), momento histórico que tem sido marcado por intensa complexificação nas conjunturas internas e externas dos Estados. Mesmo em face dessas diferentes conjunturas entre 1974 e 2010, o teor nacionalista se manteve na ação externa brasileira pontuada na multilateralidade (possibilidade da horizontalidade e diagonalidade, sem negação da verticalidade) e no confronto (específico a determinados contextos interno e externo) das duas posições: aceitar a primazia da verticalidade (relações Norte-Sul), privilegiar a horizontalidade como forma autônoma de inserção no sistema (nas relações Sul-Sul), ou ainda, o misto das duas posições.

Nesse estudo, partiu-se da premissa de análise da política externa brasileira a partir de suas fragilidades (dependência) e de suas potencialidades (autonomia) em relação ao sistema mundial. Concorde-se ainda com Lima que a ideia de que as orientações da política externa brasileira resultam, simultaneamente, da necessidade de fazer-se frente aos constrangimentos e vulnerabilidades gerados pela participação do país à economia mundial, por um lado, e por outro, pela “tentativa de aproveitar eventuais espaços de manobra nesse sistema, *com o objetivo de redefinir sua inserção*” (LIMA, 1990, pág. 10, *grifo nosso*).

Assim, a presente Tese se insere nesse terceiro momento do acumulado histórico do Brasil no sistema mundial (1960/hoje), pois o interesse da política externa brasileira em estabelecer e manter relações com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010) se enquadra na atual forma de inserção do Brasil no sistema mundial. Entre outros aspectos, essa inserção se traduz em buscar-se relações políticas, econômicas, culturais e cooperativas com Pequenos Estados Periféricos, sendo utilizada para a formação de uma área de influência da diplomacia brasileira, como alternativa às relações com o Norte. Essa postura externa se baseia no desenvolvimento como vetor, concretizando-se por meio da ação cooperativa externa.

Ao buscar redefinir sua inserção no sistema mundial desde 1960, a política externa brasileira tem levado cada vez mais em conta o desenvolvimento e as relações Sul-Sul como possibilidades de ampliação das relações internacionais do país, no sentido de superar-se os condicionantes internos brasileiros e daqueles pares, além de diminuir o grau de dependência desses em relação aos Estados centrais. Afirma-se, igualmente, que a política externa brasileira para os Pequenos PALOP – face os constrangimentos econômicos e sociais daqueles países que resultaram em efeitos negativos nessas relações – se baseou, de 1974 a 2010, nessa ação de cooperação, surgida pelas demandas daqueles, mas complementada com um teor político ou técnico (dependendo o período analisado). Amplia-se esse conceito a

partir das noções trazidas por Maria Regina Soares de Lima, argumentando com Amaury de Souza, onde se destacam ainda a

[...] *‘política ativa de desenvolvimento’* e [...] necessidade de se *‘articular um projeto nacional voltado para a superação dos desequilíbrios internos em primeiro lugar’*. A inserção ativa [do Brasil no sistema mundial] deve ser buscada na *‘composição com países que tenham interesses semelhantes e se disponham a resistir às imposições das potências dominantes’*. (LIMA, 2005, pág. 11, *grifo nosso*).

Essa ação externa – cuja noção mais precisa compreende-se como uma política ativa de desenvolvimento, visando a configuração de uma área de influência para os Pequenos PALOP – se traduziu, com vieses minimamente diversos em cada período: de 1974 a 1990, a cooperação com viés político foi a ênfase da política externa brasileira para os Pequenos PALOP, nos marcos da horizontalidade presente no Terceiro-mundismo; de 1990 a 2002, a cooperação puramente técnica foi a linha condutora que manteve a presença brasileira nesses países; de 2003 a 2010, essa cooperação reassumiu o viés político e se aprofundou nos termos da repaginada cooperação Sul-Sul.

Aprofundada e compreendida como “ação de desenvolvimento entre iguais”, a cooperação (horizontal – de 1974 a 1990, técnica – de 1990 a 2002 ou Sul-Sul – 2003 a 2010) é a ligação entre o Grande Brasil e os Pequenos PALOP desde 1974. A cooperação horizontal, entendida no contexto da Guerra Fria, tinha um claro teor ideológico, cujo principal posicionamento evidenciava-se na defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional pelos países do Terceiro Mundo (G-77 e Movimento dos Não Alinhados). A política externa brasileira de 1974 a 1990 identificava a África em geral e particularmente os PALOP como potenciais parceiros no sistema mundial. No entanto, em razão das deficiências dos Pequenos PALOP, vislumbrou-se que ações de cooperação bilateral poderiam ser a sua força motriz, para manter esses países próximos, evitando, assim, sua esquerdização (aproximação excessiva com URSS, Cuba e China) ou sua ocidentalização (presença dos EUA e da Europa ocidental).

De 1990 a 2002, resultante da diminuição da importância da África e por consequência dos Pequenos PALOP em sua agenda externa, o Brasil manteve esses laços com o outro lado do Oceano Atlântico Sul por meio da cooperação técnica, onde parte dos programas e projetos bilaterais foram mantidos e outros implementados como uma ação mais administrativa e

setorial. Os objetivos políticos, anteriormente visíveis, se dissolveram em ações pontuais e desencontradas.

A cooperação Sul-Sul, base da política externa brasileira de 2003 a 2010, retomou o fundamento político da ação externa cooperativa, ao revisar essa política ativa de desenvolvimento, com defesa do multilateralismo e das instituições democráticas. Para o Chanceler Celso Amorim, a cooperação Sul-Sul enquadra-se como “estratégia diplomática originada de um autêntico desejo de exercer a solidariedade com os países pobres”, mas, também “ajuda a expandir a participação brasileira” no sistema mundial, onde se conjuga a cooperação

[...] em matéria de comércio, investimento, ciência e tecnologia e outros campos, reforça a nossa estatura [do Brasil] e fortalece a nossa posição nas negociações de comércio, finanças e clima. Por último, mas não menos importante, a construção de coalizões com países em desenvolvimento é também uma forma de atrair a reforma da governança global, a fim de tornar as instituições internacionais mais justa e democrática (AMORIM, 2010, pág. 230, tradução nossa).

Levando-se em conta esses pressupostos teóricos e sistêmicos, a Tese apresenta-se, estruturalmente, para dirimir possíveis ambiguidades e elucidar essa postura brasileira no sistema mundial, a partir de três períodos: um primeiro de 1974 a 1990, um segundo de 1990 a 2002 e um terceiro de 2003 a 2010. Entretanto, para chegar-se a essa estrutura, no segundo capítulo compreende-se historicamente Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, levando-se em conta a especificidade colonial portuguesa e a formação desses Estados independentes. Ao relacionar-se as disparidades e similitudes entre os Pequenos e os Grandes PALOP, e desses com o Grande Brasil, analisam-se as forças profundas e o consequente grau de vulnerabilidades e a potencialidade de inserção desses no sistema mundial.

Em seguida, o terceiro capítulo analisa como a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe durante o período entre 1974 e 1990 se concretizou, pois o Brasil estabeleceu e gradualmente intensificou a relação com esses países a partir do conhecimento de sua realidade e, por consequência, de suas profundas demandas. As ações de cooperação horizontal em diversos setores (principalmente saúde, educação, ciência e tecnologia e administração pública) passaram a ser o principal viés dessas relações bilaterais, conjugadas com um fundamento político, em contraponto ao início tímido de trocas comerciais. Mesmo que nesse período se identifique uma convergência da política externa brasileira para esses três países (e desses países para o Brasil), pode-se compreender duas fases distintas: uma fase inicial, de 1974 a 1985, de maior intensidade nas relações políticas e

identificação da demanda nas relações econômicas e de cooperação; posteriormente, de 1986 ao primeiro trimestre de 1990, nota-se uma fase de relativo retraimento desses contatos, especialmente em razão dos condicionantes internos e externos, nos quatro países envolvidos. Esse retraimento será intensificado no período posterior, de 1990 a 2002.

Ao identificar que a política externa brasileira para os Pequenos PALOP diminuiu quanti e qualitativamente entre 1990 e 2002, o quarto capítulo especifica que o contato que se manteve entre os dois lados do Oceano Atlântico foi o da cooperação técnica, viabilizada principalmente pelas ações da Agência Brasileira de Cooperação, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores. Tal evidência confirma o entendimento de que esse ponto mínimo de contato Brasil-Pequenos PALOP foi consequência da manutenção das ações do Itamaraty para a África, em contraponto às ações desencontradas de governo a governo, no período.

Entender como a cooperação Sul-Sul, durante o período de 2003 a 2010, foi o mote da política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, é o cerne do quinto capítulo. Ao revisar as noções políticas dessa ação cooperativa, a política externa brasileira retomou laços profundos com os Pequenos PALOP, que obteve resultados concretos nos âmbitos sociais e econômicos, como ainda não haviam sido atingidos nas referidas relações bilaterais.

Embora presente em termos mais ou menos visíveis em cada período estudado aqui, com denominações convergentes, a cooperação Sul-Sul é o vetor que propulsiona a política externa brasileira para os Pequenos PALOP desde 1974. Como resultado de seus condicionantes históricos ligados ao colonialismo português e aos processos de independência, esses países apresentam deficiências estruturais ao se inserir no sistema mundial. Essas deficiências se relacionam à infraestrutura dos serviços básicos oferecidos à população (educação, saúde, saneamento) e da economia (agricultura, pecuária, administração pública, comércio exterior) que exigem modernizações e adequações às exigências de desenvolvimento, por meio de parcerias com outros países.

O Grande Brasil, assim, empreendeu especial atenção nos acordos de cooperação com os Pequenos PALOP, identificando as respectivas demandas e disponibilizando sua experiência e recursos humanos e financeiros na estruturação de programas e projetos. Esses, cada vez mais específicos a determinados setores das sociedades envolvidas, buscaram a melhoria das condições de vida e do desenvolvimento desses países, nos marcos da cooperação Sul-Sul, pois esse tipo de relação

entre países de língua portuguesa deve ser pensada para além do aspecto econômico, que limita a cooperação ao esforço de integração de mercados. De fato, sua concepção deve assumir o significado educativo e cultural de tornar mais próximos os países e as culturas, em um processo marcado pelo diálogo permanente, que permita o despertar de novas possibilidades na consolidação de uma integração mais ampla [...] (EDUCAÇÃO, 2007, pág. 9).

Enfim, essa “cooperação entre iguais”, que talvez na teoria seja mais igualitária do que na prática, tem ocorrido efetivamente desde que os Pequenos PALOP se tornaram independentes, ao passo que a presença brasileira nesses se ampliou desde a década de 1970 (embora com a relutância do período de 1990 a 2002). A diplomacia brasileira reconhece a relevância dos Pequenos PALOP e esses têm no Brasil um parceiro capaz de suprir parte de suas demandas básicas. Assim, se “... não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna” (DUROSELLE, 2000, pág. 56), entende-se que os condicionantes internos e externos influenciaram diretamente o nível dessas relações bilaterais e, por isso, são amplamente analisados na presente Tese.

## 2. CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO CONTEXTO DA LUSOFONIA

*Sem a África, o Brasil não existiria [...] é impossível entender os países isoladamente. Você não pode escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa, uma perspectiva africana, uma perspectiva espanhola, e italiana, e alemã [...] (COSTA E SILVA, 2005, pág. 52-54).*

Este capítulo busca refletir sobre a história de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe no contexto de colonização e independência africana, identificando como o caráter da presença portuguesa nesses territórios delimitou, moldou e definiu a formação dos Estados pós-coloniais. Analisar como uma colonização baseada no racismo e na monocultura, com a formação de uma classe burocrata – fortemente ligada à metrópole –, numa estrutura social rigidamente constituída manteve a elite com privilégios, gerou Estados instáveis politicamente, com atividades econômicas não modernizadas e uma consequente inserção dependente no sistema internacional é questão chave desse capítulo.

Concorda-se com Chabal (1993) que argumenta sobre a errônea e comum perspectiva de análise sob o viés luso desses países africanos, em vez de se olhar para os PALOP sob a perspectiva da África pós-colonial em geral. A razão para esta diferente visão tem sido a história da dominação colonial portuguesa e sua posterior descolonização *sui generis*, na década de 1970. A partir da Primeira República portuguesa (1910/1926), mas especialmente depois da década de 1960, a história da África portuguesa divergiu do restante do continente, seja pelo caráter dos movimentos de independência, seja pelo processo eleitoral ou pela postura da metrópole.

Além dessa discussão, se pretende também analisar as similaridades e divergências entre esses Pequenos PALOP e os Grandes PALOP, demonstrando como, embora a partir de uma mesma metrópole, esses territórios foram colonizados de formas díspares, gerando Estados-Nação com diferentes graus de consolidação, estabilidade política e desenvolvimento econômico. Logo, mais do que entender a história da colonização e descolonização dos Pequenos PALOP, o presente capítulo objetiva delimitar as similaridades e diferenças entre

esses dois grupos de países africanos para, posteriormente, compreender as similaridades e as diferenças da política externa brasileira para aqueles.

## **Portugal na África**

A presença portuguesa na África tem sido entendida pelos historiadores como peculiar, muito diferente da presença de outras metrópoles colonizadoras europeias no continente (NEWITT, 1981; MOITA, 1985; ALEXANDRE, 1993; CHABAL, 2002; ARNOLD, 2005; HERNANDEZ, 2005), por razões que se relacionam com 1) a própria história de Portugal, 2) a história do colonialismo português e 3) da sua descolonização. Desde sua chegada no continente africano, no século XV, mas mais claramente a partir do Congresso de Berlim, os portugueses consideravam que sua “missão” na África era diferente das outras potências coloniais, e simultaneamente, que o restante da Europa não compreendia essa especificidade.

Uma das características principais do império português ultramarino se referia à articulação do comércio e da religião. Hernandez argumenta que o imaginário social português

[...] remetia a uma substância social, atrelando-se condicionantes fundacionais; pressupunha modelos de nação e de império desenvolvidos; era viável temporal e espacialmente, dependendo da relação de forças entre Portugal e o ultramar; e indicava uma representação ao mesmo tempo recíproca e contraditória que Portugal e os territórios ultramarinos construíam de si mesmos e um do outro, durante o processo histórico. (HERNANDEZ, 2005, pág. 504).

Essa singularidade do imaginário social português surgiu em função do sentimento de isolamento e fragilidade em relação à Europa, mas também quanto aos mitos do “Eldorado” e da “herança sagrada”: o primeiro representava Portugal como um império, um Estado com vocação para a missão civilizatória<sup>5</sup>; para a África, esse mito se constituía de quatro elementos (crença na riqueza das colônias africanas, ideia de que a perda do Brasil, depois de 1822, seria compensada na concepção colonial africana além da ideia de uma nação espalhada pelo mundo, mas unida, que se substancializava com o papel imperialista); o segundo, por sua

---

<sup>5</sup> Para Hernandez (2005, pág. 505), esta mitologia ainda hoje é vigente em Portugal, pois é o único país que consta, no centro de sua bandeira, a representação do mapa-múndi.

vez, surgiu da crença de que a própria Providência Divina teria feito homens e Estados desiguais, mas que estes poderiam igualar-se pelo trabalho, a partir dos elementos:

Portugal era uma expressão da vontade de Deus; o seu povo tinha uma existência pontuada por milagres, devido a uma predileção divina; a sobrevivência da nação era simbolicamente identificada como uma ilha que dependia da existência do império; o povo português era o povo de Cristo, cujo principal papel era o de descobridor e colonizador nas terras da África, do Oriente e do Brasil. (HERNANDEZ, 2005, pág. 505).

Do ponto de vista português, o não entendimento, pelas demais potências da Europa das suas especificidades, era um grave erro; da perspectiva das outras potências europeias, essa especificidade colonial portuguesa revelava-se, por exemplo, nos trabalhos forçados e na profunda deficiência administrativa nas colônias portuguesas na África. E, em complemento, a própria miscigenação na África portuguesa simbolizava a diferença de natureza do seu domínio colonial. Logo, as principais características do império português são identificadas como o racismo intrínseco, o etnocentrismo e a ideologia da desigualdade, ideologia essa conservadora em relação aos costumes, autoritária quanto às questões de justiça, dogmática no campo das ideais e intolerante, quanto às crenças (HERNANDEZ, 2005, pág. 507).

A título de compassar o conteúdo, pode-se identificar sete períodos na história do imperialismo português na África<sup>6</sup>, a saber: A etapa inicial, do primeiro entreposto comercial na costa africana (Ceuta), no século XV, ao reconhecimento português da independência do Brasil, (1415 a 1825), foi marcada pelo comércio triangular que regia a presença portuguesa dos dois lados do Oceano Atlântico, com o apogeu do tráfico de escravos contrabalanceando com a posterior perda o lado ocidental do império (quando Portugal se voltou à África para reaver o poder imperialista de outrora). Deste modo, as colônias na África

[...] eram uma de entre as muitas propostas do liberalismo para a regeneração nacional, ao lado de outras relativas, por exemplo, ao desenvolvimento do comércio com outras partes do mundo, ao sistema de impostos ou ao desenvolvimento dos transportes. Encarava-se a política colonial como um dos instrumentos ao dispor da nação para a promoção do seu próprio desenvolvimento. A preocupação de delimitar os territórios sob controle português revelou-se [...] e Portugal procurou comprometer a Grã-Bretanha, por várias vezes, na definição dos direitos territoriais em África. (LAINS, 1998, pág. 468).

Por consequência, a segunda etapa (de 1825 a 1850), referiu-se, em complemento à anterior e à gradual ilegalidade do tráfico de escravos, em paralelo à ascensão britânica no

---

<sup>6</sup> Embora baseada em HERNANDEZ (2005), a presente divisão da história do imperialismo português na África em sete períodos é derivada da nossa interpretação.

sistema mundial e à quebra do comércio com o Oriente (em 1833 foi criado o Conselho Ultramarino português, como órgão gestor das colônias). Nesse sentido, a própria colonização tardia, por parte de Portugal (a partir do século XIX, efetivamente) dos territórios na África foi reflexo do tipo de relação entre os europeus e os africanos, primeiro de pura índole comercial, especialmente no contexto do comércio triangular entre Portugal, a costa ocidental de África e o Brasil, pois

[...] no caso da colonização portuguesa [...] os portugueses que iam para África eram assassinos, ladrões e vadios, razão pela qual as colônias de África eram vistas como colônias de escravos e penais ou de degredo. Dito de outra forma, as colônias estavam longe de constituir zonas atractivas para o povoamento branco, atendendo a que, até meados do século XIX, os brancos que viviam em África tinham, em média, uma esperança de vida dez anos mais baixa do que na Europa. Se a este elemento acrescentarmos que, nessa época, nenhuma criança branca nascida em África conseguiu sobreviver, fácil se torna concluir que a África a Sul do Sahara era uma zona repulsiva para a colonização branca. (PINTO, 2009, pág. 40).

Apenas na segunda metade do século XIX, com a II Revolução Industrial e o consequente Congresso de Berlim, efetivamente a África passou a ser prioridade para os europeus num geral e especificamente para os portugueses. Do mesmo modo, a história de Portugal, principalmente no início do século XX, também se direccionou para o esclarecimento de tal especificidade. Atraso econômico, dependência do mercantilismo e desenvolvimento industrial tardio não permitiam aos portugueses explorar suas colônias na África da mesma maneira que as demais potências europeias. Clarence-Smith analisa essas características do império português da seguinte forma:

É fundamental não esquecer o caráter ilegítimo do comércio e do contexto político português do século XIX. [...] a crise fiscal foi feito muito pior pela anarquia política que prevaleceu em casa e além-mar para a maioria desses anos. A guerra civil em Portugal repercutiu nas colônias e por muitos anos o governo de Lisboa exercida apenas as formas mais tênues de controle sobre o vasto império. *A corrupção e o contrabando sempre foram elementos estruturais do colonialismo português*, mas nesta situação anárquica políticos chegaram a altura das novas. Além disso, reformas liberais deram mais poder às elites coloniais locais, capacitando-os para fraudar o erário público com a impunidade ainda maior. (CLARENCE-SMITH, 1985 *apud* GALLI e JONES, 1987, pág. 22, tradução nossa, *grifo nosso*).

Valentim Alexandre defende que o moderno império de Portugal na África foi construído no século XIX, a partir da independência do Brasil (declarada em 1822 e reconhecida em 1825), após a qual o poder imperial luso ficou significativamente reduzido. Foi nesse contexto muito desfavorável que nasceram os primeiros projetos de formação de um

novo Império, centrado no continente africano (1999, pág.134). Foi de responsabilidade de Sá da Bandeira<sup>7</sup> a formulação política desses projetos – o único que, rompendo com as práticas então correntes, preconizou a abolição imediata do tráfico de escravos e, em médio prazo, a da própria escravatura.

No entanto, apesar de manifestado em vários instrumentos legais, o abolicionismo de Sá da Bandeira encontrou resistências. Na perspectiva de Alexandre (1999), a proibição do tráfico negreiro em 1836 (em Portugal e nas suas respectivas colônias na África) pouco contribuiu para a sua efetiva extinção, uma vez que na época os navios negreiros dominavam a vida econômica e política dos territórios africanos; além disso, a perspectiva abolicionista era também minoritária na própria metrópole, sendo geralmente considerada como uma simples utopia, que poderia pôr em causa a soberania portuguesa nesses territórios.

O predomínio desta ideologia só se dissolveu na década de 1870, quando Andrade Corvo<sup>8</sup> retomou, aprofundando alguns dos temas enunciados por Sá da Bandeira. A manifestação mais clara dessa renovação traduziu-se na lei de 29 de abril de 1875 que extinguiu o trabalho servil nas colônias. No âmbito da política colonial defendeu-se “a integração dos povos das possessões no conjunto nacional, de preferência por aliança com os chefes indígenas, preservando as instituições tradicionais africanas, nas quais via um embrião da vida democrática” (ALEXANDRE, 1999, pág.136).

Deste modo, a terceira etapa da história do imperialismo português na África, de 1850 a 1880, foi marcada não apenas pela questão abolicionista, mas também por dificuldades econômicas<sup>9</sup> que impulsionaram o novo plano colonial na África (expansionista ao visar unificar as colônias africanas de Lisboa num único território, e protecionista ao restabelecer o exclusivo do pacto colonial). Essa pretensão de integração do território entre Angola e Moçambique (conhecida como “Mapa cor-de-rosa”, pela cor dada àquela faixa de território), foi negociada e reconhecida pela França e pela Alemanha, em 1886.

A quarta etapa, de 1880 a 1910, marcada pelo ultimato britânico de 1890<sup>10</sup> – que proibia a unificação anteriormente proposta –, aprofundou a posição subalterna dos

---

<sup>7</sup> Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, o Barão (e depois Visconde) de Sá da Bandeira, foi Primeiro-Ministro português por cinco vezes (1836/1837; 1837/1839; 1865; 1868/1869; 1870), além de exercer outros cargos no executivo português. Fundou o Partido Reformista, de caráter mais liberal, na década de 1860.

<sup>8</sup> João de Andrade Corvo foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 1871 e 1878, durante o governo Fontes Pereira de Melo. Também acumulou a pasta da Marinha e do Ultramar de 1872 a 1877. Se tornou conhecido por tentar resolver a questão dos limites ultramarinos de Portugal, especialmente aqueles sob interesse inglês (Moçambique e Índia).

<sup>9</sup> Como exemplo, em 18 de agosto de 1876, os Bancos de Portugal, Ultramarino e Lusitano suspenderam os pagamentos, obrigando o governo português a decretar moratória de dois meses.

<sup>10</sup> Em 1889, Portugal organizou uma expedição para a região do “Mapa cor-de-rosa”, chefiada pelo major Serpa Pinto. A expedição foi atacada pelos Macalolos, cuja tribo era subjugada pelos britânicos. A imprensa britânica

portugueses, aos britânicos, no sistema internacional, acentuando-se o sentimento de desprestígio<sup>11</sup> e elevando essa questão colonial ao patamar de questão nacional, fazendo emergir um sentimento nacionalista em Portugal, que transformaria o império, de dominação formal em efetiva. Aprofundava-se, assim, a ideia de que a grande maioria das populações africanas seria suscetível de progredir e civilizar-se – recuperando-se do seu atraso histórico – e que caberia aos europeus abrir o caminho aos “povos selvagens”, mostrando-lhes as formas de “domínio do homem sobre as forças da natureza pela ciência” e inculcando-lhes uma superioridade moral da civilização cristã “fundada na igualdade de todos os homens, na paridade de todas as raças e no progresso em comum de toda a humanidade” (ALEXANDRE, 1999, pág.136). Logo, o combinado de uma série de motivações deve ser entendido como o relançamento colonial português no final do século XIX (o que alguns autores chamam de moderno império português), pois conforme argumenta Lains, à época do Congresso de Berlim,

[...] as colónias de África tinham um peso pequeno na economia portuguesa, que não mostrava tendência para aumentar no futuro imediato. O comércio colonial representava uma parte reduzida do comércio externo português. Para além disso, Portugal enviava pouco capital e poucos emigrantes para África. Em contrapartida, as colónias também não constituíam um encargo financeiro relevante para o governo central, dado que não tinham expressão no orçamento da metrópole e os défices das colónias eram ainda reduzidos. *Atendendo ao fraco peso das colónias na economia portuguesa, torna-se difícil defender que a vontade demonstrada pelos governos de Lisboa de segurar territórios em África tivesse motivos económicos ou financeiros.* (LAINS, 1998, pág. 475, grifo nosso).

---

iniciou uma campanha contra Portugal, ao passo que a expedição ocupara a região do Chire. O ultimato britânico ocorreu em 11 de janeiro de 1890, quando a Inglaterra exigiu a retirada imediata das forças portuguesas da região do Chire e dos territórios dos Macalolos e Machonas.

<sup>11</sup> Esse desprestígio, refletido pela tensão Portugal-Grã-Bretanha, referia-se primeiro à questão da ilha de Bolama e territórios anexos no continente (Guiné) e da parte sul da baía de Lourenço Marques, território moçambicano, áreas de interesse inglês que foram submetidas à arbitragem internacional (Portugal ganhou a primeira questão através de sentença proferida pelo presidente dos Estados Unidos da América, Ulysses S. Grant em 1870, e a segunda, pela sentença do presidente Marechal francês, Mac Mahon, em 1875). O Tratado do Zaire (assinado em 1884 entre Portugal e Inglaterra) previa a soberania portuguesa nos territórios dos dois lados do rio Zaire até as fronteiras do Congo, em troca de facilidade de comércio e navegação. O Congresso de Berlim, de novembro de 1884 a fevereiro de 1885 foi resultado da assinatura desse tratado, pois França, Bélgica e Alemanha se opunham ao regulamento do comércio africano que o tratado implicava. A Inglaterra declarou ao governo português que somente após o fim das dúvidas das demais potências, ratificaria o tratado; o ministro português de Negócios Estrangeiros Barbosa Du Bocage propôs a realização de um congresso internacional para resolver definitivamente o assunto. Ao final do Congresso, os direitos portugueses foram reconhecidos em relação à Cabinda, Molembor e Nóqui, ficando dividido o antigo reino do Congo entre Portugal, França e Bélgica. O abandono inglês do Tratado do Zaire, o papel passivo da delegação britânica no Congresso de Berlim e sua falta de apoio às pretensões portuguesas criaram um considerável ressentimento contra a Inglaterra, por parte da classe política portuguesa. Portugal também foi desfavorecido pelo acordo anglo-alemão de 1898, que previa a partilha de Angola e Moçambique entre esses, mesmo que o Tratado de Windsor, de 1899, garantisse a presença de Portugal naquelas colônias africanas (embora sugerisse o fim das expedições portuguesas no interior do continente africano).

Definido pelo economista inglês John Hobson, em 1902, o termo imperialismo teria um caráter econômico para o impulso europeu na África e Ásia, no final do século XIX, onde a “existência de excedentes de capitais para exportação nas metrópoles era uma decorrência da falta de distribuição de renda” (VISENTINI & PEREIRA, 2008, pág. 92). Aqui, entende-se que o exemplo de Portugal invalida parcialmente a tese de Hobson, pois este país havia expandido o seu poder colonial na África durante o último quarto do século XIX sem que fosse um exportador de capitais. Para Valentim (1979, 1993, 1999), o imperialismo português tinha um caráter essencialmente político, pois Portugal desenvolveu as colônias por razões não econômicas, apenas como prolongamento das descobertas e da expansão.

Lains argumenta, ainda, que esta vocação colonial revelar-se-ia também na “... especial propensão dos portugueses para se misturarem com as populações do Brasil, da Ásia e de África. Trata-se do “[...] lusotropicalismo, nascido na sociologia brasileira e acarinhado no regime salazarista” (1998, pág. 464). Foi neste contexto que se desenvolveu o mito segundo o qual a presença portuguesa na África somava quatro séculos de existência quando da partilha de África pelo Congresso de Berlim. No entanto, concorda-se com Lains quando afirma que

Em resumo, o leque de explicações sobre os motivos do colonialismo português moderno inclui: a herança imperial; a necessidade de protecção de mercados coloniais; a resposta aos movimentos das outras potências coloniais europeias; o desenvolvimento da capacidade técnica para a colonização; as condições nos territórios africanos; finalmente, motivos políticos. (LAINS, 1998, pág. 466).

Como resultado daquela conjuntura, a quinta etapa histórica, de 1910 a 1926, profundamente marcada pela Primeira República Portuguesa, representou a fase final da ocupação das colônias africanas, com a transição da administração militar para a civil, tornando a colonização efetiva e constante, “de forma a reforçar a soberania portuguesa, o que pressupunha destruir o poder dos chefes tradicionais, controlar com eficácia as missões religiosas (em particular as estrangeiras) e desenvolver as missões civilizadoras laicas de Portugal” (HERNANDEZ, 2005, pág. 511). A nova Constituição e a criação do Ministério das Colônias, em 1911, reafirmavam a noção de que as colônias eram parte da nação.

Outro ponto relevante foi a instituição, por parte da República, da política de descentralização das províncias ultramarinas, que propunha o adequação em relação ao “estágio de civilização” de cada colônia, a partir da normatização proposta pelas Leis Orgânicas de 1914 (em 1917, passaram a ser denominadas Cartas Orgânicas).

O crescimento das exportações de produtos coloniais dependia da produção interna, decorrente da extração dos recursos existentes, como a borracha ou da oferta das plantações, e do transporte do interior para a costa. Com o fim de serem recolhidas receitas nas alfândegas, era importante que as produções fossem dirigidas para os portos sob administração portuguesa, pois essa era seguramente uma das principais preocupações das autoridades, tarefa que não era facilitada pela proximidade de pontos de embarque alternativos próximos das fronteiras coloniais.

Com efeito, a norte de Angola situava-se a zona de comércio livre do Congo, para onde deviam ser desviados muitos produtos de origem angolana; o mesmo ocorria ao norte de Moçambique, com o desvio de mercadorias para o Zambeze. A definição das fronteiras, na década de 1890, ajudou a estabelecer o controle sobre o destino da produção colonial que, ao ser canalizada para as alfândegas sob administração portuguesa, contribuía para as receitas da administração local e, por essa via, dava os meios necessários à intensificação do controle. No entanto,

quer produzissem ou não excedentes exportáveis, os africanos eram explorados pelo sistema colonial. O imposto, cuja receita servia menos para assegurar serviços a população do que para sustentar o Estado ou a infraestrutura econômica, recaía cada vez mais sobre maior número de pessoas. *A mão-de-obra sazonal das minas, das fazendas e das plantações era arranjada a expensas das economias aldeãs ou locais, outrora autônomas. Desse modo, o capital evitava o custo de formação de mão-de-obra. Como na escravidão, ela vinha de fora do sistema capitalista, já plenamente formada.* Os trabalhadores nunca recebiam um salário que lhes permitisse viver ou qualquer benefício social, porque eram paralelamente agricultores e porque, durante toda a sua vida ativa, outros membros de sua família também ganhavam o suficiente para viver daquela maneira lastimável que era, segundo os europeus, o nível de subsistência dos africanos. (RODNEY, 2010, pág. 392, *grifo nosso*).

A Figura 1 identifica o volume das trocas comerciais entre a metrópole e as colônias africanas, com especial aumento no período 1911/1930.

**Figura 1: Comércio Portugal-colônias (1901/1936)**

	Exportações								Total	Total África
	Guiné	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Moçambique	Índia	Macau	Timor		
<b>Exportações</b>										
1901-1910 . .	109	62	1 422	1 116	662	144	1 572	67	5 154	3 371
1911-1920 . .	304	53	1 239	1 188	1 250	245	1 643	90	6 013	4 034
1921-1930 . .	357	32	615	2 029	2 603	293	1 518	144	7 591	5 636
1931-1936 . .	273	24	285	2 148	1 521	194	788	59	5 292	4 251
<b>Importações</b>										
1901-1910 . .	167	173	572	1 266	1 707	416	1 845	59	6 205	3 885
1911-1920 . .	367	229	733	1 149	2 528	726	2 231	79	8 043	5 007
1921-1930 . .	387	335	351	2 229	3 930	1 121	2 740	113	11 206	7 232
1931-1936 . .	233	222	165	1 506	2 973	1 111	1 840	59	8 109	5 098

Fonte: LAINS, 1998, pág. 483.

Por sua vez, a sexta conjuntura, compreendida entre 1926 e 1961, conjugou os elementos do império, principalmente com a promulgação do Ato Colonial em 1930. Durante o período em que esteve à frente do Ministério das Colônias (agosto de 1926 e janeiro de 1928), João Belo colocou em prática um nacionalismo extremado, por meio de ações para aprofundar o controle português nos seus territórios africanos. O pensamento nacionalista, no âmbito econômico, cerceou Portugal e inviabilizou suas ações nos campos político, educativo e social nas colônias. Esse pretendia

[...] por um lado, o reforço da “unidade política do território colonial”, limitando o regime vigente de descentralização administrativa e de autonomia financeira através de “uma alta superintendência de orientação e relação de interesses, de directivas e de pontos de vista” e de uma “eficaz fiscalização em matéria de administração financeira, por parte da Metrópole”. Por outro lado, no campo económico, “nacionalizar” significava criar as condições para o investimento do capital português nas colônias (sem, no entanto, pôr obstáculos à entrada do estrangeiro) e “assegurar a existência da marinha mercante nacional, protegendo-a [...] por forma a transformá-la e ser de facto um valioso instrumento de fomento, de comércio e de nacionalização. [...] (ALEXANDRE, 1993, pág. 1127).

Aliado a esses pressupostos, a política da metrópole era no sentido de aprofundar a colonização, também com a presença de missionários de instituições religiosas portuguesas em terras africanas, dando “[...] todas as condições para a realização da sua obra civilizadora e nacionalizadora” (ALEXANDRE, id., pág. 1128). Logo, a promulgação do Estatuto Orgânico das Missões (com o apoio da Igreja Católica em Lisboa) e a obrigação da produção de algodão em todas as colônias faziam parte desse plano. Nesse sentido,

[...] as políticas coloniais [...] na África Portuguesa pareciam orientar-se completamente à revelia das do resto do continente. Não surpreende, portanto, que a história da África Portuguesa a partir dos anos vinte tenha sido muitas vezes distinta da do resto da África colonial. (CHABAL, 1993a, pág. 38).

Outro ponto sensível se referia ao trabalho indígena que, face às pressões internacionais, optou-se pela contemporização, com a publicação do Estatuto Político, Cível e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (em 1926), estendido à Guiné (em 1928) e a São Tomé e Príncipe (em 1946), que normatizava as relações de trabalho nas colônias a partir de um conjunto de princípios, onde o Estado seria o protetor natural dos indígenas, o que implicava tutorá-los (os autóctones mantidos quase praticamente como escravos)<sup>12</sup>.

Logo, o Código de Trabalho dos Indígenas das Colônias portuguesas na África, de 1928, foi criado no sentido de abolir a obrigação legal de trabalho (transferindo o trabalho forçado pelo contrato); nas colônias, o novo Código provocou uma perturbação momentânea, suscitando múltiplas reclamações dos respectivos colonos, que se queixavam de não poderem satisfazer as suas necessidades de mão-de-obra sem a intervenção das autoridades. Em complemento a essa situação, ocorreu um debate nas colônias sobre o caráter das relações econômicas entre essas e a metrópole, principalmente por pressão dos setores metropolitanos (notoriamente o têxtil).

Essas forças internas suscitaram o gradual desejo por um modelo centralizador para o governo das colônias, como forma de dirimir as tensões. Em julho de 1930, o governo da Ditadura Militar chefiado por Domingos de Oliveira e com António de Oliveira Salazar acumulando os Ministérios de Finanças e Colônias, promulgou o Ato Colonial, ou seja, a lei orgânica que regeria o império ultramarino durante grande parte do Estado Novo. O Ato Colonial foi uma das leis fundadoras do novo regime, sendo que encerrou um longo debate interno, além de incorporar o Estatuto dos Indígenas, em 1933, à Carta Orgânica do império português.

Posteriormente promulgado como Decreto nº. 28.570, o Ato substituiu todo o capítulo da Constituição de 1911 relativo às colônias. Afirmando, no seu artigo 2º, que era “da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”, o

---

<sup>12</sup> A Sociedade das Nações passou a pressionar Portugal, especialmente a partir de 1926, quando as atenções se voltaram para a questão do trabalho forçado – prática corrente nas colônias portuguesas, onde as autoridades intervêm abertamente no recrutamento compulsório de mão-de-obra tanto para fins públicos como particulares.

Ato Colonial marcava a determinação do regime em preservar o império. Para Lains, esse Ato tinha ainda o objetivo econômico, ao

estabelecer um novo sistema colonial que se pautava pelo equilíbrio de comércio e de pagamentos efectuados entre Portugal e as colónias. Acresce que a autonomia das administrações coloniais era diminuída de modo que todo o sistema pudesse ser gerido a partir de Lisboa. Esta estratégia tinha como fim criar um equilíbrio financeiro no seio do império. *Por intermédio do controle dos câmbios, imposto em 1931, o novo sistema canalizou a moeda estrangeira resultante das exportações coloniais para a economia da metrópole*, criando, assim, uma fonte importante dos meios para financiar os défices [sic] de Portugal na conta corrente da balança de pagamentos. (LAINS, 1998, pág. 485, *grifo nosso*).

O setor exportador português respondia às oportunidades oferecidas pelos mercados protegidos na África, ao passo que o consumo pela indústria portuguesa de matérias-primas coloniais (como fibras têxteis e óleos industriais) aumentava gradualmente com a industrialização do país. Mas o Ato Colonial tinha ainda outra vertente — a que respeitava às relações no interior do império, que deveriam passar a ser regidas pelos princípios da unidade e solidariedade entre a metrópole e os territórios do ultramar. Outras disposições do Ato confirmavam que a metrópole teria o papel de “árbitro supremo dos interesses mútuos” e, sobretudo, o regime deveria garantir a centralização política e administrativa, dando a Lisboa o controle de todas as decisões nas colônias. Alexandre confirma a intenção de tom conciliador do Ato, pois a ele:

[...] seguiram-se medidas concretas: no campo externo, a recusa em ratificar a convenção sobre trabalho forçado entretanto concluída em Genebra; na economia, a promulgação, em 1931, de uma “lei das transferências” que concedia a prioridade nos pagamentos aos exportadores metropolitanos, garantindo-lhes, assim, uma parte importante do mercado angolano; nas finanças coloniais, o reforço da política de equilíbrio financeiro, com prejuízo do fomento. Finalmente, no terreno ideológico, dar-se-á início — sobretudo a partir de 1931, já com Armindo Monteiro na pasta das Colônias — a uma *intensa campanha em torno da ideia de império*, que marcará o regime (e o país) nas décadas seguintes. (ALEXANDRE, 1993, pág. 1134, *grifo nosso*).

Antes da Segunda Guerra Mundial, predominava a imagem do negro selvagem nas colônias portuguesas; depois, foi a figura do negro assimilado que prevaleceu, acompanhando assim a mudança que se efetuou no nível internacional na perspectiva das relações raciais. Passou a predominar-se a imagem positiva do negro, ainda que esta dependesse da aceitação dos valores da civilização, expressando-se esta aceitação na submissão e lealdade face ao branco; aparentemente, a distância entre o branco e o negro deixou de ser intransponível, mas

se condicionou à submissão do segundo ao universo do primeiro. Pode-se entender que em nenhum destes momentos históricos se colocou em causa uma representação do negro marcada pela dominação. Deve-se notar, também, que a dicotomia entre os negros selvagens e os assimilados teve o seu paralelismo com uma alteração do Estatuto do Indígena, introduzida legalmente pelo Decreto de Lei n.º 39.666 que distinguia entre os indígenas e os assimilados:

Art.º 56 - Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo [de raça negra] que comprovar satisfazer as cinco condições: 1) Ter mais de 18 anos; 2) falar correctamente a língua portuguesa; 3) exercer uma profissão, uma arte ou um ofício que lhe dê um rendimento necessário à sua subsistência e de seus familiares ou das pessoas que estão a ser cargo; 4) ter bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; 5) não ter sido considerado refractário no serviço militar ou desertor (DECRETO, 1954 *apud* CABECINHAS & CUNHA, 2003, pág. 171).

Já no pós-Segunda Guerra Mundial, paradoxalmente, verificou-se um estreitamento dos laços entre a economia de Portugal e a das colónias africanas, além do aumento relativo da emigração da população da metrópole para os territórios da África. Para tal, contribuiu o desenvolvimento económico, a melhoria das condições sanitárias nas colónias e a “insistente propaganda da ideia imperial levada a cabo pelos aparelhos ideológicos do Estado Novo” (ALEXANDRE, 1999, p.141). Por outro lado, a primeira onda de independências africanas (década de 1950) tornava o sistema colonial português cada vez mais anacrónico, aprofundando-se as ameaças externas à ele.

Em face deste novo contexto, o Estado Novo português procedeu a uma inflexão da sua política: em 1951, com a reforma constitucional, acrescentaram-se disposições ao Ato de 1930 e foram abolidas as designações de “império colonial” e de “colónias” – até então utilizadas nos textos oficiais –, sendo substituídas pelas de “ultramar” e “províncias ultramarinas”. Estas províncias formariam com a metrópole um “Portugal uno do Minho a Timor”. No entanto, não significava que tal fusão de territórios ocorresse efetivamente; o que se identificava era

Justamente o reconhecimento e o registro literário da confusão entre império (e mais especificamente durante o salazarismo) e África colonizada. Essa África só parece uma porque é representada sob o ponto de vista de uma cultura específica – a portuguesa – que lidava com o conceito de “África” sob a égide de “colónia”, que tornava as diferenças internas dessa “colónia pouco significante” (CORRÊA SILVA, 2002, pág. 87).

Logo, manteve-se no ultramar o Estatuto dos Indígenas que retirava à grande maioria dos africanos o direito de cidadania; este só seria abolido em 1961, quando de um conjunto de reformas efetuadas por Adriano Moreira, entre as quais se destaca a abolição do trabalho

obrigatório. É interessante notar que durante o período colonial, os assimilados constituíam uma categoria privilegiada e detinham, teoricamente, os mesmos direitos que os colonos portugueses – se bem que muitos destes direitos não tivessem expressão prática, estes indivíduos gozavam de vantagens significativas em comparação com os chamados indígenas. Para Pinto de Andrade, no caso português,

[...] a assimilação traduziu-se sempre praticamente por uma desestruturação dos quadros negro-africanos e a criação de uma elite, quantitativamente reduzida. Ela apresenta-se como a receita mágica que conduziria o indígena depois das trevas da ignorância até à luz do saber. Uma forma de passagem do *não-ser* ao *ser* cultural, para empregar a linguagem hegeliana (PINTO DE ANDRADE, 2000, pág.58, *grifo do autor*).

Finalmente, a sétima fase da história do imperialismo português na África corresponde ao período entre 1961 e 1975, momento onde a descolonização despontou como pauta política na metrópole e nas colônias. Antônio de Oliveira Salazar, ditador português de 1932 a 1968, foi o responsável pela consolidação da política africana portuguesa, afirmando, em 1961, face à escalada da oposição à postura de Portugal na África, que ele assumiria pessoalmente o Ministério da Guerra, como forma de defender as possessões. Segundo Arnold (2005), a política colonial de Salazar se baseava numa estreita ligação entre nacionalismo político e econômico e uma completa negação da autodeterminação dos povos.

Aliado a estas considerações e, completando a base triangular de especificidades da presença portuguesa na África tem-se, assim, a descolonização: enquanto que na década de 1950, Inglaterra e França se preparavam para transferir o poder às colônias africanas, Portugal argumentava sobre suas possessões ultramarinas:

[Portugal] foi deixando claro que não via a autodeterminação, muito menos a independência total como uma opção para suas possessões africanas, e essa concepção foi se consolidando, aparentemente determinada a manter-se a qualquer custo [...] Os portugueses, em outra mão [diferente de Inglaterra e França] não tinham preparado nada que pudesse ser deixado aos seus sucessores [na África], porque não tinham a intenção de abandonar o continente (ARNOLD, 2005, pág. 307, tradução nossa).

Na década de 1950, as Nações Unidas exerciam considerável autoridade internacional em prol dos nacionalismos africanos e da descolonização. A entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas (ONU) apenas em 1955 (vetada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1946, em razão do posicionamento colonialista português) passou a ser ponto focal das discussões na instituição sobre a descolonização. A dissolução dos

impérios britânico, francês e belga nas décadas de 1950 e 1960 fez com que Salazar visse com ceticismo a transformação do império britânico em Commonwealth. Em 14 de dezembro de 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1514, que ficou conhecida como Declaração Anticolonialista.

A consequente aprovação do Relatório dos Seis, em 15 de dezembro seguinte – por meio da Resolução 1542 –, significava, portanto, que a Assembleia Geral se atribuía competência para determinar os territórios não autônomos existentes e o sentido das informações a prestar obrigatoriamente pela potência. De fato, decorria claramente do Relatório que as províncias ultramarinas portuguesas eram territórios não autônomos: Arquipélago de Cabo Verde; Guiné; São Tomé e Príncipe e dependências; São João Baptista de Ajudá; Angola, incluindo o enclave de Cabinda; Moçambique; Goa e dependências; Macau e dependências; Timor e dependências. Esta resolução foi aprovada por 68 votos contra 6 (África do Sul, Bélgica, Brasil, França, Portugal e Espanha) e 17 abstenções (entre elas, Reino Unido e Estados Unidos). Duarte Silva afirma que a posição portuguesa, ocorreu da seguinte forma:

Em declaração de voto, o representante português (embaixador Vasco Garin) exprimiu “as reservas mais categóricas”, considerou que a resolução, além de atribuir à Assembleia Geral uma competência que ela não detinha, era, quanto ao conteúdo, uma manifesta violação da Carta e uma discriminação de Portugal, o qual não estava isolado, pois outras delegações eram da mesma opinião (DUARTE SILVA, 1995, s/p).

A persistência de Portugal deu origem, na época, a várias teorias: alguns viam nela o sinal de um colonialismo “primitivo” e “extremo” (por alguns autores denominado de ultracolonialismo<sup>13</sup>), o qual se mantinha apenas pelo uso da força, dado o seu atraso econômico, valendo-se igualmente do apoio ativo ou da complacência das grandes potências. A pressão externa aliada às tensões internas (de setores intelectuais e políticos), no final de 1960, fez com que Portugal rompesse seu isolamento e aceitasse o início do diálogo pela descolonização.

A guerra nas colônias portuguesas<sup>14</sup> começou em Angola, no dia 4 de fevereiro de 1961. A apreciação da nova situação pela ONU desdobrou-se em dois pontos: a crise de Angola e o não cumprimento pelo governo português do capítulo XI da sua Carta e da própria

---

<sup>13</sup> Especialmente aqueles autores que analisam a luta de libertação nacional em Angola. ANDERSON definiu ultracolonialismo como a “modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo” (ANDERSON, 1966, pág. 55)

<sup>14</sup> Denominada de luta de libertação nacional ou guerra colonial na designação dos nacionalistas e simplesmente terrorismo, na designação oficial portuguesa.

Resolução 1542. Em face dos acontecimentos no norte de Angola a partir de março, 39 Estados convidaram a Assembleia Geral a debater a situação; baseavam-se no fato de Angola ter sido classificada, pela própria Assembleia, como território não autônomo e invocavam a Declaração Anticolonialista, em relação à cessação da repressão e transferência de poderes para os angolanos. O representante português protestou contra o exame desta questão na Assembleia e retirou-se dos debates.

Em 20 de abril, a Assembleia aprovou, por 73 votos contra 2 (Portugal e África do Sul) e 9 abstenções (entre as quais, do Brasil, França e Reino Unido), a Resolução 1603. Constatando que a continuação das desordens e conflitos sangrentos e a falta de medidas para atenuar as desigualdades podiam pôr em perigo a manutenção da paz e segurança internacionais, a Assembleia, invocando as Resoluções 1514 e 1542, tomava duas decisões: por um lado, incitava o governo português a promover urgentemente reformas que dessem cumprimento à Declaração Anticolonialista e por outro, instituíu um subcomitê de cinco membros, encarregado de investigar a situação. Em resposta às pressões internacionais, Portugal, por meio do Decreto-Lei nº 44016, criou a Zona de Livre Comércio entre a metrópole e as colônias portuguesas, em 08 de novembro seguinte.

Em 27 de setembro de 1968, Marcello Caetano tornou-se Primeiro-Ministro português e seguiu a política africana de Salazar. De fato, o governo português aprofundava os três princípios básicos na África, seguidos desde o final do século XIX: colonialismo, autoritarismo e nacionalismo. Igualmente, a especificidade da descolonização portuguesa na África pode ser analisada por (1) ter acontecido mais de uma década depois das descolonizações francesa e inglesa; (2) as independências se viabilizaram por meio de lutas de libertação nacional – assumindo a forma de guerra de guerrilhas em três das cinco colônias (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau); (3) as independências se atrelaram ao socialismo pós-colonial, pois conforme Chabal, “... os cinco regimes lusófonos começaram a estabelecer aquilo que eles consideravam ser um Estado “socialista” imediatamente depois da independência” (CHABAL, 1993a, pág. 42); e (4) a descolonização estar diretamente ligada à queda da ditadura portuguesa, em Lisboa.

Além do mais, Moita (1985, pág. 504) identifica dois grupos de interesse com posturas divergentes na política portuguesa, em relação à descolonização: o grupo que buscava, na descolonização, a continuidade possível, tendo à frente o general António de Spínola, buscando conseguir o cessar-fogo prévio e tentar desarmar os movimentos de libertação nacional; por outro lado, o próprio Ministério das Forças Armadas pregava uma ruptura total com o processo de descolonização. Logo, o envolvimento das tropas portuguesas nas lutas

pela libertação nas colônias africanas está diretamente ligado à orientação política do regime. A Revolução dos Cravos, em abril de 1974, deve, igualmente, ser entendida como o começo da transferência de poder para as colônias portuguesas na África.

Ao discutir-se a presença portuguesa nas guerras coloniais de independência africanas, deve-se, ainda, atentar-se ao envolvimento simultâneo das tropas portuguesas em três conflitos (Angola, a partir de 1961, Guiné-Bissau, a partir de 1963 e Moçambique, desde 1964), o qual requeria um envolvimento militar e logístico amplamente complexo. Chabal (2002, pág. 04) aponta ainda para a própria questão da estratégia militar como determinante do complexo local adicionada às questões da resistência e de suas campanhas/resultados. A iniciativa de efetivar-se a insurgência em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique partiu de uma base ideológica e prática, onde o entendimento da guerra colonial era a evidência da intransigência do colonialismo português, em negar as negociações para a descolonização. Concorde-se com Chabal ao afirmar que os movimentos nacionalistas na África de Língua Portuguesa têm suas origens similares aos demais nacionalismos africanos da época, porém, as singularidades da guerra colonial se referem às questões históricas, onde

[...] embora as origens da lusofonia são contemporâneas ao nacionalismo africano nas colônias britânicas, francesas e belgas, o “fim do jogo” da descolonização foi jogado num contexto africano e internacional muito diferente. Há, assim, um lapso de tempo enorme que pode distorcer a análise e que é importante ter em conta. Por estas razões, e por razões que levam em conta a especificidade de Portugal como uma potência colonial, é muito fácil exagerar ou descaracterizar as singularidades assim chamadas do nacionalismo português na África de língua portuguesa. (CHABAL, 2002, pág. 04, tradução nossa).

Pode-se entender os movimentos nacionalistas de descolonização na África portuguesa a partir de três categorias, onde (a) haviam os movimentos de cunho modernizador, com uma visão política universalista, como o era o Movimento para a Libertação de Angola – MPLA ou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, ou ainda a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO. A geração jovem, relativamente mais educada do que a maioria da população local, sendo partes desses assimilados ou aculturados pelo domínio das mentalidades sociais e culturais, com questões ideológicas de esquerda em relação à metrópole portuguesa. Seu nacionalismo era supra-étnico e seu objetivo era modernizar política e economicamente os Estados africanos; (b) haviam ainda os tradicionalistas, que se baseavam na realidade sócio-política econômica africana, uma classe menos educada, menos assimilada e menos aculturada, onde as relações locais seculares tinham mais valor. Como resultado, suas orientações eram menos urbanizadoras e mais

ligadas ao meio rural, cujo discurso político relacionava a libertação nacional com a tradição africana, rejeitando as vias alternativas de desenvolvimento (o socialismo, por exemplo, por ser uma ideologia importada).

Tal classe de movimentos era formada por mestiços, indianos e brancos. Em Moçambique e na Guiné, esses mestiços foram cooptados para os movimentos modernizadores (FRELIMO e PAIGC) onde tiveram parte de suas demandas atendidas. Em Angola, a situação complexificou-se, onde a União das Populações do Norte de Angola, um movimento etno-nacionalista (terceiro grupo) evoluiu para uma premissa tradicionalista, chamada Frente Nacional para a libertação de Angola – FNLA, rivalizando diretamente com o MPLA. Entretanto, a fraqueza política do FNLA enquanto movimento anticolonial se aprofundou com sua base étnica. O FNLA nunca se mobilizou efetivamente pela libertação nacional, mesmo tendo apoio do Zaire (militar e político); em 1965, seu líder, Jonas Savimbi, optou por fundar a União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA, o mais efetivo movimento tradicionalista local. O terceiro grupo (c), de etno-nacionalistas, acreditava não ser possível a transição da África colonial a Estados independentes, na medida em que apenas grupos étnicos-linguísticos poderiam se autogerir em contraponto a nações artificialmente constituídas. Embora débeis nos processos de independência, esses grupos tiveram (e ainda tem) força política e social local, nas áreas rurais dos países africanos de língua portuguesa.

Chabal entende que as diferenças basilares entre esses três grupos não deixaram de amparar o entendimento de que, essencialmente, as guerras coloniais foram conflitos políticos, onde

[embora prolongadas e, por vezes, sofisticadas, essas] operações militares tinham por objetivo final forçar o poder de conceder a independência colonial. Portanto, a adequação e a eficácia da atividade anti-colonial militar só pode ser avaliada em termos dos resultados da política que atinge, ou seja, a ação armada da descolonização feita nos termos nacionalistas, mais ou menos provável. (CHABAL, IDEM, pág. 08, tradução nossa).

Dada a transparente natureza política dessas guerras, é possível sugerir alguns critérios para identificar a eficácia da luta anticolonial: por um lado, foi a extensão da unidade nacionalista; por outro, a habilidade de mobilização política das populações rurais, o grau de dependência das ações militares aos objetivos políticos; a habilidade de defender as áreas

liberadas, além da capacidade de os nacionalistas de usarem a diplomacia em prol da segurança internacional (principalmente das Nações Unidas) também ocorreu<sup>15</sup>.

No entanto, e apesar das peculiaridades da presença portuguesa na África, os cinco países africanos de língua portuguesa que resultaram independentes dessa colonização não formam uma unidade homogênea e coesa, sendo qualitativa e quantitativamente diversos e complexos, em relação ao restante da África Subsaariana e, mesmo entre si. Pode-se inferir que, num sentido geral,

[...] a *descolonização*, entendida como queda dos impérios das potências europeias, foi um processo de transição em que prevaleceram ora os elementos de continuidade ora os elementos de ruptura. Predominava a continuidade sempre que a metrópole mantinha o controle das alavancas da transição, seja assegurando o essencial dos interesses econômicos, seja garantindo a hegemonia da transferência do poder político pelas suas ligações às novas classes dirigentes, seja mesmo mantendo a influência militar através da presença de bases e de contingentes ou da facilidade de intervenção à distância. Inversamente predominava a ruptura quando estes factores não se verificavam e o poder político econômico e militar emergente rompia os laços estruturais da dominação colonial. (MOITA, 1985, pág. 501, *grifo nosso*).

A análise do processo de descolonização portuguesa na África indica que os elementos de ruptura estiveram mais presentes. O processo tardio (e sob variáveis interna e externas diferentes da descolonização francesa e britânica) diminuiu a margem de manobra do governo português nos processos de descolonização e na possibilidade de influenciar os novos Estados. O próprio caráter dos movimentos de independência ter se direcionado à luta armada propiciou a quebra dos vínculos com a metrópole, por meio da ruptura em relação ao poder político e sua ideologia, em relação ao nível das dependências econômicas e militares e ainda, em relação ao novo tipo de inserção internacional desses novos Estados.

Um ponto fundamental para o entendimento dessa ruptura se referiu à Revolução dos Cravos em 1974, onde o processo político subsequente ao golpe de 25 de abril se caracterizou pela generalização e extensão das mobilizações que ocorreram no campo popular, elitista e estatal. Segundo Diego Palacios (2003, pág. 25), “... a generalização das mobilizações dentro da esfera estatal configurou uma crise de Estado que se revela como um excelente laboratório para pensar o seu reverso, ou seja, o que é o Estado e como funciona em situações normais, isto é, como poder constituído” (pág. 25). Essa desestabilização das forças policiais e seu

---

<sup>15</sup> Pode-se questionar sobre os sucessos dos nacionalistas guineenses em contraponto aos angolanos e moçambicanos. Mas, conforme Chabal é possível valorá-lo? O PAIGC foi o movimento anticolonial na África Portuguesa mais efetivo e criterioso, que manteve a unidade entre diferentes grupos étnicos guineenses, além de ser o movimento de libertação de dois Estados diferentes, Guiné-Bissau e Cabo Verde; adaptou-se à mobilização política e manteve sob seu controle as áreas liberadas, além do sucesso diplomático.

consequente decréscimo de atividade se completaram ao processo de desintegração institucional pelo qual passavam as Forças Armadas. O relativo isolamento social dessas Forças, consequência direta dos anos de guerra na África, fez surgir uma nova identidade militar em algumas unidades, que rapidamente se transforma no aliado principal com que contaram os movimentos populares.

Paralelamente, o fim do afastamento acabou por ser um fator fundamental na própria legitimação da intervenção das Forças Armadas, uma vez que as tropas do Movimento não encontravam um referente da legitimidade da sua ação senão nas multidões que aclamam a derrubada do regime. Ao assumir o poder, em Lisboa, a Junta da Salvação Nacional liderada pelo General António Spínola (que se tornou Presidente) promete eleições em um ano, liberdade de expressão e imprensa e a volta de exilados políticos<sup>16</sup>. Em 19 de maio seguinte, Spínola anunciou a suspensão das operações militares na África.

Além disso, foi a partir de 1946, com a criação da Casa dos Estudantes do Império, cuja origem está na Casa dos Estudantes de Angola, em Lisboa, que se organizou a consciência independentista. Fundou-se, neste mesmo ano, o Centro de Estudos Africanos e, seis anos depois, o Movimento Anticolonial, onde surgiram os primeiros líderes dos movimentos de libertação. Na clandestinidade, foram formadas, nas colônias africanas de língua portuguesa, as primeiras organizações políticas, como o MPLA e a FRELIMO, entre outros. Esses agrupamentos foram, enfim, que constituíram o movimento de conscientização nacional e que empreenderam a luta pela libertação.

Num primeiro momento, o nacionalismo anticolonialista se voltou para a exclusão da elite local do poder a par da discriminação racial; depois, no pós-independência, ganhou contornos ocidentalizantes. Concorde-se, portanto, que

Nas ex-colônias portuguesas da África [...] o poder econômico e coercitivo do Estado mascara e impede o florescimento de uma identidade territorial, política e cultural. *A ausência de uma sociedade civil desenvolvida, o domínio do Estado e das suas instituições burocráticas colocaram as classes profissionais formadas pelos portugueses em posições de chefia.* E elas, frustrando os ideais ou sonhos comunais, “tomaram do Ocidente o modelo de nação cívica territorial e procuraram adaptá-lo às suas comunidades.” (SMITH, 1997 *apud* TUTIKIAN, 2006, pág. 39, *grifo nosso*).

Embora Rodney argumente que um dos aspectos positivos do imperialismo português na África foi justamente a possibilidade de criação de Estados independentes, em contraponto a uma anterior estrutura política descentralizada, baseada em clã, tribos, reinos e impérios,

---

<sup>16</sup> O socialista Mário Soares e o comunista Álvaro Cunhal retornaram ao país e assumiram postos no novo governo português: Cunhal tornou-se ministro sem pasta e Soares, Ministro das Relações Exteriores.

complementada pela institucionalização de um novo sistema judiciário e uma nova burocracia (RODNEY, 2010, pág. 397), cabe destacar que as independências das colônias portuguesas na África ocasionaram o completo dismantelamento desses aparelhos produtivo, comercial e administrativo dos novos países. O retorno à metrópole de parte dos colonos privou esses países de quadros tecno-burocratas, que asseguravam o funcionamento da estrutura industrial, dos circuitos comerciais e da administração pública. Também em relação à ex-metrópole, a descolonização poderia ter propiciado uma nova oportunidade de relacionar-se privilegiadamente com os novos Estados, mas a carência de projetos e a pequena margem de autonomia portuguesa no sistema internacional condicionaram as relações posteriores. Para Arnold,

A saída de Portugal da África, em 1975, foi indigna e desordenada. Ele deixou para trás uma guerra civil em andamento em Angola, enquanto um êxodo em massa de brancos ocorria [...] para desmentir alegações de Portugal sobre o não-racismo e integração. As novas regras “radicais” dos governantes de Portugal demonstraram um pouco mais de compreensão da África do que tinham seus antecessores. (ARNOLD, 2005, pág. 544, tradução nossa).

Em todas as antigas colônias portuguesas na África, essa estrutura burocrática, administrativa e social herdada da metrópole moldou profundamente a vida dos novos Estados independentes, e, em maior ou menor grau, refletiu na sua forma de inserção internacional.

### **Os Pequenos PALOP no contexto da lusofonia**

Apesar do passado em comum e das características que os tornam Estados em desenvolvimento, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe possuem diferenças extremamente relevantes, significativas analiticamente. Mostra-se evidente que a análise conjunta desses cinco países lusófonos é artificial, pois o fato de terem compartilhado uma mesma história colonial e se direcionado ao pós-independência aderindo a alguma forma de socialismo constitui-se enquanto uma base demasiadamente débil para fazer análises mais generalistas.

As similitudes de Angola e Moçambique, entendidos aqui como Grandes PALOP, em relação aos Pequenos PALOP referem-se às suas condições histórico-culturais condicionadas

pela presença portuguesa em seus territórios e o comércio como eixo dessa presença aliado à escravização de africanos e seu destino ao Brasil. A produção agroexportadora, baseada em monoculturas (açúcar, cacau e café, especialmente) atrelada à cristalização de uma classe burocrata (que se tornou elite no pós-independência), além da presença de uma massa de desempregados e subempregados, em condições sociais preocupantes demarcaram as estruturas econômicas, políticas e sociais desses Estados pós-coloniais.

Em complemento, pode-se inferir sobre a africanização política que ocorrera no continente, no sentido que Chabal (2002) argumenta em relação a todo o processo relacionado à herança política da colonização – ideias, práticas e instituições – que foram “assimilados, transformados e reapropriados pela África”. Esse processo de formação dos Estados africanos ainda foi profundamente moldado pela corrupção e clientelismo, como resultados da influência recíproca de altas e baixas políticas, como apontado por Seibert (2002).

Outro ponto fundamental na formação desses Estados pós-coloniais refere-se ao que Chabal denomina de busca hegemônica, por parte da ação política desses Estados. Essa busca significa a pretensão de o Estado ser absolutamente abrangente em suas ações, tentando dinamizar todas as esferas da vida pública sem, contudo, possuir os meios efetivos para fazê-lo. Como resultado, a sociedade civil “minou e penetrou o estado de várias maneiras, contribuindo para a sua fraqueza e falência” (SEIBERT, 2002, pág. 23). Logo, a ação de altos funcionários públicos no sentido de privatizar o Estado (acumulação de riqueza privada em detrimento do exercício do serviço público) é analisada por Chabal (1993) e Seibert (2002) como resultante da estrutura das sociedades africanas pré-coloniais, nas quais a “... acumulação servia para criar posição e status social, possibilitando a redistribuição de modo a manter o estatuto social e a coesão da comunidade” (SEIBERT, id., pág. 23).

Identifica-se, ainda, que a privatização do Estado independente e sua estratégia de capitalização de investimentos provenientes do exterior estão fortemente ligadas às redes de clientelismo, que acabam por fornecer a maior parte dos recursos necessários para sua manutenção, como troca de bens e serviços numa base pessoal (ou ainda de apoio político). Por seqüela, favorece-se a corrupção em sociedades onde tal ato não é considerado desonestidade ou imoralidade, mas um ato rotineiro, em todos os níveis da administração.

Em relação às diferenças entre esses dois grupos de países lusófonos, pode-se refletir sobre as dimensões geográficas, mais favoráveis ao primeiro grupo, possibilitando um desenvolvimento econômico mais sustentado, a médio e longo prazo, com fartura de recursos minerais e uma agricultura não tão dependente do clima e relevo como ocorre nos Pequenos PALOP. A dimensão de suas fronteiras e sua costa litorânea fazem de Angola e Moçambique

países com maiores potencialidades de desenvolvimento econômico e conseqüentemente social do que os Pequenos PALOP, cuja insularidade (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe por serem arquipélagos, e a Guiné-Bissau, no continente, mas localizada num enclave francófono) e pequena dimensão detém as possibilidades e remete esses países às suas ligações histórico-culturais ou de vizinhança.

**Tabela 1: Dados estatísticos dos PALOP (2010)**

	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
<b>Nome Oficial</b>	República de Angola	República Popular de Moçambique	República do Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de São Tomé e Príncipe
<b>Capital</b>	Luanda	Maputo	Praia	Bissau	São Tomé
<b>Território</b>	1.246.700 km <sup>2</sup>	800.000 km <sup>2</sup>	4.000km <sup>2</sup>	36.000 km <sup>2</sup>	1.000 km <sup>2</sup>
<b>Fronteiras</b>	5.198km	4.571km	-	724km	-
<b>Costa litorânea</b>	1.600km	2.470km	965km	350km	209km
<b>Recursos naturais</b>	Petróleo, diamantes, aço, fosfato, ouro, urânio, bauxita	Carvão, titânio, gás natural, grafite, tântalo, recursos hídricos	Sal, rocha basáltica, calcário, gesso, argila	Madeira, fosfato, bauxita, argila, granito, calcário, depósitos inexplorados de petróleo	Pesca, recursos hídricos
<b>População</b>	14.335.000	22.522.000	515.000	1.550.000	179.000
<b>Religião</b>	Religiões tradicionais: 47%, Cristianismo 53% (Católicos 38% e protestantes 15%)	Cristianismo 40%, Religiões tradicionais 42%, Muçulmanos 18%	Cristianismo 100% (Católicos 93% e protestantes 7%)	Religiões tradicionais: 50%, Muçulmanos 45%, Cristianismo 5%	Cristianismo 100%
<b>Analfabetismo</b>	33%	53%	35%	58%	15%
<b>IDH</b>	0,44	0,37	0,72	0,34	0,6
<b>Faixas etárias</b>	0-14 anos: 43,2% 15-64 anos: 54,1% 65 anos em diante: 2,7%	0-14 anos: 45,9% 15-64 anos: 51,1% 65 anos em diante: 3%	0-14 anos: 32,6% 15-64 anos: 61,9% 65 anos em diante: 5,5%	0-14 anos: 40,4% 15-64 anos: 56,4% 65 anos em diante: 3,2%	0-14 anos: 44,7% 15-64 anos: 52,2% 65 anos em diante: 3,2%
<b>Natureza do Estado</b>	República democrática	República parlamentarista	República parlamentarista	República parlamentarista	República parlamentarista
<b>Moeda</b>	Kwanza Novo (AONS)	Metical (MT)	Escudo de Cabo Verde (ECV)	Franco da Guiné-Bissau (CFA)	Dobra (Dobra)
<b>PIB</b>	US\$85 bilhões	US\$12 bilhões	US\$1,5 bilhões	US\$850 milhões	US\$187 milhões
<b>Crescimento do PIB (em relação a 2009)</b>	5,0%	6,0%	4,5%	1,8%	6%
<b>PIB per Capita</b>	US\$ 5.900,00	US\$1.100,00	US\$3.700,00	US\$1.100,00	US\$1.800,00
<b>Independência</b>	11/11/1975	25/06/1975	05/07/1975	24/09/1973°	12/07/1975

Fonte: Elaborado a partir de dados do: World Bank. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>> Acesso em: 11 fev. 2012. Cia World Factbook. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tph>> Acesso em: 11 fev. 2012

°Embora a Guiné-Bissau tenha declarado sua independência unilateralmente em 1973, essa foi reconhecida por Portugal e pela comunidade internacional (inclusive o Brasil) apenas em agosto de 1974.

A Tabela 1 reflete os dados estatísticos principais desses países. Ricos em recursos minerais, os territórios angolano e moçambicano ainda possuem costas litorâneas extensas e retilíneas, favorecendo a infraestrutura portuária, além de relevos mais propícios à produção agrícola e pecuária, nas planícies do interior. Estrategicamente localizados no centro do continente africano (a oeste e leste, respectivamente), os Grandes PALOP ainda possuem a facilidade de acesso aos vizinhos e outros continentes. Por sua vez, os Pequenos PALOP são marcados por territórios muito pequenos, que são formados por relevos recortados por rochas vulcânicas ou pântanos e caracterizados por climas desfavoráveis, tendo reflexo direto nas respectivas produções agrícolas em larga escala.

Outro ponto que os difere profundamente refere-se ao prolongamento das lutas de libertação nacional, seja em Angola, seja em Moçambique, fato que findara quando da proclamação das independências em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Essa prorrogação dos conflitos angolano (até 2002) e moçambicano (até 1992), transformados em guerras civis, tiveram profundas implicações nas infraestruturas e nas sociedades daí resultantes. Entende-se que os Grandes PALOP, no contexto da Guerra Fria detinham-se enquanto força de atração para as duas superpotências e no pós-Guerra Fria, essa atração passou a ser definida pelos recursos minerais de ambos.

Grandes e Pequenos PALOP, assim, condicionados por um mesmo império e colonização, possuem mais semelhanças (históricas e culturais) do que diferenças (econômicas e geopolíticas). Tais diferenças são compreendidas como as deficiências que os Pequenos PALOP apresentam, notadamente relacionadas ao contexto geográfico e conseqüentemente econômico e político.

## Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica, localizado no Oceano Atlântico, a 640 km a oeste do continente africano. Sua área de 4.033 km<sup>2</sup> é composta por um grupo de 10 ilhas (09 habitadas) e dezenas de ilhéus desabitados, dividindo o país ao norte (ilhas de Barlavento – ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia –, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus desabitados de Branco, Raso, dos Pássaros, Rabo de Junco, Sal Rei e do Baluarte) e ao sul (ilhas de Sotavento – Maio, Santiago, Fogo e Brava – e os ilhéus de Santa Maria, Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luiz Verneiro, Sapado e da Areia).

A população de 515 mil habitantes (2010) se localiza, majoritariamente, nas maiores ilhas, como a de Santiago, onde se situa a capital do país, Praia (com aproximadamente

135.000 habitantes), e a ilha na ilha de São Vicente, onde se localiza a cidade de Mindelo (com 75.000 habitantes). O ponto mais elevado do relevo cabo-verdiano, com 2.829m, é o vulcão inativo na Ilha do Fogo. As ilhas são montanhosas e sem rios permanentes, além de solos áridos em consequência da corrente fria das Canárias. O arquipélago se localiza na zona sub-saheliana, com um clima árido ou semi-árido. O oceano e os ventos alíseos moderam a temperatura, onde a média anual raramente é superior a 25 °C e a mínima em torno de 20 °C. As estações do ano são fundamentalmente duas: a chuvosa (de agosto a outubro) e a seca (de novembro a julho). Foy analisa a posição geográfica das ilhas:

Embora situadas longe da terra, as ilhas de Cabo Verde não se beneficiam de um clima marítimo clássico. Sua altitude, em torno de 800 metros, é insuficiente para aprisionar o ar quente e úmido que passa sobre eles em seu caminho para o continente africano. Pelo contrário, eles compartilham o clima do Sahel, sujeitos a longas estiagens e escassez geral de água que pode ter consequências terríveis para os habitantes das ilhas. Como resultado, algumas ilhas são completamente estéreis, enquanto outras parecem cortadas por tiras de esmeralda que brilham no fundo dos vales profundos e representam a cultura uma única cultura possível. (FOY, 1988, pág. 07).

A origem étnica da maioria dos cabo-verdianos é a mestiçagem entre os bantu e os europeus colonizadores, sendo que aproximadamente 70% da população é crioula, 28% africana e 1% europeia. O português e o crioulo são as principais línguas do país, igualmente como a religião católica é o credo predominante entre os cabo-verdianos (90%).

Não há consenso histórico sobre os primeiros exploradores a chegarem às ilhas de Cabo Verde; a concordância se restringe apenas à data: 1460. Hernandez (2005) afirma que nesse ano, Antonio de Noli (italiano) chegou às ilhas orientais e meridionais do arquipélago e em 1462, D. Fernando descobriu as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau. Quatro anos mais tarde, D. Fernando recebeu a doação perpétua, por Carta Régia de D. Afonso, das ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Boa Vista e Maio. Por sua vez, Foy (1988) argumenta que Diogo Gomes, a mando de D. Henrique (Henrique, o navegador) chegou às ilhas, desertas então, nesse mesmo ano.

A posição geográfica do arquipélago em relação às navegações da época era estratégica: o arquipélago logo se tornou um ponto de parada dos navios que seguiam para as Índias (ou posteriormente às Américas), sem contar nas questões de direção dos ventos do arquipélago, que facilitavam o acesso à costa africana, via Madeira. Deste modo, desde 1462, teve início o povoamento de Cabo Verde, com o processo de ocupação portuguesa, particularmente na Ilha de Santiago, onde a divisão em duas capitânias (norte, com sede em

Alcatrazes, entregue a Diogo Gomes e sul, com sede em Ribeira Grande, doada a Antonio de Noli) foi o marco.

Santiago passou a se constituir enquanto entreposto de comércio de escravos, ponto onde era cobrado o pagamento de tributos e dízimos à Fazenda Real. No sentido de atrair moradores, em 1466, Portugal outorgou a Carta de Privilégios aos Moradores de Santiago, que concedia aos donatários pleno exercício da jurisdição cível e criminal e a prerrogativa de dar o direito de posse e o uso de terras, também lhes outorgando o direito de receber dízimo das produções agrícolas, além de resgatar escravos nas costa da Guiné. Esse conjunto de ações no início da colonização cabo-verdiana foi fundamental para o estabelecimento das estruturas básicas de dominação nas ilhas: estabeleceu o regime de propriedade de terras, criando condições legais para o tráfico de escravos e também propiciando esse mesma mão-de-obra para o arquipélago. Para Hernandez, foram justamente

Essas [...] as condições necessárias para formar uma sociedade escravocrata, por um lado, com um reduzido grupo de senhores que, no geral, concentrava a propriedade da terra, e controle da navegação, o comércio e a indústria artesanal e, por outro, a grande maioria dos escravos, trabalhando especialmente na produção de gêneros para o abastecimento de navios e de bens utilizados na compra de negros nas costas da Guiné (HERNANDEZ, 2005, pág. 523).

Em razão da sua condição de insularidade e da conseqüente dispersão geográfica, as ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde tiveram desenvolvimento econômico e estruturação social diversa. Santiago despontou como principal eixo econômico, centro político-administrativo e espaço de maior concentração populacional da colônia<sup>17</sup>, além de ponto de parada dos mercadores que faziam a rota África-Europa-Américas, pois ali também eram feitos os pagamentos dos dízimos e tributos à Coroa portuguesa. A partir de 1580, o exclusivo colonial passou a ser exercido em todas as ilhas de Cabo Verde, pois a Coroa portuguesa controlava a comercialização dos produtos de exportação (açúcar, urzela, purgueira e sal). A data da fundação da cidade de Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha), na ilha de Santo Antão corresponde ao ano de 1533, data em que se transformou em centro comercial regional, especialmente pelo tráfico de escravos crescente. Em 1555, a construção da Sé Catedral da cidade (embora desde 1470 já estava estabelecida a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição) também evidenciou a transformação da Cidade Velha em entreposto de comércio no Oceano Atlântico. Até o ano de 1769, a Cidade Velha foi a capital da colônia de Cabo Verde. No entanto, o constante ataque de piratas franceses durante a primeira parte

---

<sup>17</sup> As outras ilhas do arquipélago tiveram uma relativa habitação e exploração e acabaram se configurando como refúgio de escravos fugidos, criando uma classe à parte na sociedade cabo-verdiana (FOY, 19881, pág. 10-11).

do século XVIII pôs em franca decadência a cidade. Daquele ano em diante, a capital passou a ser a Vila da Praia de Santa Maria, que em 1858 foi elevada à categoria de cidade, sob a denominação de Praia.

No primeiro século de presença portuguesa, a ocupação de Cabo Verde ocorreu por meio da divisão de suas ilhas entre as famílias de Digo Gomes e de António di Noli. Apenas em 1642 chegaram os primeiros colonos portugueses, em maioria funcionários públicos ou criminosos exilados, enviados para pagar suas sentenças no arquipélago. Quase que imediatamente esses colonizadores iniciaram o processo de aprisionamento e comercialização de escravos, tornando rapidamente o arquipélago o maior entreposto comercial de escravos do Oceano Atlântico, sob administração portuguesa.

A partir do século XVI, o processo histórico-cultural consolidou uma sociedade escravocrata, onde o poder político e econômico estava com os poucos colonizadores portugueses e a Igreja; o escravo além de ser a força de trabalho era a materialização da riqueza do morgado (proprietário do morgadio, área de terras inalienáveis e indivisíveis, recebidas por doação e passadas de geração em geração, aos filhos homens). Como resultado, a maior parte da população tornou-se gradativamente não proprietária de terras, o que ocasionou o acirramento de tensões sociais, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. A década de 1830 foi severa com os habitantes das ilhas: tempestades, crise de produção e fome ocasionaram a morte de um terço de sua população e colocaram em cheque o sistema de morgadios (somente foi abolido em 1864, por Decreto Real). Em 1865, foi criado o Banco Nacional Ultramarino, que se estabeleceu em Praia, no sentido de fomentar a produção nas colônias portuguesas.

Com a terra improdutiva e sem possibilidade de encontrar um comprador para suas próprias propriedades, pelo menos não a um preço aceitável, as grandes famílias originais viram suas hipotecas sendo encerradas e suas explorações inteiras passando para as mãos do banco, que depois vendeu a terra, tanto intacta, ou em parcelas, para a nova burguesia. [...] O seu lugar foi tomado por uma nova classe média formada por emigrantes retornados, principalmente dos Estados Unidos e os cabo-verdianos que tinham sido empregados como empresários e funcionários por parte do Estado colonial. (FOY, 1988, pág. 13, tradução nossa).

Apenas em 1876 foi proclamada a abolição da escravidão (apenas na ilha de São Vicente o processo ocorrera em 1857<sup>18</sup>). Como resultado desses séculos de escravidão, o

---

<sup>18</sup> Mesmo que a ilegalidade do tráfico de escravos, em Cabo Verde, remonte a 1815, o arquipélago continuou servindo de ponto de apoio a exportação de escravos até o final do século XIX, principalmente daquela mão-de-obra proveniente de Cacheu e Bissau, com destino ao continente americano (Brasil e Cuba, essa por conta de navios espanhóis que usavam bandeira portuguesa). (ALEXANDRE, 1991, pág. 298).

processo de miscigenação em Cabo Verde foi um fator fundamental da sua sociedade. Carreira argumenta: “Não só os filhos naturais herdaram, como devem; senão os que são de coito danado, e punível; assim como os sacrílegos, adúlteros e incestuosos; todos aqui costumam herdar: ainda quando há herdeiros legítimos”. (CARREIRA, 1977 *apud* HERNANDEZ, 2005, pág. 527). Embora a inserção gradual de mão de obra livre passara a ocorrer desde então, com a presença de parceiros e rendeiros na produção agrícola (produziam nas terras dos morgados, sob pagamento de tributos e entrega de metade da produção), o que nota é que a sociedade cabo-verdiana pós-abolição da escravidão ainda mantinha-se polarizada entre os privilegiados (proprietários das terras e burocratas) e a outra parte da população, carente de estrutura econômica, política e social.

A discriminação racial, após a abolição, deixou de ser a base da sociedade, pois a mestiçagem ocorria desde o início da colonização, do século XVI, onde

A cor sofre nítida reificação e é utilizada apenas como critério para identificar três grandes grupos: o da “gente branca”, formado por pessoas de nível socioeconômico mais elevado, isto é, por aqueles que moram, alimentam-se e vestem-se bem, além de terem acesso à escolaridade formal; o da “gente preta”, constituído pelos pobres, os mais carentes da população, os esfarrapados subalimentados e, por fim, o “grupo dos mulatos”, composto pelos que, embora desprovidos de tradição, ascendem socialmente, tornando-se muitas vezes, grandes comerciantes e agricultores, passando a ser, senão aceitos, tolerados pelos brancos, agora diante de um processo contínuo de inversão da pirâmide social (HERNANDEZ, 2002, pág. 69).

Logo, a sociedade passou a ser dividida mais pelos aspectos econômicos do que sociais. Aliado à mestiçagem, a educação formal também teve peso na mobilidade social, contribuindo para as migrações internas (campo-cidade), entre ilhas e para a metrópole, Europa e Américas. As migrações (de modo forçado ou espontâneo), para outros continentes, devido ao alto grau de dificuldades econômicas (principalmente dos não-proprietários de terras), pobreza e altas taxas de mortalidade, caracterizaram o fenômeno conhecido como a diáspora, a partir da metade do século XVIII<sup>19</sup>. O governo português empreendia poucos investimentos na educação, restringindo seu acesso à elite (índice de analfabetismo era superior a 70% da população, no final do século XIX). Essa elite, educada e esclarecida ideologicamente, passou a ser empregada nos quadros tecno-burocratas do governo português, onde a metrópole usava esses cabo-verdianos como “correia de transmissão da administração colonial” (HERNANDEZ, 2005, pág. 528).

---

<sup>19</sup> CARREIRA afirma que entre 1850 e 1973, aproximadamente 280.000 cabo-verdianos deixaram o país. (CARREIRA, 1982 *apud* FOY, 1988, pág. 13-15)

Por todos esses pontos analisados, Cabo Verde tornou-se um território diferenciado pela metrópole em relação às demais colônias portuguesas na África<sup>20</sup>, em razão do arquipélago ter sido marcado por processos longos de assimilação e aculturação<sup>21</sup>. Em contraponto, a insatisfação social ocorreria devido às condições de seca, fome e distribuição de renda, o que gerou, por parte de uma parcela da elite local, a fundação de sindicatos e associações setoriais, grupos esses favoráveis à modernização, liberalização, (muitos como embriões dos anseios de semidependência, no sentido de uma relativa autonomia político-administrativa, mantendo a união com Portugal).

Outro aspecto interessante refere-se à influência da Igreja Católica (90% da população é católica) na formação de uma sociedade conservadora, que “encorajou prudência nas questões financeiras e sociais” (FOY, 1988, pág. 16). Nesse período, a estrutura social das ilhas refletia a das outras colônias portuguesas: os europeus, os assimilados e os indígenas. A presença do assimilados, considerados como os africanos que absorveram suficientemente a cultura portuguesa, satisfazendo as condições para requererem um tratamento igualitário com os cidadãos portugueses (FOY, id., pág. xvi), tornou-se mais visível nas atividades burocráticas das ilhas de Cabo Verde.

A Primeira República reimpulsionou o colonialismo do Estado português; a própria ascensão de Salazar e o caráter militarizado de sua ditadura refletiu-se em Cabo Verde com o aumento da censura e repressão, combinados com reivindicações desconsideradas e direitos da população desrespeitados. Foi no período pós-Segunda Guerra Mundial, com o engajamento das elites culturais e políticas cabo-verdianas (formadas em maioria em Lisboa e Coimbra), que o movimento independentista e o debate acerca dos problemas sociais e políticos do arquipélago ganharam força. Hernandez (2005, pág. 531) afirma que as principais características desses movimentos eram a reivindicação dos Direitos do Homem e do Cidadão, o princípio da nacionalidade e a intensificação do debate sobre a questão nacional. As ideias resultantes da Conferência de Bandung, em 1955, foram adicionadas àquelas, principalmente no âmbito do não-alinhamento.

---

<sup>20</sup> A natureza da colonização portuguesa em Cabo Verde diferia tanto das demais, que, por exemplo, em estudo sobre as exportações portuguesas de sal no século XIX, Martins Ribeiro identifica que Cabo Verde não constava nas estatísticas de comércio exterior lusitano (embora recebesse quantidades de sal anuais; já as demais colônias portuguesas na África (e mesmo na Ásia), constavam como destinos de exportações de sal. (MARTINS RIBEIRO, 2006, pág. 07).

<sup>21</sup> Como exemplo, em função do alto número de habitantes mestiços nas ilhas, o Código do Trabalho dos Indígenas, de 1928 formalizou o arquipélago como uma colônia predominantemente administrativa.

## Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau se localiza na parte ocidental do continente africano, entre o Senegal e a Guiné-Conacry. Sua área de 36.126 km<sup>2</sup> é praticamente toda localizada numa área de baixa altitude, cujo ponto mais elevado está apenas 300 metros acima do nível do mar. Seu território está dividido em quatro zonas: a costa Atlântica (com aproximadamente de 180 km, constituída por estuários largos e profundos, mangues, pântanos e florestas que se estiram da baixa Casamansa ao norte até à fronteira com a República da Guiné ao sul); o arquipélago dos Bijagós (com uma superfície de 10.000 km<sup>2</sup> composta por 1.000 km<sup>2</sup> de ilhas sedimentares e 9.000 km<sup>2</sup> de mar, além das 40 ilhas, das quais apenas 20 são habitáveis, têm pouca elevação, uma vegetação luxuriante e bonitas praias); as vastas planícies, situadas ligeiramente acima do nível do mar, cobertas por savanas arbustivas ao norte e uma floresta sub-úmida, quase virgem, ao sul; e ao leste, as colinas e planaltos, que ascendem gradualmente para os montanhas do Fouta Djalon.

Situada aproximadamente entre a linha do Equador e o Trópico de Câncer, a Guiné-Bissau tem um clima tipicamente tropical, caracteristicamente quente e úmido, com duas estações distintas: a estação das chuvas (estendendo-se de maio a novembro) e a estação seca. As temperaturas, em todo o território, são elevadas durante a maior parte do ano, oscilando entre 22°C e 38°C (média mensal de 30°C). A população da Guiné-Bissau é constituída por mais de 20 etnias, com línguas, estruturas sociais e costumes distintos. A maioria da população sobrevive da agricultura e professa religiões tradicionais locais, sendo que aproximadamente 45% dos habitantes praticam o islamismo. As línguas mais faladas são o fula e o mandinga, entre as populações concentradas no Norte e no Nordeste. Outros grupos étnicos importantes são os balantas e os papéis, na costa meridional, e os manjacos e os mancanhas, nas regiões costeiras do Centro e do Norte. No entanto, o crioulo é a língua veicular interétnica.

O território hoje constituído enquanto Guiné-Bissau, na parte ocidental do continente africano, foi inserido no contexto regional por meio da expansão do Império do Mali, no século XIII. Os vinte e cinco povos que habitavam o território guineense, antes da presença mali, eram, principalmente, os Mandingas, os Papels, os Manjacos, os Brames, os Balantas, os Bajagos e os Fulas<sup>22</sup>. Sob o domínio dos Mali, o território bissau-guineense foi administrativamente dividido em duas áreas, o Braço (área ao norte, sob influência

---

<sup>22</sup> Os Fulas chegaram ao território guineense apenas no século XV.

portuguesa) e Cabo (área de savana, ao leste, que posteriormente se tornou independente, enquanto império).

O comércio transsaariano era o principal fator de formação do Senegâmbia (Gâmbia e Senegal) e de suas relações com os Impérios de Gana, Songai e do próprio Mali. Os principais produtos (sal, ouro e outras especiarias) eram transportados por duas rotas (uma ao longo do rio Senegal e outra ao longo do rio Gâmbia). Para Galli e Jones (1987), essas transações comerciais deram à região unidade econômica, facilitando a troca de produtos da costa (sal, arroz, pimenta e escravos) por produtos do Sudão, Mediterrâneo e do Extremo Oriente (roupas, ferro, gado, manteiga de cacau). Não apenas a economia tornou comuns elementos regionais, mas as similaridades sociais, culturais e linguísticas também passaram a ocorrer, como as organizações políticas e sociais (divisão de lideranças e classes por meio da propriedade da terra, cobrança de tributos); o próprio arroz passou a ser alimento-base das populações da costa ocidental africana<sup>23</sup>.

O explorador português Nuno Tristão chegou à região do rio Senegal, das ilhas de Arguin, Cabo Verde e do Goré por volta de 1446. Um italiano, sob bandeira de expedição portuguesa, Aluisi Cadamosto, descobriu, em 1456, a região que posteriormente se tornou a Guiné portuguesa, ao explorar os rios Cacheu e da Casamansa. Em 1446, Antonio de Noli e Diego Gomes iniciaram a colonização das ilhas do Cabo Verde<sup>24</sup>. O comércio regional estava fortemente baseado nas rotas acima expostas, e os portugueses objetivavam partilhar tais rotas. Com a descoberta de minas de ouro na região de Elmina (hoje Gana), a região costeira africana passou a ser vital para os interesses europeus. O ouro africano era trocado com os portugueses por sal, cavalos, corantes, mulas, metais e bugigangas; os portugueses passaram a fazer uso dos lançados, homens de “baixo caráter moral” (GALLI & JONES, 1987, pág. 14), que tinham por objetivo regular o comércio regional, sendo um meio termo entre os portugueses e os africanos. Havia ainda a classe dos grumetes<sup>25</sup>, que auxiliava logisticamente o comércio regional, por meio de canoas e botes. Essas duas classes (lançados e grumetes) foram fortemente influenciadas pela cultura e costumes portugueses e pelo Cristianismo, formando a base da cultura crioula. A língua crioula – mistura do português com línguas africanas – passou a ser dotada gradualmente na região costeira e nas ilhas de Cabo Verde.

---

<sup>23</sup> Para maiores informações sobre as influências do comércio transaariano nas populações da costa ocidental africana, cf. GALLI & JONES, 1987.

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que Cabo Verde e a Guiné portuguesa tiveram sua colonização atrelada até 1879, com Cabo Verde sendo a sede da colônia; nesse ano, Cacheu e Bolama passaram a ser administradas pela colônia da Guiné portuguesa, com sede em Bissau.

<sup>25</sup> Os Grumetes eram os indivíduos indígenas convertidos ao catolicismo, integrados à cultura portuguesa; geralmente pequenos comerciantes.

A feitoria de Cacheu, junto ao rio do mesmo nome, foi um dos maiores mercados africanos durante quase um século, muito em razão do papel desempenhado pelos lançados, cada vez mais consolidados como mediadores do comércio entre portugueses (e demais europeus) e as sociedades africanas. Galli e Jones afirmam que

Os lançados eram a formação de nova classe – assim como os grumetes. Eles eram pequenos mercadores burgueses que acumularam riqueza através da especulação. Lucros que trouxeram mais mercadorias, mais canoas, botes, ajudantes, postos comerciais e mais lucros. Lançados forma uma força social que desencadeou mudanças sociais e políticas pela África Ocidental. Os grumetes representavam um incipiente proletariado, cujos maiores empreendimentos eram se tornar comerciantes. (GALLI & JONES, id., pág. 15-16, tradução nossa).

A partir do século XVI, o ouro perdeu gradualmente importância, em contraponto à ascensão do comércio de escravos, ao passo que a presença de portugueses (e outros povos europeus) se ampliava na costa ocidental africana. Na mesma medida, a cultura crioula se aprofundava na região, não somente visível na língua, mas também na estrutura social. O comércio de escravos teve duas fases: a primeira (século XVI ao XVIII), baseado na região de Cacheu, como principal ponto de embarque (a vila de Cacheu foi fundada em 1558); e a segunda (metade do século XVIII ao século XIX), tendo Bissau como maior porto sob influência portuguesa. Aquela região, principalmente na primeira fase, se desenvolveu sob a base lançado-grumete, depois de 1594, e do estabelecimento de um posto militar português, em 1616. A fundação da vila de Bissau ocorreu em 1697, por decorrência do perfil militar da região e como entreposto do comércio de escravos, no contexto do império português.

Esse comércio de escravos (e toda a estrutura envolvida nesse processo) deixou marcas profundas na região da Guiné. Não pretende-se, aqui, aprofundar tal discussão, no entanto mostra-se relevante entender o esquema de aprisionamento e venda desses escravos, além das conseqüentes tensões entre tribos, na região, para compreender conflitos étnicos contemporâneos na região. Rodney argumenta que o comércio de escravos tinha características de luta de classes, quando reis e chefes de tribos ordenavam aos seus súditos o aprisionamento de membros de tribos e etnias vizinhas, ou mesmo na sua própria sociedade: os Mandingas aprisionavam os Djolas; os Papels e Bijagós aprisionavam os Balantas; os Bijagós e Beafadas prendiam Nalus (RODNEY, 1970 *apud* GALLI & JONES, *ibid.*, pág. 18).

Depois do século XVII, a presença de britânicos (Gâmbia e Serra Leoa posteriormente) e franceses (região do rio Senegal) na costa da Guiné fez com que Portugal perdesse sua hegemonia no comércio de escravos. A reação portuguesa foi aprofundar o

controle sobre a região de Cacheu, estabelecendo normas de comércio prejudiciais às sociedades africanas envolvidas, com a implantação de uma companhia de comércio. A Revolta dos Crioulos (1684/1685), contra essas regras administrativas e de monopólio português, pode ser entendida como o primeiro ato de tentativa de independência política da região, incitada pelos comerciantes crioulos. Esse movimento foi o precursor da Liga Guineense (fundada em 1910) e objetivava o livre fluxo comercial na região.

A segunda fase do comércio de escravos tem como referência a ascensão dos Fulas enquanto Confederação regional, subordinando os Mandingas e os Beafadas. As lutas por conquista de território passaram a ter um argumento religioso, em nome da expansão do Islamismo, na região. Bissau, fundada em 1700, tornou-se a capital da Guiné portuguesa. A partir de 1746, Portugal fortificou a cidade, com o objetivo de barrar a presença britânica e francesa na região, reestabelecendo um posto administrativo e reabilitando a fortaleza militar da cidade, com supervisão da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (na colônia brasileira, a qual assumiu a administração de Cabo Verde e Guiné entre 1756 e 1777). Esse período foi marcado por um elevado número de escravos da região da Guiné embarcados para o Brasil.

A administração portuguesa era a chave para controlar o comércio regional. A Guiné foi administrada como uma colônia das ilhas de Cabo Verde até 1879, altura em que foi separada das ilhas, para passar a ser governada autonomamente. No início da colonização, essa administração se refletia na presença militar, com a presença de oficiais, postos, escolas e outros poucos órgãos governamentais. A Guiné foi dividida em distritos militares, muitas vezes chefiados por administradores cabo-verdianos. Mesmo com a abolição internacional do comércio de escravos (em Portugal e nas suas respectivas colônias na África, em 1836<sup>26</sup> e no Oceano Atlântico Sul, pela Inglaterra, em 1845), na costa da Guiné o comércio manteve-se até o final do século XIX, na clandestinidade e sob controle dos crioulos. O imperialismo, ao aprofundar a presença de europeus na região, também gerou novas formas de exploração da região. As plantations foram implantadas pelos próprios comerciantes crioulos e o cultivo de amendoins na Guiné concretizou-se com força de trabalho escrava e livre. As feitorias, surgiram, deste modo, como combinação das plantations e dos entrepostos comerciais, até o final do século XIX (na área do Senegal francês e da Guiné crioula). Na Guiné portuguesa,

---

<sup>26</sup> A proposta do tratado de abolição internacional do tráfico de escravos entre Portugal e Inglaterra fora o Visconde Sá da Bandeira. Em 10 de dezembro de 1836 foi firmado o Decreto que determinava a extinção da exportação de africanos das colônias portuguesas, profundamente motivado pela Inglaterra.

concretamente, o comércio de mercadorias aumentou substancialmente após o fim do tráfico de escravos, mas isso não chegou para substituir o valor do comércio de escravos:

Com efeito, entre 1852 e 1878, a exportação de amendoim daqueles territórios aumentou em cerca de dez vezes, mas caiu abruptamente logo a seguir. Para tal contribuiu a concorrência das vizinhas colônias francesas. O mercado francês, ao contrário do português, importava quantidades apreciáveis de oleaginosas, o que era uma clara vantagem para os comerciantes franceses, em face dos monopólios coloniais. A perda do comércio de amendoim pelos portugueses pode também relacionar-se com o facto de os franceses terem em África forças militares suficientes para manterem a segurança necessária ao comércio. (LAINS, 1998, pág. 472).

A influência francesa na região passou a ser questionada pelos portugueses e crioulos da Guiné; durante o século XIX, Portugal perdeu uma grande parte do território para a França (cedido a região da Casamansa e do rio Nunez, em 1886), que era um grande centro comercial para a colônia; a Inglaterra tentou apoderar-se da ilha de Bolama – fato que resultaria em aumento das tensões –, cuja resolução se deveu a António José de Ávila (depois recompensado com o título de Duque de Ávila e Bolama), o qual, recorreu à intervenção do presidente norte-americano Ulysses S. Grant, que intercedeu a favor de Portugal; à Alemanha, Portugal também cedeu um porção de terras, em troca de apoio na África Central, especialmente em Angola e Moçambique.

Como reflexo da crise de 1830 a 1860, parte da população cabo-verdiana migrou para a Guiné-Bissau, passando a trabalhar em pequenas propriedades de terras concedidas, conhecidas como pontas. Esses ponteiros passaram a contratar mão-de-obra balnata para limpar as áreas de terras e plantar cana-de-açúcar e arroz; a cana era convertida em cachaça, que passou a ser exportada em quantidades pequenas para outras colônias portuguesas. No entanto, Portugal não incentivou essa atividade, pois estimulava a importação de seu vinho nas colônias (GALLI & JONES, *ibid.*, *passim*). A partir de 1910, o comércio de amendoim renasceu e passou a ser o principal produto de exportação bissau-guineense para as outras colônias portuguesas.

Após o advento da República em 1910, foi criada a Liga Guineense, em Bissau, uma associação educativa que tinha o objetivo de criar escolas e trabalhar para o progresso e o desenvolvimento dos grumetes, pois representava os interesses dos pequenos comerciantes na colônia. A Liga acabou por se tornar uma fonte de pressão à metrópole (incitando, inclusive, reivindicações e conflitos em relação aos impostos), pois Portugal já não detinha o controle efetivo da vida econômica e administrativa da colônia. Durante a Primeira República, “... Portugal forneceu menos de um terço das importações da Guiné e comprava menos de um

terço de suas exportações. Os portugueses entenderam isso como uma falha da administração” (GALLI & JONES, *ibid.*, pág. 30). Além disso, “[...] a aceleração do caos financeiro e monetário nas colônias foi explorada por grupos de extrema-direita política como parte de sua campanha para mostrar que os republicanos [portugueses] não poderiam governar” (CLARENCE-SMITH, 1985 *apud* GALLI & JONES, *ibid.*, pág 30).

O poder militar na sociedade bissau-guineense continuou até por volta de fins da década de 1920, quando os comandos militares passaram a ser tarefa própria dos administradores das circunscrições civis. Uma segunda característica refere-se às relações entre os funcionários da burocracia colonial (os residentes) e os povos africanos, com a manutenção do poder tradicional dos régulos, dos quais era subtraída a aplicação da justiça e transferida a responsabilidade pela cobrança de impostos. As tensões geradas pela cobrança de impostos e pelas pressões administrativas levaram a combates caracterizados pelo uso de violência, que integrava a ideologia da pacificação, como elemento constitutivo do imperialismo português acentuado com a política do Estado Novo que pelo Ato Colonial consolidava a centralização ligando as colônias à metrópole. Logo, a assimilação defendida por Portugal era no sentido de

[uma] política indígena de associação, da inteligência do europeu que pensa e do braço do indígena que executa, a qual fornecerá ao europeu os elementos necessários para compreender o espírito infantil do indígena e para impor-lhe, pela benevolência, a sua autoridade, não menosprezando, nem praticando o erro de o identificar a si (DINIZ, 1987 *apud* HERNANDEZ, 2005, pág. 541).

Essa ideologia colonial – de busca pela eficácia política – ajuda a compreender a deficiência econômica da Guiné portuguesa, centrada na exportação de produtos primários, principalmente o amendoim, a borracha e o cacau; também auxilia na compreensão da falta de empenho por parte da burocracia colonial em relação à infraestrutura, como exemplo, os poucos quilômetros de estradas pavimentadas e o número reduzido de alfabetizados. A estrutura social bissau-guineense era formada por portugueses (militares, funcionários públicos e civis) e povos de origem africana nas duas extremidades sociais, mas com a presença de camadas mistas, com níveis de assimilação, identidades e interesses próprios, como os degradados políticos de outras colônias, os comerciantes alemães e franceses e sírios. Paralelamente à complexificação da sociedade da Guiné portuguesa, as elites culturais e políticas, em Portugal, despontavam em torno de atividades das organizações estudantis antifascistas, como o Movimento da Paz, o Partido Comunista Português, e a Casa dos

Estudantes do Império, integrando o grupo amplo de africanos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Em 1952, a Guiné portuguesa estava dividida em três concelhos administrativos (Bissau, Bolama e Bafatá) e nove circunscrições; cada administrador dessas divisões (o regedor) era o responsável pela coleta de impostos e recrutamento de mão-de-obra. O Código de Trabalho Indígena de 1928 regia essa relação, que geralmente era caracterizada por corrupção e abusos de poder. Uma das principais mudanças introduzidas pelo Estado Novo na Guiné portuguesa foi o aumento do número de funcionários públicos; em 1924, haviam 52 funcionários de alto escalão português na Guiné; em 1946, esse número passou de 500. Nesse sentido, a burocracia ampliou as ações do Estado português, por meio da criação de comitês administrativos e de serviços especializados, que tornaram a sociedade bissau-guineense extremamente burocratizada,<sup>27</sup> onde a maior parte das forças de oposição (lideranças das vilas, comerciantes crioulos, ponteiros ou outros profissionais liberais) foram intergradados na administração pública, ou encorajados a criar associações oficiais para reger suas atividades, como a Associação Comercial, Industrial e Agrícola, criada em 1950, ou o Gabinete de Urbanização Colonial, criado em 1944.

### Independências de Cabo Verde e Guiné-Bissau

Em razão do movimento de independência em Cabo Verde e Guiné-Bissau ter surgido unísono sob a liderança de Amílcar Cabral, Aritides Pereira e Luis Cabral, entende-se como mais qualificada a análise das duas independências de forma conjunta. Em 1951, quando Portugal reformou o sistema colonial, todas as colônias portuguesas se passaram a designar Províncias Ultramarinas. A luta pela independência iniciou-se em 1956, quando Amílcar Cabral formou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se manteve relativamente pacífico até 1961, altura em que estalava a Guerra do Ultramar, declarando a província ultramarina como independente e alterando o seu nome para Guiné-Bissau (para a distinguir da vizinha República da Guiné). A Guiné foi, talvez, o conflito mais complicado para Portugal em termos bélicos e, com o decorrer da guerra, a derrota portuguesa avizinhava-se.

No entanto, com o golpe de Estado de 1974, Portugal iniciou as negociações com o

---

<sup>27</sup> Havia o Conselho consultivo que se baseava na ação de um Secretariado permanente, além de outros 14 serviços burocráticos especializados, incluindo de administração civil, costumes, registro, serviços aéreos, agricultura, trabalho público e minas, pecuária e veterinária, indústria e saúde, entre outros (GALLI & JONES, 1987, pág. 34).

PAIGC para a descolonização. A liderança do movimento de independência era das elites políticas e culturais locais, identificado no PAIGC, partido político supraterritorial, fundado em 1959 na Praia e em 1960, no Mindelo. Logo,

A liderança político-partidária era a mesma, porém, uma vez desenvolvendo-se em espaços territoriais diversos, apresentava uma série de peculiaridades condicionadas por elementos histórico-culturais decorrentes de diferenças fundamentais próprias do processo de colonização. Significa dizer que os militantes cabo-verdianos participaram ativamente do movimento para a independência da Guiné e de Cabo Verde. (HERNANDEZ, 2005, pág. 532).

Alguns processos de independência política no continente africano ocorreram de forma diferenciada, por meio de lutas armadas de libertação nacional, como na Argélia, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Segundo Amílcar Cabral, ao analisar-se a história dos povos africanos fica evidente a luta constante desses contra a dominação estrangeira: a busca pela liberdade é um fator concreto e constante da história do continente. O direito à autodeterminação e à independência traduz essa iniciativa, se manifestando contra a dominação estrangeira.

Os povos africanos nunca deixaram de manifestar o seu ódio pela dominação estrangeira. É esta a gloriosa tradição dos povos de África no que respeita à dominação estrangeira. A luta de libertação dos povos africanos está, pois, na base desta tradição, na base deste ódio ativo para com a dominação estrangeira, que adquiriu novas formas nesta fase decisiva da evolução do Mundo. (CABRAL, 1977 *apud* COMITINI, 1980, pág. 22)

Desde logo, uma questão é central: como foi possível esses dois pequenos territórios distintos, com populações reduzidas, divididas por diferentes etnias, derrotar política e militarmente Portugal?

O ponto crucial para tal resposta foi a criação e gradual ação (clandestina, política e mobilizadora) do PAIGC. Em 19 de setembro de 1956 foi criado o Partido Africano para a Independência (PAI) por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luis Cabral e outros nacionalistas cabo-verdianos e bissau-guineenses, em Bissau. Em 1960, o partido passou a se denominar Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Com a criação do PAIGC, apareceu pela primeira vez na história do povo da Guiné e Cabo Verde, uma organização de luta que se propôs libertá-los do colonialismo português.

Entender a figura de Amílcar Cabral auxilia a compreender o impacto de suas ações e palavras no processo de independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Terminados os

estudos em Lisboa (1950), Cabral voltou a trabalhar na Guiné-Bissau para constituir a base social propícia para o desenvolvimento da luta de libertação nacional. A aceitação e o apoio que encontrou no centro dos bissau-guineenses e a adesão de alguns companheiros cabo-verdianos confirmariam a sua ideia da necessidade de uma luta conjunta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Em 1954, Cabral tentou criar uma associação desportiva aberta a todos os guineenses, ao que os portugueses se opõem, proibindo sua presença na Guiné-Bissau; é permitido que ele volte todos os anos para visitar a família. Foi por ocasião de uma dessas visitas que Cabral dirige a reunião (a 19 de Setembro de 1956), durante a qual seria criado o PAIGC. Após três anos de luta política clandestina, o massacre à queima-roupa, no pequeno cais de Pdjiguiti, dos cinquenta trabalhadores, pobres e desarmados, que participaram na greve, em 3 de agosto de 1959, fez compreender que visava também dismantelar a estrutura do Partido cuja influência se fazia sentir. A análise da experiência da luta clandestina, da natureza do Governo colonial português, que se opunha a qualquer solução pacífica para a liquidação da dominação colonial, e do contexto internacional (1959), levou o PAIGC a tomar a decisão de passar da “... fase da luta política à da insurreição nacional”, ou seja, à ação direta contra as forças colonialistas.

Na Guiné-Bissau, a mobilização se direcionou às massas camponesas e, em 1963, foi desencadeada a luta armada. Nas ilhas de Cabo Verde, por causa da insularidade e da descontinuidade do território, a luta continuou sob a forma política clandestina até o advento da Independência. A esta luta aderiram amplas frações da diáspora cabo-verdiana em África, na Europa e nas Américas. Ao tomar a decisão de passar da “fase da luta política à da insurreição nacional”, e tendo em conta a persistência de Portugal em não admitir perante as Nações Unidas a existência de territórios sob sua dominação colonial, o PAIGC encetou, “... através de ações diplomáticas, uma luta perseverante para que a vaga obrigatoriedade das potências coloniais tratem os povos colonizados com equidade fosse clarificada e retificada no sentido de conceder aos territórios “não autônomos” os mesmos direitos que os concedidos aos “territórios sob tutela”. Neste modo, no início da década de 1960, o PAIGC empreendeu várias iniciativas diplomáticas, buscando, por meio de uma denúncia sistemática, destruir a propaganda colonialista que Portugal continuava a propagar no cenário internacional, especialmente nas Nações Unidas.

Pelo fato da luta armada de libertação nacional se ter desenrolado em território bissau-guineense, ela tomou um caráter particular, quanto à natureza da participação das duas comunidades (cabo-verdiana e bissau-guineense). As primeiras células clandestinas do

Partido foram criadas em Bissau, Bolama e Bafatá. Amílcar Cabral argumentava sobre o papel do partido enquanto instrumento: “... para lutar contra [o] colonialismo também é preciso meios. É preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Esse instrumento é o nosso partido” (CABRAL *apud* COMITINI, 1980, pág.24)<sup>28</sup>.

Agindo na clandestinidade durante os três primeiros anos da sua existência, o Partido destacou-se publicamente depois da greve nas docas do cais de Pdjiguiti (1959), no qual esteve envolvido. No ano seguinte, a repressão da Polícia Política portuguesa (PIDE) obrigou os seus dirigentes a saírem da Guiné e se refugiar nos países vizinhos (Senegal e Guiné-Conacri). Como Portugal não se demonstrava receptivo ao diálogo – para encontrar-se uma saída política para a independência da Guiné e Cabo Verde –, o PAIGC recorreu à luta armada, iniciada em 23 de janeiro de 1963 na Guiné-Bissau (as condições políticas, as bases logísticas e também os fatores externos eram mais favoráveis neste país do que em Cabo-Verde)<sup>29</sup>.

Ainda em 1962, o PAIGC apresentava uma organização militar, sendo clara a articulação entre as ações políticas e militares. Nesse ano, o Partido elaborou um Plano de Atuação e Organização Militar, em que definia o esquema geral da estrutura militar, prevendo dois tipos diferentes de grupos armados: de área (territoriais) e móveis (de intervenção). Em 1963, com o início da luta armada a partir das unidades de que dispunha e da influência de alguns quadros recém-formados na China, o PAIGC decidiu criar o Exército Popular, a Milícia Popular (encarregada da vigilância das áreas libertadas) e reestruturar a guerrilha, pois o Exército Popular e a Milícia Popular foram criados em fevereiro de 1964 e passaram a constituir as Forças Armadas Revolucionárias Populares (FARP)<sup>30</sup>.

Em dezembro de 1964, ocorreu o I Congresso do PAIGC em territórios libertados da Guiné (Cassacá), com a reorganização do Partido, o que permitiu a sua adaptação à gestão e administração das zonas que estava controlando. Essa é considerada por Galli & Jones (1987, *passim*), como a Primeira Crise de Liderança do PAIGC, pois o papel de “Partido-Estado”, no

<sup>28</sup> Os quatro objetivos do partido encontravam-se em seu estatuto: a conquista imediata da independência da Guiné e Cabo Verde, a democratização e a emancipação das populações bissau-guineense e cabo-verdiana, a realização de um rápido progresso econômico e de uma verdadeira promoção social dos dois povos.

<sup>29</sup> Deve-se salientar que o PAIGC não foi o único movimento nacionalista guineense. Antes já se tinha formado o Movimento para a Independência da Guiné (MING) e depois proliferaram outros movimentos nacionalistas como o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), a Frente de Libertação da Guiné (FLING) e União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNPG), sendo esta a favor da autonomia e não da independência. A deficiente organização política dessas forças concorrenciais ao PAIGC, que atuavam a partir do Senegal, levou as autoridades do Senegal a reconhecerem o PAIGC como o único movimento representante do povo da Guiné, em 29 de Setembro de 1964.

<sup>30</sup> O território foi dividido em três microrregiões, Norte, Sul e Leste (esta nunca chegou a ser ativada), agrupando as treze regiões existentes, cada uma das quais dispunha de um comando militar único e era dividida em zonas e em setores.

sentido de criar as infraestruturas e serviços necessários à resolução dos problemas da população (escolas, centros de saúde, abastecimento) não apenas foi mantido, mas reforçado até à independência.

Cassacá tem de ser visto como um grande ponto de virada na história do Partido. As decisões tomadas influenciaram o curso da guerra e tiveram consequências para as relações políticas entre os dirigentes, quadros e pessoas, que duraram muito tempo depois do fim da guerra. Os comandantes recalcitrantes de Balanta foram levados para o front ou eliminados. (GALLI & JONES, 1987, pág. 58-59, tradução nossa).

Além disso, nesse Congresso foi criado, no âmbito da cúpula do partido, um Conselho Supremo de Guerra, diretamente dirigido pelo secretário-geral que funcionará como verdadeiro Estado-Maior. Em 1965, Cuba enviou um cargueiro com alimentos, medicamentos, uniformes e armas, fato que se repetiu até o ano da independência<sup>31</sup>. Em 1971, o PAIGC reestruturou novamente suas Forças Armadas, que passaram a ser designadas Forças Armadas Nacionalistas (FAN), nas quais surgiu a Marinha Nacional Popular em paralelo com o Exército Popular (que passou a ser designado por Exército Nacional Popular) e as Forças Armadas Locais, que substituíram e integraram as milícias populares<sup>32</sup>. A terceira componente das FAN eram as Forças Armadas Locais (FAL), que substituíram as milícias e correspondiam à evolução da guerra. Nas zonas libertadas, constituíam as Forças Armadas das Regiões Libertadas (FARL)<sup>33</sup>.

A crise econômica do final da década de 1960 e início de 1970 foi agravada pela estiagem e ineficácia das medidas paliativas adotadas pelo governo português, como o Regulamento do Arrendamento Rural e as Frentes de Trabalho, permitindo que a escassez e a fome se acentuassem. As reivindicações na cidade e no campo aumentaram e por consequência o sentimento da população por autonomia política também. Gradualmente, a questão nacional ganhou espaço, sendo a ruptura com Portugal vista como pré-condição para erradicar o analfabetismo, dar eficácia à gestão pública, reconhecer o direito à liberdade de

---

<sup>31</sup> Em 1969, o PAIGC evoluiu para nova divisão administrativa e militar, em função do seu avanço político. Foi criada a Comissão Nacional das Regiões Libertadas e, militarmente, o território foi dividido pelo rio Geba nas frentes Norte e Sul, e estas em setores.

<sup>32</sup> As Forças Armadas Nacionalistas (FAN) tinham por função conduzir a luta armada em todo o território. O Exército Nacional Popular constituiu a componente terrestre das FAN e a sua base foi o bigrupo, formado por trinta e oito combatentes. A Marinha Nacional era a fração das FAN preparada para lutar nos mares e rios da Guiné e de Cabo Verde.

<sup>33</sup> Era nessas Forças que se integravam os destacamentos femininos. As FAL e as FARL tinham a missão de apoiar os serviços de segurança e de trabalho político; defender as regiões libertadas; guardar as instituições sociais do partido (hospitais, escolas, armazéns, etc.); participar nas ações militares ao lado do Exército Popular e ajudar as populações nos trabalhos agrícolas e de reconstrução.

opinião e promover justiça social e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os quadros do PAIGC intensificaram os treinamentos e organização clandestina, principalmente depois de 1968. No entanto, as ações do partido sofreram dificuldades em relação às diferenças nas ilhas do arquipélago, com a precariedade da comunicação e transportes entre essas.

Em 20 de janeiro de 1973, ocorreu o assassinato de Amílcar Cabral. A morte do líder, ainda hoje não totalmente esclarecida, é entendida por Galli & Jones como a Segunda Crise de Liderança no Partido, pois se seguiu ao evento o Segundo Congresso do PAIGC. O congresso decidiu a convocação da Assembleia Nacional Popular no decurso do ano. Entre 23 e 24 de setembro, realizou-se a Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Nacional Popular em Madina do Boé (conhecido como Congresso de Boé), onde se efetivou a Proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau e aprovada por unanimidade a Constituição da Guiné-Bissau formulada pelo PAIGC<sup>34</sup>.

A partir desse ano, o PAIGC passou a fase final da luta pela independência. Essa movimentação militar no território bissau-guineense teve relevância nos acontecimentos em Lisboa, pois, para Arnold,

O PAIGC e a luta na Guiné Portuguesa foram o evento mais decisivo que levaram à Revolução de 25 de abril em Portugal. Análises do MFA da situação de Portugal concentraram-se primeiro sobre os desenvolvimentos na Guiné, onde a influência dos jovens oficiais de Amílcar Cabral tinha sido profunda. (ARNOLD, 2005, pág. 543).

Os desdobramentos posteriores levaram à proclamação unilateral da independência da Guiné portuguesa, em 24 de setembro de 1973, a qual passou a denominar-se República da Guiné-Bissau. Em 2 de novembro do mesmo ano a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a República da Guiné-Bissau, por 93 votos a favor, 7 contra e 30 abstenções. Em Lisboa, em 19 de dezembro seguinte, um acordo foi firmado reconhecendo formalmente o direito de Cabo Verde à independência; o governo colonial findara e um Alto Comissário, nomeado por Portugal, lideraria o governo de transição para a independência, composto cinco membros (três cabo-verdianos do PAIGC e dois militares portugueses). O PAIGC também foi reconhecido como único representante da população de Cabo Verde.

De 1961 a 1974, na Guiné, aproximadamente 1.600 militares portugueses morreram na guerra colonial. A Revolução dos Cravos, de abril de 1974, serviu para restabelecer as

---

<sup>34</sup> A constituição aprovada em 1973 subordinava completamente o Estado ao partido por meio dos artigos 4º “Na Guiné-Bissau o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas estreitamente ao PAIGC, que é a força política dirigente da sociedade” e 6º “O PAIGC é a força dirigente da sociedade. Ele é a expressão suprema da vontade soberana do povo. Ele decide da orientação política do Estado e assegura a sua realização pelos meios correspondentes.”

negociações com o novo governo português; em 19 de maio seguinte, o novo presidente português Spínola anunciou a suspensão das operações militares na África e em 25 de maio, Aristides Pereira, representando o PAIGC iniciou as conversações com Mário Soares, Ministro das Relações Exteriores do novo governo, em Londres. Em 26 de agosto seguinte, em Argel, novo encontro entre as partes culminou com a assinatura do Acordo de Argel, onde o governo português reconheceu a independência da Guiné, além de “reafirmar o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência”. (HERNANDEZ, 2005, pág. 535).

Em 04 de julho de 1975, a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde reuniu-se pela primeira vez; no dia seguinte, em 05 de julho, foi proclamada oficialmente a independência de da República de Cabo Verde, em uma cerimônia que contou com a presença de inúmeros líderes mundiais, inclusive Portugal. Sobre a criação do Estado cabo-verdiano, Hernandez afirma:

[...] ao contrário do que ocorreu na Guiné-Bissau, o aparelho administrativo foi mantido na sua estrutura organizacional como em seu funcionamento. Combinaram-se, assim, a continuidade da administração colonial e a mudança, concebida pelo partido único e conduzida pelo Estado, com ênfase no planejamento econômico, na nacionalização e socialização dos meios de produção, em uma reforma agrária, no monopólio da informação e no controle das organizações de massa atreladas ao PAIGC. (HERNANDEZ, 2005, pág. 536).

Aristides Maria Pereira assumiu como primeiro Presidente do país, e Pedro Verona Rodrigues Pires como Primeiro-Ministro e Chefe de Governo. A Lei Orgânica da Organização Política nacional, promulgada durante o governo de transição, foi usada como Constituição temporária até 1980. A conjuntura no imediato pós-independência cabo-verdiana constituía-se por: primeiro, acentuaram-se, gradativamente, as divergências entre cabo-verdianos e bissau-guineenses que participavam na direção supranacional do PAIGC, situação agravada em 1977, no III Congresso do Partido, desembocando no cisma político-partidário de 1980 e na conseqüente criação do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV); segundo, as divergências ideológicas intra-PAIGC (marxistas *versus* trotskistas) tiveram conseqüências políticas, como os expurgos do governo dos “trotskistas convictos”, em 1979; terceiro, a configuração da cena política e social cabo-verdiana, que tinha a ação predominante do PAIGC, mas também a presença de outros dois partidos minoritários: a União Democrática Cabo-Verdiana (UDC) e a União dos Povos da Ilhas de Cabo Verde (UPICV).

Se a independência cabo-verdiana foi negociada, a autonomia bissau-guineense foi gradualmente conquistada, pois até 10 de setembro de 1974<sup>35</sup>, data em que Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau, a soberania deste país esteve dividida entre Portugal e o PAIGC. Nas regiões libertadas, o PAIGC assumiu certas funções que eram próprias de um Estado: constituiu-se um embrião de exército regular paralelo às milícias populares, fundaram-se os armazéns do povo para garantir o abastecimento, lançaram-se os serviços de educação e saúde, deram os primeiros passos para a organização dos tribunais populares e do próprio registro civil. No congresso de Cassacá foram ainda criados os comitês de base que coordenavam as diversas funções “autodefesa, educação, saúde, abastecimento, mobilização política etc.”

Aristides Pereira argumenta que essas prerrogativas administrativas deram “progressivamente ao PAIGC a sua dimensão de Partido Estado” (PEREIRA, 2002, pág. 30). Apesar de o PAIGC exercer a sua função de Partido Estado em mais de 60% do território da Guiné-Bissau, com as suas instituições políticas, administrativas, econômicas, educacionais, ele não possuía ainda uma personalidade jurídica no plano internacional. Depois de 5 de julho de 1975, o PAIGC tornou-se oficialmente uma instituição política binacional. A vocação binacional do PAIGC constitui uma das razões da sua criação, pois no Congresso de Boé (1973) foram criados dois órgãos máximos do partido: o Conselho Superior da Luta, constituído por 85 membros e o Comitê Executivo da Luta, composto por 24 membros. Até 1975, a unidade Guiné e Cabo Verde existia apenas no nível do PAIGC; depois desta data, os dois países congregaram esforços no sentido de fazer efetivar a unidade, a partir de instituições políticas. Apesar de todas essas iniciativas, os resultados foram pouco palpáveis.

### São Tomé e Príncipe

As ilhas de São Tomé e Príncipe são de origem vulcânica, terreno montanhoso e vegetação tropical. Suas planícies e baixos planaltos são ideais para a produção de café e cacau. Com uma superfície de somente 1.000 km<sup>2</sup>, São Tomé e Príncipe pertence à categoria dos micro-Estados. As dimensões geográficas e demográficas reduzidas e a própria insularidade por si desempenham um papel importante entre os fatores que estão na base das características deste país. Em geral, o clima é equatorial, quente e muito úmido, sem grandes

---

<sup>35</sup> A entrada oficial do PAIGC em Bissau ocorreu em 19 de outubro de 1974, com a libertação completa do território guineense.

variações nas temperaturas (geralmente em torno de 27 °C, mas nas montanhas do interior, as noites podem ser frescas e a temperatura média anual anda pelos 20 °C). A floresta de São Tomé e Príncipe apresenta aproximadamente 700 espécies locais, onde cerca de 100 são exclusivas destas ilhas. A população (179.000 habitantes, em 2010) é cristã em sua totalidade e possui o menor índice de analfabetismo dos PALOP, apenas 15%.

Entre 1470 e 1471, os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar descobriram as ilhas de São Tomé, Príncipe e Anobom. A ilha de Fernando Pó foi descoberta em 1472 e dessas quatro, no Golfo da Guiné, era a única a ter presença de população africana, os Bubi<sup>36</sup>. A importância estratégica de São Tomé apenas foi valorizada pelos portugueses em 1482, quando do início dos contatos com o Reino do Congo. No ano de 1485, Don João II (1481-1495) concedeu São Tomé como capitania ao donatário João da Paiva, com o objetivo de fundar uma colônia e cultivar cana-de-açúcar. Segundo Seibert (2002), a pequena ilha, desabitada e inóspita, permitiu um controle barato e a formação de uma estrutura social hábil ao projeto de colonização luso, em oposição ao resto do continente africano.

Os portugueses pretendiam estabelecer uma sociedade europeia cristã, sustentada por uma economia de exportação, que usaria mão-de-obra africana abundante e submissa, a ser submetida [sic] por trabalhadores mestiços a médio prazo. A ilha era suposta representar um papel semelhante ao dos Açores e a Madeira no hemisfério norte, como entreposto para a sua navegação portuguesa no Atlântico-sul. (SEIBERT, 2002, pág. 34)

Após algumas desistências por parte dos primeiros portugueses a se fixarem no território são-tomense (em razão do clima insalubre), apenas em 1493, Álvaro de Caminha (o terceiro donatário) fundou com sucesso uma colônia no Nordeste da ilha (vila de São Tomé, mais tarde denominada Baía de Ana Chaves)<sup>37</sup>. A miscigenação entre africanos e europeus iniciara nesse período, em consequência da coabitação de voluntários portugueses, “degradados e crianças judias deportadas de Lisboa” (SEIBERT, 2002, pág. 34). Esses colonos começaram a cultivar a cana-de-açúcar com sucesso e a baixo custo, transformando São Tomé na primeira economia de *plantations* dos trópicos. Por sua vez, a ilha de Príncipe foi doada pela Coroa portuguesa a António Carneiro em 1502, cuja mão-de-obra africana para o cultivo da cana-de-açúcar foi trazida do Benin, Gabão e dos Reinos do Congo e de

---

<sup>36</sup> Embora os africanos tenham desenvolvido em relativa tecnologia naval para navegação nos rios e costas litorâneas, ainda não haviam conseguido ultrapassar os problemas da navegação oceânica de longa distância. Logo, pela mesma razão, Cabo Verde e outras ilhas na costa africana eram desabitadas quando da chegada dos europeus (SEIBERT, 2002, pág. 64).

<sup>37</sup> Depois de Cabo Verde, essa era a segunda colônia europeia nos trópicos.

Angola<sup>38</sup>. A categoria de cidade foi ordenada para São Tomé, por uma Carta Régia de D. João III, em abril de 1535.

Desde o início da colonização em São Tomé e Príncipe, a nova sociedade era complexa e estratificada, composta na minoria por funcionários, fazendeiros e traficantes de escravos e, na maioria, os degradados e escravos. Mas também faziam parte da sociedade comerciantes da Espanha, França e Gênova, escravos brancos e alguns poucos negros livres, do continente e de Portugal. Logo, a cor da pele não era o identificador da camada social, mas sim, as relações da força de trabalho exercidas. Tráfico de escravos e produção de açúcar tornaram-se a base da economia são-tomense<sup>39</sup>; as trocas comerciais, com base nesses dois produtos, ocorriam por meio da importação de farinha e trigo, vinho, óleos, queijo, couros, espadas, objetos de cristal, conchas de cauchim e rosários.

Outro aspecto que difere a escravidão em São Tomé e Príncipe dos demais PALOP (e do próprio Brasil) é a não oferta de alimentação e abrigo aos escravos, por parte de seus senhores. Os escravos costumavam construir casas de madeira sobre estacas, com acesso por uma escada, além de produzir seus próprios alimentos. Os nomes dos escravos eram substituídos por nomes católicos para aculturá-los e aliená-los das suas próprias tradições. Como a presença de brancos era mínima, a união entre esses e os negros foi encorajada por Portugal, para colonizar a maior parte do território das ilhas<sup>40</sup>; a alforria dos filhos legítimos entre livres e escravos foi dada pelo Rei português D. Manuel (1495-1521), no sentido de assegurar o crescimento da colonização local. A mistura e assimilação de culturas acabaram por criar, entre os negros crioulos libertos, um grupo de forros, que passaram a deter, gradualmente, acumulação de capital (os primeiros fazendeiros mulatos são datados de 1521).

Devido à sua prosperidade econômica, as ilhas foram constantemente ameaçadas por franceses, ingleses e holandeses. A partir do século XVII, a indústria do açúcar declinou consideravelmente devido à competição do produto brasileiro, o que levou muitos fazendeiros a se mudarem para o Brasil. As ilhas, gradualmente, foram sendo desabitadas pelos brancos, fato que favoreceu a consolidação da sociedade e cultura crioula. Essa cultura crioula de uma elite negra proprietária

---

<sup>38</sup> Uma concessão real datada de 1500 permitia aos moradores vender e comprar escravos no continente, do Níger ao reino do Congo. No ano de 1519, São Tomé recebeu o monopólio do tráfico de escravos com São Jorge da Mina na Costa do Ouro, um mercado importante da venda de escravos à época.

<sup>39</sup> Mesmo com uma produção equivalente às da Ilha da Madeira, a qualidade do açúcar são-tomense era inferior à da Madeira e do Brasil, em razão da alta umidade.

<sup>40</sup> Essa política não foi aplicada em vilas destinadas apenas ao comércio, como em Arguim, onde o Rei proibiu os portugueses de manter relações com as mulheres africanas.

[...] criou mecanismos para a integração dos escravos na categoria de negros livres. Os ilhéus continuaram a cultivar produtos alimentares para a sua subsistência e supriram os navios negreiros de alimentos, incluindo aguardente local produzida pelos poucos engenhos de açúcar que restavam. O tráfico de escravos com o Brasil prosseguiu em pequena escala [...] Apesar da prosperidade inicial, a primeira colonização de São Tomé e Príncipe não foram uma sucesso duradouro (SEIBERT, 2002, pág. 39-40).

Essa sociedade crioula, forjada pela incerta colonização, é o fato que diferencia profundamente São Tomé e Príncipe da África portuguesa continental. A consolidação de uma sociedade crioula distinta, com cultura e língua própria, resultante da mistura da cultura portuguesa católica e das culturas africanas, ocorrera em função da colonização não permanente por parte da metrópole. No entanto, a presença e influência da Igreja Católica na vida são-tomense, com missões (como parte integrante da colonização iniciada por Caminha), permaneceram até o fim do século XVIII, como parte integrante da sociedade, cultura e vida política local. Os primeiros três séculos de colonização se caracterizaram profundamente por tensões políticas, favorecidas pela distância (e desinteresse) do governo central de Lisboa, pelo vácuo de funcionários (com partida prematura, por não adaptação ao clima, ou morte por doenças tropicais), pela fragmentação do poder político local entre a Coroa portuguesa, a Igreja católica e a câmara municipal, pelo caráter miscigenado da sociedade ou ainda pelas constantes revoltas e fugas de escravos (originando as guerras do mato contra os fugitivos, por parte dos senhores).

O ano de 1852 marca o início do segundo período de colonização de São Tomé e Príncipe, com a transferência da capital de Príncipe para São Tomé. A introdução das culturas cafeeira (1787) e cacau (1822) reverteram as condições econômicas das ilhas (culturas essas introduzidas por fazendeiros brasileiros). Durante todo o século XIX, as roças (plantações extensivas) passaram a cobrir virtualmente todo o território das ilhas, em contraponto às plantações de açúcar dos séculos anteriores. Um sistema financeiro local e infraestruturas administrativas, sociais e de comunicação pelos portugueses se organizaram, aprofundando a recolonização. A produção de cacau entrou em crise depois de 1930, em razão da queda dos preços internacionais.

Em 1869, todos os escravos foram declarados libertos e obrigados a trabalhar, a seus senhores, por um salário, por um período de nove anos. No ano de 1875, os cerca de 7.500 escravos são-tomenses foram declarados libertos, e passaram a se recusar o trabalho nas roças. Os forros, então, trabalhavam nas oficinas e escritórios nas roças e a elite forra ocupava cargos na baixa burocracia estatal. Assim, os portugueses passaram a trazer mão-de-obra do

exterior, a partir da Curadoria Geral dos Indígenas (de 1875 em diante), trabalhadores que passaram a ser denominados de serviçais, trabalhando por contratos de três anos (renováveis). Esses serviçais frequentemente eram originários de Angola, Gabão, Costa do Ouro e Libéria. A partir de 1903, esses trabalhadores vinham também de Cabo Verde e Moçambique<sup>41</sup> (SEIBERT, 2002, pág. 52-53). A imigração dessa mão-de-obra contratada afetou também o crescimento demográfico das ilhas. Fato interessante é notar a migração de cabo-verdianos, em casais, até a década de 1970, classificados como cidadãos são-tomenses (enquanto os outros africanos eram tratados como indígenas, uma classe social inferior).

Até a independência, a maioria das roças era de propriedade de companhias privadas, com sede em Lisboa, em sua maioria controladas por uma só família. Seibert (2002) afirma que as roças maiores detinham toda a infraestrutura de uma instituição, não sendo apenas empresas agrícolas, mas também comunidades autônomas, com capela, escola, creche e posto de saúde. Os trabalhadores viviam em senzalas dentro das roças e não tinham permissão para sair delas, mesmo nas horas fora do trabalho. Castigos corporais, proibidos por lei, eram largamente praticados. Esses trabalhadores reintroduziram culturas e costumes africanos à sociedade são-tomense<sup>42</sup>.

Esses trabalhadores contratados criaram uma nova categoria social nas ilhas: até 1961, a população local negra, forros, angolares e cabo-verdianos eram considerados cidadãos perante a legislação colonial portuguesa, gozando do mesmo status social dos portugueses; os outros africanos, tratados como indígenas, eram considerados cidadãos de segunda classe. Os forros eram os únicos negros libertos que possuíam pequenos lotes de terras, as glebas; além disso, esses grupos viviam social e espacialmente separados uns dos outros.

A vida política das ilhas, no início do século XX, referia-se às tentativas de emancipação dos indígenas (negros) na colônia, por meio de ações na capital do império português, por parte de estudantes são-tomenses. Esse é o caso da criação, em Lisboa, da Junta de Defesa dos Direitos d'África (JDDA), em 1912, a primeira organização pan-africana que lutava pelos direitos dos roceiros nativos de São Tomé. Muitos os estudantes são-tomenses, em Lisboa (estudantes de Medicina ou Direito) fizeram parte da futura elite intelectual e política do arquipélago<sup>43</sup>. Outra organização criada em São Tomé, como uma das

---

<sup>41</sup> Até mesmo alguns trabalhadores chineses (região de Macau) foram recrutados; mas a experiência não teve êxito, pois os roceiros portugueses reclamavam que esses trabalhadores envolviam-se excessivamente no jogo. Alguns desses, ficaram em São Tomé, casaram com mulheres negras e estabeleceram-se no pequeno comércio. Foram os antepassados de famílias crioula bem conhecidas, os Chong e os Ten Jua.

<sup>42</sup> Somente a partir de 1910, com a Primeira República e o novo imperialismo português, novas leis e regulações foram criadas, no sentido de repatriar trabalhadores serviçais.

<sup>43</sup> Entre eles, Salustiano da Graça Espírito Santo, João Pascoal Will, Manuel de Deus Lima e João d'Alva.

primeiras proto-nacionalistas na África, foi a Liga dos Interesses Indígenas, em 1911, surgida para defender explicitamente os direitos da população nativa crioula (forros), ao promover educação geral e promover a manutenção da propriedade das terras nas mãos dos forros (buscando eliminar a apropriação dessas terras por parte dos colonos brancos). A partir de 1919, a LII esteve vinculada à Liga Africana de Lisboa, do qual recebia ajuda financeira e orientações. Em 1926, com o fim da I República portuguesa, o governo metropolitano proibiu as atividades da LII, sob o pretexto de ter interferido na administração colonial local.

Segundo Seibert (2002), é clara a mudança de status dos crioulos privilegiados são-tomenses nesse início de século XX: até a década de 1920, ainda prevalecia seu status político-econômico derivado da propriedade das roças de cacau, altamente produtivas; a partir de 1926, evidenciou-se o desaparecimento gradual da maioria das pequenas roças dos ilhéus, devido às múltiplas sucessões de terras (por heranças ou falências dos proprietários). Esse fato tornou a administração colonial a principal forma de ascensão social dos forros, como baixos funcionários públicos, na colônia. As relações endogâmicas afetaram diretamente o perfil corporativista dessa elite crioula. Em 1939, membros dessa elite criaram o Sporting Club de São Tomé<sup>44</sup>, que gradualmente passou a ser o foco das aspirações nacionalistas das ilhas. Por sua vez, em Lisboa, a residência da família Graça Espírito Santo tornava-se ponto de encontro dos estudantes das colônias portuguesas, para debate e difusão das ideias nacionalistas (inclusive como ponto de encontro clandestino do centro de Estudos Africanos, entre 1951 e 1953).

Um episódio crucial para o encaminhamento das aspirações de independência em São Tomé e Príncipe refere-se ao Massacre de Batepá, ocorrido em 1953. Em fevereiro, a administração colonial tentou obrigar a população crioula a trabalhar nas roças a fim de resolver o problema da falta de mão-de-obra<sup>45</sup>. Essa tentativa provocou a sublevação dos forros, duramente suprimida pela polícia local (o Corpo de Polícia Indígena, composto por soldados angolanos, voluntários brancos e trabalhadores contratados, angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos), onde aproximadamente mil pessoas morreram. A censura imposta por Lisboa e o isolamento das ilhas foram responsáveis por uma versão curta, no

---

<sup>44</sup> Em contraponto ao Clube Desportivo Andorinha, criado em 1931 pelos colonos brancos, a maioria de portugueses.

<sup>45</sup> Essa revolta refere-se, em muito, ao contraponto ao trabalho forçado que vinha sendo empregado nas ilhas desde a década de 1940, quando da gestão do governador Carlos de Sousa Gorgulho. Foram criadas brigadas de trabalhos forçados nas obras públicas, onde os trabalhadores estavam sujeitos a castigos físicos, trabalhos de noite e dia, além de as mulheres bonitas serem reservadas ao atendimento pessoal do governador. Os forros sentiam-se cada vez mais ameaçados, quando ocorrera a revolta de fevereiro de 1953. (SEIBERT, 2002).

mundo exterior, dos acontecimentos. A repressão, comandada pelo governador Gorgulho, tinha o argumento de reprimir a conspiração comunista das ilhas. Além disso,

As demandas portuguesas pelo aumento da produção nas plantações combinadas com uma redução drástica nos salários provocaram novas manifestações e greves. Salários de fome levaram a uma maior participação popular na oposição política. Trabalhadores exigiam que as lojas da empresa baixassem os preços de alimentos e que os proprietários de plantações concordassem com contratos de trabalho escritos para substituir os acordos verbais existentes na maioria das plantações. (DENNY & RAY, 1988, pág. 137, tradução nossa).

Os acontecimentos de 1953 foram o princípio de uma nova etapa na vida política das ilhas, com a criação, em setembro de 1960, do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), constituído por forros da elite, no exílio (Miguel Trovoada, João Guadalupe Ceita, João Torres, Quintero Aguiar, Leonel d'Alva e António Oné Pires de Castro). A institucionalização do nacionalismo forro, conforme Seibert (2002, pág. 94), se baseava na “liquidação, em São Tomé e Príncipe, de todos os vestígios das relações colonialistas e imperialistas, pela independência completa e imediata” das ilhas. Em abril de 1961, Trovoada (então líder do CLSTP), em Casablanca, participou do congresso constituinte da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), juntamente com delegados do MPLA e PAIGC.

Em 1962, o CLSTP foi reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas; mesmo ano em que Trovoada e Graça participaram da criação da Organização para a Unidade Africana como observadores (em consequência, a OUA reconheceu o CLSTP como movimento de libertação do povo são-tomense). As ações do CLSTP sempre ocorreram no exterior, visando o meio diplomático, pois a presença da PIDE nas ilhas, bem como a situação geopolítica das mesmas não permitia o estabelecimento do Comitê nem mesmo a luta armada.

Em junho de 1965, em uma assembleia geral do Comitê realizada em Acra, Trovoada e Graça foram demitidos da presidência do Comitê (acusados de uso indevido de bens do CLSTP, e mesmo por discórdias pessoais, contrárias às suas ações no exterior). António Medeiros, Hugo Azancot, Guadalupe de Ceita, Virgílio Carvalho e António Oné Pires dos Santos passaram a se a nova direção, reconhecida pela CONCP. De 1965 a 1972, as atividades do CLSTP foram minimizadas, muito em razão das oscilações dos países que recebiam o CLSTP (Gana, Congo, Guiné Equatorial).

Apenas em julho de 1972, o CLSTP foi reconstituído sob o nome de Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), fortemente influenciado pelo PAIGC, exigindo,

entre outras coisas, a “independência imediata e total” das ilhas, além do estabelecimento de um “regime republicano democrático, secular, anticolonial e anti-imperialista”, e de uma reforma agrária por meio da introdução de uma economia planificada. Em janeiro de 1973, o MLSTP foi reconhecido pelo Comitê de Libertação da OUA.

A Revolução dos Cravos foi o estopim para o início das ações políticas do MLSTP nas ilhas. Por meio do incentivo do escritório do MLSTP de Libreville, mobilizações de estudantes são-tomenses em Lisboa e ações cívicas nas ilhas, reunindo trabalhadores das roças e população crioula se tornaram frequentes a partir de agosto de 1974, chegando a paralisar totalmente o cultivo e a colheita de cacau e café. Ainda em junho, foi criada em São Tomé, a Associação Cívica pró-MLSTP, cujos principais estudantes que participavam desse movimento eram Daniel Daio (que tinha servido no exército colonial em Angola) e Alda Graça Espírito Santo (uma professora e poetisa que pertencia à elite santomense)<sup>46</sup>. Segundo Seibert, foi graças à militância dos jovens, que a Cívica

[...] conseguiu mobilizar os trabalhadores das roças e a população em geral realizando comícios, paralizações, greves e boicotes. Este grande êxito criaria rivalidades com os dirigentes em Libreville, que tinham estado fora do país há mais de dez anos. Quando nos fins de Julho de 1974, chegou a São Tomé o novo Governador, António Pires Veloso, ele foi recebido por uma multidão de milhares de pessoas convocadas pela Cívica sob a palavra de ordem “Independência total, çã qua cû pôvô mêcê”. (SEIBERT, 1995, pág. 243, tradução nossa).

Diplomaticamente, MLSTP e o governo português passaram às conversações desde maio de 1974, em Londres (durante as negociações entre o PAIGC e Portugal). Portugal, nessa altura, afirmava não estar preparado para conceder a independência às ilhas, mas prometia permitir livre atividade política e multipartidarismo (o governo português acreditava que a independência era desejada por uma pequena minoria das ilhas, além de considerar uma futura união de São Tomé e Príncipe com uma Angola independente).

Entre 28 de setembro e 3 de outubro, o MLSTP e o governo português se encontraram em Libreville, onde o Movimento foi reconhecido como único e legítimo, por Portugal (em 15 de outubro, os representantes das Forças Armadas portuguesas nas ilha, também o fizeram). Em 23 de novembro seguinte, em Argel, as negociações pela descolonização iniciaram, onde inicialmente o MLSTP refutou a ideia de referendo popular, oferecida por Portugal. Gastão Torres substituiu Trovoada na liderança das negociações (Trovoada teve uma crise de

---

<sup>46</sup> O próprio MLSTP era ainda desconhecido em São Tomé naquele momento, e entre seus principais nomes estavam Noberto Costa Alegre, Carlos Tiny, Filinto Costa Alegre, Olegário Tiny, Albertino Bragança, Alda Bandeira, Armindo Vaz e Manuel Vaz Fernandes. Foi nesse momento que Alda Graça Espírito Santo, António Espírito Santo, Pedro Umbelina e Gastão Torres foram integrados no bureau político do MLSTP.

apendicite) e em 26 de novembro, foi assinado o Acordo de Argel, com 17 artigos regulando o processo de independência, fixando a data de 12 de julho de 1975 para tal. O governo de transição resultante do encontro em Argel (formado por cinco membros do MLSTP e um Alto Comissário do governo português), serviria para assegurar a execução do Acordo, além de preparar as eleições para a Assembleia Constituinte. Em 21 de dezembro, o governo de transição, liderado por Leonel d'Alva iniciou as atividades<sup>47</sup>.

O funcionamento dos Ministérios seguia a estrutura dos anteriores departamentos coloniais; os altos funcionários portugueses regressaram à Lisboa, e seus cargos foram ocupados por funcionários forros (mesmo que na maioria dos cargos, sua formação não condizia com os requisitos). O governo de transição, entretanto, não representou uma mútua plataforma política, demonstrando as fissuras internas no Bureau Político. Apesar de algumas tensões internas às ações do Bureau<sup>48</sup>, a transição ocorreu dentro dos tramites esperados nos Acordos de Argel. Em 07 de julho, as eleições para a Assembleia Constituinte elegeram dezoito novos representantes (dos cinquenta e dois candidatos), além de aprovar o programa do MLSTP por uma margem de 90 por cento. As tropas portuguesas partiram em 11 de julho; em 12 de julho, o país se tornou independente, com Manuel Pinto da Costa como seu primeiro Presidente e Miguel Trovoada, como Primeiro-Ministro.

### **Considerações do capítulo**

Embora condicionados historicamente por um mesmo império, que baseou sua política colonial em exploração, submissão e racismo e localizados em uma área específica do continente africano (região central), Pequenos e Grandes PALOP apresentam semelhanças e diferenças pontuais, que são imprescindíveis para entender-se sua inserção no mundo lusófono. Angola e Moçambique, por questões geográficas e geopolíticas, sempre tiveram um papel mais relevante no contexto do império português, durante o período da Guerra Fria e posteriormente. Seus recursos minerais e localização estratégica foram os atrativos que fizeram Portugal estar de forma mais concreta em seus territórios, bem como se tornaram palco de disputas do contexto da Guerra Fria, com a disputa entre EUA e URSS e seus

---

<sup>47</sup> O Bureau Político da transição era formado, ainda, por Alda Graça Espírito Santo (ministra da Cultura), Carlos Graça (ministro dos Assuntos Sociais), Gastão Torres (ministro da Justiça e do Trabalho) e Pedro Umbelina (ministro das Comunicações) e por Pires Veloso, Alto Comissário do governo português.

<sup>48</sup> Como a disputa pelo cargo de futuro Presidente de São Tomé e Príncipe e em relação à presença de tropas portuguesas e nativas nas ilhas, entre fevereiro e abril de 1975, que criou uma oposição radical, a qual mais tarde seria ativa, no período do multipartidarismo.

aliados, com consequências profundas para a institucionalização de seus Estados e conflitos resultantes.

Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe compartilham com os Grandes PALOP o passado histórico, semelhanças culturais e direcionamentos políticos pós-independência idênticos, porém, fortemente condicionados pela geografia, não tiveram a mesma atenção que seus co-irmãos lusófonos nem durante a presença portuguesa, nem no contexto do conflito bipolar. Mesmo com a conjuntura tensa em que suas independências se concretizaram e com o teor socialista dos governos daí resultantes (e as aproximações com URSS, China e Cuba), esses países não tinham papel fundamental, servindo apenas como ponte para os Grandes PALOP (Cabo Verde como entreposto comercial, Guiné-Bissau como região de captura de escravos e São Tomé e Príncipe como reduto de cidadãos portugueses). Sempre em segundo plano, os Pequenos PALOP configuraram-se, historicamente, como países dependentes por excelência, cuja conexão com outros Estados do sistema mundial tornou-se vital para sua existência. A grande chave para entender-se tais países refere-se, justamente, ao tipo de conexão que esses fazem com outros países, uma conexão do tipo submissão ou uma conexão mais próxima da cooperação.

O Brasil, co-irmão desses cinco países, também compartilha profundas semelhanças culturais e de formação histórica do mundo lusófono. No entanto, geopolítica e economicamente, o Grande Brasil se assemelha mais com os Grandes PALOP, pela relevância das questões geográficas e econômicas como partícipe do império português. A ligação entre os dois lados do Oceano Atlântico Sul, possibilitada por Portugal, se ampliou de forma paralela à Lisboa antes mesmo da independência brasileira e consolidou os laços retomados pela política externa brasileira a partir da segunda metade do século XX, de conexão com base na cooperação, como se verá a seguir.

### 3. O ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PEQUENOS PALOP (1974/1990)

*[...]a responsabilidade histórica [brasileira] pelo futuro dessas comunidades africanas, comunidades a que não só estamos ligados pelo sangue e pela cultura, mas que também como o Brasil, surgiram do mesmo movimento irremovivelmente criador que foi a expansão ultramarina portuguesa. Esta responsabilidade histórica do Brasil exige de nós que estejamos preparados a prestar a colaboração de nossa voz e de nossos atos no encaminhamento de soluções justas e urgentes (AZEREDO DA SILVEIRA, 1974b, pág. 43)*

Das independências de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, em 1974 e 1975, até 1990, a política externa brasileira buscou primeiro estabelecer o contato oficial com esses países, a partir de uma base de laços históricos. Estabelecidas as relações político-diplomáticas com Guiné-Bissau (1974), Cabo Verde (1975) e São Tomé e Príncipe (1975), a política externa brasileira intensificou a relação com esses países a partir do conhecimento de sua realidade e, por consequência, de suas demandas, com o início de trocas comerciais. As ações de cooperação em diversos setores (principalmente saúde, educação, ciência e tecnologia e administração pública) passaram a ser o principal viés dessas relações bilaterais.

No entanto, mesmo que o período se identifique como de convergência da política externa brasileira para esses três países (e desses países para o Brasil), pode-se compreender duas fases distintas: uma fase inicial, de 1974 a 1985, de maior intensidade nas relações políticas e identificação da demanda nas relações econômicas e de cooperação; posteriormente, de 1986 ao primeiro trimestre de 1990, nota-se uma fase de relativo retraimento desses contatos, especialmente em razão dos condicionantes internos e externos, nos quatro países envolvidos.

Logo, esse é o objetivo do presente capítulo ao propor, primeiro a compreensão de como a política externa africana do Brasil se formulou e efetivou a partir da década de 1960, para possibilitar, depois, a análise de como as relações Brasil-Pequenos PALOP se estabeleceram a partir dessa ação externa brasileira. O seu foco político, complementado por uma clara demanda por ações de cooperação, pautou a política externa brasileira para ao Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe até o ano de 2010. Essas ações de mapeamento

de demandas por cooperação técnica (denominados no período, como relacionamento horizontal ou cooperação horizontal) são em verdade ações que iniciam a pauta de cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. Essa aproximação do Brasil com os Pequenos PALOP insere-se contexto da conexão do tipo cooperativa, conforme visto no capítulo anterior.

### **As origens da política externa brasileira para a África portuguesa**

A singularidade das relações do Brasil com os Países Africanos de Língua Portuguesa resulta da ligação histórico-cultural entre esses dois lados do Oceano Atlântico. O relacionamento entre Brasil e os PALOP remonta ao século XVI, quando ambos integravam o império português, com funções diferenciadas nos processos de exploração e de colonização. A fundação de cidades e vilas nas colônias portuguesas na África (cidade de Ribeira Grande em 1533, cidade de São Tomé em 1535, cidade de Luanda em 1575 e a Vila de Cacheu em 1578), os portugueses passaram a intensificar o aprisionamento e o tráfico de escravos em toda a costa ocidental africana.

No âmbito das relações comerciais, nessa época, prevaleciam produtos como a cachaça e o tabaco brasileiros, trocados por escravos do interior africano. A atuação da Coroa portuguesa pautava-se em assegurar ao Brasil, a mão-de-obra necessária às plantações de cana-de-açúcar e tabaco e às minas de ouro. O destino das colônias africanas, por sua vez, era suprir a demanda por escravos, fechando, desse modo, o ciclo da política colonial portuguesa. Menezes ao mesmo tempo argumenta com relação à ação das elites portuguesas no processo de exploração das colônias:

Instaurou-se, assim, um verdadeiro processo de “dependência intermediada” no qual Angola e as demais colônias portuguesas eram condicionadas não apenas pelas decisões tomadas no espaço metropolitano original, mas, indiretamente, pelos capitais situados nos países imperialistas [...] e que exploravam seus recursos intermediados pelos monopólios portugueses. Constituíam-se, assim, uma “dupla instância de dependência” uma submissão não a uma metrópole isoladamente (a “dependência colonial”), mas a dois estágios metropolitanos (o português e o dos países imperialistas hodiernos). (MENEZES, 2000, pág. 33).

No século XVIII, o comércio e a navegação com o continente africano (e não apenas as colônias portuguesas) passou a ser quase totalmente feita pelo Brasil, deixando Lisboa e Porto em segundo plano. O Brasil tornara-se o centro do comércio triangular (África-Ásia-Europa), pois, nas embarcações provenientes da Índia,

[...] chegavam tecidos, sedas e tapetes, e as ‘fazendas de negros’ que daqui seguiam para Angola, nos barcos de retorno da escravatura. Só da Bahia partiam anualmente mais de cinquenta embarcações entre corvetas e sumacas, cerca de uma dezena delas seguiam depois de Angola para a Europa, as restantes corriam depois a costa da Guiné, à compra de escravos, cera e ouro adquiridos aos negros (VEIGA CABRAL, 1989, pág. 9).

Para o império ultramarino português, a independência do Brasil, em 1822, teve reflexos profundos, dentro da segunda etapa histórica do império português. As colônias africanas de Portugal, em razão do comércio triangular (Brasil-Portugal-África), vínculos sócio-culturais e humanos estavam mais ligadas ao Brasil do que a Portugal e essas relações triangulares foram modificadas a partir de 1822. A elite de Angola, principal colônia africana de Portugal – especialmente em Luanda e Bengala, se dividira entre grupos pró-independência, interessados na união angolana com o Brasil, e grupos pró-Portugal, que buscava manter a colônia como parte do império português. A sublevação da colônia africana contrapôs as lideranças locais e os governadores, fiéis a Lisboa, além do sequestro de bens de cidadãos brasileiros, em 1823 (em represália ao que ocorrera aos cidadãos portugueses no Brasil). Em 1826, D. Pedro I e José Bonifácio nomearam um cônsul brasileiro para Luanda, que foi rejeitado por Lisboa.

Da época da independência à metade do século XIX, a política externa brasileira esteve profundamente condicionada pela hegemonia britânica no sistema mundial, mas, principalmente, nos efeitos dessa hegemonia em Portugal, estabelecida por meio de uma aliança histórica, cujos efeitos foram transferidos ao Brasil, como “... a ingerência política inglesa nas decisões da corte do Rio de Janeiro e o modelo mais acabado de inserção dependente no sistema internacional produzido pela Revolução Industrial, conforme os termos dos Tratados de 1810” (BUENO & CERVO, 2008, pág. 22). A Inglaterra, com o objetivo de garantir seus interesses comerciais no Brasil e, posteriormente, abolir a escravidão, procurou extinguir as conexões entre o Brasil e Angola. Martins afirma que a diplomacia inglesa via na extinção do tráfico “... uma maneira de romper as ligações entre Brasil e Angola e evitar a formação de um Império Sul-Atlântico, sob o domínio brasileiro” (MARTINS, 2002, pág. 98).

Ao mesmo tempo, a Inglaterra condicionou o reconhecimento internacional da independência brasileira à questão das colônias portuguesas e ao fim do tráfico de escravos. O Tratado de reconhecimento da independência brasileira, de 29 de agosto de 1825, indenizou Portugal em dois milhões de esterlinos (mediante convenção secreta) e estabeleceu o

distanciamento brasileiro das colônias africanas. Para Portugal, foi o início de uma reconfiguração do império ultramarino português, ao readaptar o tipo de exploração dessas colônias na África ao interesse metropolitano; para o Brasil foi o primeiro fracasso formal da diplomacia brasileira, numa sequência de tratados desiguais que atrelaram o país à ingerência inglesa na maior parte do século XIX. Nesse contexto, a política do Império do Brasil voltou-se a resolução dos problemas fronteiriços, quando os “... interesses brasileiros se deslocaram, com nitidez, do Oceano Atlântico para a Bacia do Prata e a política externa se regionaliza.” (COSTA & SILVA, 1989, pág. 32).

Aliados a isto, já na segunda metade do século XIX, o fim do tráfico negreiro e as novas culturas agrícolas brasileiras, em especial com a introdução do café e da mão-de-obra imigrante, propiciaram um século de interrupção das relações entre os dois lados do Oceano Atlântico. O fim do tráfico negreiro assinalou o declínio substancial das relações comerciais com toda a costa africana. Da corrida imperialista ao continente africano do final do século XIX até a década de 1950, o Brasil acabou por privilegiar as relações com as potências colonizadoras na África, em detrimento dos contatos tanto com as colônias quanto com os países recém-independentes daquele continente. Apenas em 1925, o Brasil assinou o primeiro acordo com um país africano: a Libéria, independente desde 1847. No entanto, no ano de 1942, por exemplo, o comércio com o continente africano (colônias e Estados independentes era de apenas 3% da totalidade, conforme VEIGA CABRAL, 1989, pág. 10). Foi no contexto do mundo pós-Segunda Guerra Mundial que Brasil e África restabelecem contato, como será visto no decorrer deste estudo.

Embora aqui se concorde com a periodização da história da política externa brasileira proposta por Werneck da Silva & Gonçalves (2008), busca-se estabelecer que a reemergência gradual da África, no geral, e dos PALOP, em específico, na política externa brasileira fazem parte do momento de transição entre a segunda (relação privilegiada com os EUA, de 1902/1960) e a terceira fase dessa política externa brasileira (nacionalismo, de 1960 em diante). Nessa passagem, o teor nacional-desenvolvimentista do Estado brasileiro já estava identificado (e buscava se consolidar) por meio do processo de industrialização, bem como por meio de uma ação externa brasileira no sistema mundial que visasse a defesa do nacionalismo, notadamente por meio do desenvolvimento. Esse tom nacionalista passou a aparecer na atuação pontuada na multilateralidade (com a possibilidade da horizontalidade e diagonalidade, sem negação da verticalidade) e no confronto, específico a determinados contextos interno e externo, das duas posições: aceitar a primazia dos Estados desenvolvidos

do Norte, privilegiar a horizontalidade como forma autônoma de inserção no sistema, ou ainda o misto das duas posições.

É interessante uma análise da evolução do papel da Chancelaria brasileira, pois da independência ao início do século XX, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil (a partir da República, Ministério das Relações Exteriores) tinha uma divisão administrativa, em linhas gerais, com uma seção política e diplomática e outra de negócios econômicos e consulares, as quais abarcavam todas as regiões do mundo, mas com uma prioridade para a Europa e a América do Norte. Apenas com as reformas Azevedo Marques, de 1920 (na gestão de José Manoel de Azevedo Marques) pela primeira vez se criou uma subdivisão com a África no nome: Seção da Europa, Ásia, África e Oceania, integrante da Diretoria Geral dos Negócios comerciais e consulares. O MRE evoluiu de acordo com o próprio papel que a política externa passou a desempenhar de forma determinante na história do Brasil, principalmente depois de 1961.

O Brasil buscou a sua industrialização a partir da República Velha, mas especialmente durante a Era Vargas. A partir da década de 1930, o projeto nacional-desenvolvimentista baseou a política industrial na substituição de importações, firmando a industrialização como questão de interesse nacional,

[...] enquanto política consciente e estruturada em nível de governo. De 1945 a 1950, o processo [de industrialização] foi centralizado com sucesso nos bens de consumo popular tais como têxteis e alimentos. Depois disso, a alternativa que se abria era a estagnação ou um novo salto, dependendo da política econômica a ser adotada (VIZENTINI, 2004, pág. 32).

Nesses termos, da década de 1940 ao início da década de 1970, identifica-se a gradual reemergência da África na política externa brasileira, seja como área de influência, potencial mercado consumidor ou ponto de apoio para temas variados. Especialmente no âmbito multilateral (sistema de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, e no sistema de Dumbarton Oaks – Organização das Nações Unidas e seus órgãos auxiliares) essas relações passaram a ser progressivamente identificadas, porém ainda direcionadas ao apoio às metrópoles e nos debates consequentes internos (aspectos positivos e negativos) que tornavam ambígua a postura do Brasil para a África até 1974.

Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946/1951), esse apoio brasileiro ao colonialismo se tornou incondicional com os avanços dos debates na ONU. Além de se subordinar a outros temas tidos como mais relevantes, como as relações com os EUA e os aliados ocidentais. O Chanceler Raul Fernandes tornou clara essa posição ao utilizar o artigo

73 da Carta das Nações Unidas como elemento legitimador da postura do Brasil frente à questão africana, além do argumento em prol do uso de uma política que não fosse contrária aos interesses dos aliados ocidentais, as metrópoles (PINHEIRO, 1989, pág. 93). Naquele momento, a África servia como espaço de manobra para outros interesses, como o assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (eleito em 1946) ou a eleição de Oswaldo Aranha para a presidência da II Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947.

O segundo governo Getúlio Vargas (1951/1954) aprofundou a industrialização por substituição de importações do setor de bens de capital, infraestrutura básica e bens de consumo de luxo. Por consequência, a política externa liderada pelo Chanceler João Neves da Fontoura identificou-se com esse projeto nacional-desenvolvimentista e passou, a partir da década de 1950, a viabilizar ações e relações externas para valorizar o interesse nacional, por meio de uma ação mais eficiente do Ministério das Relações Exteriores, com campanhas de propaganda cultural e comercial no exterior e estabelecimento de adidos culturais nas embaixadas (VIZENTINI, 2004, pág. 36-37). Vizontini afirma que, para vincular a política de desenvolvimento econômico com a ação externa, foi necessário o entrosamento entre vários ministérios e a classe empresarial brasileira, o qual “elevou o perfil da diplomacia brasileira” (id., pág. 37), pois

Termos como “defesa dos interesses nacionais”, “resoluções coletivas”, “princípios uniformes” e “instrumentos multilaterais”, bem como o destaque às organizações internacionais, tornaram-se constantes nos discursos presidenciais e evidenciam a preocupação do Itamaraty em esboçar uma *multilateralização das relações exteriores*, procurando, assim, escapar de uma dependência fortemente assimétrica, num momento em que os EUA não estavam muito dispostos a fazer concessões aos países latino-americanos. A sobrevalorização dos instrumentos coletivos e das normas jurídicas constituía, segundo essa concepção diplomática, um instrumento indispensável na proteção da política dos países periféricos frente às grandes potências. Esse princípio seria bastante desenvolvido uma década depois pelo Chanceler San Tiago Dantas. (VIZENTINI, 2004, pág. 39, *grifo nosso*).

Essa citação evidencia a base do entendimento do segundo governo Vargas sobre a utilização da política externa como defesa dos interesses nacionais, que posteriormente seria aprofundada pela Política Externa Independente, a partir de 1961. Um dos marcos da ambiguidade da política externa brasileira para a África, entretanto, desenhou-se durante o segundo governo Vargas, quando foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953. Esse Tratado ligou politicamente os dois países no cenário internacional. Desse momento até o início da década de 1970 se caracterizou oficialmente a ambiguidade da política brasileira frente à questão das colônias portuguesas na África. Se por um lado havia

um compromisso político atrelado à defesa do colonialismo entre Brasil e Portugal, por outro, tornou-se cada vez mais evidente o interesse brasileiro em estabelecer o contato com as colônias portuguesas na África (futuros países independentes). Concebido por João Neves da Fontoura (Chanceler do governo Dutra e de parte do segundo governo Vargas, de janeiro a julho de 1946 e de janeiro de 1951 a junho de 1953), o Tratado fora ratificado um ano depois de sua assinatura, e continha nove artigos estabelecendo a consulta mútua entre as duas partes, em assuntos internacionais, além da promoção da Comunidade Luso-Brasileira no mundo<sup>49</sup>. O Brasil, desde 1953, passou a subordinar sua posição em relação às colônias portuguesas na África aos interesses de Portugal, pois o documento encarnava juridicamente a amizade Brasil-Portugal.

À morte de Vargas (agosto de 1954), seguiu-se um breve período sob a presidência de Café Filho (1954/1956), com Raul Fernandes no Itamaraty, que direcionou o retrocesso conservador do período, por ser ex-chanceler do governo Dutra e partidário das relações próximas com os EUA. A política externa do Governo Juscelino Kubitschek (1956/1960) foi marcada pelo nacionalismo associado ao capital estrangeiro. Nesse contexto, o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) representou uma forma de barganha com os Estados Unidos. O relativo silêncio brasileiro em relação ao andamento das lutas de independência na África portuguesa se completava com a superficialidade de postura sobre a questão sul-africana. No ano de 1957, o senador Gomes de Oliveira representou o Brasil na IV Comissão da Assembleia Geral de 1957 e votou a favor do projeto A/C.4/L.404, onde as províncias ultramarinas portuguesas se incluíam como territórios não autônomos, ainda pertencentes a Portugal. De acordo com Saraiva, Portugal contava com “a plena cooperação do Brasil”, na “batalha diplomática” da época (SARAIVA, 1996, pág. 43).

Esse posicionamento oficial brasileiro não condizia, entretanto, com um tom unânime na sociedade brasileira e no próprio Itamaraty; vozes dissidentes emergiam gradualmente, questionando a omissão do país, num momento de mudanças profundas no sistema internacional. Tal ponto fica claro nas cartas enviadas por Oswaldo Aranha ao Presidente Juscelino, no ano de 1957, como o trecho que segue:

Nossa atitude, em favor das potências coloniais, mas contrária à nossa formação, às nossas tradições e em conflito até com sentimentos humanos [...], muito enfraquece nossa posição e reduz nossa autoridade, mesmo entre os países latinoamericanos. Cingi-me à letra de nossas instruções, mas agora, julgo-me no dever de aconselhar

---

<sup>49</sup> No anexo ao Tratado (confidencial), as Notas Interpretativas estabeleciam que a Comunidade Luso-Brasileira não incluía as províncias ultramarinas portuguesas, fato que causara profundas críticas de um setor do Itamaraty, liderado por Álvaro Lins, Adolpho Justo Bezerra de Menezes e Oswaldo Aranha.

uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados, e o Brasil não poderá contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição internacional (ARANHA, 1957 *apud* SARAIVA, 1996, pág. 44).

Na XV Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1960, o Brasil votou a favor da Resolução nº. 1514<sup>50</sup>, e contra outra Resolução que obrigava Portugal a tomar providências e encaminhar informações sobre o andamento do processo africano. Para Letícia Pinheiro, eram claros os motivos desse apoio a Portugal: por um lado, a existência de um grupo de pressão no interior da sociedade brasileira, representante dos mais tradicionais interesses portugueses, e por outro a cumplicidade de interesses estratégicos entre Brasil e Portugal sobre o Atlântico Sul e permeando os dois itens anteriores, os laços especiais que ligavam os dois países, uma espécie de culto à

[...] herança lusitana, que terminava por se transformar em camisa de força para a política externa do Brasil. A mentalidade de colono póstumo de Portugal, absolutamente refratária a um tratamento realista da questão colonial que apontasse os prejuízos decorrentes do apoio brasileiro às metrópoles, imprimia um sentimento de gratidão a este país, despolitizando o problema e encaminhando-o como uma ação entre amigos (PINHEIRO, 1989, pág. 107).

Durante o Governo Jânio Quadros (1961), ocorreu a primeira estratégia simbólica da política brasileira direcionada ao continente africano, a partir das diretrizes da Política Externa Independente (mas que não findou aquela ambiguidade): a política externa brasileira passaria a ser um instrumento contra o racismo e o colonialismo, clareando o apoio do país ao princípio da autodeterminação dos povos da África. Em discurso no Congresso Nacional, o Presidente Jânio deixou claro que o Brasil tinha aspirações comuns com o continente africano, como “o desenvolvimento econômico, a defesa dos preços das matérias primas, a industrialização e o desejo pela paz” (QUADROS, 1961b, pág. 100). A gestão de Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1961/1962), à frente do Ministério das Relações Exteriores, possibilitou uma reorganização da estrutura do Ministério. Em 21 de setembro de 1961, por meio do Decreto nº. 1, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores passou a ter uma Divisão da África (DAF), dentro da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental e da África (DEAF).

---

<sup>50</sup> Também conhecida como Resolução para a garantia da Independência dos Povos e Países Coloniais.

Nessa sintonia, foram instaladas as primeiras embaixadas brasileiras no continente, em Acra (Gana), Nairóbi (Quênia), Dakar (Senegal) e Lagos (Nigéria). Em um artigo de periódico especializado, o próprio Presidente já indicava:

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente por nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje. (QUADROS, 1961a, pág. 154).

Com o objetivo de estudar a realidade e a cultura africanas, bem como os seus reflexos na sociedade brasileira, Jânio criou, em 14 de abril de 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) em complemento ao Grupo de Trabalho para a África criado no Itamaraty, o qual deveria apresentar “...conclusões sobre missões diplomáticas nos novos Estados africanos e propor medidas econômicas, comerciais e culturais” (RELATÓRIO, 1983, pág. 183). Com essa diretriz, o Governo brasileiro desenvolveu uma política que buscava manter uma relativa autonomia face aos Estados Unidos, além de aproximar-se não apenas da África, mas também de regiões como o Leste Europeu e a Ásia, além de aprofundar a política externa para a América Latina.

A Política Externa Independente identificava o país com as teses Terceiro-mundistas, mas não preconizava sua inclinação automática (era resultado da análise diplomática do Brasil, de um sistema internacional não mais rigidamente bipolar, mas distensionado). Esse artifício atingiu o auge com a política dos “3 Ds” (desarmamento, desenvolvimento e descolonização), lançada pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro, na XVII Assembleia das Nações Unidas, em 1962:

[a política dos 3 Ds] permitiu um aprofundamento global [em] nível do sistema internacional, na perspectiva da emergência de um mundo multipolar, em que o Brasil poderia fazer parte de um novo centro, aumentando suas responsabilidades internacionais [...] no campo do desenvolvimento, o Brasil tomou posições claras e extremamente coerentes que o aproximaram da África, da Ásia e reforçaram a aproximação no plano sul-americano. O Brasil tende a apresentar-se como uma potência média no cenário internacional, reflexo de seu desenvolvimento e do desejo de ter uma posição internacional mais nítida. (MOURÃO & OLIVEIRA, 2000, pág. 315).

Sob esse ângulo, a PEI pode ser entendida como parte da estratégia da política externa brasileira de questionar o status quo mundial, na tentativa de negociar uma nova forma de inserção internacional. A política externa passou a ser o instrumento indispensável para a realização dos projetos nacionais, uma vez que o desenvolvimento industrial do país era o

elemento justificador dela. O multilateralismo representava uma das direções indicadas pela PEI. Com a tese anticolonialista em alta nas Nações Unidas, o Brasil votou favoravelmente aos textos contrários ao colonialismo europeu na África e Ásia. No entanto, no que se referia aos interesses de Portugal, absteve-se de votar devido ao Tratado de 1953, fato que fez vir à tona a primeira dificuldade da postura anticolonialista brasileira.

A partir da PEI, as diretrizes anticoloniais da política externa brasileira aprofundaram a dúvida em relação às “obrigações internacionais” do Brasil com Portugal. Jânio Quadros pautava a atuação externa brasileira por duas direções distintas: de um lado, com tons de oposição ao colonialismo, e de outro, a partir dos compromissos internacionais estabelecidos com Portugal, que levavam o Brasil a se abster nas votações que diziam respeito ao assunto nas Nações Unidas.

O Governo de João Goulart (1961/1964), cujo Chanceler continuou sendo San Tiago Dantas buscou aprofundar a Política Externa Independente, ao incrementar o corpo teórico da política externa, para colocá-la em prática. Vizentini afirma que a PEI

[...] constituiu um projeto coerente, articulado e sistemático, visando transformar a atuação internacional do Brasil. Até então, a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. [...] devido ao processo de industrialização brasileiro e à progressiva alteração do contexto internacional, sobretudo a partir da passagem das décadas de 1950 e 1960, a política externa brasileira procurou tornar-se um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais. (2003a, pág. 29).

No entanto, tendo em vista o contexto interno de crise, a PEI, gradativamente, foi sendo interrompida, até perder a sua efetividade. Em 1964, o golpe militar brasileiro imprimiu uma noção diferente do nacionalismo até então vigente no país. Ao mesmo tempo, o projeto desenvolvimentista sobreviveu, de forma a fomentar uma potência média industrializada. Com isso, a atuação externa do país direcionou-se para uma postura de interdependência, e, em certa forma, para a busca de uma autonomia internacional. Vizentini (id., pág. 39) argumenta que uma das orientações do regime militar era a de “... construir uma potência média industrializada”, e o que de positivo “... pode ser creditado à política externa foi obra do Itamaraty, que manteve larga margem de ação”.

A política externa do Regime Militar (1964/1985) não foi um bloco único de ações e perspectivas do sistema internacional. Em relação à África, os dois governos iniciais deram um tom mais geopolítico às relações com o continente, retornando a postura pró-Portugal; os demais governos, especialmente a partir de 1970, reequacionaram o papel da África na

política externa brasileira, dirimindo a ambiguidade para com as colônias portuguesas no continente e moldando a futura presença brasileira nos Estados recém independentes.

O Governo do Marechal Humberto Castelo Branco (1964/1967) baseou-se na “revolução redentora”, fundamentada na “... ordem e paz social, [...] combate à corrupção e retomada do crescimento por meio do estímulo ao capitalismo privado” (VIZENTINI, *Ibid.*, pág. 40). A reaproximação com os Estados Unidos fez com que a política externa brasileira perdesse a perspectiva multipolar, em favor da bipolar, que se atrelava à Doutrina de Segurança Nacional. Com o recuo expressivo na dimensão anticolonialista brasileira, a ambiguidade da política para a África voltara, ao apoiar-se oficialmente de novo o colonialismo português. O Presidente Castelo Branco chegou, inclusive, a afirmar que “... qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente” (CASTELO BRANCO, 1964 *apud* PINHEIRO, 1989, pág. 105). Seu primeiro Chanceler foi Vasco Leitão da Cunha, porém, somente durante o mandato do Chanceler que o substituiu, Juracy Magalhães, é que foram empreendidas duas missões de promoção comercial junto à África, no ano de 1966.

Com o Governo do General Arthur da Costa e Silva (1967/1969), a política externa teve o retorno gradual, à sua pauta, do tema desenvolvimento e da retomada das relações com outras regiões do mundo (África, Ásia e Leste Europeu), anteriormente enfatizadas na PEI. A Diplomacia da Prosperidade incrementou as relações com o Terceiro Mundo, numa perspectiva de relacionamento Sul-Sul, em particular com o continente africano. A gestão de José de Magalhães Pinto reorganizou novamente a estrutura do MRE, submetendo a Divisão da África à Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da África e Oriente Próximo (ADP); foram, ainda, inauguradas duas Embaixadas brasileiras: em Abidjan (Costa do Marfim) e Kinshasa (Zaire).

Em 1968, foi instalada a Câmara de Comércio Brasil-África e, numa reorganização interna do Itamaraty, ocorrida em 1969, foi instituído um Secretariado Geral Adjunto para Assuntos da África e Oriente Próximo, subdividido em África e Oriente Próximo. Foram ainda enviadas missões especiais a Angola, Moçambique e África do Sul. Ao mesmo tempo, as relações privilegiadas com Portugal continuavam a caracterizar a ambiguidade da política externa brasileira em relação às colônias portuguesas. Em julho de 1969, Marcello Caetano, Primeiro-Ministro português, visitou o Brasil na tentativa de reatar laços com o país, deixando clara a necessidade que Lisboa tinha do apoio brasileiro, na “questão das colônias africanas”,

como ficou claro pela repercussão na imprensa brasileira (O PRIMEIRO-MINISTRO, 1969, pág. 33).

Baseando-se nesses elementos, entende-se que o período áureo dessa política africana do Brasil tenha ocorrido entre 1969 e 1985, no final do Governo Figueiredo. A nova tentativa brasileira de inserção internacional, possibilitada pelo desenvolvimento econômico e pela política externa específica do Regime Militar, a qual viabilizou o projeto nacional-desenvolvimentista, ampliou a visão geoestratégica sobre o Oceano Atlântico. Como consequência, ficou evidenciado o crescente interesse brasileiro pelo continente africano como parceiro político (depois do fim das ambiguidades com Portugal) e como potencial mercado consumidor – em face às independências dos países africanos, como realmente veio a ocorrer nos governos posteriores, a seguir analisados. Na década de 1970, o papel da África na política externa brasileira, além do discurso culturalista e histórico da solidariedade entre os povos, passou a se direcionar à questão dos mercados potenciais.

Produtos manufaturados, serviços e tecnologia passariam gradualmente a servir como moeda de troca para matérias primas e petróleo africano. A proximidade entre as duas costas do Atlântico Sul (1.600 milhas) – referida por Médici como “caminhos fáceis do oceano” – passou a ser palco de corredores marítimos comerciais com fluxo intenso e baixo frete<sup>51</sup>. Como ponto dessas ações, a projeção da imagem do Brasil no sistema internacional, como “poder tropical e industrial”. As relações do Brasil com o continente africano, nesse período, podem ser identificadas a partir de quatro grandes bases de ação inter-relacionadas: a) assinatura de tratados de cooperação comercial e técnica; b) aumento das rotas comerciais marítimas; c) investimentos em ações de desenvolvimento; d) retomada do discurso culturalista da década de 1960.

A política externa do Governo General Emílio Garrastazu Médici (1969/1974) consolidou a mudança qualitativa do Brasil em direção à África, marcada por novos parceiros comerciais, como resultado das relações diretas com aquele continente. A Diplomacia do Interesse Nacional propunha um desenho diplomático de longo prazo, visando a uma nova forma de inserção internacional, mediante o alargamento das relações com o continente africano (foram assinados 30 Tratados Comerciais com países africanos). Durante a gestão de Mário Gibson Alves Barboza, houve nova reestruturação administrativa do Ministério (pelo

---

<sup>51</sup> Pode-se entender que uma das ações do Presidente Médici, nesse sentido, foi a ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas, em março de 1970, onde os itens de “soberania, economia e segurança” foram os fatores preponderantes no processo decisório que resultou no DNU/56/502.72 (CARVALHO, 1999, pág.111).

Decreto nº 71.534, de 1972), que inseriu a primeira Divisão de África (DAF) no Departamento de África, Ásia e Oceania (DAO).

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Chanceler Gibson Barboza, acompanhado de uma comitiva ministerial, visitou nove países africanos: Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Gabão, Camarões, Dahomey<sup>52</sup>, Togo, Zaire e Senegal. O petróleo era o primeiro responsável pela atração que a África exercia sobre o Brasil, devido às necessidades energéticas brasileiras, pois com a crise de 1973, o petróleo tornou-se importante produto de barganha no sistema internacional. Com uma dependência de, aproximadamente, 80% do petróleo importado, o Brasil reorientou, geograficamente, as exportações e importações, o que deu origem a novas parcerias com Angola, Nigéria, Gabão, Congo e Zaire. No mesmo ano, outra missão comercial brasileira visitou alguns países africanos, dentre os quais Angola.

O intercâmbio comercial com a África do Sul foi mantido, apesar do Brasil não concordar com a política do Apartheid. As relações com Portugal continuaram a ser privilegiadas (sendo que entre 13 e 20 de maio de 1973, Médici visitou Portugal). No entanto, nos foros multilaterais, o Brasil aos poucos foi desvendando sua posição em relação ao fim do colonialismo e ao combate do racismo. Um dos momentos relevantes para isso ocorreu na XXVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1972, quando o Brasil votou favoravelmente pela adoção da Resolução que considerava autênticos os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Cabo Verde/Guiné-Bissau.

Com o Governo do General Ernesto Geisel (1974/1979) solidificou-se a política brasileira para a África. O Pragmatismo Responsável e Ecumênico do Chanceler Antônio Azeredo da Silveira priorizou o continente africano, bem como os países árabes e do campo socialista. A “revolução” na política exterior do Brasil, como afirmado pelo próprio Chanceler, referia-se à consolidação da mudança de postura do país no sistema mundial, a partir da identificação dos objetivos a serem alcançados em prol dos interesses nacionais, com olhar para a política interna, mas principalmente, para a política internacional da época – e a pauta da descolonização africana também foi inserida. Nesse sentido, Azeredo da Silveira afirmou

Nossa política exterior é uma busca para harmonizar os interesses nacionais. Em primeiro lugar, com os países que nos são vizinhos, e em segundo, com os países do continente americano, da nossa fronteira marítima, dos países africanos e que essa projeção se lance sobre todos os países do mundo. (AZEREDO DA SILVEIRA, 1974a, pág. 23-24).

---

<sup>52</sup> A República de Dahomey existiu de 1960 a 1975, quando foi renomeada para República Popular do Benin, como referência ao histórico Reino do Benin, existente na região do Golfo da Guiné antes da colonização francesa.

O ano de 1974 deve ser compreendido como ponto-chave na política brasileira para a África e por consequência do fim da ambiguidade sobre a questão da descolonização portuguesa. A queda de Marcello Caetano em Portugal, em abril, favoreceu a volta definitiva do tom anticolonialista e antiracista na política externa brasileira. O momento emblemático na defesa aberta da descolonização, por parte do Brasil – já iniciado em na XXVI Assembleia Geral das Nações Unidas de 1972 – ocorreu em junho de 1974, quando o Itamaraty recebera da Organização da Unidade Africana uma comunicação oficial (em 04 de junho), solicitando, que o país “como amigo de Portugal, exerça sua influência junto ao novo Governo português em favor da concessão da independência de Moçambique e de Angola e do reconhecimento da República da Guiné-Bissau” (OUA, 1974, pág. 67).

Em 08 de junho seguinte, o Itamaraty, por meio de nota oficial, definiu, finalmente, a posição brasileira incontestavelmente favorável às independências das antigas colônias portuguesas na África, bem como prevendo o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, já declarada independente de Portugal. Ao se basear nos “laços especiais de amizade” entre Brasil e Portugal e entre o Brasil e todas as nações africanas, a posição brasileira ainda definia a necessidade da solução pacífica para essas independências em questão, “que assegure o respeito às legítimas aspirações dos povos interessados”, reiterando a condenação de “toda política de caráter colonialista ou racista” e ainda não assumia nenhum tipo de mediação na resolução daquela situação, mas prestaria a colaboração que fosse solicitada “pelos pares interessados às quais o Brasil se sente ligado pela história, pela raça e pela cultura” (PROBLEMA PORTUGUÊS, 1974, pág. 67). Estava encerrada a posição ambígua que por mais de 20 anos aproximou e distanciou o Brasil da África, numa política oscilante.

O próprio Chanceler Azeredo da Silveira, em discurso na sessão conjunta das Relações Exteriores do Senado Federal e Câmara dos Deputados, explicitou essa posição brasileira pela eliminação de formas de dominação colonial, especificando a independência de territórios portugueses na África, afirmando sobre a

[...] responsabilidade histórica [brasileira] pelo futuro dessas comunidades africanas, comunidades a que não só estamos ligados pelo sangue e pela cultura, mas que também como o Brasil, surgiram do mesmo movimento irremovivelmente criador que foi a expansão ultramarina portuguesa. *Esta responsabilidade histórica do Brasil exige de nós que estejamos preparados a prestar a colaboração de nossa voz e de nossos atos no encaminhamento de soluções justas e urgentes.* (AZEREDO DA SILVEIRA, 1974b, pág. 43, *grifo nosso*).

Definida, enfim, a posição oficial brasileira em relação “ao problema português”, as ações efetivas não tardaram. Em 14 de julho seguinte, o Brasil reconheceu a República da Guiné-Bissau como o primeiro país africano independente de Portugal. Em seguida, na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Azeredo da Silveira novamente questionou o problema da descolonização, onde afirmou que

[...] o Brasil acredita, sem restrições, que não se justificam protelações ou subterfúgios na condução do processo descolonizatório [...] O que importa não é vilipendiar o passado colonizador, mas ajudar a construir o futuro das nações livres [...] Assim, quando nos regozijamos de que emergjam para a independência novas Nações de língua portuguesa, não estamos fazendo a apologia de qualquer supremacia cultural, mas simplesmente nos congratulando com as oportunidades que as comunidades de língua abrem para um maior entendimento fraterno (AZEREDO DA SILVEIRA, 1974c, pág. 40-41).

A necessidade de ampliação da representação brasileira no continente africano, em razão dos novos Estados independentes, obrigou nova reestruturação administrativa no MRE: o Departamento de África, Ásia e Oceania foi modificado pelo Decreto nº. 440, de 16 de agosto de 1976 e passou a contar com dois setores de África: Divisão de África I (DAF-I) e Divisão de África II (DAF-II). Como forma de cooperar com os jovens países, o Brasil buscava “... ampliar sua influência diplomático-econômica na África e equilibrar politicamente a presença cubana no Atlântico sul” (VIZENTINI, 2003a, pág. 94). Era o momento ímpar para o país ampliar a gama de parcerias no sistema internacional, com outros polos desenvolvidos (EUA, Alemanha e Japão) e com outras regiões do mundo, como África, Ásia e Leste europeu.

Os acontecimentos na África portuguesa evoluíram no ano de 1975; em março, o Brasil instalou uma Representação Especial em Luanda, sob o comando do Embaixador Ovídio de Melo e em abril, outra Representação Especial foi aberta em Lourenço Marques (atual Maputo), Moçambique. Em 25 de junho, Moçambique proclamou sua independência; em 05 de julho, Cabo Verde e em 12 de julho, São Tomé e Príncipe se tornaram independentes. Em 11 de novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da República Popular de Angola, sob o governo do Movimento para a Libertação de Angola<sup>53</sup>. Esse prestígio para com as independências de todos os PALOP deve ser interpretado como parte da estratégia brasileira no sentido de se colocar como país-ponte entre os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo e segundo Dombe, “... assegurando

---

<sup>53</sup> Com a independência angolana, a Representação Especial brasileira em Luanda foi transformada em Embaixada, cujo primeiro chefe foi o Embaixador Rodolpho Godoy de Souza Dantas, saudado pelo Presidente Neto, em maio de 1976.

assim, através das brechas surgidas na economia mundial, um espaço próprio para a reprodução do seu capital” (1997, pág. 69).

O reconhecimento da independência angolana tivera um impacto maior na política interna brasileira e na política e mídia internacional, em função do conflito angolano, que iniciara como uma luta interna financiada pelo exterior, e continuara como “... pura [...] invasão estrangeira disfarçada [agora] transformava-se [...] em mais um episódio da Guerra Fria. As pressões internacionais e internas sobre o Itamaraty certamente aumentariam”. (MELO, 2000, pág. 381). No entanto, as independências dos Pequenos PALOP ocorreram anteriormente à de Angola, e no caso de Cabo Verde e Guiné-Bissau, sob forma de luta armada. Por que, então, as atenções da cena internacional foram maiores para Angola?

Os processos de independência em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe foram menos traumáticos do que os de Angola, onde os interesses domésticos (já complexos em razão das ações do MPLA, UNITA e FNLA) se confundiram com interesses internacionais, no âmbito da Guerra Fria. Angola passou a ser palco do conflito bipolar, onde as questões econômicas (e principalmente seus recursos minerais) e políticas estavam em jogo diretamente. Os Pequenos PALOP, por sua vez, embora também independentes sob luta armada (exceção era São Tomé e Príncipe), se pacificaram no imediato pós-independência, tinham sérios problemas estruturais na economia e sociedade, além de seus fatores naturais (território, população, recursos minerais) serem diminutos se comparados aos de Angola ou mesmo Moçambique. A influência política e econômica nos Grandes PALOP independentes seria mais disputada do que nos Pequenos PALOP. Sob esse entendimento, o Brasil agiu nas duas frentes (Pequenos e Grandes PALOP), pois, como identifica o Representante Especial brasileiro em Luanda, o entendimento brasileiro era que

Fazer política externa é assumir atitudes condizentes com o interesse nacional a curto, médio e longo prazo, afrontar riscos se preciso for; ter, não somente uma vaga soberania nacional teórica, mas uma definida e verdadeira personalidade internacional. Foi o que o Brasil teve com respeito à Angola em 1975 [...] (MELO, 2009, pág. 95).

A política brasileira no tocante ao reconhecimento da independência bissau-guineense garantiu uma inserção gradual do país nos PALOP, pautada pelo viés político. A Comunidade Luso-Brasileira, idealizada com o Tratado de 1953, entrava em franco esquecimento (seria revertida, gradualmente, em Comunidade lusófona, a partir de 1989, com o Encontro de São Luís). A partir do reconhecimento das independências africanas, o

[...] Brasil iria aproveitar o novo contexto para recuperar o tempo perdido. Rompia-se um grande ciclo de alinhamento automático de posições portuguesas e brasileiras na África. Projetando-se para Luanda, Bissau e Maputo [...] a diplomacia brasileira tinha pressa em sepultar a Comunidade Luso-Brasileira. (SARAIVA, 1996, pág. 165).

De 1976 em diante, o país passou a exportar para a África mercadorias de forma mais constante, tecnologia e capital, principalmente para as áreas de construção civil, consultoria técnica, industrial e agropecuária. Em 1978, inaugurou-se a filial do Banco Real em Abidjan e a ligação aérea Rio-Lagos da VARIG, além de uma linha de navegação marítima entre o Brasil e países africanos da costa ocidental africana (Nigéria e Angola, pela LLOYD). A partir desse momento, a presença brasileira no continente africano em geral e especialmente nos PALOP se baseou no vértice do que posteriormente seria denominado de cooperação Sul-Sul, ou seja, sua ação buscava evitar uma imagem que fosse associada à ambição de substituir as antigas potências imperialistas naquele continente, o que explicaria o “forte empenho em realçar as afinidades, o caráter complementar das trocas e a horizontalidade das relações” (SANTANA, 2003, pág. 163).

Esse teor de relacionamento horizontal, de 1974 a 1990 – que foi denominado na documentação diplomática da época como “cooperação mútua”, “interesses conjugados”, “coordenação política” e “vantagens mutuamente satisfatórias” – sofreu mutações conforme a conjuntura doméstica e internacional na década de 1990 – passando à denominação de cooperação técnica simplesmente – e retomou fortemente à pauta externa do país de 2003 a 2010, sob a denominação de cooperação Sul-Sul, num conceito mais abrangente.

A política externa do Governo João Baptista Figueiredo (1979/1985) estabeleceu-se dentro de uma matriz de conduta (SENNESE, 2003) iniciada desde o Governo Geisel, a partir de: a) uma noção própria de que o país havia alcançado um considerável peso, em termos políticos e econômicos, no sistema internacional, aliado à sua posição geográfica estratégica no Atlântico Sul; b) o alinhamento com o Terceiro Mundo, comprovado com o posicionamento favorável nas Nações Unidas, frente ao anticolonialismo; c) as denúncias de neoprotecionismo e o endividamento externo; além do d) ativismo político nas alianças e coalizões que buscavam reforçar a presença brasileira em organismos multilaterais, tais como o G-77, o Pacto Amazônico e o Grupo de Cartagena. Essa postura brasileira visava a abrir, ao país, possibilidades de virem a ser concretizadas as relações Sul-Sul, além da obtenção das vantagens comerciais negociadas na United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e no General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).

No que concerne à África, buscou-se manter a cooperação iniciada anteriormente, apesar das crises econômicas que atingiram o Brasil e o continente africano. A gestão de Saraiva Guerreiro no Ministério de Relações Exteriores reestruturou as Subsecretarias do Ministério, sendo que o Departamento de África, antes desmembrado em duas Divisões, passou a conter três Divisões de África, evidenciando a demanda burocrática e por cooperação: DAF-I, DAF-II e DAF-III.

Figueiredo foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar a África (visita à Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde), entre 14 e 21 de novembro de 1983. O Universalismo do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro se pautava pelo esforço da manutenção da autonomia brasileira num cenário internacional desfavorável, sem deixar de transparecer traços do anterior Pragmatismo Responsável e Ecumênico. Para o Chanceler,

[...] o Universalismo é [...] a solução necessária para absorvermos o impacto da mundialização do sistema internacional, em que todos os acontecimentos afetam, de uma forma ou outra, a todos os países. A ênfase no universalismo responde à consciência de que a complexidade do quadro internacional e a dificuldade de encontrar opções e caminhos fáceis exigiam o trato mais íntimo e mais abrangente com os inúmeros atores do sistema internacional. *Universalismo não é uma aposta na quantidade de contatos, mas tem contornos claramente qualitativos*; implica a aceitação de que a construção da ordem internacional se sustenta também na aceitação da diversidade. (SARAIVA GUERREIRO, 1984, pág. 83, *grifo nosso*).

Logo, a convergência do Brasil com os países do Terceiro Mundo, nos foros internacionais, aproximou-o do Movimento dos Países Não-Alinhados, entendido pelo embaixador Thompson-Flores, representante brasileiro na VII Reunião dos Países Não-Alinhados, em Nova Delhi, como “poderosa força política e moral na arena internacional” (THOMPSON-FLORES, 1983, pág. 24). O Chanceler traduziu a perspectiva brasileira de entendimento do sistema mundial, no início da década de 1980:

Reduzir o Brasil a mero ator coadjuvante numa equação de poder não nos convém. Somos mais do que isto. Não vamos, portanto, transformar o país numa parcela de esquema contábil de forças, como se não tivesse vontade de necessidades, não tivesse tradições e opções de profundas raízes. A diplomacia brasileira procura sistematicamente aproveitar as oportunidades de cooperação solidária. Nos desdobramentos de nossa doutrina de política externa, *a solidariedade aparece, antes de mais nada, como proposta anti-hegemônica*. (SARAIVA GUERREIRO, 1981, pág. 84, *grifo nosso*).

Em outubro de 1980, na XXI Conferência Geral da United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), a delegação brasileira propôs projeto de cooperação na área de desenvolvimento rural entre países em desenvolvimento, projeto esse

que foi co-patrocinado por Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Moçambique (bem como Argentina, México e Panamá). Em 12 e 13 de novembro do mesmo ano, realizou-se em São Paulo o primeiro Simpósio Brasil-África de Comércio, iniciativa para incentivar o empresariado brasileiro a investir no comércio com aquele continente. Ainda em novembro, o Brasil enviou delegação para a Segunda Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Meridional, em Maputo.

É interessante notar que, durante o governo do Presidente Figueiredo, o teor das relações do Brasil com a África passou a ser solidificar, baseado no “pioneirismo-reciprocidade-respeito”, conforme argumentava Saraiva Guerreiro, com clara prioridade aos países africanos de língua portuguesa, porém sem negligenciar outras regiões africanas, sejam elas a África Austral (e seus conflitos) ou a África Ocidental. No entanto, as deficiências na efetivação dessas ficam claras no discurso proferido no Congresso Nacional, em 1981:

Avançaram as relações entre o Brasil e os países africanos. Em variados casos, foi superada a fase exploratória, de estabelecimento de contatos com vistas ao melhor conhecimento mútuo. Entramos, agora, numa etapa de construção, de troca de experiências e de cooperação. E abre-se, de fato, um quadro sólido de perspectivas de maior e melhor intercâmbio. Cabe-nos, pois, dentro de nossas possibilidades ainda limitadas, *a importante tarefa de dar caráter operacional* às múltiplas oportunidades de expansão do convívio afro-brasileiro (FIGUEIREDO, 1981, pág. 80, *grifo nosso*).

Com o fim do Regime Militar e a ascensão da Nova República, em 1985, a política externa brasileira do Governo José Sarney (1985/1990) manteve os direcionamentos praticados no governo anterior, entretanto, em razão dos condicionantes internos brasileiros, efetuou rupturas distintas e pontuais, na direção de um desenvolvimento econômico condizente com as necessidades internas, além de uma projeção regional e internacional que sintonizasse com as possibilidades do país. O primeiro Chanceler foi Olavo Egydio Setúbal (1985/1986), que afirmava a necessidade de uma “diplomacia para resultados”, por parte do Brasil, uma ação externa flexível, criativa e realista. A partir de 1986, Roberto de Abreu Sodré assumiu como Ministro das Relações Exterior, mas o direcionamento da ação externa brasileira permaneceu o mesmo.

A política africana do período esteve direcionada à tentativa de manutenção de contatos conquistados até aquele momento, porém sem nenhum interesse mais pragmático, como até então se visualizava. Nos discursos dos dois Chanceleres, o continente africano aparece como “item de preocupação” em relação ao conflito na África Austral (invasão do território angolano por tropas sul-africanas) e na condenação explícita ao regime sul-africano do Apartheid.

O Chanceler Abreu Sodré, em discurso na Assembleia Especial da Organização das Nações Unidas, em 28 de maio de 1986 – realizada em razão da situação econômica do continente africano – reafirmou as identidades culturais e linguísticas do Brasil com a África, identificou as “similaridades [...] dos condicionantes biogeográficos de nossos territórios e recursos” e apontou as medidas que o Brasil apoiaria a “adoção de políticas que favoreçam a expansão da economia e do comércio mundial”, “correção das políticas agrícolas, aumento nos montantes dos recursos financeiros, adoção de fórmulas” que aliviassem o peso das dívidas externas africanas sem medidas de reajuste interno (ABREU SODRÉ, 1986, pág. 93)<sup>54</sup>.

**Tabela 2: Média da participação das exportações brasileiras para a África (%)**

<b>Governo</b>	<b>%</b>
Jânio Quadros/ João Goulart (1961/1964)	1,0
Castelo Branco/ Costa e Silva (1964/1969)	1,7
Médici (1969/1974)	2,4%
Geisel (1974/1979)	4,9%
Figueiredo (1979/1985)	6,7%
Sarney (1985/1990)	4,4

Fonte: Elaborado a partir de dados da CACEX/Banco do Brasil. Nota: os dados referentes às importações brasileiras da África não foram disponibilizados totalmente pelo MDIC, impossibilitando realizar-se uma média por governo estudado.

Em relação ao comércio exterior com o continente africano, nota-se visível ascensão no período em questão. A Tabela 2 demonstra o crescimento da participação do continente africano como destino das exportações brasileiras entre 1960 e 1990, clarificando os governos Geisel e Figueiredo como de maior média. O estágio do desenvolvimento do parque industrial brasileiro teve grande influência na dinamização desse comércio, pois, se em 1975, 42,8% das exportações brasileiras para o continente eram de manufaturados, em 1984 esses chegaram a 88,6%. Para Santana,

[...] diferentemente dos sistemas produtivos das nações altamente industrializadas, [o parque industrial brasileiro] permitia a produção em menor escala e a preços competitivos, em função de uma gama de incentivos à exportação [...] Tais incentivos ocasionaram uma redução nos preços de exportação em torno de 40 a 50% em relação aos praticados no mercado interno, o que os tornava competitivos e adequados às necessidades africanas. (SANTANA, 2003, pág. 165).

<sup>54</sup> Nem mesmo a realização do Seminário sobre relações Brasil-África, na Câmara dos Deputados, em junho de 1986, aprofundou de fato os resultados da política africana do Brasil, até então estabelecida.

Fica evidente que, no período estudado nesse capítulo, o governo Figueiredo representou o momento com maior aproximação política, diplomática e, por consequência, comercial com o continente africano. A partir do ano de 1979, fica clara a ascensão da participação da África no comércio exterior brasileiro: em 1979, o Brasil tinha relações comerciais com 34 países africanos<sup>55</sup> e exportou para eles US\$912.635, apresentando um percentual de 4,53% do total das exportações do Brasil; as importações brasileiras do continente africano naquele ano ficaram em US\$885.989, num total de 3,86% do total de importações do Brasil.

Já no governo Sarney, a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais (IPRI), em dezembro de 1987, submetidos ao MRE demonstra como a demanda da área de cooperação era relevante na política externa brasileira do período, como forma de complementar as relações políticas e comerciais. Essa cooperação horizontal, que passaria a ser técnica especialmente nas áreas de saúde, educação e recursos humanos, deveria conduzir a política externa do Brasil, identificando demandas e potencialidades. Em maio de 1989 foi realizado em Brasília, o “Seminário de Cooperação Técnica Internacional: o papel da ABC”, onde, o Presidente evidenciou a relevância da área nas ações externas brasileiras, no sentido de “fora para dentro”, mas, principalmente, no sentido de “dentro para fora”:

A ABC foi criada para desempenhar o papel de órgão central do sistema de cooperação técnica internacional do Governo brasileiro. A medida representou considerável avanço operacional no tratamento dado à essa questão, pois o Brasil, antes simples recipiendário da cooperação internacional, já desenvolvera sua própria capacidade de também cooperar com nações amigas do hemisfério sul. Essa evolução levou naturalmente à estruturação da Agência segundo duas linhas de atuação básicas: a da cooperação técnica recebida e a da cooperação técnica entre países em desenvolvimento. (SARNEY, 1989, pág. 37).

A configuração da política brasileira de cooperação, a partir da ABC, se baseou na promoção do desenvolvimento (“a base sólida para a superação, em paz, dos entraves ao desenvolvimento”, conforme ABREU SODRÉ, 1989, pág. 63). Essa cooperação se concentrou nos setores da economia considerados prioritários, tanto pelo doador quanto pelo receptor: agro-industrial, pecuário, ecológico, educativo, de transporte, mineração, irrigação, saúde, saneamento, assistência social e recursos humanos. A parceira da ABC com agências

---

<sup>55</sup> De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior/MDIC, os países africanos com os quais o Brasil tinha relações comerciais em 1980 eram: Alto Volta, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burundi, Cabo Verde, Congo, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Madagascar, Malawi, Mali, Marrocos, Moçambique, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, República Sul-Africana, Tanzânia, Tchad, Togo, Tunísia, Uganda, Zaire Zâmbia e Zimbábue.

internas e principalmente com externas (como a Food and Agriculture Organization of United Nations, a United Nations of Development Programme, a Organização dos Estados Americanos e a Organização Internacional do Trabalho) passou a ser padronizada a partir desse momento, também possibilitada pelo conceito da triangulação (possibilidade de um país em desenvolvimento receber recursos de cooperação de um país desenvolvido ou organismo internacional, para absorver tecnologia brasileira), onde o Brasil era a base dessa triangulação. Em 1989, Veiga Cabral analisou essa política africana do Brasil, que tentava se consolidar:

[...] os laços comuns [...] tendem agora a se estreitarem. O Brasil procura a África e a África procura o Brasil. Objetivos bem distintos dos daquela época [colonialismo]. Interessa alternativas para a expansão econômica, bem como suas repercussões na política internacional. Interessa do lado africano o desenvolvimento básico de infraestrutura e o apoio de uma das lideranças do Terceiro Mundo. Ambos possuidores de um passado comum, o colonialismo, ambos buscando no diálogo Sul-Sul a solução para seus problemas, no universo cada vez mais competitivo e exclusivista dos desenvolvidos. *Ambos enfim, procurando viabilizar a complementaridade tanto econômica quanto política.* (VEIGA CABRAL, 1989, pág. 5, grifo nosso).

Base da cooperação educacional, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que teve sua origem desde o final da década de 1920, administrado exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores até o ano de 1967<sup>56</sup>, foi desenvolvido desde então, com base na assinatura de Protocolos conjuntos<sup>57</sup>, com prazos indeterminados, entre os Ministérios da Educação (e as Instituições de Ensino Superior) e o das Relações Exteriores (com a participação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares)<sup>58</sup>.

Compete ressaltar que a cooperação educacional é a modalidade de relacionamento que busca o desenvolvimento social e econômico dos participantes, envolvendo a contrapartida, mesmo que simbólica. O primeiro Protocolo do PEC-G foi assinado em 1965<sup>59</sup>, com o estabelecimento das bases do Programa, criado oficialmente em 1964. O segundo

<sup>56</sup> O primeiro grupo de estudantes africanos veio ao Brasil na década de 1960 e era constituído por 16 estudantes do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde.

<sup>57</sup> Esses Protocolos têm regulamentações próprias e são constituídos também com base no Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80; Lei 6.964/81; e Decreto nº 86.715/81).

<sup>58</sup> Dantas (2002) argumenta sobre as intenções desse projeto do Brasil que tem tons políticos e envolve a formação de pessoas em solo africano. Nesse sentido, se eram ainda poucos os estudantes africanos em terras brasileiras na década de 1960, a partir da década de 1980 esse número aumentou consideravelmente, seja pela abertura da política brasileira com relação à África, seja pela expansão de seu sistema educacional. Esses projetos atuam como força de implementação dos processos migratórios temporários e intensificam os fluxos de migração com finalidade de estudo.

<sup>59</sup> Em termos de condições oferecidas e acompanhamento dos alunos participantes no Programa, pouco mudou desde sua criação, apesar dos aperfeiçoamentos em sua legislação inicial. Este acordo bem como o do PEC-PG, com diferentes países em desenvolvimento, é coordenado pelos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores e tem a participação das instituições de ensino superior (IES) do país. O processo de conquista de vaga pelo aluno-convênio inicia com a disponibilidade de vagas pelas IES e contatos entre os ministérios responsáveis nos dois países. O aluno candidato indica o curso que tem preferência e, caso não haja vaga ou não seja selecionado para este curso específico, deve ser realocado em outro curso.

Protocolo do PEC-G, datado de 1967, também foi afetado pela Lei de Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), dentro da lógica que a cooperação educacional obtinha no contexto do sistema mundial de Guerra Fria: as relações no eixo Norte-Sul tinham o cunho ideológico e no âmbito Sul-Sul, a cooperação aparecia de forma mais efetiva, técnica. O terceiro Protocolo, de 1973, foi assinado para se coadunar com a política africana, buscando a ampliação da esfera de cooperação. No ano de 1979, 65 universidades brasileiras já recebiam alunos do PEC-G, naquele ano em torno de 1750 estudantes-convênios, sendo mais de 60% provenientes do continente africano<sup>60</sup>. Em 12 de agosto de 1981, foi assinado o primeiro protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), com os objetivos de expandir a cooperação educacional com países em desenvolvimento no qual o Brasil já tinha em vigor acordos de cooperação educacional e/ou cultural, fortalecer a cooperação tecnológica e científica com esses países, atrelado à garantia da qualidade acadêmica da pós-graduação do Brasil.

Outro ponto relevante na política externa do governo Sarney refere-se à posição brasileira quanto à pacificação do Atlântico Sul<sup>61</sup>, buscando manter a região fora do conflito Leste-Oeste. O projeto de Resolução (nº 41/11), de iniciativa brasileira (mas com apoio incondicional da Nigéria, desde 1977), foi votado em 27 de outubro de 1986 e criou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS): 124 votos a favor, 1 contra (Estados Unidos) e 8 abstenções (Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e República Federal da Alemanha). Essa iniciativa brasileira tinha o apoio da maioria dos países da região do Atlântico Sul, como Argentina, Angola, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Uruguai. É interessante notar a abstenção portuguesa à iniciativa brasileira, demonstrando a relutância portuguesa quanto à ascensão brasileira na região, mas principalmente no continente africano, e a aproximação Argentina-África do Sul, nesse ínterim que buscavam a concretização da Organização do Tratado do Atlântico Sul<sup>62</sup>. A saída brasileira foi a parceria com a Nigéria e Angola, sem a inclusão da África do Sul como prioridade na região.

---

<sup>60</sup> Os dados estatísticos do PEC-G e PEC-PG, referentes ao ingresso anual de alunos estrangeiros, não estão organizados no período entre 1965 e 2000. Existem estimativas de que, entre 1974 e 1990, período do presente capítulo, aproximadamente 200 estudantes africanos vieram estudar no Brasil, pelo PEC-G e PEC-PG, a cada ano.

<sup>61</sup> A bacia do Atlântico Sul é aqui retratada a partir de PENHA (2011, pág. 17), onde o limite norte é definido por uma “linha que vai desde o Amapá no Brasil até a Mauritânia na África Ocidental, contornando o arquipélago do Cabo Verde. Ao sul, seu limite estende-se até o paralelo 60º referido ao Tratado da Antártida, de 1991”.

<sup>62</sup> A OTAS foi ideia dos militares argentinos em 1956, a partir da sugestão de uma cooperação naval no Atlântico Sul, buscando relativizar a presença brasileira na região, fortalecida pelo TIAR. A Argentina acabou, a partir da década de 1970, se aproximando da África do Sul, especialmente no âmbito na Segunda Guerra Fria.

Como exemplo desse gradual viés multilateral da política externa do Governo Sarney, em julho de 1988 o Brasil reuniu, no Rio de Janeiro, pela primeira vez, os representantes dos países da ZoPaCAS para coordenarem ações, pois tal proposta brasileira era entendida como “um esforço de entendimento intra-regional, de natureza igualitária, orientado para o objetivo da cooperação para a paz e a segurança em nossa região e o desenvolvimento de nossos povos” (ABREU SODRÉ, 1988, pág. 21). Nota-se que a ZoPaCAS, constituiu-se como esforço concreto de coordenação política regional, de cunho multilateral, liderada pelo Brasil, onde

[...] foi em suma, a materialização da herança atlântica-africana e [...] resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membros desta Zona. AS dificuldades de constituição e projeção do poder naval do Brasil e dos demais países costeiros, como bem demonstrou a Argentina por ocasião da Guerra das Malvinas, alargou a visualização do Atlântico Sul como bacia de cooperação, utilizando-se a ZoPaCAS como um dos principais eixos de referência político-diplomático, conjuntamente aos organismos de integração regional em formação nos dois continentes. (PENHA, 2011, pág. 188).

O posicionamento da política externa do governo Sarney evidencia a relativa transferência de prioridades da política africana do Brasil, das relações bilaterais para as relações na via multilateral. Essa se constata na reorganização burocrática do MRE, que de três Divisões de África passou a ter novamente duas Divisões (DAF-I e DAF-II), a partir de 1987, além do desmembramento da Subsecretaria de Assuntos Políticos em Subsecretaria de Assuntos Bilaterais (SGAP) e a Subsecretaria de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais (SGAM), conforme CASTRO & CASTRO (2009, pág. 65-73), no início da gestão de Setúbal. Essa momentânea preferência pelo teor multilateral evidencia-se na tentativa de o discurso brasileiro em mediar a balança bilateral-multilateral:

No espírito da Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, o governo brasileiro tem procurado promover a intensificação da cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social, tanto no âmbito das organizações globais, regionais e subregionais, quanto no contexto de esforços bilaterais. (RELATÓRIO, 1987, pág. 52).

Claramente, a política africana no governo Sarney não conseguiu manter os níveis elevados de aproximação do período anterior, “sofrendo ajustes que sinalizam sua adequação aos objetivos gerais da nova gestão: adensamento e maior convergência nas relações com os EUA e os países do Cone Sul” (RIBEIRO, 2008, pág. 41). Na segunda metade da década de 1980, a crise econômica que afetou o Brasil e a África – como também os demais países do Terceiro Mundo em geral –, teve consequência negativa nas já estagnadas relações comerciais

entre os dois lados do Oceano Atlântico. Entende-se, nesses termos, a afirmação de Analúcia D. Pereira sobre a principal linha de força sob a qual atuou a diplomacia durante o Governo Sarney: “o incremento da agenda multilateral” (2003, pág. 31), em detrimento das relações bilaterais. Esse teor multilateral se evidenciará, profundamente, com os encontros dos Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que resultarão na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, objeto do próximo capítulo.

### **Cabo Verde e Guiné-Bissau pós-Independência (1974/75/1980)**

Os primeiros anos de independência cabo-verdiana e bissau-guineense foram marcados pela possibilidade (e as tensões daí surgidas) da concretização da ideia de Amílcar Cabral relacionada à Unidade Cabo Verde-Guiné-Bissau. Apenas a partir do rompimento político, ocorrido em 1980, pode-se analisar separadamente cada Estado, pois os direcionamentos políticos e econômicos de cada um seguiram rumos distintos, com consequência para a institucionalização dos Estados cabo-verdiano e bissau-guineense e, ainda, para as respectivas ações da política externa brasileira.

Cabo Verde tornou-se uma República parlamentarista de partido único em 05 de julho de 1975, com Aristides Pereira como Presidente e Pedro Pires como Primeiro-Ministro (de 1975 a 1991). No imediato pós-independência, o arquipélago era economicamente fraco, sendo que sua agricultura sofria de uma severa distribuição desigual de terras, com a presença de erosão e secas frequentes, agropecuária limitada e a pesca, potencialmente importante para Cabo Verde, estava profundamente dividida entre os pescadores artesanais da costa (de subsistência) e as indústrias pesqueiras estrangeiras. O setor industrial era obsoleto,

limitado a poucas plantas de processamento de alimentos (pescado) para exportação, exploração de sal e minas de pozzolana, plantas de desalinização em São Vicente e Sal, tão quanto as facilidades navais no Mindelo e o aeroporto internacional no Sal. (ANDRADE, 2002, pág. 266, tradução nossa).

O mercado interno dependia profundamente das importações, principalmente de alimentos. Fato que explica o baixo nível de nutrição da maioria da população, também ligado ao acesso limitado à água potável. Aproximadamente 72% da população economicamente ativa estava desempregada em 1975. A situação na educação do país também era negativa: apenas 20% da população tinha escolaridade primária (75% dos cabo-verdianos analfabetos em 1975).

O PAIGC, ao assumir a presidência, compreendeu que a prioridade de ações públicas deveriam ser nas áreas de saúde, educação e emprego, como vitais para o desenvolvimento humano, baseado no socialismo. De acordo com Andrade,

Os instrumentos usados [pelo governo cabo-verdiano] foram sucessivos programas de governo e planos nacionais de desenvolvimento. O principal objetivo para um desenvolvimento humano sustentável era desenvolver a sociedade como um todo e na apenas a economia [...] esta política de desenvolvimento combinou uma forte preocupação com o meio ambiente (precário em Cabo Verde), com crescimento econômico e para os problemas humanos e sociais que afetam a população como um todo. (ANDRADE, id., pág 268, tradução nossa).

Após a independência, o Executivo baseou suas ações na chamada Lei de Organização do Estado, que dava as prerrogativas do Estado, bem como suas obrigações legais. Apenas em setembro de 1980, a primeira Constituição do Estado cabo-verdiano foi aprovada pela Assembleia Nacional, dois meses antes do Golpe de Estado na Guiné-Bissau.

Por seu turno, a Guiné-Bissau, independente desde 1973, mas reconhecida como tal por Portugal apenas em 1974, também tinha um legado colonial extremamente negativo a ser revertido. O país do Presidente Luis Cabral tinha séria dependência do exterior, pois seus recursos financeiros eram escassos e sua estrutura produtiva, frágil, não integrada e nem auto-sustentável. Entretanto, este país optou por uma ideia de desenvolvimento sócio-econômico que visava a transformação da sociedade, buscando romper com a situação de dependência.

Logo, duas tarefas impuseram-se aos dois Estados soberanos: a da reconstrução nacional e a da construção da unidade Cabo Verde-Guiné-Bissau. Em 25 de junho de 1975, reuniu-se em Bissau o Conselho Superior de Luta (CSL), onde foi falha a primeira tentativa da união “constitucional” entre a Guiné e Cabo Verde<sup>63</sup>. A contenção de um Estado nascente, com um aparelho político, ideológico e administrativo tão pesado, parece ter levado a delegação cabo-verdiana a recusá-lo, pelo que nem sequer chegou a ser discutido na reunião do CSL. A forma de união dos dois povos seria estabelecida pelos seus representantes eleitos. Eleitas as duas comissões, em 1975, constituiu-se o Conselho da Unidade, organismo comum

---

<sup>63</sup> Nesta reunião foi rejeitado o Primeiro anteprojeto da Constituição da União da Guiné-Bissau e Cabo Verde, curiosamente da autoria de dois cabo-verdianos entusiastas da unidade, José Araújo e Corsino Fortes. De acordo com o documento, cada um dos territórios teria um Parlamento e a união dos dois formaria a Assembleia Nacional Suprema (artigo 3). Haveria ainda um Conselho da União e outro Conselho de Ministros (artigo 15). Quanto aos símbolos e ao hino, a bandeira deveria ser idêntica a da Guiné-Bissau e o hino o mesmo do PAIGC – “Esta é a nossa Pátria Amada” –, tendo como divisas Unidade-Luta-Progresso. Os autores do documento deixavam, entretanto, em aberto duas questões fundamentais: o nome a dar à União e a cidade onde deveria situar-se a sua capital.

dos dois Estados, cujo objetivo era a elaboração do projeto da constituição da associação das duas repúblicas, o qual será depois submetido à apreciação das duas Assembleias soberanas<sup>64</sup>.

Ainda no período colonial, os dois primeiros Congressos do PAIGC, realizados em Cassacá (1964) e Boé (1973) tiveram os seus efeitos políticos apenas na Guiné-Bissau, pois em Cabo Verde a ação do PAIGC resumia-se a um espaço muito restrito de clandestinidade. De 15 a 20 de novembro de 1977, em Bissau, realizou-se o Terceiro Congresso do PAIGC, sob o lema “Congresso da Independência Para a Unidade e o Desenvolvimento”. O que se notava era uma tensão interna no PAIGC, baseada na oposição entre cabo-verdianos e bissau-guineenses.

Reflexo ou não da crise ideológica, no dia 14 de novembro de 1980 em Bissau, uma ação militar interna ao próprio partido-Estado, liderada por João Bernardo Vieira (Comissário Principal e Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do PAIGC), destituiu o Governo Constitucional de Luís Cabral. Logo após a vitória do movimento militar foi formado um Conselho da Revolução para dirigir o Estado. Numa operação relâmpago, nas primeiras horas do dia 15 de novembro, Bissau estava completamente controlada pelo Comando Operacional, tendo as diferentes regiões militares aderido ao golpe. Aparentemente, não havia qualquer descontinuidade ideológica que justificasse o golpe. O detonador da ação militar foi a revisão constitucional que, segundo João Bernardo Vieira, objetivou-se na “personalização do poder e na negação ao povo bissau-guineense da sua identidade nacional” (VIEIRA, 1980 *apud* ANDRADE, 2002, pág. 539, tradução nossa). Outro motivo apontado pelas lideranças bissau-guineenses referia-se à questão de que em Cabo Verde a Constituição não permitia a um guineense ocupar o cargo de Presidente; já a Carta Magna guineense foi elaborada de forma a permitir que um cabo-verdiano fosse Presidente, também permitindo a pena de morte na Guiné, e não em Cabo Verde. Os guineenses reclamavam a “Unidade na Igualdade”.

Se para as autoridades de Bissau o golpe não punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido, discursos como “correr com os colonos que ainda estavam na Guiné-Bissau”, “devolver a identidade nacional aos guineenses”, “segunda libertação nacional”, proferidos pelos membros do Conselho da Revolução chocaram profundamente os cabo-verdianos. Esse fato levou o Conselho da Revolução a afirmar que o Movimento Reajustador não era racista nem anti-cabo-verdiano:

---

<sup>64</sup> Em 11 de janeiro de 1977, aconteceu na Guiné-Bissau uma reunião com a presença de Aristides Pereira, Luís Cabral, Abílio Duarte, João Bernardo Vieira e as comissões da Guiné-Bissau e de Cabo Verde para a instalação do Conselho da Unidade. Criado com pompa e circunstância, o Conselho da Unidade Guiné e Cabo Verde não passou de letra morta.

Para as verdadeiras vítimas do colonialismo português, a esmagadora maioria das populações rurais, desdenhosamente chamadas de gentios, o pior aspecto da presença colonial portuguesa está associado aos cabo-verdianos, como os funcionários coloniais que lhes cobravam impostos os forçavam a trabalhar gratuitamente nos projetos públicos e castigavam-nos sem demora pela mais pequena infracção do código do indigenato. (MENDY, 1983 *apud* HERNANDEZ, 2005, pág. 95).

Durante a luta de libertação, o escasso número de cabo-verdianos na direcção do partido parece não ter preocupado muito os militares bissau-guineenses. O Movimento Reajustador foi uma coligação de todos os setores bissau-guineenses no sentido de afastar os cabo-verdianos do domínio do poder. Essa Terceira Crise de Liderança do PAIGC<sup>65</sup> gerou acusações mútuas, dentro do Partido, envolvendo a luta interna pelo poder e as cumplicidades no assassinato de Amílcar Cabral. No discurso proferido na região natal de Cabral, Santa Catarina (na ilha de Santiago), Pedro Pires, então Primeiro Ministro cabo-verdiano, fez uma associação ambígua, colocando os golpistas “... na esteira dos que assassinaram Amílcar Cabral, sem saberem que estavam matando um dos mais prestigiosos líderes da África e uma das inteligências do Terceiro Mundo” (PIRES, 1980 *apud* ANDRADE, 2002, pág. 543).

Outra característica peculiar foi o fato de o golpe ter ocorrido dentro de um Partido-Estado, do qual os próprios golpistas faziam parte e tendo os mesmos declarados que o golpe nada tinha contra os princípios do Partido. Na sequência do golpe militar guineense, realizou-se em Luanda, uma reunião dos Chefes de Estado dos PALOP<sup>66</sup>, cujo comunicado final afirmava ter analisado o golpe de Estado na Guiné-Bissau e das suas implicações na vida do PAIGC, bem como as incidências sobre as implicações sobre as relações entre os respectivos países, para constatar que o golpe de Estado ao por em causa a sobrevivência do PAIGC enquanto Partido supranacional e a marginalização do seu ideário de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, atentou também contra o prestígio das lutas de libertação, mas reafirmou a não ingerência nos assuntos internos da Guiné-Bissau.

Guiné-Bissau e Cabo Verde, unidos sob a liderança do PAIGC, não materializaram o desejo de Amílcar Cabral. As autoridades políticas bissau-guineenses e cabo-verdianas viram no golpe de Estado de novembro de 1980 uma válvula de escape para se livrarem do pesado fardo da unidade. Consumado o fato, aos dois Estados apenas faltavam-lhes liquidar o PAIGC

<sup>65</sup> Os outros dois momentos de crise de liderança do PAIGC foram nos Congressos do partido em Cassacá (1964) e em Boé (1973), cf. GALLI & JONES, 1987.

<sup>66</sup> Participaram na reunião José Eduardo dos Santos, Presidente do MPL e da República Popular de Angola; Samora Moisés Machel, Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique; Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde; Manuel Pinto da Costa, Presidente do MLSTP e Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

no seu aspecto formal, pois na prática o PAIGC como entidade binacional deixou de existir desde o golpe.

A institucionalização do Conselho da Revolução como órgão do poder na Guiné-Bissau, considerada política, ideológica e organicamente estranha ao PAIGC, teve como consequência direta o bloqueio das estruturas de direção supra-nacional do partido, esvaziando-as do seu conteúdo. Passados os momentos de surpresa que o golpe suscitou em Cabo Verde, só restava à sua elite política procurar uma solução definitiva: de 16 a 20 de janeiro de 1981, reuniu-se na Cidade da Praia a Conferência Nacional dos Militantes do Partido para analisar a situação criada com o golpe, considerar as implicações desse ato nos órgãos supra-nacionais do Partido, examinar as suas incidências em Cabo-Verde e adotar as medidas pertinentes. A Conferência Nacional transformou-se em Congresso, proclamando a existência de um partido nacional em Cabo-Verde, o qual passou a denominar-se Partido Africano Da Independência De Cabo Verde (PAICV), que passou a assumir “... todo o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e o pensamento de Amílcar Cabral como guia”, adotando ainda “o Programa e os Estatutos do PAIGC em tudo o que não seja incompatível com as novas realidades” (MANIFESTO, 1980 *apud* ANDRADE, 2002, pág. 559).

A ruptura política com a Guiné-Bissau e a criação de um partido nacional autônomo implicava também em uma revisão do texto constitucional. Aliás, o próprio Congresso do PAICV na sua resolução geral induziu os órgãos do Estado a providenciarem a adequação das leis e instituições do país à realidade política. Com o PAIGC como entidade política binacional praticamente destruído, tendo Cabo Verde procurado o seu caminho político autônomo, só restava à Guiné-Bissau também traçar o seu novo rumo político: para sair do impasse provocado pelo golpe, o braço bissau-guineense do PAIGC realizou de 8 a 14 de novembro de 1981 o primeiro Congresso extraordinário do partido. O Congresso elegeu João Bernardo Vieira para o Cargo de Secretário-Geral do PAIGC e por unanimidade, elegeu um Bureau Político, com representantes da elite nacional<sup>67</sup>.

O primeiro passo para o reatamento das relações oficiais entre os dois Estados verificou-se quando os dois chefes de Estado, Aristides Pereira e João Bernardo Vieira se reuniram em Maputo, de 16 a 22 de junho de 1982. Desse encontro resultou o Comunicado Conjunto onde os dois Chefes de Estados “... manifestaram o desejo de resolver as questões pendentes e relançar a cooperação entre o dois países, na base do respeito mútuo da soberania

---

<sup>67</sup> Formado pelos seguintes membros por ordem de precedência: Nino Vieira, Victor Saúde Maria, Iafai Câmara, Paulo Correia, Manuel Saturnino, Buote Nash Bacha, João da Silva, Samba Lamine Mané, Vasco Cabral, Carlos Correia, Tiago Aleluia Lopes, Carmem Pereira e como suplentes N'Bghat, Fidelis Cabral, Joseph Turpin e Manuel dos Santos.

dos Estados, da não ingerência nos assuntos internos, da igualdade e reciprocidade de vantagens” (COMUNICADO, 1982 *apud* ANDRADE, 2002, pág. 578). A rodada de negociações que iniciou em Maputo findou em Bissau (em 1983), para conversações sobre diversas questões pendentes entre os dois países, designadamente questões diplomáticas e não deixou de vir à tona a questão da Companhia Marítima de Navegação Guiné-Cabo Verde (NAGUICAVE)<sup>68</sup>. Quanto às questões diplomáticas, tendo as duas delegações deparadas com dificuldades na concretização desse desejo devido, principalmente, à falta de quadros e a problemas de natureza orçamental, acordaram na não necessidade de designação de Embaixadores residentes.

### **Política externa brasileira para Cabo Verde (1974/1990)**

O período entre 1974 e 1990, no que se refere à política externa brasileira para Cabo Verde, foi de estabelecimento de vínculos e consequente busca por contatos e conhecimento da realidade do recém-criado Estado. Logo, as relações de alto nível restringiram-se a algumas visitas oficiais, missões técnicas, acordos e tratados que identificaram o teor político dessas. A baixa relação comercial entre os dois países, no período em questão, refere-se aos problemas de desenvolvimento no arquipélago, que demandou ações de cooperação por parte do Brasil.

As relações oficiais entre Brasil e Cabo Verde foram estabelecidas no ano de 1975, com o reconhecimento brasileiro da independência do arquipélago, no dia 05 de julho (anterior à própria proclamação oficial de independência de Cabo Verde, que ocorrera em 12 de julho, pelo Decreto do Presidente Ernesto Geisel e com as consequentes trocas de correspondências deste com o Presidente cabo-verdiano Pedro Pires). Em 28 de julho de 1975, a embaixada do Brasil naquele país foi criada (sendo cumulativa com Guiné-Bissau)<sup>69</sup> e Joayrton Martins Cahu foi nomeado primeiro Embaixador brasileiro no país em 10 de setembro de 1975 (chefia da representação diplomática em Bissau). Em 15 de junho de 1976,

<sup>68</sup> A questão da NAGUICAVE teve fim quando as duas partes, entre vários outros pontos, acordaram, na 1) desistência pela Guiné-Bissau de ação ordinária n.º.74/81 pendente no Tribunal Regional de São Vicente, devendo o custo ser suportado por ambas as partes, e 2) divisão do patrimônio da sociedade liquidada entre os dois Estados, cabendo, neste quadro, um barco a cada um. A reunião de Bissau (julho de 1983) contribuiu para o estabelecimento normal de relações de amizade e cooperação entre os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, relações estas interrompidas com em 1980.

<sup>69</sup> Por meio do Decreto Presidencial n.º. 76.037/1975. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=76037&tipo\\_norma=DEC&data=19750728&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=76037&tipo_norma=DEC&data=19750728&link=s)> Acesso em: 18 jan. 2011.

o Presidente Geisel criou o Vice-Consulado em Praia, extinguindo o Consulado Honorário em São Vicente, criado no ano anterior<sup>70</sup>. No início de 1980, o Brasil enviou um Encarregado de Negócios a Praia e em 1983<sup>71</sup>, criou-se a embaixada brasileira em Praia, desvinculada daquela de Bissau. Em seu discurso na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Azeredo da Silveira fez uma saudação especial a Cabo Verde, novo membro da Organização, reafirmando a ligação histórica, mas projetando esses laços “agora, num futuro de colaboração e de entendimento” (AZEREDO DA SILVEIRA, 1975, pág. 35).

O aspecto político da aproximação brasileira de Cabo Verde pode ser identificado na mensagem do embaixador brasileiro em Lisboa, em abril de 1976, ao analisar a triangulação Brasil-Cabo Verde-Portugal:

Parece-me importante sublinhar que, ao contrário do verificado em outras antigas colônias, Portugal dispõe de significativo instrumento de pressão nas negociações com Cabo Verde. Este arquipélago enfrenta a dificuldade de um crônico excedente demográfico, agravado nos recentes anos pelas conseqüências de uma prolongada estiagem e pela conseqüente quebra da produção agrícola, tem em Portugal cerca de 30 mil de seus nacionais, cujas remessas financeiras contribuem para o sustento de quase 100 mil pessoas de seu território. (FONTOURA, 1976, pág. 01).

A manutenção da presença portuguesa em Cabo Verde independente sempre se mostrou mais visível do que nos demais PALOP. Isso se deve pela proximidade geográfica entre Praia e Lisboa, pela vocação cabo-verdiana no setor de serviços e também pelos migrantes do país residentes em Portugal. Nesse mesmo sentido, verifica-se que, em visita ao Presidente Aristides, o embaixador brasileiro em Praia e o senhor Paulo Manoel Protásio (responsável pela coordenação de feiras e entreposto comercial), fizeram

[...] um balanço sobre a substância das respectivas estadas em Cabo Verde, na qual houve consenso no sentido de uma diretriz ampla do governo cabo-verdiano de aproximar-se preferencialmente e com a possível urgência do Brasil. Nesse sentido, ficou inserida a convicção de que o país confia no Brasil como parceiro politicamente desinteressado, o que é vital para a posição de neutralidade de Cabo Verde, posição essa que assegura a defesa e a não dependência de vínculos econômico-financeiros [...]

Na minha opinião de observador local, está claramente configurada e mesmo já iniciada, a virada para o Brasil, fenômeno vantajoso para nós e de certo modo surpreendente, pois Cabo Verde sempre foi província dos estados europeus, que lutam tenazmente pela defesa de seus interesses nesse país, o qual, no julgamento do

<sup>70</sup> Por meio do Decreto Presidencial nº 77813, de 15 de junho de 1976. Disponível em:

[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=77813&tipo\\_norma=DEC&data=19750728&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=77813&tipo_norma=DEC&data=19750728&link=s) Acesso em: 18 ago. 2011.

<sup>71</sup> Por meio do Decreto Presidencial nº. 88.242, de 20 de abril de 1983. Disponível em:

[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=88242&tipo\\_norma=DEC&data=19830420&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=88242&tipo_norma=DEC&data=19830420&link=s) Acesso em: 18 jan. 2011.

FMI, Banco Mundial e Banco Europeu de Investimentos, reúne as condições de seriedade, organização e impulso econômico que o podem transformar em centro significativo no setor de serviços. (BUARQUE, 1985, pág. 2-3).

Em junho de 1976, a primeira missão técnica brasileira foi à Cabo Verde para vislumbrar as demandas cabo-verdianas na área de cooperação e adequar as possibilidades de acordos, formada pelo embaixador Ítalo Zappa (chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty) e por funcionários dos Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, e Saúde. Logo, a base dessas relações bilaterais no período tornou-se o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Brasília entre os dois governos, em 28 de abril de 1977, resultado da identificação daquelas demandas. A assinatura ocorreu no momento da visita ao país de uma missão cabo-verdiana, chefiada pelo ministro da Educação de Cabo Verde, Carlos Reis<sup>72</sup>. Nessa mesma oportunidade, o Ministro foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, sob os argumentos de Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura do Brasil:

Compreendemos que partimos de uma identidade de interesses históricos e que hoje compartilhamos problemas e anseios. Compreendemos que para vencer o subdesenvolvimento é necessário um esforço contínuo. Nesse sentido, entendemos como fundamental a aproximação entre os países em desenvolvimento. Com essa perspectiva acreditamos relevante a realização de projetos comuns. (BRAGA, 1977, pág. 36).

Em Memorando direcionado ao Chefe do Departamento de Ásia, África e Oceania do MRE, o chefe da DAF-II relatou as demandas da missão de Cabo Verde no Brasil no ano de 1977, cujos gastos foram pagos pelo MRE brasileiro: educação (bolsas de estudo e equipamento para biblioteca), transportes (utilização de seu território pela VARIG – aéreo e pela LLOYD – marítimo), assistência econômica (investimentos brasileiros em Cabo Verde,

---

<sup>72</sup> Como efeito dessa visita, ficaram entendidos os pontos essenciais da cooperação bilateral: educação (ampliação do número de bolsas de estudos para cabo-verdianos no biênio 1977/1978, fornecimento de livros didáticos e possibilidade de impressão de livros didáticos cabo-verdianos no Brasil, colaboração entre o Instituto Nacional do Livro e o Instituto do Livro de Cabo Verde, para publicação de obras de autores cabo-verdianos, incremento do intercâmbio cultural); agricultura e pecuária (fornecimento brasileiro de sementes de forrageiras e produtos hortícolas, estojos para inseminação artificial, material genético bovino e ovino, publicações especializadas e o acerto de uma missão técnica cabo-verdiana para capacitação de recursos humanos); saúde (publicações especializadas, ida de um médico psiquiatra e duas enfermeiras para colaboração no Programa de Saúde Mental e com a Escola de Enfermagem, além da possibilidade de formação de recursos humanos no Brasil e da possibilidade de construção e equipamento de postos de saúde regionais); transportes e comunicações (treinamento de recursos humanos para serviços portuários, linha de crédito para compra de equipamentos portuários, treinamento para recursos humanos de resgate e salvamento, conhecimentos sobre biologia marinha e treinamento de recursos humanos para as telecomunicações); acordo marítimo (possibilidade de utilização por parte de Cabo Verde, do cabo submarino (BRACAN) para abertura de circuitos telegráficos entre os dois países); previdência social (possibilidade de acordo para brasileiros em Cabo Verde e cabo-verdianos no Brasil); urbanização (plano urbanístico da cidade de Mindelo, por consultores brasileiros).

com linha de crédito entre US\$ 5 e 10 milhões), acordo de previdência e migração. O embaixador Ouro Preto sugeriu que fosse estudada a possibilidade de propor à missão a negociação de um acordo-quadro de amizade, cooperação e comércio:

Como é sabido, o acordo-quadro manifesta apenas uma vontade mútua de cooperação e cria uma Comissão Mista. Não implicaria, portanto, compromissos financeiros por parte do Brasil. Tratar-se-ia, no entanto, de ato politicamente interessante ao aproximar-nos de país com grande prestígio na África e que tem manifestado o seu desejo de tornar mais estreitas as suas relações com o Brasil. (OURO PRETO, 1977, pág. 2).

Resultado automático daquelas demandas, em 7 de fevereiro de 1979 (promulgado apenas 1981) foram assinados o Tratado de Amizade e Cooperação e o Acordo sobre Cooperação Cultural entre os dois países, pelos Chanceleres brasileiro Antonio F. Azeredo da Silveira e cabo-verdiano, Jorge Fonseca. Celebrado em Brasília, esse era relativo ao setor da educação, por intermédio do intercâmbio de professores, profissionais, técnicos e pesquisadores, além da concessão de bolsas de estudo de pós-graduação para cursos em suas Universidades e instituições de ensino superior e oferta de bolsas de estudos para treinamento técnico, em outras entidades educacionais e de pesquisa (ACORDO, 1979, s/p).

O Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois governos criou a Comissão Mista<sup>73</sup> de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana, no sentido de estabelecer e identificar os laços de cooperação possível entre os dois países, no âmbito de educação, comércio e cultura<sup>74</sup>. Ainda no ano de 1979 ocorreu a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, em Praia, com a delegação brasileira chefiada pelo Secretário-Geral do MRE, Baena Soares.

O fato que chama atenção nesse primeiro momento da política externa brasileira para Cabo Verde é referente à formação e treinamento de recursos humanos cabo-verdianos no Brasil. A cooperação para o desenvolvimento, por vezes demandada em vários setores da

---

<sup>73</sup> A criação de Comissões bilaterais Mistas, por parte do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, muito frequentes no período em análise nesse capítulo, objetivava a coordenação de políticas e programas, ao reunir representantes ministeriais dos dois países em questão, identificando as demandas dessas, especialmente na área comercial e de cooperação técnica.

<sup>74</sup> A cooperação técnica nesses setores passou a ser a base das relações Brasil-Cabo Verde com os projetos: educação e cultura (equipamentos para escola primária, impressão no Brasil de livros didáticos cabo-verdianos e 80 bolsas de estudos); saúde e assuntos sociais (fornecimento de vacinas, equipamentos de cinco postos sanitários, fornecimento de medicamentos, material áudio-visual de educação sanitária, produção de medicamentos e assistência técnica em saúde mental e construção hospitalar); desenvolvimento rural (conservação de solos e águas, prospecção e exploração de águas subterrâneas, Serviço Nacional de Extensão Rural, técnicos especialistas em Sanidade Animal para mapeamento de zoonoses em Cabo Verde, produção animal); administração interna (treinamento de recursos humanos para gestão pública, fornecimento de materiais); transporte e comunicações (formação de pessoal para aeronáutica civil); obras públicas (formação de recursos humanos para construção civil e metalmeccânica); pesca (distribuição de peixe em gelo); fornecimento de publicações especializadas em várias áreas).

economia e sociedade cabo-verdiana, nem sempre encontrou financiamento garantido no Brasil. Esse por sua vez, para não retroceder na ação política, sempre ofereceu bolsas de formação e treinamento para cidadãos cabo-verdianos em diferentes setores da administração pública brasileira, seja na área diplomática, militar, educacional ou agropecuária.

Em 5 de julho de 1980, o Presidente Figueiredo e o Chanceler Saraiva Guerreiro congratularam Cabo Verde pelo 5º aniversário da independência, reafirmando o estreitamento dos laços entre os países, trabalhando em conjunto pela prosperidade mútua (A DATA, 1980, pág. 194). Entre 12 e 14 de outubro do mesmo ano, o Ministro de Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, Abílio Duarte, visitou o Brasil. O Chanceler brasileiro identificou a “indeclinável vocação atlântica” que unem Cabo Verde e Brasil afirmando sobre a necessidade de que essas relações bilaterais privilegiassem o “espaço oceânico” que os cerca; esse privilégio se direcionava aos ideais convergentes (igualdade soberana entre os Estados, não ingerência, respeito às independências, desenvolvimento, ordem internacional mais justa e prosperidade) e à “criação de interesses recíprocos”, identificando a Comissão Mista brasileiro-cabo-verdiana como local específico para tal (SARAIVA GUERREIRO, 1980b, pág. 47).

Merece destaque a situação cabo-verdiana do período. Após o rompimento político com a Guiné-Bissau, em 1980, o país passou a ser dirigido pelo PAICV, ainda na pessoa de Aristides Pereira, que denominava a prática governamental de “sistema de poder administrativo e paternalista” (ANDRADE, 2002, pág. 268), mantendo a base socialista no governo, pois

[...] a democracia nacional revolucionária, tal como é entendida na constituição, incorpora uma *dimensão política e social*. Como uma democracia nacional, pretende consolidar a nação. Como uma democracia revolucionária, que procura estabelecer uma sociedade livre de exploração, especialmente no que até agora impotentes estratos sociais já foram trazidos para o poder (LIMA *apud* ANDRADE, 2002, pág. 268-269, tradução nossa, *grifo nosso*).

Até 1990, Cabo Verde foi um Estado de partido único. Políticas públicas e estratégias foram definidas tendo como filosofia evitar o desperdício dos recursos, rentabilizar o trabalho humano e coordenar esforços e iniciativas mediante um ponto de vista do conjunto que levasse a bom termo os objetivos fixados. Apenas em 1981 viu-se a necessidade da elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sendo criados, igualmente, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, de 1980 a 1985) e o Segundo Plano (II PND, de 1986 a 1990).

O objetivo principal do I PND era planejar uma economia nacional independente, por meio da eliminação da hernaça da dominação colonial e da libertação das forças produtivas. A situação econômica herdada caracterizava-se pela existência de um débil aparelho produtivo, pela quase inexistência de infraestruturas econômicas e sociais, pela carência de formas de acumulação de capital e de financiamento, pela baixa qualificação dos trabalhadores e fraca produtividade, além da total dependência do fluxo de capital externo<sup>75</sup>. Numa primeira fase, a atenção prioritária era a agricultura, criando paralelamente condições para a construção de infraestruturas e organização do aparelho econômico, necessárias ao desenvolvimento dos outros setores que deveriam numa fase posterior, substituir a agricultura nessa posição (especialmente a pesca e a indústria). Em particular, a estratégia de desenvolvimento industrial deveria combinar:

[...] por um lado, as pequenas e médias empresas vocacionadas para o aproveitamento e valorização dos recursos naturais, para a satisfação das necessidades fundamentais da população e para a substituição das importações e por outro lado as unidades vocacionadas para o mercado externo que aproveitem os condicionalismos específicos de Cabo Verde. (LUTAR, 1983, pág. 15).

O I PND buscava ser a base para a estabilidade econômica de Cabo Verde, estimulando sua indústria às especificidades insulares. Por exemplo, no I PND a meta de aumento da industrialização cabo-verdiana era de 40,1%; já no II PND, essa diminuía para 11,7%. Logo, o II PND foi o resultado do I PND, evidenciando-se como tentativa de consolidação das taxas de crescimento, além de “mudar a ênfase de forma mais positiva e para longe da dupla-dependência do exterior, de ajuda e remessas” (FOY, 1988, pág. 124), aplicando medidas liberais depois de 1988. Portanto, até esse ano, a estratégia de desenvolvimento adotada por Cabo Verde (nos I e II PND) aproximava-se claramente das estratégias autocentradas, voltadas para o mercado interno. Essa aproximação tornou-se mais clara a partir da análise dos documentos do PAICV, no que se refere à estratégia de desenvolvimento industrial baseada na substituição das importações: o I PND continha um projeto fortemente centralizador, sendo totalmente tradicional na sua concepção do processo de desenvolvimento e considerava ainda que o processo de desenvolvimento do país deveria realizar-se em dois períodos subsequentes, ou seja, no primeiro,

---

<sup>75</sup> Levando em consideração as limitações da economia caboverdiana (a escassez de recursos naturais, a insularidade, sua reduzida dimensão, a elevada taxa de desemprego, a não qualificação dos recursos humanos e a inserção marginal na divisão internacional do trabalho), esse PND buscava aumentar a capacidade produtiva, unificando e estabilizando o espaço econômico nacional, limitando o desequilíbrio externo, além de, por meio de reformas, aumentar a eficiência da economia. Os idealizadores do governo cabo-verdiano consideravam que o rompimento do ciclo de subdesenvolvimento seria possível com o aumento da produção e diversificação da capacidade produtiva dos setores-chave da economia do país: a agricultura, a pesca e a indústria.

dando prioridade ao mercado consumidor interno, fortalecendo as bases produtivas e do mercado que permitissem sustentar a futura mudança da especialização internacional do país, e, no segundo, quando a economia poderia orientar-se progressivamente para o mercado externo de forma sustentada pela base produtiva criada na etapa anterior.

O II PND previa a reforma nos três setores básicos (a agricultura, a administração e a educação) como forma de reverter os altos gastos públicos. Conforme Foy conclui:

Os dois Planos de Desenvolvimento Nacional representam o que parece ser a única estratégia viável para a sobrevivência de Cabo Verde como uma nação e como uma economia. O tamanho do país é uma grande ajuda na aplicação desses programas e porque o país é pequeno e sua população numerosa, o custo dos planos é minúsculo para os padrões internacionais. (FOY, 1988, pág. 133, tradução nossa).

Outro ponto favorável para Cabo Verde, durante o período em questão foi a utilização de sua posição geoestratégica como poder de barganha frente Estados Unidos e Europa Ocidental, não se aliando incondicionalmente a eles e deixando possibilidade de relações bilaterais com países em desenvolvimento, como o Brasil. Essa possibilidade se concretizou gradualmente a partir das reuniões da Comissão Mista: a segunda, em maio de 1981, em Brasília; a terceira, em fevereiro de 1982, em Praia; a quarta, em outubro de 1983, novamente em Brasília, que contou com a presença do Ministro de Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, Silvino Manuel da Luz. Evidenciando os efeitos da crise da dívida externa na economia brasileira, Saraiva Guerreiro demonstrou o estágio dessas relações bilaterais em 1983:

Vossa Excelência [o Chanceler cabo-verdiano] não desconhece o fato de que o Brasil se defronta hoje, além das limitações inerentes ao seu próprio estágio de desenvolvimento, com os rigores de uma crise econômico-financeira de penosos e profundos efeitos nacionais e internacionais. *Escasseiam neste momento, mais do que no passado, meios que correspondam à escala e à intensidade de nossos anseios de cooperação.* (SARAIVA GUERREIRO, 1983, pág. 67, grifo nosso).

Os resultados concretos dessa Reunião foram a avaliação do Curso de Formação de Diplomatas cabo-verdianos, realizado no entre março e junho daquele ano em Praia, pelo Instituto Rio Branco, Governo cabo-verdiano, United Nations Development Programme e United Nations Institute for Training and Research (UNITAR). Aproveitando a estada de Silvino Manuel da Luz no Brasil, Saraiva Guerreiro o agraciou com as insígnias e o diploma da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. A Reunião também avaliou as operações do refino de petróleo cabo-verdiano, realizadas pela Petrobras e a Enacol. A partir de 1982, a Petrobras

passou a refinar o petróleo angolano que era comprado por Cabo Verde, fornecendo aos cabo-verdianos os produtos refinados, totalizando, em 1983, US\$ 12,5 milhões dessas trocas, pagos à vista. Formalizado em abril daquele ano, quando da visita ao Brasil do presidente da ENACOL, cujos interesses eram fornecimento de óleo “jet-fuel A” para o Aeroporto Internacional do Sal, fornecimento de gasolina para o porto marítimo de São Vicente, equipamentos (bombas, tanques) e fornecimento regular a Cabo Verde de gás butano, gasolina, oxigênio, acetileno e lubrificantes. Ficou claro o interesse cabo-verdiano de beneficiar-se de sua localização estratégica para estabelecer um entreposto de vulto destinado à distribuição de combustível para a África Ocidental

O Presidente João Figueiredo visitou Praia em novembro de 1983. Em seu discurso, além dos pontos em comum nas relações bilaterais (cooperação, interesses mútuos, posicionamento no cenário internacional), Figueiredo também demonstrou reconhecimento ao papel dos emigrantes cabo-verdianos radicados no Brasil e completamente inseridos na sociedade brasileira, além de exprimir sua “admiração pela tenacidade e espírito de sacrifício que caracterizam o homem cabo-verdiano na sua luta contra a seca e seus efeitos, pela reabilitação e desenvolvimento do país” e concluiu apresentando possibilidades de canalizar o interesse mútuo para “a realização de projetos bilaterais, [obtendo] recursos de terceiras fontes de financiamento” (COMUNICADO, 1983b, pág. 34).

Em correspondência do Chanceler aos chefes militares, fica claro o entendimento do contexto das relações bilaterais:

Desde há mais de dez anos, quando a Embaixada do Brasil iniciou atividades, tem havido uma gradual aproximação em nível oficial, através de bolsistas e missões técnicas e governamental propriamente dita, pela via da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde. O processo muito se ampliou com a honrosa visita em novembro último do Presidente do Brasil e com a viagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que a sucedeu. Essa série de eventos, ademais de *favorecer o conhecimento mútuo de dirigentes, resultou na verificação de afinidades e na irrupção de amizades*, de forma paralela às identidades existentes entre os dois povos. Sabidamente, *essas são pré-condições para entendimentos do terreno político*. O governo de Cabo Verde considera que, a esta altura, estão completados os requisitos básicos para tanto (SARAIVA GUERREIRO, 1984b, pág. 2-3, *grifo nosso*)

Claramente Saraiva Guerreiro define que a intenção brasileira para Cabo Verde (e os demais Pequenos PALOP) nesse primeiro momento se basearia na progressiva aproximação de alto nível, resultando um conhecimento mútuo por meio da horizontalidade, o qual identificaria as demandas de cooperação bilateral – todos esses fatores complementados pelo

teor político das relações. Em tom otimista, o Chanceler continua acerca da legitimação da cooperação militar entre o Brasil e Cabo Verde:

As reflexões e verificações que acabo de expor estão conduzindo o governo de Cabo Verde a interessar-se pela cooperação do Brasil em matéria de defesa. Ao mesmo tempo, em que decidimos minimizar programas de cooperação de outros países, estamos suficientemente informados sobre a capacidade brasileira, tanto de ordem da política de defesa, quanto da ordem material e de ordem técnica. O governo concluiu que a experiência do Brasil e a sua tecnologia são uma meta à qual se deve dirigir, com vistas ao afetivo estabelecimento de sistema de defesa do país (SARAIVA GUERREIRO, id., pág. 3).

Como reflexo de tais insinuações brasileiras resultantes das demandas levantadas pelo Ministro cabo-verdiano das Forças Armadas na visita do Presidente Sarney a Praia (cujas tratativas ocorriam desde 1985), em julho de 1986 visitou o Brasil uma missão precursora militar cabo-verdiana, visitando vários órgãos civis e militares, cuja viagem foi paga pelo Estado-Maior das Forças Armadas (deslocamento em voo internacional da VARIG, pois os voos da Força Aérea Brasileira eram semanais). Tal missão enfatizou seu interesse na formação de recursos humanos, seja em órgãos militares ou em instituições civis ou empresas privadas; interesse na compra de material de emprego militar (aeronaves Bandeirante EMB-111 da Embraer e lanchas-patrolha) – essa negociação foi mediada por Angola<sup>76</sup>.

Nesse contexto, em março de 1987, foi assinado o Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um programa plurianual de cooperação (1987/1990), prevendo a formação de quadros de oficiais para setores de finanças, intendência, técnicos de administração, psicotécnica militar, mediante a concessão de bolsas, programa de formação de sargentos do Exército cabo-verdiano pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, áreas de mecânica, eletricidade, cinema/TV e carpintaria), participação de oficiais da Polícia Militar cabo-verdiana em cursos da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, programa de formação para Polícia Civil de Cabo Verde, treinamento na Escola de Educação Física do Exército brasileiro para candidatos cabo-verdianos e envio a Cabo Verde de profissional para estabelecer Centro de Educação Física nas Forças Armadas de Cabo Verde<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Cabe ressaltar que em julho de 1986, a CACEX/Banco do Brasil concedeu US\$2 milhões em linha de crédito a Cabo Verde, para compra de bens, especialmente os aviões da Embraer. Em dezembro de 1989, Cabo Verde demonstrou interesse em adquirir um segundo avião da EMBRAER (o primeiro foi comprado para atividades na Transportes Aéreos de Cabo Verde S/A), cujo pagamento seria mediante escambo com o avião Bandeirantes comprado por Cabo Verde, em 1988.

<sup>77</sup> Houve ainda a solicitação de Cabo Verde de doação de material de construção para instalações militares, equipamentos para controle de passageiros, equipamentos para prática esportiva, roupas e fardamentos e material de escritório.

A visita do Ministro das Forças Armadas de Cabo Verde ao Brasil (e a consequente assinatura do Memorando supracitado) foi analisada da seguinte maneira pela Assessoria especial para Assuntos Internacionais do EMFA:

No tocante à área internacional, o visitante expressou a grande convergência dos principais postulados da política externa dos dois países, fazendo especial referência à recente iniciativa do Presidente Sarney em favor da transformação do Atlântico Sul em uma zona de paz e cooperação – que seu governo apóia com entusiasmo. Nesse sentido, frizou que a independência de Cabo Verde livrou o arquipélago de abrigar – como era o claro desígnio de Portugal – uma grande base da NATO, ao invés de funcionar – o que sempre foi a sua vocação histórica – como entreposto comercial e elemento de contato com as nações do noroeste africano [...] [a comitiva deixou] clara a intenção do governo cabo-verdiano de manter um relativo distanciamento do bloco socialista cuja cooperação vincula-se a um alinhamento político nem sempre desejável. Para atingir tal objetivo, muito contribuiria um estreitamento das relações com o Brasil, que são naturalmente cercadas de condições favoráveis (ASSINTER, 1987, pág. 2).

Outro ponto constante da aproximação bilateral refere-se às demandas do setor de transportes. Desde agosto de 1970, a empresa brasileira Varig passou a ter voos diretos para o continente africano, pela rota Rio-Luanda-Joanesburgo; posteriormente foi ampliada para Rio-Praia-Abidjan-Luanda-Joanesburgo, por meio de acordo entre a Varig e a Air Afrique, em outubro de 1987. No entanto, o transporte marítimo sempre foi tido como o maior dos gargalos das relações comerciais, onde a documentação diplomática demonstra que a questão logística já estava como demanda e proposta de Cabo Verde. Entretanto, o Brasil entendia, em 1979, como “prematura qualquer iniciativa visando à negociação de um acordo” (COSTA, 1979, pág. 01) para o estabelecimento de uma linha marítima Cabo Verde-Brasil-Cabo Verde, com utilização de frota mercante cabo-verdiana.

Ainda em 1984, verificou-se também a demanda de Cabo Verde por companhias brasileiras de navegação aérea sobre a possibilidade de joint-ventures para a distribuição no Aeroporto Internacional do Sal, onde Cabo Verde chegava a oferecer ao Brasil um entreposto no referido aeroporto para a EMBRAER, além de Praia querer “ações mais concretas, como estabelecimento de uma linha regular cabo-verdiana que recolheria carga no Brasil com vários destinos, inclusive Cabo Verde”. (BUARQUE, 1985, pág. 2-3). Entre março e abril de 1985, realizou-se em Praia o Primeiro Curso Regional sobre Administração Pública – direcionado para servidores públicos dos PALOP –, com a participação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (FUNDAP), do Instituto de Administração Pública (IBAM) e da

Escola de Administração Fazendária (ESAF)<sup>78</sup>. Essa foi a base das necessidades cabo-verdianas referentes à questões administrativas e burocráticas, pois a falta de pessoal qualificado nas instituições públicas do país era um dos principais empecilhos para o fortalecimento dessas.

O Chanceler Roberto Costa de Abreu Sodré visitou as ilhas no início de 1986. Em seguida, o Presidente Sarney visitou Portugal e Cabo Verde entre 03 e 10 de maio de 1986. Além da inauguração da embaixada brasileira, a estada de Sarney em Praia gerou o Acordo Comercial Brasil-Cabo Verde (ACORDO COMERCIAL, 1991, pág. 190-192), firmado em 10 de maio – mas somente promulgado no Brasil por meio do Decreto nº. 57, de 12 de março de 1991<sup>79</sup> – acordo que passou a regular as transações de comércio exterior entre os dois países, mas que de fato, no período entre 1981 e 1989, pouco resultado efetivo promoveu. Nos discursos proferidos, durante sua estada, o Presidente Sarney realçou a “comunhão da herança étnica, histórica, cultural e linguística” entre brasileiros e cabo-verdianos e comunicou sobre o Fundo de Cooperação Técnica Brasil-UNDP, uma parceira do país com as Nações Unidas, criado para fomentar “ainda mais a capacitação de recursos humanos africanos, especialmente por meio de bolsas de estudo e consultorias, no Brasil, na área de saúde” (SARNEY, 1986, pág. 42). Cabo Verde passou a ser beneficiado em 1986, nas subáreas de psiquiatria, traumatologia, ortopedia e cirurgia-geral. Pode-se citar como exemplo de como a área de cooperação técnica efetivou-se como basilar nas relações Brasil-Cabo Verde a atuação da empresa brasileira Hidroservice, que elaborou o projeto de eletrificação rural (parceria com o Instituto Nacional de Energia), formação profissional de gestão em serviços de saúde (parceria com o Ministério da Saúde e de Assuntos Sociais da Guiné-Bissau).

Outro ponto relevante dessa viagem do Presidente Sarney refere-se à identificação da “comunidade dos países de língua portuguesa” como uma “dimensão importante da política externa de cada um de nós”, identificando o teor da política externa de seu governo: não relacionar-se profundamente com cada PALOP, como ocorria nos governos brasileiros anteriores, mas por grupo, pela identificação cultural (SARNEY, id., pág. 43). O discurso do Presidente Sarney, ao citar a condenação do regime do Apartheid, rendeu comentários de

---

<sup>78</sup> A realização desse curso foi demandada pelas Reuniões das Comissões Mistas Brasil-Cabo Verde, Brasil-Guiné-Bissau e Brasil-Angola.

<sup>79</sup> Entende-se tal atraso da promulgação do referido acordo, por motivos políticos internos, do Congresso Nacional: de fevereiro de 1986 a outubro de 1988, a Assembleia Constituinte deteve-se em redigir a Nova Constituição brasileira. Aprovada a Carta, o Congresso Nacional aprovou o referido Acordo por meio do Decreto Legislativo nº. 63, de 26 de outubro de 1989 e, em 4 de maio de 1990, por troca dos Instrumentos de Ratificação, o acordo entrou em vigor, exigindo a promulgação, via o Decreto nº. 57, supracitado.

outros presidentes africanos, conforme informado pelas embaixadas brasileiras em Lusaca, Maputo e Pretória. Ainda em solo cabo-verdiano, o Presidente Aristides Pereira foi agraciado com as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, pelo Presidente Sarney.

Como tentativa de concretizar os resultados dessas relações (até aquele momento ainda no âmbito dos anseios e intenções e baseadas na cooperação bilateral e no entendimento multilateral), a política externa brasileira buscou dinamizar as ações do MRE no sentido de promover gradualmente o seu âmbito comercial. Um dos exemplos refere-se à realização, em julho de 1986, em Praia, da Primeira Exposição Industrial Brasileira em Cabo Verde, como iniciativa dos Ministérios das Relações Exteriores, de Transportes, do Comércio e do Turismo de Cabo Verde<sup>80</sup>.

Em abril de 1987, o Presidente Aristides Pereira visitou o Brasil (sua primeira visita à América Latina) e como resultado dessa, foi assinado a) o Protocolo de Intenções na área cultural (com a construção do Centro Histórico-Cultural de Cabo Verde, em Praia e a criação de uma Comissão Mista Cultural bilateral) e b) o Memorando de Entendimento no campo da administração pública, para consolidar e padronizar a cooperação no treinamento de recursos humanos nessa área, nos moldes já existentes. O Consulado Honorário de Cabo Verde no Rio de Janeiro já existia desde 1984, e no ano de 1988 houve solicitação para Consulado Honorário em São Paulo, com atuação em todo o território e o início da negociação para a instalação de embaixada em Brasília.

As relações comerciais Brasil-Cabo Verde, entre 1975 e 1989<sup>81</sup> foram baixas, reservadas a setores pontuais, como anteriormente comentado, como o refino de petróleo angolano, por parte da Petrobras, para o Governo cabo-verdiano, ou pautado em serviços de empresas brasileiras ou reservado a poucos produtos manufaturados. Por exemplo, a partir de 1982, a presença da empresa brasileira Siemens, em Cabo Verde, se intensificou com a reestruturação do sistema de telecomunicações do país, financiado pela Câmara de Comércio Exterior (CACEX) brasileira e outras entidades internacionais.

Observa-se que os dados oficiais do comércio bilateral apenas passaram a ser documentados entre produtos manufaturados, semimanufaturados, básicos e serviços a partir

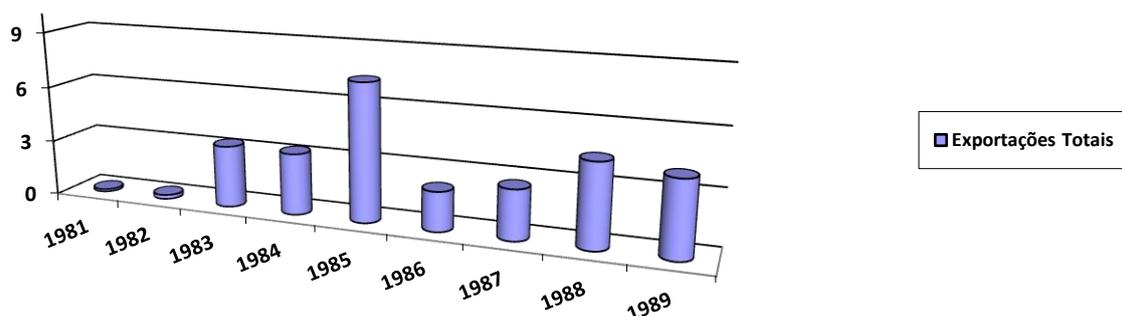
---

<sup>80</sup> Aproximadamente 120 empresas brasileiras estiveram representadas, nos setores de produtos alimentícios, utilidades domésticas, livros e publicações, papelaria, máquinas gráficas, material de construção, equipamentos de telecomunicações, brinquedos, calçados, eletrodomésticos, equipamentos de escritório, têxteis, maquinaria agrícola e petroquímica.

<sup>81</sup> Como o governo de José Sarney se encerrou em 15 de março de 1990, e as estatísticas de comércio exterior analisadas referem-se à dados consolidados por ano, optou-se por deixar os três primeiros meses de 1990, como integrantes do comércio bilateral do próximo período estudado.

do ano de 1981<sup>82</sup>. Os dados anteriores são escassos e representam simbolicamente as relações bilaterais comerciais, como é o caso do ano de 1979, onde o Brasil exportou para Cabo Verde apenas US\$41, ou o caso de 1980, cujas exportações brasileiras para o arquipélago representaram US\$141 (CACEX, 1980). Nesse sentido, a partir de 1981, a documentação oficial das relações comerciais se tornou mais padronizada, o que justifica a escolha por iniciar-se a análise desses dados nesse momento. Logo, verifica-se que entre 1981 e 1989 as exportações brasileiras para Cabo Verde foram, especialmente, de produtos manufaturados e semimanufaturados (produtos farmacêuticos e químicos, produtos cerâmicos, gorduras e óleos vegetais e animais saturados), e em menor grau, de produtos básicos (bens alimentícios, como açúcar, café, cacau, e madeira).

**Gráfico 1: Exportações totais brasileiras para Cabo Verde (1981-1989)**  
(US\$ F.O.B. milhões)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor\\_externo/tabelas/tabelas.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtml) Acesso em: 13 jan. 2011.

<sup>82</sup> Cabe ressaltar que a partir de 1945, com a criação do Fundo Monetário Internacional e a consequente necessidade de informar-se as estatísticas da Balança de Pagamentos do país, iniciou-se o processo de compilação e gravação dos dados estatísticos de comércio exterior, que até então parcialmente gravadas (até 1942 em libras esterlinas e depois, em dólar norte-americano). Em 1971, iniciou-se a elaboração de publicações periódicas e públicas dessas estatísticas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), “utilizando-se equipamentos de grande porte (mainframe). Em meados dos anos 1980, a CACEX implementou sistema de consulta a relatórios estatísticos via microfilmagem e no final dos anos 1980, para uso interno, foi desenvolvido sistema de acesso eletrônico, via rede do Banco do Brasil, aos dados das informações de exportação e importação” (SECEX, 2011). Em 1992, a partir da criação do Departamento de Comércio Exterior (Decex) da Secretaria de Economia, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (em substituição à CACEX), foi lançado o Sistema Alice (Análise das Informações de Comércio Exterior), desenvolvido pelo Sepro, com acesso on line. Em 1993, com a implantação do Siscomex-Exportação, 100% das operações de vendas brasileiras ao exterior passaram a ser registradas e analisadas on line. No ano de 1997, a criação do Siscomex-Importação, sob os mesmos critérios do módulo de exportação também ampliou o registro estatístico, além de ampliar “o processo de desburocratização”. Em 2001, lançou-se a versão para internet do sistema Alice (Aliceweb), onde essas estatísticas podem ser consultadas.

As importações brasileiras de Cabo Verde registram valor nulo de 1981 a 1989; apenas no ano de 1990 verificam-se as primeiras importações de Cabo Verde. Embora ainda com um valor muito simbólico, as exportações brasileiras para Cabo Verde, entre 1981 e 1989, refletem o momento de instabilidade econômica no Brasil, em Cabo Verde e mesmo no sistema internacional, com as oscilações identificadas entre 1985 e 1986, por exemplo.

**Tabela 3: Exportações Brasileiras para Cabo Verde 1981/1989 (em US\$ F.O.B.)**

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
<b>Manufaturados</b>	129.331	219.447	3.315.664	3.030.117	7.330.146	1.690.240	706.079	3.322.607	4.016.920
<b>Semimanufaturados</b>	0	0	0	0	0	0	1.952.842	115.928	320
<b>Básicos</b>	0	0	0	247.325	0	408.000	0	993.810	43
<b>Serviços/ Outros</b>	0	0	0	0	10.946	7.129	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>129.331</b>	<b>219.447</b>	<b>3.315.664</b>	<b>3.277.442</b>	<b>7.341.092</b>	<b>2.105.369</b>	<b>2.658.921</b>	<b>4.432.345</b>	<b>4.017.283</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/secuiox/economia/setor\\_externo/tabelas/tabelas.shtm](http://www.ibge.gov.br/secuiox/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtm) Acesso em: 13 jan. 2011.

A visita do Presidente Sarney, em 1986, transformou-se como um interessante marco, pois o conteúdo das relações Brasil-Cabo Verde estagnou a partir de 1987 e, em alguns momentos, mesmo diminuiu. Como ponto interessante, merece atenção a citação do encarregado de negócios na embaixada brasileira em Praia:

Quanto a esta [cooperação], assinalou, o Sr. Noel Pinto [diretor-geral da Fundação Pública de Cabo Verde], sua diminuição nos últimos anos. Referiu-se a não liberação de verba de cem mil dólares para os programas de 1989, o que tem sido em parte corrigido pela utilização da FUNDAP, financiada por outros organismos, como a CIDA. Repetiu que a presença brasileira, independente da facilidade com que se exercia, sempre foi considerada contrapeso necessário a outras influências. Por outro lado, assinalou que vários projetos que no passado deveriam haver sido entregues ao Brasil não o foram, como o da criação da Escola Nacional de Administração para o que contarão com a cooperação do Instituto Nacional de Administração de Portugal e não da FUNDAP ou da Fundação Getúlio Vargas, como a princípio era esperável. Assinalou que pessoalmente considera a diminuição da presença brasileira detrimental para os próprios interesses cabo-verdianos (VINHAES DA COSTA, 1989, pág. 2).

Assim, o Brasil em Cabo Verde, entre 1975 e 1990, buscou mapear as possibilidades de relacionamento, identificando, por meio das crescentes demandas cabo-verdianas, que a cooperação seria o item da pauta mais relevante e possível de se concretizar de forma satisfatória para os dois lados.

### Política externa brasileira para Guiné-Bissau (1974/1990)

No que diz respeito à Guiné-Bissau, é interessante citar que o Brasil criou um Consulado Honorário em Bissau, subordinado ao Consulado Geral de Lisboa, em junho de 1961<sup>83</sup>, dentro de uma confirmação do viés africano da Política Externa Independente. O Brasil também foi o primeiro país do Ocidente a reconhecer a independência da República de Guiné-Bissau, em 18 de julho de 1974 (antes mesmo da aceitação da independência, por parte de Portugal, a qual ocorrera em agosto seguinte). Na mesma data, o Representante do Brasil nas Nações Unidas recebeu o embaixador bissau-guineense Julio Semedo (Observador Permanente da República da Guiné-Bissau na ONU), o qual solicitava o apoio brasileiro à admissão da Guiné-Bissau independente na Organização das Nações Unidas; em nota oficial, o Itamaraty se posicionou: “A incorporação de uma nova irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo governo brasileiro” (BRASIL, 1974, pág. 91).

Em 29 de agosto seguinte, o Presidente Ernesto Geisel enviou dois telegramas relacionados à Independência bissau-guineense: um ao Presidente bissau-guineense, Luis Cabral, parabenizando o reconhecimento *de iure* da independência da República da Guiné-Bissau por parte de Portugal; outro, ao Presidente português, Antonio de Spínola<sup>84</sup>, felicitando o mesmo reconhecimento e o estabelecimento das relações oficiais entre os dois países (TELEGRAMA, 1974, pág. 89). Em 13 de setembro de 1974 foi criada a embaixada brasileira naquele país (com funções cumulativas com Cabo Verde)<sup>85</sup>. O Embaixador Joayrton Martins Cahu foi designado para a embaixada cumulativa e, em 3 de fevereiro de 1975, entregou as credenciais em Bissau<sup>86</sup>.

No discurso anual na XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Azeredo da Silveira fez uma saudação especial à Guiné-Bissau, mais novo membro da organização:

<sup>83</sup> Por meio do Decreto nº 50843, de 24 de junho de 1961. Disponível em:

<[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=50843&tipo\\_norma=DEC&data=19740913&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=50843&tipo_norma=DEC&data=19740913&link=s)> Acesso em: 20 ago. 2011.

<sup>84</sup> O General António Spínola, antes de assumir a Presidência portuguesa, havia comandado por cinco anos a colônia da Guiné portuguesa.

<sup>85</sup> Por meio do Decreto Presidencial nº 74.559, de 13 de setembro de 1974. Disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=74559&tipo\\_norma=DEC&data=19740913&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=74559&tipo_norma=DEC&data=19740913&link=s)> Acesso em: 18 jan. 2011.

<sup>86</sup> Os demais embaixadores brasileiros em Bissau, no período, foram Raimundo Nonnato Loyola de Castro (1981/1983), Affonso Celso de Ouro Preto (1983/1985), Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos (1986/1989) e Júlio Gonçalves Sanchez (1989/1991).

Como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que o ingresso, nesta Organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos do sangue e da cultura. Esses laços constituem o penhor mais forte da estreita e fecunda amizade que certamente unirá os nossos dois povos. (AZEREDO DA SILVEIRA, 1974c, pág. 39).

O reconhecimento brasileiro da independência da República da Guiné-Bissau – embora com menos alarde na imprensa nacional e internacional do que o reconhecimento da República de Angola, em novembro de 1975 – foi extremamente positivo para o posicionamento político do Brasil no sistema mundial daquele momento. A postura da política externa brasileira, “anticolonialista, antiracista, desenvolvimentista e multilateral”, trouxe prestígio para o país na África e principalmente nas partes envolvidas. Esse ficou claro na carta do Chanceler da Costa do Marfim, Arshne Assouan Usher endereçada ao Azeredo da Silveira:

Desejaria aproveitar [...] para expressar a Vossa Excelência as sinceras felicitações do Governo marfiniano no tocante a atitude positiva que o Governo brasileiro adotou no que se refere ao problema da descolonização na África, mediante o reconhecimento da República da Guiné-Bissau (USHER, 1974, pág.89).

Essa postura brasileira transformou-se em um padrão fundamental, pois concretizou a aproximação do Brasil com a Guiné-Bissau (e o continente africano), fato que trouxe outros resultados positivos nos anos seguintes. Por ocasião da passagem do primeiro aniversário da declaração de independência bissau-guineense, o Presidente Ernesto Geisel publicou mensagem de felicitações ao Presidente Luis Cabral, desejando a “crescente prosperidade da nação Irmã” (GEISEL, 1974, pág. 69). Em agosto de 1975 visitou o Brasil o primeiro Chanceler dos novos países lusófonos, o Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros bissau-guineense Victor Saúde Maria. Recebido pelo Chanceler Azeredo da Silveira, o ministro foi agraciado com as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Entre 22 de março e 2 de abril de 1976, uma missão governamental bissau-guineense (liderada por José Araújo, homem de confiança do Presidente Luis Cabral e formada ainda por representantes da Justiça, Fidelis D’Almeida, da Agricultura, Avito Silveira e da Educação, Maria da Luz Boal), esteve em Brasília, se reunindo com ministros e o Presidente Geisel. Retratada como busca de apoio aos diferentes problemas sociais enfrentados pelo país, a visita teve “... um grande valor político porque é o embrião de um processo de cooperação que esperamos amplo”, como fez questão de evidenciar o Presidente, na imprensa brasileira (EM BUSCA DE AJUDA, 1976, pág. 26).

Tal discurso se encerra no argumento do Chanceler Azeredo da Silveira, onde a política africana do Itamaraty seria de “diálogo direto e solidariedade operativa”. O Chanceler Azeredo da Silveira, ao receber a missão bissau-guineense, afirmou sobre esse caráter cooperativo das relações Brasil-Guiné-Bissau, pois “falamos a mesma língua, temos inúmeras semelhanças e tradições comuns e, sobretudo, a perfeita consciência de que é fundamental para o pleno desenvolvimento da colaboração entre nações irmãs o respeito mútuo, a lealdade e a franqueza de atitudes” (AZEREDO DA SILVEIRA, 1976, pág. 68). Como ato simbólico, os quatro comissários foram agraciados pelo governo brasileiro, com a medalha da Ordem do Rio Branco, “destinada a distinguir aqueles que contribuíram de maneira significativa para o fortalecimento dos laços de amizade entre seus povos e o povo brasileiro” (AZEREDO DA SILVEIRA, op. cit., pág. 68). No comunicado oficial do Itamaraty sobre a presença dessa missão no Brasil, evidenciou-se o perfil das futuras relações entre os dois países, pois

[...] nos entendimentos havidos no Ministério das Relações Exteriores, ficou assentando que o governo brasileiro enviaria, proximamente, à Guiné-Bissau, missão técnica destinada a efetuar um levantamento de possibilidades e fixar prioridades para o pronto início do programa de cooperação. Na mesma ocasião, serão negociados acordos reguladores que se requeiram para adequada elaboração e aplicação dos *programas de cooperação* entre os dois países, bem como a utilização de *linha de crédito* a ser aberta pelo governo brasileiro, destinada à compra de produtos manufaturados do Brasil (COMUNICADO, 1976a, pág. 70, *grifo nosso*).

Essa primeira missão bissau-guineense no Brasil tinha um caráter mais exploratório do que técnico, em razão do alto volume de demandas e da não especificação dessas. Conforme previsto, a primeira missão técnica brasileira foi à Guiné-Bissau em junho de 1976, para vislumbrar as demandas guineenses na área de cooperação e adequar as possibilidades de acordos. Formada pelo embaixador Ítalo Zappa (chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty) e por funcionários dos Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, e Saúde, a missão identificou como demandas urgentes: na área da educação (a formação de professores para o nível primário e secundário, a criação de bibliotecas e filмотecas e a introdução do ensino pela rádio), no âmbito da agricultura (suporte para produção frutícola, especialmente bananas e ananás e de cereais, como arroz, milho, feijão e soja), na pecuária (de gado e leite e no desenvolvimento de pastagens), além da demanda por um laboratório de patologia animal e na extensão rural (COMUNICADO, 1976b, pág. 141).

Em visita ao Brasil, em 28 de novembro de 1977, o Secretário executivo da Pesca da Guiné-Bissau Joseph Turpin foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco pelo Chanceler Azeredo da Silveira, que reiterou a “disposição do Brasil de colaborar na criação de

*mecanismos de solidariedade e cooperação horizontais*” (AZEREDO DA SILVEIRA, 1977, pág. 140, *grifo nosso*). Quando no Brasil, em 1975, o Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros bissau-guineense Victor Saúde Maria trouxe demandas do país africano, que, somadas às necessidades apontadas pela missão guineense no Brasil, resultou no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre aquele Governo e o Brasil, de 18 de maio de 1978 (aprovado pelo Congresso brasileiro em 29 de novembro do mesmo ano). Esse acordo regeu as relações bilaterais até a década de 2000, pois daí surgiu toda a base legal que fundamenta os acordos, além da criação da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau<sup>87</sup>. Esse acordo previa, entre outros itens<sup>88</sup>:

- a) intercâmbio de informações, contemplando-se a organização dos meios adequados a sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas ou estágios de especialização e através da concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra modalidade de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes. (ACORDO BÁSICO, 1978, pág. 166).

Na oportunidade daquela visita, o Chanceler bissau-guineense também foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco pelo colega brasileiro, além de declararem conjuntamente a preocupação com a situação conflituosa na África meridional e decepção em relação às negociações multilaterais sobre o desarmamento nuclear. Esse Acordo possibilitou o início das atividades do Programa Estudantes-Convênio (PEC-G), com a vinda anual de estudantes bissau-guineenses para cursar graduações no Brasil, além de outras atividades possibilitadas no âmbito da formação e treinamento de recursos humanos. O que fica evidente é que como o Brasil nem sempre dispunha de condições para financiar os programas demandados na cooperação técnica bilateral, o país passou a oferecer bolsas de estudos para formar recursos humanos bissau-guineenses no Brasil, no sentido de aproximar cultural e politicamente os dois países.

---

<sup>87</sup> Nessa data, também foi assinado pelos Chanceleres Antonio F. Azeredo da Silveira e Victor Saúde Maria, o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre Brasil e Guiné-Bissau.

<sup>88</sup> Especificamente sobre a cooperação diplomática, o acordo previa uma bolsa de estudos para guineenses estudarem no Instituto Rio Branco, além de um programa de estágio da Chancelaria guineense em Brasília e a cooperação institucional, para o treinamento de recursos humanos guineenses no Brasil.

Em correspondência do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Bissau Bernardino Raimundo da Silva para a DAF-II/MRE, em julho de 1978, o entendimento da orientação externa da Guiné-Bissau pelo Brasil era o seguinte:

De um modo geral, pode-se pensar, sem exagero, que, passada a primeira fase de exacerbação antidireitista como conseqüência do próprio processo de descolonização, a Guiné-Bissau – apesar da presença de cubanos, em situação muito discreta de resto – ensaia um política de efetivo não-alinhamento e até se poderia dizer que há no ar uma ligeira inclinação para o Ocidente. Nesse sentido, é de sublinhar-se no caso específico do Brasil, o interesse claramente demonstrado pelo governo guineense de aproximar-se bastante do nosso país. (SILVA, B., 1978, pág. 01).

Observa-se que o Brasil vislumbrava na aproximação política com a Guiné-Bissau influenciar a posição do país no sistema mundial, ou seja, de não-alinhamento aos blocos da Guerra Fria e de relativo distanciamento da antiga metrópole. Brasília se apresentava à Bissau como alternativa política viável, com benefícios econômicos, mas, principalmente, que ofertaria ao país africano as demandas por ele apresentadas no campo da cooperação, independente do seu posicionamento político (o que ocorria em relação às ajudas provenientes dos EUA, Europa, URSS e Cuba, sempre dependentes de posicionamento político no contexto da Guerra Fria).

A Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/33/124, de concessão de assistência a Guiné-Bissau resultou em agradecimento por parte do embaixador bissau-guineense naquele órgão, Gil Fernandes, à Missão Permanente do Brasil Junto à ONU, em 6 de fevereiro de 1979, pois tal apoio “demonstra vosso interesse no desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau” (GUINÉ-BISSAU, 1979, pág.110)<sup>89</sup>.

É interessante notar a gradual percepção das demandas na relação bilateral a partir do início da década de 1980, como resultado das conversações anteriores e da própria Comissão Mista; passando a “uma fase mais produtiva”, com a “aceleração de contatos”, conforme o Presidente Figueiredo afirmou no Congresso Nacional (FIGUEIREDO, 1980, pág. 4). Como exemplo, o Comissário dos Transportes bissau-guineense Manuel Santos visitou o Brasil em 25 de março de 1980. Em discurso, o Chanceler Saraiva Guerreiro afirmou:

---

<sup>89</sup> Em junho de 1979, o Diretor-Geral de Cooperação Internacional da Guiné-Bissau, Ignácio Semedo, visitou as sedes do SENAI e SENAC no Rio de Janeiro, em Brasília esteve reunido com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Agricultura e Fazenda e em São Paulo com dirigentes das Universidades de São Paulo (USP) e de Campinas (UNICAMP). Todas essas visitas ocorreram no sentido de viabilizar o Programa de Cooperação técnica Brasil-Guiné-Bissau, “implantado por etapas”, conforme a Nota do Itamaraty (GUINÉ-BISSAU, 1979, pág. 136).

Brasil e Guiné-Bissau, ao fortalecerem esse fluxo horizontal de mercadorias, de tecnologias e de serviços, contribuem também para o estabelecimento de uma nova e mais justa ordem econômica internacional. Este esforço se revela significativo, em vista das estruturas existentes que tendem a dificultar e a tornar menos atraente o intercâmbio entre os países em desenvolvimento (SARAIVA GUERREIRO, 1980, pág. 79)

O Chanceler Ramiro Sarava Guerreiro viajou à África de 1º a 13 de junho de 1980, preparando a visita do Presidente Figueiredo à Guiné-Bissau. A imprensa brasileira analisou a viagem do Chanceler como “trabalho de terraplenagem diplomática”, no sentido de consolidar os laços do Brasil com países africanos para aprofundar as relações bilaterais. É interessante notar a forma entusiasta como parte da imprensa brasileira relatava as relações do país com o continente africano, chegando a afirmar sobre a “conquista da África [por parte do Brasil]. Pena que com dez anos de atraso” (BRASIL E ÁFRICA, 1980, pág. 29).

Entre 20 e 25 de junho de 1980, Luis Cabral foi o primeiro Presidente da Guiné-Bissau a visitar o Brasil, remetendo ao sentido da cooperação entre os dois países como “... uma estrada de mão dupla, onde as duas nações possam dar e receber”, conforme noticiado na imprensa brasileira (MÃO DUPLA, 1980, pág. 48). A visita de Cabral também teve relevância pelo simbolismo político, pois encerrou o mês africano do Itamaraty. O Chanceler brasileiro se remeteu à realização, por parte da Guiné-Bissau, de “um inventário de suas potencialidades e aspirações”, em razão de ser recém saída de uma guerra de libertação. Ao final da reportagem, nota-se que a cooperação entre os dois países ainda era incipiente e, embora o afirmado pelo Presidente Figueiredo de uma “cooperação em mão dupla”, corria-se o risco de “uma estrada pouco transitada”.

Em recepção oferecida ao Presidente bissau-guineense, o próprio Presidente Figueiredo identificou o status das relações bilaterais e do entendimento do sistema mundial de então, de ambos os países, até aquele momento:

[...] o Brasil e a Guiné-Bissau desenvolveram diálogo construtivo e mutuamente benéfico – desde o início das nossas relações diplomáticas, em 1974. Cooperação, amizade, bom entendimento persistem e reciprocamente se reforçam, desde então. [...] Brasil e Guiné sabem, por estarem sofrendo seus efeitos, o quanto o atual sistema internacional de relações econômico-comerciais beneficia os países mais desenvolvidos, em detrimento da maior parte da população mundial. Reconhecemos a premente necessidade de reformular-se tal ordenamento injusto. Não é mais admissível procrastinar o advento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. (FIGUEIREDO, 1980b, pág. 125-126).

Em complemento ao comum posicionamento político e econômico, o Presidente Cabral identificou a relevância das relações guineenses com o Brasil:

Alcançada a independência, abriram-se novos horizontes ao convívio entre os nossos povos. O Brasil cedo compreendeu que diante de nós se apresentava um vasto campo de cooperação nos mais diversos domínios – do econômico ao científico, do tecnológico ao cultural. (CABRAL, 1980, pág. 128).

Dessa visita, resultou a identificação do perfil da relação Brasil-Guiné-Bissau, permeada por “cooperação espontânea”, “interesse recíproco” e “igualdade e (...) respeito às individualidades nacionais” e um crédito de US\$ 5 milhões para a Guiné-Bissau, negociado junto à CACEX/Banco do Brasil. Em Despacho ao Memorando DAF-FF/34-79, de junho de 1979, o embaixador Affonso E. de Alencastro Massot identificou os três pilares da ação brasileira para a Guiné-Bissau: a cooperação técnica, o programa estudantes-convênio e a concessão de linhas de crédito por meio da CACEX/Banco do Brasil, como segue:

Tudo indica [...] que [esse três aspectos] devam ser utilizados dentro deste enfoque político, afastando-se tanto quanto possível – e aqui me refiro especificamente à tramitação da linha de crédito e de suas condições – das technicalities que orientariam ação semelhante junto a países onde o interesse político do Brasil não é tão evidente. (MASSOT, 1979, pág. 01).

Quanto à situação interna bissau-guineense, após os eventos de 14 de novembro de 1980, o Presidente Nino Vieira, inicialmente, continuou a seguir a linha socialista, mas incentivava também a neutralidade política. Embora o regime de Nino tivesse sido caracterizado por acusações de eliminação dos oponentes políticos e dissidentes, introduzia também reformas no âmbito da saúde e medidas para o aumento da produção agrícola e diversificação da economia. Contudo, os desempenhos econômicos continuavam a ser baixos e o país mantinha a dependência de ajuda externa para gerir seus déficits crescentes<sup>90</sup>.

O Primeiro Plano Nacional (1983/1986) lançou as bases para o desenvolvimento econômico guineense, ao apresentar uma política de investimentos regional (onde Bissau aparecia em amplo favorecimento em detrimento das demais regiões do país, num contexto em que, tanto Galli & Jones (1987) quanto Forrest (2002) e Dowbor (1983) denominam de desequilíbrio cidade-campo), com propostas de melhorias na infraestrutura (estradas e

---

<sup>90</sup> No imediato pós-independência, os indicadores socioeconômicos eram catastróficos: apenas 5% da população sabia ler; a esperança de vida era de 35 anos, 45% das crianças morriam antes da idade de 5 anos. Ao final da luta pela independência, a produção de arroz tinha caído em 70%, levando à importação do produto pela primeira vez pelo Estado. O governo buscou implementar o “socialismo africano” na Guiné-Bissau, quando a economia passou a ser responsabilidade do Estado, a partir da reorganização do comércio e dos mercados de distribuição de produtos agrícolas.

abastecimento básico da população) e acesso à tecnologia. Esse aprofundamento do desequilíbrio cidade-campo é retratado por Dowbor, da seguinte maneira:

Em vez de se tornar [...] o instrumento mobilizador no conjunto do país, Bissau continuou em grande parte com seu papel de escoador do produto do esforço camponês, buscando ainda na ajuda estrangeira um nível de vida urbano que as suas capacidades produtivas próprias não permitiriam. Nível artificial, como é artificial qualquer nível de vida que não se apóia solidamente no aumento da capacidade produtiva dos trabalhadores. (DOWBOR, 1983, pág. 35).

Em vez de capitais centralizadas, para processar a distribuição de produtos e serviços para as regiões no interior do país, o governo optou por capitais portuárias, com claro objetivo exportador (intermediação entre matérias-primas nacionais e compradores estrangeiros). A economia formal foi nacionalizada por meio da criação dos “Armazéns do Povo” e da agência governamental de importação-exportação SOCOMIN. Esses Armazéns não conseguiram diversificar os produtos à disposição da população, pois a rede comercial foi concebida para escoar o amendoim, principal produto agrícola do país, ainda durante o período colonial e que na época independente, nada foi feito por parte do governo guineense, para modificar tal estrutura.

Mesmo com a criação dos Armazéns do Povo, houve um privilégio aos armazéns urbanos, facilitando o acesso às importações apenas por parte da população das cidades, o que desestimulou o produtor rural gradualmente. Por um lado, na falta de contrapartida para seus produtos, falta de infraestrutura, falta de apoio técnico e meios de produção necessários, os produtores rurais mantiveram estagnada a produção; por outro, houve maior escoamento ao exterior (especialmente nos países vizinhos), para poder comprar (com as divisas obtidas), os bens necessários<sup>91</sup>. Esse ciclo de desequilíbrio campo-cidade, no período pós-independência, além de aprofundar as deficiências econômicas do país, dilatou apenas marginalmente a base produtiva. Houve uma tentativa de desenvolvimento na planta industrial de Cumeré, principalmente com indústrias de descasque de arroz e produção de óleo de amendoim. No entanto, tal tentativa apenas demonstrou o quão deficiente era a capacidade estatal. Forrest argumenta que os três problemas principais da Guiné-Bissau, de 1974 a 1989, foram a política econômica (que beneficiou diretamente as elites estatais e aprofundou a dependência externa), a continuidade do efeito econômico, político e social do período colonial e o aumento da

---

<sup>91</sup> Dowbor afirma que a acumulação desses fatores levou à uma situação grave, tanto no nível do mundo rural como no nível da cidade, onde “... Bissau passou a enfrentar dificuldades alimentares crescentes, pois o mundo rural não tinha nem possibilidade nem interesse de abastecê-la”, e como forma de melhorar o abastecimento urbano, o governo passou a utilizar cada vez mais a ajuda externa “... para comprar bens de consumo, ficando assim mais prejudicados o abastecimento, e consequentemente, a produção rural” (DOWBOR, op. cit., pág. 39).

natureza personalística da política, que refletiu diretamente na informalização do poder político (FORREST, 2002, pág 236-240). Aliada o isso, as elites estatais e militares foram as mais beneficiadas pela política econômica adotada pelo governo, à mercê da população (especialmente a rural)<sup>92</sup>.

Assim sendo, esses primeiros anos do socialismo na Guiné-Bissau acabaram por gerar uma insatisfação econômica generalizada perante a população: nem a indústria, nem a produção agrícola nem o comércio evitaram suas estagnações. O “desenvolvimento deformado” da Guiné-Bissau, conforme Dowbor, também se relaciona ao próprio plano internacional, que na década de 1980 não possibilitava alternativas de modelos de desenvolvimento. Entre sua posição internacional e seus condicionantes internos, a Guiné-Bissau

[...] encontra cada vez menos espaço. O financiamento externo, a tecnologia importada, aparecem como soluções mais fáceis e mais rápidas para o desenvolvimento. Nem os financiamentos, no entanto, nem a tecnologia são neutros. Com os meios, vêm os fins. E estes fins importados raramente coincidem com os objetivos da população. (DOWBOR, id., pág. 120).

Em razão dessas deficiências estruturais bissau-guineenses, coube à Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, reunida pela segunda vez em 17 e 18 de fevereiro de 1981, em Brasília, a tarefa de mapear o real status da cooperação bilateral e a identificação das possibilidades de trocas comerciais entre os dois países, a partir de então. O Chanceler Saraiva Guerreiro visitou a Guiné-Bissau em março de 1983 e abriu os trabalhos da terceira Reunião da Comissão Mista, em Bissau, onde se identificou aquele mapeamento anterior acerca das linhas da relação bilateral: treinamento de recursos humanos por meio de convênios com SENAC, SENAI, Empresa de Correios e Telégrafos, Instituto Brasileiro de Administração Pública e as expectativas de aumento de comércio entre os dois por meio da linha de crédito específica, de 1981.

A cooperação militar do Brasil com a Guiné-Bissau passou também a pautar a relação bilateral, especialmente após o ano de 1981, quando a Corveta Ipiranga, da Marinha de

---

<sup>92</sup> Outra característica do período pós-independência se refere ao aumento da natureza personalística da política, visualizado na gradual informalização do poder. Forrest (2002) afirma que o Estado guineense, no imediato pós-independência, tentou fortalecer a administração nacional e aumentar a comunicação com as comunidades rurais, por meio da criação dos “Comitês de Tabanca”, que, por consequência, fez ressurgir as estruturas sociais e políticas do período pré-colonial, estabelecendo novamente o papel dos ‘aliados’ e suas redes de clientelismo e favorecimentos. Se na cidade havia problemas dessa natureza, no seio do poder estatal, a reprodução do poder seguia as mesmas normas, dadas as especificidades, pois o poder central se configurava por incoerência e tensões, geradas pela fragilidade estatal (FORREST, 2002, pág. 245). Um bom exemplo disso refere-se aos mandatos presidenciais, os quais somente mantiveram-se no poder pelo apoio de redes estabelecidas, seja nos meios burocráticos, seja nas Forças Armadas.

Guerra brasileira, visitou Bissau. Em relato sobre o evento, o embaixador Raimundo Nonnato Loyola de Castro afirmou:

Na entrevista em foco, o Ministro Paulo Correia [das Forças Armadas guineenses] voltou a levantar o tema [...] a respeito da necessidade premente para a Guiné-Bissau de adotar uma política de maior independência e autonomia, no campo militar, em relação aos países socialistas [...] Reiterou-me o desejo de que oficiais guineenses façam cursos de especialização no Brasil, como também o de enviar, tão logo que possível, uma delegação das FARD para realizar uma visita de confraternização e de observação a unidades e estabelecimentos militares brasileiros. (CASTRO, 1981a, pág. 3-4).

Essa demanda por cooperação militar ficou evidente em outros encontros do embaixador brasileiro com autoridades bissau-guineenses, onde constam tratativas pela formação de quadros em estabelecimentos militares brasileiros, obtenção de publicações e livros técnicos e didáticos, aquisição de veículos automotores (caminhões e jipes) e embarcações leves (lanchas torpedeiras e lanchas de desembarque) de fabricação brasileira. Além disso, o próprio Ministro das Forças Armadas também teceu “os maiores elogios aos padrões tecnológicos alcançados pela indústria bélica nacional”, afirmava que as autoridades guineenses contavam “com a ajuda do Brasil para a execução e implementação do plano quinquenal de reorganização e reaparelhamento das Forças Armadas da Guiné-Bissau, tanto o Exército, como a Marinha” (CASTRO, 1981b, pág. 02)<sup>93</sup>.

Entre 20 e 23 de março de 1983, ocorreu a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau, com debate sobre a transferência de tecnologia oferecida pelo Brasil, no campo energético e ajuda no setor exportador, com ênfase na recuperação da cadeia produtiva do amendoim. O Presidente João Figueiredo visitou a Guiné-Bissau em novembro de 1983. Em comunicado preparatório da visita presidencial, o embaixador Ouro Preto concluiu sobre a política externa bissau-guineense: “A política externa da Guiné-Bissau se caracteriza por um não alinhamento real expresso por uma preocupação sincera de evitar compromissos com qualquer bloco ideológico” (OURO PRETO, 1983a, pág. 01). No discurso que proferiu em Bissau, após sua chegada, o Presidente Figueiredo reiterou a relevância da Guiné-Bissau como primeiro país africano de língua portuguesa reconhecido independente pelo Brasil e visitado por um Presidente brasileiro:

Minha vinda a este continente é a realização de um velho projeto e não poderia ser mais apropriado que fosse a Guiné-Bissau o primeiro país de fala portuguesa ao qual

<sup>93</sup> Recorrentes doações de material de uso militar e para construção também passaram ocorrer a partir de 1980, da mesma maneira que as doações de alimentos anuais, do Brasil para a Guiné-Bissau.

me dirijo. Há mais de nove anos, o Brasil e a Guiné-Bissau estabeleceram relações diplomáticas. Desde então, invariavelmente, soubemos, guineenses e brasileiros, desenvolver relacionamento profícuo e exemplar, animado pelo espírito de justiça, pela coincidência de aspirações, dentro do mais estrito respeito às respectivas soberanias e identidades nacionais. Soubemos sempre incentivar nossa cooperação bilateral, expandindo-a a diversos domínios. (FIGUEIREDO, 1983, pág. 16)

As áreas referidas pelo Presidente Figueiredo eram aquelas já identificadas como relevantes: a educação, a formação de quadros, a administração pública e a agricultura. No comunicado conjunto, o Brasil confirmou o apoio financeiro à implementação do Projeto Gambiel<sup>94</sup> e a renegociação da dívida externa guineense, com o Banco do Brasil (COMUNICADO, 1983, pág. 19-22). A visita do Presidente brasileiro teve profundos reflexos na sociedade bissau-guineense, como identifica o telegrama do embaixador Ouro Preto para a DAF-II:

A visita do Sr. Presidente, como era previsível, causou profundo impacto aqui. A recepção pode Sr classificada, sem exagero, como triunfal. O interesse pelo Brasil, o calor humano, o entusiasmo da população local ficaram evidenciados durante toda a estada (OURO PRETO, 1983b, pág. 01).

Em julho de 1984, o presidente Figueiredo recebeu a visita do presidente João Bernardo Vieira. Além da pauta comum, referente à cooperação e entendimento da necessidade de uma nova ordem econômica mundial, os dois Presidentes confirmaram o Oceano Atlântico como “instrumento pacífico de intercâmbio e cooperação, a salvo das tensões e confrontações entre potências alheias à região (COMUNICADO, 1984, pág.8). Tal posicionamento, reiterando outro Comunicado Conjunto de novembro de 1983, referia-se diretamente ao conflito entre Argentina e Grã-Bretanha nas Ilhas Malvinas e às tensões trazidas por esse para o Atlântico Sul. Esse entendimento bilateral sobre a necessidade de o Oceano Atlântico manter-se como área pacífica passou a ser constante nos respectivos comunicados conjuntos, fato que se reverteu no apoio guineense à proposta brasileira de estabelecer-se tal área como Zona de Paz e Cooperação, em 1986.

Outro resultado dessa visita refere-se à concretização do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guiné-Bissau, principalmente no âmbito da educação e treinamento de recursos humanos, já em atividade, mas também na área de energia e minas, por meio do Protocolo de Intenções assinado pelos dois Presidentes, naquela ocasião<sup>95</sup>. Entre março e

<sup>94</sup> Projeto de implantação de um complexo agro-industrial de açúcar e álcool na região do Rio Gambiel.

<sup>95</sup> Tal Protocolo estabeleceu a cooperação na área de energia e minas, como a assistência técnica, projetos de energia hidráulica e de planificação energética, programas para identificação de potencialidades de recursos de

junho de 1985, realizou-se em Bissau a terceira edição do Curso de Formação para Diplomatas, ministrado pelo Instituto Rio Branco no exterior, para 35 estudantes bissau-guineenses, em parceria com o Governo da Guiné-Bissau e a UNITAR.

Das antigas colônias portuguesas na África, a Guiné-Bissau demonstrou mais claramente que o Brasil poderia ser uma alternativa a Portugal, como ficou evidente em entrevista do Presidente Nino, no ano de 1984, a uma publicação brasileira, por meio de afirmações como “cooperação privilegiada com Portugal e Brasil” (VIEIRA, 1984, pág. 59), muito em razão das necessidades pelas quais o país passava. A aproximação da Guiné-Bissau com o Brasil era, notoriamente, mais relevante para aquele país do que a volta a laços históricos com Portugal; aquela, por vezes, era identificada como de interesse pessoal do Presidente Nino Vieira. Isso fica claro no relatório anual de 1985, da embaixada brasileira em Bissau:

O desejo de maior aproximação com o Brasil é expresso de maneira veemente, quase patética. O Presidente João Bernardo Vieira lançou apelos nesse sentido, assim o fizeram os seus Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Plano. Há uma particular preocupação com a abertura de linha de crédito do Banco do Brasil (8 milhões de dólares, negociada em 1984, por ocasião da visita de Vieira do Brasil), mas ainda não posta em execução. (OUTO PRETO, 1985, pág. 08).

Esse ponto relativo à demora nas execuções das linhas de crédito concedidas pela CACEX/Banco do Brasil à Guiné-Bissau foi tema recorrente nas relações bilaterais, pois a situação interna guineense causava entraves nas ações de cooperação:

O Brasil também tem encontrado dificuldades devido, sobretudo, à escassez de recursos e à topicidades da cooperação solicitada. Não foi possível até hoje implementar nenhum projeto integrado com aquele país, embora já tenha havido interesse de diversas instituições nacionais, como a EMBRAPA, o SENAI e o IBAM [...]  
Não sendo doador líquido e sim parceiro de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, a alternativa para o Brasil parece ser a busca de fontes internacionais de financiamento para viabilizar projetos em terceiros países. (BARRETO, 1984, pág. 1-2).

A partir de 1984, face tamanhas necessidades internas, o Governo de Nino Vieira passou a se aproximar do Ocidente e iniciou as primeiras reformas e privatizações de empresas estatais, a pedido do Fundo Monetário Internacional, como pré-requisito para

---

biomassa (lenha, carvão vegetal, bagaço) como fonte de energia, álcool e biogás (estudos, tecnologia e treinamento de pessoal), extração e refino de petróleo, construção de fábricas de óleo vegetal em território guineense e o desenvolvimento da área mineral guineense como um todo, por meio da capacitação de recursos humanos, consultorias, pesquisas científicas e transferência de tecnologias e materiais (PROTOCOLO, 1984, pág. 145-146).

futuros empréstimos. Esses ocorreram a partir de 1987, quando foi implantado um profundo ajuste estrutural na economia guineense, com a realização de privatizações, desvalorização da moeda, redução do gasto governamental, cortes nos subsídios de alimentação à população e aumento nos preços, especialmente do caju e amendoim. Em documento analisando a decisão do governo bissau-guineense em abrir a economia no ano de 1986, o embaixador brasileiro em Bissau, Guy Mendes, afirmou:

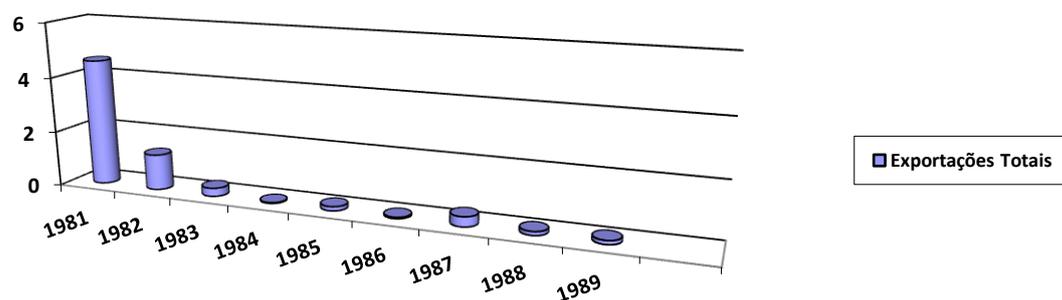
Premida por uma escassez crônica de alimentos e sem crédito para proceder a importação do que quer que fosse, a Guiné-Bissau teve de submeter-se as regras do Fundo Monetário Internacional e dar o primeiro passo para a liberalização do comércio, até então nas mãos do Estado.

Juntamente com a abertura econômica, medidas duras tiveram de ser tomadas: desvalorização da moeda em cerca de 280 por cento, deram-se aumentos salariais na função pública de apenas 15 a 30 por cento, elevaram-se drasticamente as tarifas públicas [...] Paralelamente as novas medidas, verifica-se uma maior presença das embaixadas ocidentais, principalmente da dos Estados Unidos da América, que quando aqui cheguei, encontrava-se acéfala e retraída [...]. (MENDES, 1987a, pág. 1-2).

Entre 1987 e 1990, a Guiné-Bissau recebeu aproximadamente US\$32 milhões em empréstimos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O passo seguinte foi a abertura política, que ocorreu em 1990, com a adoção do sistema multipartidário.

No que se refere às relações comerciais Brasil-Guiné-Bissau, não existem dados oficiais de comércio exterior no período compreendido entre 1974 e 1981; de 1981 a 1989, os dados apresentados constam das “Estatísticas do Século XX”, do IBGE. Os dados posteriores a 1989 passaram a ser organizados, padronizados e fornecidos pela CACEX/Banco do Brasil e, posteriormente, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Esses dados oficiais do comércio bilateral passaram a ser listados entre produtos manufaturados, semimanufaturados, básicos e serviços a partir do ano de 1981. As estatísticas anteriores são escassas e representam simbolicamente as relações bilaterais comerciais, como é o caso do ano de 1979, onde o Brasil exportou para a Guiné-Bissau apenas US\$13 mil, ou no caso de 1980, as exportações brasileiras representaram US\$398 para o país (CACEX, 1980). Nesse sentido, a partir de 1981, a documentação oficial das relações comerciais se tornou mais padronizada, o que justifica a escolha por iniciar-se a análise desses dados nesse momento.

**Gráfico 2: Exportações totais brasileiras para Guiné-Bissau (1981-1989)  
(US\$ F.O.B. milhões)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor\\_externo/tabelas/tabelas.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtm) Acesso em: 13 jan. 2011.

Em relação ao pico de exportações vislumbrado no ano de 1981, refere-se especialmente às facilidades da linha de crédito concedida pela CACEX naquele ano, quando a empresa brasileira Yamaha, que exportou 400 motos RX-80 para a Guiné-Bissau, além do envio de técnicos brasileiros para treinar os mecânicos guineenses e uma oficina padrão completa, como foi, inclusive, noticiado pela imprensa brasileira (CONQUISTANDO, 1981, s/p). As importações brasileiras da Guiné-Bissau registram valor nulo de 1981 a 1989; apenas no ano de 1990 verificam-se as primeiras importações guineenses, por parte do Brasil. Embora ainda com um valor muito simbólico, as exportações brasileiras, entre 1981 e 1989, refletem o momento de instabilidade econômica no Brasil, na Guiné-Bissau e mesmo no sistema internacional, com as oscilações identificadas entre 1982 e 1983, ou entre 1987 e 1988, por exemplo.

**Tabela 4: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 1981/1989 (em US\$ F.O.B.)**

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
<b>Manufaturados</b>	4.574.765	1.289.860	286.077	28.818	151.072	13.829	348.453	88.415	134.707
<b>Semimanufaturados</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Básicos</b>	4.962	2.400	8.059	0	0	2.050	0	0	0
<b>Serviços/ Outros</b>	0	0	0	0	0	34.466	0	0	0
<b>Totais</b>	4.579.727	1.292.260	294.136	28.818	151.072	49.805	348.453	88.415	134.707

Tabela elaborado a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor\\_externo/tabelas/tabelas.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtm) Acesso em: 13 jan. 2011.

Logo, constata-se que entre 1981 e 1989 as exportações brasileiras para Guiné-Bissau foram especialmente de produtos manufaturados e semimanufaturados (produtos cerâmicos e derivados do alumínio, caldeiras e reatores para uso industrial, plásticos e veículos e peças

automotores) e em menor grau, de produtos básicos (bens alimentícios, como açúcar, arroz, café e carnes).

Dois dos itens principais da aproximação comercial entre os países, recorrente na documentação oficial, referem-se às dificuldades de linhas de crédito solicitadas pelos bissauguineenses e às linhas de navegação aérea e marítima, como condicionantes negativos desses contatos. Em documento analisando a situação da Guiné-Bissau no ano de 1986 e as relações com o Brasil, o embaixador Guy Mendes apontou as deficiências e algumas possibilidades de maior aproximação efetiva:

*Mercê da carência de linhas de navegação aérea e marítima entre o Brasil e a Guiné-Bissau, não será fácil aos nossos exportadores competir aqui com os europeus e norte-americanos. Acresce que as duas economias não são complementares, isto é, as experiências da Guiné-Bissau, composta de amendoim, castanha de caju, madeiras e algum pescado só poderiam interessar ao Brasil dentro de um sistema de triangulação.*

O Centro de Estudos Brasileiros a ser inaugurado proximamente deverá constituir-se em forte difusor da cultura brasileira e deverá revelar as potencialidades do nosso país nos campos da agricultura, da indústria, da ciência e tecnologia, trazendo para a Guiné-Bissau a realidade brasileira atual. [...]

Tentar interessar uma empresa de transportes aéreos no estabelecimento de uma linha para a África Ocidental que pudesse servir a cidades como Monrovia, Conacri, Bissau e Dacar seria uma ação que a SERE poderia tomar. O interesse político de tal linha me parece inegável. Quanto a sua rentabilidade econômica, seria difícil determinar sem um estudo mais profundo. Vale contudo dizer que, no momento, nenhuma empresa aérea cobre o percurso entre esta região da África e a América do Sul, exceção feita a uma voo quinzenal da AEROFLOT que faz Dacar/Buenos Aires (MENDES, 1987a, pág. 5-6, *grifo nosso*).

Termos como “limitação de ordem financeira”, “problemas pontuais de finanças” ou ainda “ajuste de financiamento” passaram a ser lugar comum na documentação diplomática entre os dois países a partir de 1986, identificando o grau de dificuldades existentes nessas relações e o conseqüente congelamento dessas. A empresa Hidroservice foi a única brasileira com atuação na Guiné-Bissau na década de 1980, especialmente no programa de eletrificação (Projeto Gazela), cujo contrato teve valor de US\$545.052,00, por meio do Banco Africano de Desenvolvimento/ Fundo Africano de Desenvolvimento (BAD-FAD).

Outro fato que chama atenção refere-se à análise brasileira da posição bissauguineense no contexto da Guerra Fria:

A Guiné-Bissau, país de pequenas dimensões e importância real modesta, constitui um palco interessante para observar as posições das superpotências na África. Como é sabido, a Guiné-Bissau que se define até hoje como país anticolonialista e antiimperialista (mas não socialista) foi considerado em certos círculos ocidentais,

logo após a sua independência, como praticamente um estado cliente da URSS. Apresentava-se frequentemente Bissau como mais um êxito da expansão soviética no continente. Chegou-se a falar em possibilidade de uma base naval para a URSS em território guineense. [...] A política externa da Guiné-Bissau foi vista então numa perspectiva de confrontação URSS-EUA. O súbito esfacelamento do império colonial português teria criado um vácuo de poder graças ao qual a expansão soviética se teria expandido e a Guiné se constituía mais um exemplo dessa expansão. Os Estados Unidos estariam pagando pelo desinteresse com que haviam tratado o continente durante muito tempo.

[...] A realidade dos fatos, todavia, encarregou-se de desmentir essa visão. *A Guiné-Bissau não se tornou um estado cliente*, não se instalou aqui uma base militar soviética, a retórica se manteve como um ritual destinado a aglutinar fidelidades internas e cuja importância no plano externo deve ser medida com precaução. Assim, pouco a pouco, mudou nos EUA a percepção que se tinha da política externa do país. Aceitou-se a ideia de que ao examinar as relações externas da Guiné. Não se deveria dar prioridade a confrontação Leste-Oeste. Admitiu-se que se liderava aqui com um regime essencialmente nacionalista, defensor tanto das teses africanas quanto de objetivos nacionais precisos (às vezes em choque com seus vizinhos). Compreendeu-se que esse regime montaria canais de comunicação abertos tanto com a URSS quanto com os Estados Unidos. (OURO PRETO, 1985, pág. 1-3, *grifo nosso*).

A citação é longa, mas válida para destacar o entendimento político da aproximação do Brasil com a Guiné-Bissau, pois nos outros setores (comercial e de cooperação) as ações bilaterais estavam sendo pautadas por morosidades (como problema de organização administrativa, por exemplo) e falta de financiamentos. Compete, ainda, destacar os pontos de interesse comum no relacionamento durante o período de 1974/1990: autodeterminação dos povos, igualdade soberana dos Estados, Nova Ordem Econômica Internacional, preocupação com a crescente dívida externa dos países dos Terceiro Mundo, esforços em prol do desarmamento, condenação do Apartheid, preservação do Atlântico Sul como instrumento pacífico de intercâmbio e cooperação e reconhecimento do povo palestino à autodeterminação.

### **Política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1975/1990)**

Em 12 de julho de 1975, data da independência são-tomense, o Presidente Geisel saudou o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, reconhecendo o novo Estado africano. A bandeira são-tomense foi hasteada ao lado do Pavilhão Nacional do Palácio Itamaraty, como forma de homenagear o novo país. Em seu discurso na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Azeredo da Silveira fez uma saudação especial ao país, novo membro da Organização, reafirmando a ligação

histórica, mas projetando esses laços “agora, num futuro de colaboração e de entendimento” (AZEREDO DA SILVEIRA, 1975, pág. 35).

Já em 31 de dezembro de 1975, o Brasil criou sua embaixada em São Tomé e Príncipe<sup>96</sup>, embaixada essa cumulativa com a Embaixada na República da Nigéria, cujo início das atividades deu-se em janeiro de 1976, em Abuja. A partir de 22 de outubro de 1979, a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe passou a ser cumulativa com a Embaixada brasileira em Luanda (até o ano de 2002).

São Tomé e Príncipe tornou-se um Estado independente, quando o almirante Antônio Alva Rosa Coutinho, do Conselho da Revolução do Movimento das Forças Armadas Portuguesas transferiu oficialmente todos os poderes de soberania e administração sobre as ilhas para os recém-eleitos 16 membros da Assembleia Constituinte. O Presidente da Assembleia, Nuno Xavier Dias, então, anunciou a independência e Manuel Pinto da Costa tornou-se Presidente (ele liderara o governo provisório nomeado pelo Bureau Político do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), desde o final de 1974). Miguel Trovoada sucedera a Leonel d'Alva como Primeiro-Ministro e se tornou também Ministro dos Negócios Estrangeiros, enquanto Leonel se tornara Ministro da Coordenação Econômica.

Com a independência, São Tomé e Príncipe passou a ser uma República Democrática, diferente da designação optada por Cabo Verde e Guiné-Bissau (apenas República), Angola e Moçambique (República Popular)<sup>97</sup>. O MLSTP assumiu um país que sofria com a escassez de alimentos, o elevado desemprego e temores de violência política, onde a manutenção do regime e o desenvolvimento econômico eram as duas bases essenciais. Logo, sua afirmação interna esteve extremamente ligada ao contexto externo. Para Denny e Ray (1988), o MLSTP passou a demonstrar os sintomas clássicos de um movimento de libertação nacional, que alcançou o poder durante a fase da revolução nacional e democrática, onde, durante esse período inicial,

névoas da confusão [...] obscureceram a visão daqueles que estavam sendo transformados de nacionalistas em socialistas e capitalistas. A confusão reinou como as forças da direita e da luta da esquerda para a direção determinada. O movimento revolucionário começou a clarificar a sua política de direções, mas [também] começou a sofrer sua primeira divisão pós-independência e deserções [...]. (DENNY & RAY, 1988, pág. 144).

<sup>96</sup> Na mesma data, também foram criadas as embaixadas brasileiras no Alto Volta, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto e Moçambique, por meio do Decreto Presidencial nº. 76.966/1975. Disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=76966&tipo\\_norma=DEC&data=19751231&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=76966&tipo_norma=DEC&data=19751231&link=s)> Acesso em: 18 jan. 2011.

<sup>97</sup> O novo país fora munido de bandeira própria (utilizando as cores pan-africanas populares da Etiópia), o Hino Nacional (intitulado Independência Total), um lema nacional (Unidade-Disciplina-Trabalho) e seus próprios feriados nacionais.

Internamente<sup>98</sup>, o regime criou uma série de organizações de massa em 1975, como forma de mobilizar a população, atuando como partidos auxiliares ao próprio MLSTP: em junho, a Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe (OPSTEP), em setembro, a Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTP), em novembro, a Juventude do MLSTP (JMLSTP); também foi criada a Milícia do Povo, de base local, servindo como braço armado do regime. As Forças Armadas nacionais eram compostas por quadros inexpressivos (em torno de 100 homens) e a Milícia do Povo, sendo que o próprio Presidente da República era o Comandante-em-Chefe<sup>99</sup>.

Com o regime de partido único, o Estado são-tomense se consolidou sob a própria sombra do MLSTP<sup>100</sup>, enquanto base política nacional<sup>101</sup>. Em 1980, uma segunda Constituição foi aprovada pela ANP, introduzindo a eleição de delegados das sete Assembleias distritais populares, por período de 30 meses, por voto aberto, direto e

---

<sup>98</sup> As políticas sociais implantadas se direcionavam à emancipação das mulheres e dos trabalhadores das roças; escolas, hospitais e clínicas foram nacionalizados; assistência a saúde e educação gratuita obrigatória até o secundário foram implantados, além de programas de alfabetização de adultos<sup>98</sup> – vale lembrar que aproximadamente 85% da população era analfabeta à época da independência. Outras políticas educacionais passaram a ser implantadas pelo governo central, como os programas de convênio para formação de ensino superior com países como Cuba e URSS, com oferta de bolsas de estudo. Parte desses estudantes, ao retornarem ao país, passaram a ocupar vagas na burocracia estatal e em empresas nacionalizadas (como consequência, a elite local tornou-se menos exclusiva e mais heterogênea, conforme Seibert, 2002).

<sup>99</sup> No mesmo ano, foi introduzido o serviço militar obrigatório por 24 meses, para homens com idade de 17 anos; quatro anos depois, a idade mínima subiu para 18 anos e o período do serviço estendeu-se por 30 meses. Em agosto de 1975, a Polícia de Segurança Popular substituiu a Polícia da Segurança Pública colonial (o setor ainda era formado pela Polícia Aduaneira e pela Polícia Criminal). Em 1979, foi criado o Departamento de Segurança Nacional, baseado no serviço secreto diretamente ligado ao Presidente.

<sup>100</sup> É interessante notar que nessa primeira década de vida do Estado são-tomense, o papel do MLSTP era central, e para Denny & Ray (1988, pág. 165-169), a oposição ao regime de partido único era formada por três vertentes: desagregados com as regras do partido, forças externas e dissidentes domésticos não-MLSTP. O primeiro grupo originara-se ainda durante o governo de transição, sendo provocado pelo Alto Comissário português presente (resultante das disputas entre autoridades de Portugal e os proprietários de terras são-tomenses contra os membros do MLSTP, que buscavam a imediata nacionalização das terras). O segundo representava a oposição no exílio que gradualmente se organizava, a partir da estada de Carlos Graça, em 1977, no Gabão; em 1981, em Portugal fora criada a Frente de Resistência Nacional de São Tomé e Príncipe (FRNSTP), fundado por Afonso dos Santos e Manuel Gomes da Silva – em 1983, Carlos Graça tornou-se presidente da Frente, ao mesmo tempo em que sua sede fora transferida para Libreville. Em 1982, dissidentes da FRNSTP criaram a União Democrática e Independente de São Tomé e Príncipe (UDISTP), e outros, criaram a Ação Democrática Nacional de São Tomé e Príncipe (ADNSTP), com a qual Albertino Neto, Leonel D’Alva e Miguel Trovoada mantinham contato. Já o terceiro grupo, das dissidências internas, referia-se à parcela da população com receio da reintrodução de trabalhos forçados, além da insatisfação com acesso restrito à alimentos e produtos de primeira necessidade.

<sup>101</sup> O Bureau Político, constituído durante a transição para a independência, exercia os poderes soberanos do Estado. Em 5 de novembro de 1975, os sete membros do Bureau e os 16 membros da Assembleia Constituinte aprovaram a Constituição Federal. Já no preâmbulo afirmava-se a “marcha irreversível a caminho da revolução democrática e popular” do povo são-tomense. No artigo 3º da Constituição definia-se: “O MLSTP, como vanguarda revolucionária, é força política dirigente da nação cabendo-lhe determinar a orientação política do Estado”.

universal<sup>102</sup>. No mesmo ano, Alda Graça Espírito Santo foi eleita presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Raul Wagner Bragança seu vice-presidente; Manuel Pinto da Costa foi reeleito Presidente da República<sup>103</sup>.

A centralização do poder são-tomense nas mãos do Presidente Da Costa durante a década de 1980 foi reflexo das emendas constitucionais de 1982, onde se introduziram pequenas modificações que permitiam o controle das atividades de todos os ministérios e órgãos estatais, além da criação de um comitê executivo regulador dentro do gabinete do governo. Para Seibert,

os deputados da ANP “agiam como marionetas, batendo palmas em defesa do governo e ratificando por unanimidade decisões tomadas ao mais alto nível do regime. Ao nível local, os deputados desempenhavam o papel de mobilizar apoio para campanhas políticas ordenadas pelo partido e em troca o regime recompensava-os com favores. (SEIBERT, 2002, pág. 148).

Essa concentração do poder no Presidente (uma típica autocracia, conforme Seibert, 2002) levava a intrigas e conspirações dentro do partido, às vezes acompanhadas por tentativas de golpe<sup>104</sup>. Sob esse pretexto de ameaça de golpe e invasão, o regime do MLSTP, em 1978, solicitou ajuda militar aos demais PALOP (Guiné-Bissau e Angola enviaram soldados)<sup>105</sup>. As atitudes centralizadoras do regime continuavam com a expulsão de empresários portugueses. Essas pressões (e tensões) políticas internas também se relacionavam ao descontentamento crescente da população, pela falta de produtos, declínio do nível de vida e mesmo questões específicas como o motim contra o recenseamento de 1979 – entendido pelos são-tomenses como tentativa de introdução de trabalhos forçados, ou mesmo a revolta no Príncipe, em 1981, pela falta de bens de consumo. Paralelo a isso, as desavenças

---

<sup>102</sup> Também fora adicionado o direito de que os cidadãos “dos outros quatro países lusófonos africanos que residissem já em São Tomé, à data da independência, tinham o direito de voto e eram elegíveis para se apresentarem como candidatos” (SEIBERT, 2002, pág. 147).

<sup>103</sup> Os delegados distritais escolhiam os 51 deputados da ANP por mandato de cinco anos. A ANP escolhia o Presidente da República, proposto pelo MSLTP, por cinco anos, tendo o direito de demiti-lo.

<sup>104</sup> Por exemplo, em 1977, Carlos Graça, em viagem RDA, não retornou a São Tomé e Príncipe, regressando ao exílio em Libreville, como forma de protesto contra as políticas econômicas do governo de Da Costa. Em 1978, Albertino Neto (primeiro comandante das FARSTP), Maria do Carmo Bragança (sua esposa), Orlando Graça, José Fret Lau Chong (membro do Bureau político), Alcino Lima (chefe do protocolo do Presidente) e Manuel Santana (chefe da Polícia). Ou ainda, como em 1979, quando o Presidente da Costa enviou mensagem ao CSNU reclamando que uma invasão a São Tomé e Príncipe estava iminente, em função de navios desconhecidos invadiam as águas territoriais são-tomenses e aviões não identificados invadiam o espaço aéreo nacional. A consequência direta fora a criação dos Grupos de Vigilância e Defesa Popular por todo o país.

<sup>105</sup> Os 100 soldados guineenses deixaram São Tomé e Príncipe no ano seguinte, o efetivo angolano (inicialmente de 1500 homens) permaneceu no país até 1991, quando reduzido a 500 soldados.

personais e políticas entre Da Costa e Trovoada aumentavam, numa luta pessoal pelo poder são-tomense<sup>106</sup>.

No pós-independência, ficaram residindo apenas 100 brancos no país e o Estado são-tomense passou a ser gerido por um quadro de pessoal jovem, inexperiente e por vezes sem formação<sup>107</sup>. Os trabalhadores serviçais angolanos e moçambicanos voltaram para seus países mas os trabalhadores serviçais cabo-verdianos (em torno de 9.000) permaneceram em São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, a maior parte dos são-tomenses em êxodo nos demais PALOP voltou à pátria (aproximadamente 10.000). A maioria desses retornados eram forros, que reivindicavam cargos na burocracia estatal, pois as vagas e postos eram destinados de acordo com uma estratificação da sociedade forra, onde essa elite tinha o privilégio. Em contraponto, os trabalhadores serviçais não tinham alternativa a não ser permanecer nas roças.

Em agosto de 1975, o governo criou o Fundo de Reconstrução Nacional para financiar o desenvolvimento econômico (durante os primeiros anos pós-independência, os trabalhadores assalariados contribuíam com o equivalente a um dia de salário no ano para o fundo). Em 1976, a filial local do Banco Nacional Ultramarino foi estatizada, se transformando em Banco Nacional de São Tomé Príncipe (BNSTP), servindo como banco central, caixa de poupança e banco comercial; em 1977, a moeda nacional passou a ser o Dobra. O governo criou uma rede de comércio (Lojas do Povo), as quais funcionavam nos edifícios abandonados pelos seus antigos proprietários portugueses, onde eram vendidos artigos de primeira necessidade a preços subsidiados (aos poucos os comerciantes mulatos perderam lugar no comércio nacional).

A cultura cacaueteira ainda era a base da economia nacional (daquela província, em 1975, metade dos assalariados empregados, bem como a quase totalidade das receitas de exportação). Em setembro daquele ano, 23 médias e grandes roças foram nacionalizadas sem compensação; em 1978, outras 27 roças passaram à gestão estatal; em março de 1979, as roças nacionalizadas foram reagrupadas em 15 grandes empresas estatais agropecuárias, chamadas de Empresas (áreas entre 2.370 a 17.054 hectares). O Estado era o proprietário de aproximadamente 92% das terras, enquanto somente as glebas (total de 4.900 ha) eram privadas, na maioria de propriedade forra. A produção de cacau, em regime intensivo, permaneceu, e em menor escala, a de café e copra. As exportações e importações de São

---

<sup>106</sup> Em 1979, Trovoada fora destituído de seu posto de Primeiro-Ministro e preso, por acusações de insurreição contra o regime – o próprio Presidente assumira o cargo. Em 1981, Trovoada fora libertado e exilado em Paris.

<sup>107</sup> Em 1975, por conta dos impedimentos impostos por Portugal para formação superior dos negros, apenas 5 são-tomenses tinham grau universitário na administração pública.

Tomé e Príncipe eram de responsabilidade da Empresa de Comércio Externo (ECOMEX), e Empresa de Comércio Interno (ECOMIN), respectivamente.

Após os distúrbios pós-independência (que diminuíram em 50% a produção agrícola nacional), a produção cacaueteira retornou em 1979/1980 a uma produção média de 7.000 toneladas por ano. Em contraste à alta produção, as empresas não recebiam nenhum investimento adicional, colocando em xeque o desenvolvimento econômico nacional (apenas 22% do investimento total nacional foi para a agricultura, entre 1975 e 1987)<sup>108</sup>. Como consequência, a produção cacaueteira diminuiu gradualmente à medida que a infraestrutura das plantações nacionalizadas se degradava. À falta de experiência e recursos pode ser adicionado o desprezo dos forros pelo trabalho agrícola, ocasionando novos problemas de escassez mão-de-obra. A nacionalização ocorreu em quase todos os setores da economia são-tomense. Em 1979, iniciou-se o planejamento anual, elaborado para combater o imprevisto da economia. No entanto, as metas não foram atingidas, nem medidas programadas eram adotadas, seja em função da ineficiência burocrática, seja em função da carência de quadros de pessoal. O governo buscou diversificar a economia nacional criando uma série de companhias nacionalizadas<sup>109</sup>.

No âmbito externo, ainda em julho de 1975, São Tomé e Príncipe passou a ser membro da OUA e em setembro seguinte tornou-se o 140º Estado membro da ONU. Em dezembro seguinte, a primeira decisão de política externa direcionou-se às ameaças da África do Sul para São Tomé e Angola, como preparação à invasão do território angolano do final do mesmo ano. Consequentemente, o MLSTP cessou a antiga política portuguesa de permitir que aviões com destino e com base na África do Sul utilizassem o espaço aéreo são-tomense. Também se deterioraram as relações com o Gabão, em função de disputas por reservas de petróleo no Golfo da Guiné. A abertura da indústria nacional petrolífera gabonesa tornou a região potencialmente interessante às multinacionais ocidentais (principalmente francesas).

---

<sup>108</sup> Seibert afirma que as Empresas não tinham setor de contabilidade, estavam com salários atrasados, além de o solo não ser fertilizado, não haver controle fitossanitário e existirem irregularidades financeiras. A armazenagem era feita de forma manual, e o “cacau apodrecia nos armazéns onde esperava para ser exportado pela ECOMEX, porque não havia sacos para o seu transporte” (SEIBERT, 2002, pág. 170).

<sup>109</sup> Em 1977, foi criada a Empresa de Transportes Marítimos e Coletivos (TRANSCOLMAR); em 1979, a Empresa Hoteleira (EMOTEL), a Empresa de Água e Eletricidade (EMAE), a Empresa de Artes Gráficas (EMAG), a Empresa da Pesca (EMPESCA) e a Empresa de Transformação de Carnes (EMCAR); em 1980, criou-se a Empresa Nacional de Combustíveis (ENCO), com a nacionalização da subsidiária local da Shell Company e a Empresa de Seguros portuguesa Tranquilidade foi nacionalizada, passando a denominar-se A Compensadora; em 1981, surgiu a Empresa Nacional de Medicamentos (ENAMED) e a Empresa Avícola Nacional (EMAVE), juntamente com a Empresa de Construção Rural (EMCOR); além disso, fábricas de confecções, cervejarias, de produção de cerâmica e outros produtos foram criados ou nacionalizados até 1987.

Acordos de cooperação foram assinados com Portugal e França<sup>110</sup>. Em 1977, o país tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A política externa são-tomense entre 1975 e 1989 tinha quatro eixos de ação prioritários: 1) Portugal, 2) França e África francófona, 3) PALOP e 4) o bloco socialista, dentro da política de não alinhamento são-tomense. Entretanto, a preferência do regime, conforme Seibert, estava nas relações políticas com os pares PALOP por um lado, e com os países socialistas, como Cuba e URSS (principalmente por cooperação na área militar, econômica e na área da saúde), China, República Democrática Alemã e países do Leste Oriental, por outro (SEIBERT, 2002, pág. 142-143).

Em 1979, Pinto da Costa participou da primeira cúpula dos Chefes de Estado dos países africanos lusófonos, em Luanda. Especialmente com Angola a cooperação mostrava-se mais profícua, em razão do contraponto mútuo às tentativas de invasão sul-africana ao território angolano<sup>111</sup>. As pressões econômicas não possibilitaram aos PALOP criar um organismo econômico lusófono africano, e os países passaram a atuar na órbita da Francofonia (especialmente Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), por meio de suas organizações regionais. Em 1983, São Tomé e Príncipe entrou na zona do Franco (CFA), encerrando a existência do Dobra; o país também foi um dos dez Estados fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), de influência francesa.

Nesse contexto, a primeira missão técnica brasileira visitou São Tomé e Príncipe de 31 de março a 7 de abril de 1980, com o objetivo de analisar as demandas do país africano relacionadas à produção de café e cacau. Composta por membros do SENAC, SENAI, Ministério da Agricultura e do Instituto Agrônomo de Campinas, a missão vislumbrou as possibilidades de cooperação entre os dois países, especialmente na área agrícola (produção e treinamento de recursos humanos). Entre 19 e 27 de maio de 1980, o Ministro da Agricultura são-tomense, Arlindo Gomes e uma delegação de técnicos, visitaram o Brasil para participar da Assembleia Extraordinária dos Países Produtores de Cacau – que ocorreu em Salvador –, além de “estreitar os laços de amizade e cooperação entre os dois países”, como afirmou o próprio Ministro, em recepção oferecida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty de Brasília. No evento, tanto o

---

<sup>110</sup> Outro ponto de atrito com o Gabão referia-se a ainda servir de exílio aos oponentes do regime do MSTP, como fora o caso de Carlos Graça, em 1977.

<sup>111</sup> Angola forneceu petróleo a São Tomé e Príncipe, em termos concessionários, cobrando apenas US\$4 por barril, enquanto o preço do mercado internacional variava de US\$18 e US\$20 (conforme Seibert, esses pagamentos nem chegaram a ocorrer). A própria Companhia aérea nacional de Angola (TAAG), mantinha voos regulares de Luanda a São Tomé e a Cabo Verde. Ainda foram concedidos direitos de pesca gratuitos, aos são-tomenses, em águas territoriais angolanas.

Ministro são-tomense quanto o diplomata brasileiro reconheceram o relativo atrasado das relações bilaterais: “Estamos tão próximos e custamos tanto a nos encontrar. É preciso recuperar este tempo em que, por uma série de circunstâncias, não nos foi possível uma aproximação maior” (BAENA SOARES, 1980, pág. 87).

Em 12 de julho de 1980, o Presidente Figueiredo e o Chanceler Saraiva Guerreiro congratularam São Tomé e Príncipe pelo 5º aniversário da independência, reafirmando o estreitamento dos laços entre os países, trabalhando em conjunto pela “cooperação mutuamente profícua, em prol do bom [sic] estar de nossos povos” (GOVERNO BRASILEIRO, 1980, pág. 195)<sup>112</sup>. Em 05 de maio de 1982, o ministro da Agricultura de São Tomé e Príncipe, Arlindo Gomes novamente visitou Brasília, reunindo-se com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, demandando ações na área agropecuária, que passaria a ser a base da cooperação bilateral.

As causas de parte dessas demandas crescentes por cooperação brasileira podem ser encontradas na falha do Estado são-tomense enquanto empresário, ao passo que a política econômica não suportava o desenvolvimento pretendido pelo país, nesses primeiros anos de independência (Seibert, 2002). O poder político (aliado às tensões e alianças constantes) manteve a estratificação social, sustentando a maior parte da população longe das redes de distribuição criadas pelo governo. Como a economia de plantation se deteriorou e virtualmente nenhuma outra base de recursos locais existia, o poder do aparelho do Estado restringiu-se ao acesso a fundos estrangeiros concedidos pelos aliados socialistas. Enquanto não era permitido nenhum grupo organizado fora das estruturas do MLSTP, as organizações do partido existentes nunca satisfizeram as expectativas da liderança.

Frente à crise e o fracasso das políticas adotadas, em 1985, o Presidente Da Costa modificou profundamente a política econômica, revitalizando a indústria cacaeira como a base da economia nacional. O Banco Mundial teve papel fundamental nessa guinada, ao sugerir que a ajuda internacional dependeria “da boa vontade do governo são-tomense em tirar de si a produção e abrir as oportunidades para os mecanismos de mercado” (DENNY & RAY, 1988, pág. 173). A partir dessa conjuntura, investimentos estrangeiros privados foram autorizados em março de 1986, no mesmo passo que a ECOMEX diminuiu sua participação nas exportações do país, em prol de companhias estrangeiras<sup>113</sup>. Em complemento, a

---

<sup>112</sup> Ainda em 1980, o Brasil enviou duas missões técnicas a São Tomé e Príncipe, objetivando a identificação das demandas são-tomenses quanto à cooperação, especialmente na área de agricultura (cacau) e da formação de recursos humanos.

<sup>113</sup> O controle estatal na produção de cacau declinou, sendo que de agosto de 1985 a julho de 1986, 650 hectares foram transferidos para pequenos e médios proprietários.

diversificação da agricultura para exportação foi gradualmente ampliada, com as culturas de café, copra, banana e pêra. Uma política nacional de pesca foi adotada, organizando os pescadores em cooperativas regionais, doando embarcações modernas e mais resistentes, além da reestruturação do mercado interno de pescados (também ocorrera a assinatura de tratados de pesca com Portugal, URSS, Angola e Comunidade Econômica Europeia).

É interessante notar que São Tomé e Príncipe, em razão das profundas necessidades pelas quais o país passava, acabou se aproximando dos países socialistas, como Romênia, Iugoslávia e URSS (final da década de 1970 e início da década de 1980). No entanto, face o baixo nível de cooperação recebido destes e da presença constante de Portugal em sua agenda política, o redirecionamento ao Ocidente ocorreu a partir de 1983, quando da assinatura de um acordo de cooperação militar e na área de comunicação com os portugueses. A análise do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Luanda sobre a predisposição são-tomense em aproximar-se dos países ocidentais (especialmente Portugal, França e Brasil):

[...] a interação de [...] distintos fatores tende a alargar o leque de parceiros ocidentais considerados como especiais para São Tomé e Príncipe, entre os quais Portugal volta a se alinhar em posição dominante, a França confirma uma boa presença e o Brasil começa a impor-se, pela consistência da sua política de cooperação para o desenvolvimento, de crescente aceitação junto à cúpula governamental com poder decisório. (ARRUDA, 1984, pág. 2).

Essa reorientação da política externa são-tomense para o Ocidente apenas se efetivaria concretamente a partir de 1985, complementada pelas reformas econômicas de cunho liberal. Nota-se que o Ocidente, para os são-tomenses, configurava-se como Portugal e Comunidade Europeia, Brasil e EUA, mas ainda mantinha-se a dependência logística de Angola (transporte aéreo e marítimo). Por esse motivo, as relações do Brasil com São Tomé e Príncipe, na década de 1980, estiveram em grau de morosidade e de contatos esporádicos, apenas.

A visita da Ministra de Negócios Estrangeiros são-tomense Maria do Nascimento da Graça Amorim ao Brasil, em junho de 1984 resultou na assinatura dos Acordos Cultural<sup>114</sup> e Básico de Cooperação Científica e Técnica<sup>115</sup> entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 26 de junho de 1984. Foram listadas as várias iniciativas de cooperação entre os dois países já implementadas, tanto por demandas apresentadas por aquele país como por missões realizadas pela ABC a São Tomé e Príncipe – especialmente nas áreas de agricultura e formação de

<sup>114</sup> Esse Acordo cultural bilateral apenas foi promulgado pelo Presidente Fernando Collor de Melo em 12 de novembro de 1991.

<sup>115</sup> Acordo promulgado em 10 de março de 1992, pelo Presidente Fernando Collor de Melo.

recursos humanos. Como resultado imediato desse Acordo, foi criada a Comissão Mista para a Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural composta por delegações das duas Partes, cujas funções são:

ARTIGO III: [...]

- a) acompanhar e dinamizar a execução do presente Acordo e de outros acordos concluídos ou a serem concluídos entre os dois países, analisar e propor medidas para ultrapassar as dificuldades resultantes da sua aplicação;
- b) submeter propostas aos Governos dos dois países referentes ao desenvolvimento das relações econômicas, comerciais, científicas, técnicas e culturais entre os dois países. (ACORDO GERAL, 1984, s/p).

Em mensagem de março de 1985, um novo item de demanda são-tomense passou a fazer parte da pauta de cooperação bilateral junto com a agropecuária, onde

As áreas de hotelaria e agro-indústria constituem dois setores prioritários pelo governo santomense e para os quais o Brasil poderá vir a contribuir em termos de consultoria e/ou venda de bens e serviços, na medida em que aquele país já dispõe de financiamento de fontes multilaterais para alguns projetos (ARRUDA, 1985, pág. 1).

Em abril de 1985, uma nova missão liderada pelo Ministro Carlos Tiny visitou o Brasil, para “levantamento de possibilidades de cooperação técnica e intelectual bilateral”; em outubro seguinte, outra missão ministerial são-tomense esteve no Brasil, para identificar as suas demandas na área de cooperação: agricultura (projetos para recuperação das roças de cacau) e telecomunicações (ocasionando a assinatura de Memorando entre a Funtevê, empresa estatal são-tomense e a Rede Globo de Televisão, para difusão de programas de televisão do Brasil em São Tomé e Príncipe).

A 1ª Conferência de Parceiros de Desenvolvimento com São Tomé e Príncipe, promovida pelo governo são-tomense em Bruxelas, em dezembro de 1985, foi pauta de atenção do DEAF e da embaixada brasileira em Luanda, onde “do ponto de vista político, parece útil, necessário e aconselhável que o Brasil se faça presente (...) na reunião de Bruxelas” (VALADARES, 1985, pág. 1). O Brasil acabou sendo representado pela Divisão de Europa no evento.

Em relato de reunião com o Chanceler são-tomense (Guilherme Posser da Costa) e os Ministros da Agricultura (Oscar Aguiar Sacramento e Souza), das Finanças (Prudêncio Rita), do Comércio, Indústria e Pesca (Carlos Bragança Gomes) e da Saúde (Carlos Frederico Sequeria), o embaixador brasileiro Paulo Dyrceu fez uma síntese do status da política

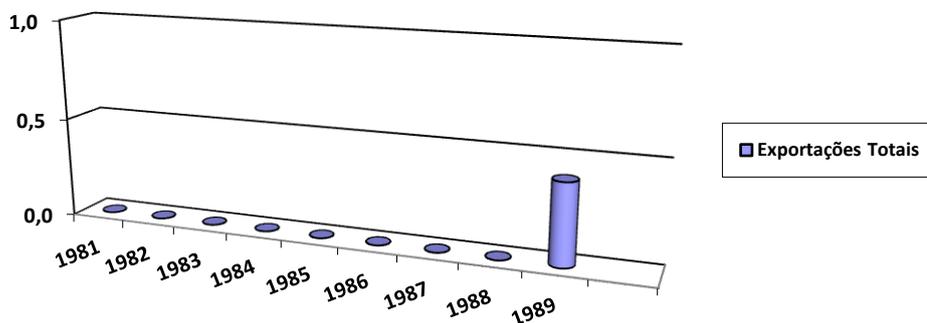
brasileira para o país, ainda em grau diminuto: “(...) [era necessária] uma reavaliação das relações no plano político, de procurar dinamizar a cooperação bilateral em algumas áreas específicas que titulares de outros postos me representariam como prioritários” (PINHEIRO, 1987, pág. 2).

Os ministros fizeram questão de apresentar o programa de ajuste estrutural pelo qual o país iniciaria sua reforma econômica e deram “absoluta prioridade (...) à reabilitação da economia cacaueira do arquipélago e a contribuição que o Brasil pode prestar para aquele esforço” (PINHEIRO, id., pág.1). Naquela reunião, ficou clara a urgente demanda são-tomense por a) técnicos para as zonas de lavoura cacaueira e a implantação de culturas alternativas (como a horticultura e a fruticultura de exportação), além de um projeto pecuário, que buscava introduzir variedades de gado resistente às condições locais, b) na área de transportes, com planos de reparação de rodovias, o que abria oportunidades para construtoras brasileiras que “eventualmente poderiam participar de outros projetos futuros” (id., pág. 2) e c) uma linha de crédito para aquisição de alimentos brasileiros.

Em 21 de dezembro de 1987, em Luanda, foi assinado o Acordo básico de Cooperação Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, uma espécie de “acordo guarda-chuva”, que possibilitaria a efetivação de ações de cooperação no futuro próximo. Em 1988, Joaquim Rafael Branco, embaixador são-tomense junto às Nações Unidas, passou a ser embaixador cumulativo junto ao governo brasileiro.

No que se refere ao comércio bilateral, os dados oficiais apenas passaram a ser documentados entre produtos manufaturados, semimanufaturados, básicos e serviços a partir do ano de 1981. Os dados anteriores são escassos e representam simbolicamente as relações bilaterais comerciais, como é o caso do ano de 1980, onde o Brasil exportou para São Tomé e Príncipe apenas US\$5 (CACEX, 1980). Nesse sentido, a partir de 1981, a documentação oficial das relações comerciais se tornou mais padronizada, o que justifica a escolha por iniciar-se a análise desses dados nesse momento.

**Gráfico 3: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe (1981-1989)**  
(US\$ F.O.B. milhares)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/seculox/economia/setor\\_externo/tabelas/tabelas.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculox/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtm) Acesso em: 13 jan. 2011.

Logo, verifica-se que entre 1975 e 1979 e entre 1981 e 1988 as exportações brasileiras para as ilhas foram nulas; no ano de 1989, o valor apresentado (US\$353,00) refere-se aos serviços por participação da empresa brasileira Hidroservice, no Projeto Hidrossanitário e de Viabilidade Ambiental de ampliação do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, em parceria com o Governo de São Tomé e Príncipe.

### **Considerações do capítulo**

Nesse período inicial da política externa brasileira para os Pequenos PALOP (1974/1990) ficou evidente que a prioridade do Brasil era o teor político dessa ação, evidenciada pelo estabelecimento do contato diplomático no imediato pós-independência e atrelamento desses Estados periféricos a um entendimento comum do sistema internacional e da suas conseqüentes inserções. O contexto de Guerra Fria posicionava Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe ora para o lado socialista (URSS, Cuba e China), especialmente no imediato pós-independências, ora para um lado pró-Occidente (Estados Unidos, Portugal e França) a partir de 1983, com a crise das dívidas externas e as necessárias reformas econômicas liberais nesses países.

O Brasil, nesse ínterim, apareceu como alternativa política de não alinhamento para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe entre 1974 e 1990, vislumbrando uma parceria para o desenvolvimento daqueles, por meio da cooperação. Aproximar-se desses países inseria o país no patamar dos países doadores de cooperação (mas não doador líquido), ampliando sua influência no Atlântico Sul. Vale ainda frisar sobre a coercitiva manutenção de

laços com Portugal dos Pequenos PALOP, em razão do contencioso colonial: as questões relacionadas ao Banco Nacional Ultramarino, ao funcionalismo público e as antigas contas interprovinciais foram pauta obrigatória das relações desses países com Portugal, independente de sua órbita pró-Occidente ou pró-Socialismo.

A análise da bibliografia e documentação oficial evidenciou que, após esses primeiros contatos oficiais, o Brasil buscou mapear a real dimensão que as relações com os Pequenos PALOP poderiam alcançar. As inúmeras missões técnicas e visitas de Ministros e Chefes de Governo, de Brasília para Praia, Bissau e São Tomé (e de lá para cá) ocorreram nesse sentido, ao elencarem as demandas bilaterais; primeiro exploratórias, essas missões e visitas se tornaram mais específicas ao longo da década de 1980. Restou clara a demanda brasileira: influência política e relações comerciais potenciais (mas não reais, nesse momento).

A ação brasileira para efetivar essa influência se pautou na área de cooperação horizontal, onde as frequentes reuniões das respectivas Comissões Mistas foram fundamentais. As demandas africanas se identificavam com ações de cooperação nos setores de saúde, educação, ciência e tecnologia, administração pública e, inerente a todos os setores, treinamento de recursos humanos. O Brasil, por sua vez, nem sempre conseguiu efetivar tais projetos, pois seus recursos não eram obtidos ou autorizados pelo Congresso Nacional, fato que direcionou a base dessa cooperação na área educacional (por meio de bolsas de ensino, treinamento por setores, entre outros) e na conseqüente formação de uma elite nesses países que fosse favorável às relações bilaterais com o Brasil.

Nesses termos, termos como “coordenação política”, “amizade e confiança”, “vantagens mutuamente satisfatórias”, “esforços comuns”, “estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional”, “respeito às soberanias nacionais”, “desenvolvimento” e “cooperação” aparecem reiteradamente nos textos oficiais (tratados, discursos, mensagens, notas) relacionados à política externa brasileira para os Pequenos PALOP, entre 1974 e 1990. Essa tônica das relações de alto nível denota que o Brasil buscava evitar a a) esquerdização desses países, no contexto da Guerra Fria, como ocorria em Angola e Moçambique, com forte presença soviética, cubana e chinesa e b) a ocidentalização absoluta daqueles, relativizando, assim, a presença dos EUA e de Portugal nos recém-independentes Pequenos PALOP<sup>116</sup>. Mais do que uma relação bilateral pautada em ações de cooperação vazias, a ação brasileira

---

<sup>116</sup> Como exemplo, em agosto de 1989, Cabo Verde e EUA assinaram acordo de US\$1,2 milhão (adicional aos US\$4 milhões anteriormente contratados) destinados para o desenvolvimento dos serviços de exportação cabo-verdianos, com a criação de um centro de promoção de investimentos e exportações, realização de estudos de viabilidade, criação de teleporto, criação de centro de transbordo.

mostrava-se integrada ao contexto bipolar de áreas de influências, efetivado em ações de médio e longo prazo. No caso específico de Cabo Verde, também havia a preocupação com a militarização do arquipélago, nos termos da presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Pode-se, no entanto, identificar duas fases distintas e complementares nesse período: uma primeira fase (1975 a 1985), assinalada por relações bilaterais com claro teor político, onde o Brasil buscou agir no vácuo de poder deixado por Portugal nos Pequenos PALOP, como também nos Grandes PALOP (nessa fase também se evidenciou a diminuição do contato com Portugal). O mapeamento das possibilidades de ações de cooperação e das relações comerciais demonstra essa etapa claramente favorável à presença brasileira nos naqueles países de língua africanos de língua portuguesa; segunda fase do período (1985 a 1989) foi marcada pelo retraimento econômico brasileiro que se refletiu na preferência de uma política africana mais ampla, generalista e multilateral, onde o entendimento era que, economicamente, aquelas relações bilaterais não tinham o resultado esperado.

Para tentar equacionar relativamente aquela deficiência, privilegiar-se-ia essas relações no âmbito multilateral, por meio de ações de cooperação (como a ABC, UNDP, FAO e UNITAR). Mais um ponto dessa segunda fase refere-se à reaproximação com Portugal que ficou evidente por meio das visitas do Presidente Sarney, em 1986, a Portugal, do Ministro de Negócios Estrangeiros português, Pedro Pires de Miranda, ao Brasil, no mesmo ano e da visita do Presidente de Portugal, Mário Soares, em março de 1987. A consequente conversação em torno de uma comunidade luso-africana, a partir de novembro de 1989, sob liderança brasileira, reflete essa tônica triangular da política africana, do final do governo Sarney.

No conjunto do período, evidenciou-se uma baixa representatividade no total de relações comerciais com o continente africano num todo e especialmente com os Pequenos PALOP. Pode-se identificar como entraves ao crescimento real dessas trocas, a situação do Brasil, na década de 1980 (crise da dívida externa, inflação e redemocratização política), a própria situação daqueles países africanos (que recém-independentes, buscaram se estabilizar política e economicamente no âmbito interno), a crise do sistema internacional como condicionante negativo para relações comerciais mais significativas, além de problemas pontuais relacionados à logística de transportes marítimos e aéreos (não havia ligação direta entre o Brasil e os Pequenos PALOP até o ano de 1988, quando a VARIG inaugurou o voo Rio-Recife-Praia).

A parceria comercial Brasil-Pequenos PALOP, nesse primeiro momento, mostrou-se como iniciada, porém não efetivada, onde, por exemplo, em 1989, apenas 0,132% do comércio exterior brasileiro foi com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (total de exportações do Brasil em 1989 era de US\$34,4 bilhões, conforme dados da CACEX), revelando instabilidade comercial e a falta de complementaridade das economias envolvidas. Logo, se os Pequenos PALOP necessitavam de bens de consumo e capital, além de tecnologias, sua oferta principal para o Brasil (fora o petróleo bissau-guineense, mas especialmente são-tomense) eram produtos tropicais como o cacau e o café, concorrentes da pauta de exportação brasileira.

#### 4. REDIMENSIONAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PEQUENOS PALOP (1990/2002)

*Eu os exorto a trazerem a África mais para perto do Brasil, explorando as identidades que nós temos e a simpatia e o interesse naturais que existem no Brasil pelo seu continente.*

*As relações com a África devem ir mais além do campo econômico.*

*Por isso mesmo — e porque temos tantos interesses comuns —, estamos ampliando nosso diálogo político com a África (LAMPREIA, 1995, pág. 202).*

De uma forma mais ou menos explícita, de 1960 a 1990 (na terceira fase da sua história), a política externa brasileira desenvolveu-se enquanto uma base estruturada que servira de instrumento indispensável para a realização dos projetos nacionais, os quais na maior parte dos governos desse período, voltaram-se para a industrialização e para o desenvolvimento do capitalismo, pautadas no Estado empresário. Dessa forma, conferiu-se um sentido ao nacionalismo presente na formulação da política externa, configurando as ações externas do Estado Desenvolvimentista, baseadas na multilateralização das relações, relacionamento Sul-Norte e ampliação das relações Sul-Sul que, em maior ou menor grau, estiveram presentes em todos os governos até o ano de 1990.

Se a política externa de um país condiciona-se à imagem que este tem dele mesmo e àquela que lhe é dada pelo cenário internacional, também lhe é proporcionado um progresso interno associado a uma posição que se esforça em maximizar os interesses nacionais, com o intento de se inserir, da melhor maneira possível, na situação internacional vigente. Já no período de transição do Governo Sarney, deve-se ressaltar, por importante, a tentativa de o governo brasileiro manter, em certo nível, as características do desenvolvimentismo. O entendimento das relações externas do país nesse período:

[...] deve acontecer dentro da lógica de que era necessário manter a posição brasileira de um país recém-industrializado, mas que também, dada a projeção de uma nova condição democrática, deveria reincorporar-se aos foros internacionais como Estado de direito. A ambigüidade da postura internacional brasileira conduziu à formulação de iniciativas políticas autônomas, bem como ao relativo enquadramento às normas internacionais (PEREIRA, 2002, pág. 16).

Diante dessa nova configuração internacional, o Brasil entrou, parcialmente, num ciclo neoliberal. Ou seja, iniciou-se um período mesclado por fatores diversos e contraditórios, que também resultou em um teor dúbio da política externa brasileira na década de 1990, em face das mudanças no próprio sistema mundial. Bueno & Cervo (2008, pág. 6-7) consideram que há uma divisão em três direcionamentos dessa no período, qual seja: num primeiro momento, ainda persistiam características do Estado Desenvolvimentista antes citado, com linhas de atuação externa autônomas, em que o Estado era empreendedor; num segundo momento, denotavam-se características do Estado Normal, com visíveis ascendências neoliberais, quando o Estado Nacional passou a ser subserviente às exigências do sistema financeiro internacional, sendo destrutivo em relação à sua economia nacional e regressivo no que tange à infraestrutura nacional; por fim, houve, numa terceira etapa, o Estado Logístico, um misto entre o nacionalismo do Estado Desenvolvimentista e as inovações necessárias e positivas propostas pelo Estado Normal, configurando esse Estado como empreendedor. Ainda citando Bueno & Cervo, tem-se a argumentação de que:

A indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado Logístico. [...] A estratégia tradicional [*do ciclo desenvolvimentista*] foi posta em dúvida porque se supunha que houvesse desembocado na crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica dos anos oitenta, e que não resistiria diante das transformações da ordem global ao término da Guerra Fria. (2008, pág.437).

Ressalvado o Governo Itamar Franco, a década de 1990 abrigou a introdução, inacabada, do neoliberalismo no Brasil, por intermédio dos Governos Fernando Collor de Melo (do Partido da Reconstrução Nacional) e Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileiro). A já referida matriz desenvolvimentista do Estado brasileiro, bem como o caráter autonomista da política externa foram relativamente abandonados em nome de um novo período assinalado por traços liberais e globalizantes, no contexto pós-Guerra Fria. Os princípios consolidados pelo Consenso de Washington chocaram-se com determinados pressupostos do modelo brasileiro de desenvolvimento, o qual vigorou até o Governo Collor de Melo. Nogueira Batista expõe os pressupostos que foram ameaçados pelas reformas neoliberais:

[...] em particular, [...] a liberdade de ação que o Brasil desejava manter para prosseguir em seu processo de industrialização, mediante reserva de mercado para indústrias de capital nacional no campo da informática assim como pela exclusão do patenteamento da área químico-farmacêutica. O Brasil tampouco se dispunha a

aceitar restrições ao pleno desenvolvimento tecnológico no setor nuclear e aeroespacial. (NOGUEIRA BATISTA, 1994, pág. 41).

Não homogêneo, o pensamento e as ações da política externa brasileira na década de 1990 resultaram em perda relativa do poder de tomada de decisão por parte do Ministério de Relações Exteriores e na fortificação do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, Chanceler do Governo Itamar e posteriormente, Presidente por dois mandatos. Logo, as orientações indefinidas da política exterior brasileira levaram “à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio do Estado logístico” (id., pág. 457), mas cabe observar que o desenvolvimento não desapareceu completamente das ações externas brasileiras no período, apenas deixou de “ser o elemento de sua racionalidade” (ibid., pág. 458), face o entendimento de que a inserção no mercado mundial poderia ser o trunfo do Estado brasileiro, nos moldes do cenário pós-Guerra Fria.

Fernando Collor de Melo empreendeu um movimento de reinserção internacional do Brasil, a partir de um teor neoliberal. Seu governo (1990/1992) foi marcado pela abertura unilateral do mercado interno e pelas privatizações de empresas estatais. A anterior diplomacia, multilateral e universalista, foi relativamente substituída por dois eixos de ação: a busca de relações privilegiadas com os Estados desenvolvidos do Norte (como os Estados Unidos e Europa) e o desenvolvimento de políticas regionais, marcadamente o MERCOSUL. Para Nogueira Batista,

[*Collor de Melo*] nem se compenetraria da importância dos novos pólos de poder econômico e tecnológico, a vitalidade dos novos modelos de economia de mercado na Europa ocidental e na Ásia e à emergência, nessas economias, de novos padrões tecnológicos de produção e de gestão empresarial, de um capitalismo em que, por motivos sociais e econômicos, o Estado não se omite na regulação da atividade econômica [...] Collor restringiria sua política externa essencialmente às relações com os Estados Unidos. (NOGUEIRA BATISTA, 1993, pág. 112).

O anterior entendimento do cenário internacional, baseado nas relações Sul-Norte, foi trocado pela predileção pelas relações multilaterais; isso ocasionou o progressivo encolhimento das relações do Brasil com os demais países em desenvolvimento, à exceção dos seus vizinhos da América do Sul. Logo, a gestão do Chanceler Francisco Rezek, também deu prioridade para acelerar o processo de formação do MERCOSUL (criado em 26 de março de 1991, mediante o Tratado de Assunção), quando foi modificada a sua estrutura inicial (de cooperação), para os objetivos que se relacionavam às premissas neoliberais. No entanto, a estrutura do MRE para o continente africano foi mantida (Departamento de África e Divisão

de África I e II), além da criação das Embaixadas brasileiras na República da Namíbia<sup>117</sup> e no Malawi<sup>118</sup>.

Em abril de 1992, assumiu o Ministério das Relações Exteriores, Celso Lafer, numa tentativa de o Governo Collor de Melo redimensionar a atuação externa brasileira, e reequacionar a sua imagem, que já estava desgastada interna e externamente. No seu discurso proferido em maio de 1991, por ocasião da formatura da Turma de 1990 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, o Presidente Collor de Melo afirmou a visão que ele tinha do cenário internacional, inspirada no neoliberalismo:

Reflico, assim, a opinião majoritária de nossa gente quando reitero meu propósito de modernizar a sociedade brasileira, desmontando cartórios estatais ou privados, desemperrando a máquina administrativa, liberalizando a economia, recuperando a capacidade de produzir e promovendo o retorno do país ao núcleo dinâmico das relações econômicas e comerciais contemporâneas. [...] em coerência com o programa de abertura de nossa economia ao exterior, que, em apenas um ano, já alterou as perspectivas de nossa balança comercial, defendendo a eliminação de barreiras protecionistas e discriminatórias à entrada de nossos produtos nos mercados internacionais. (COLLOR DE MELO, 1991a, pág. 139).

No que se refere ao continente africano, Lafer, em raras ocasiões (como na celebração do Dia da África, em 25 de maio de 1992) referia-se ao baixo nível das relações bilaterais, quando se mostrava “imprescindível identificar novas possibilidades concretas de cooperação que restituam dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado, nos últimos anos, pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento” (LAFER, 1992, pág. 141). É interessante, no entanto, ressaltar, que o argumento político ainda prevalecia, pois Brasil e África “... devem utilizar com vigor, como instrumento de ação política, o crescimento do intercâmbio econômico-comercial, a cooperação técnica e a oposição radical a todas as formas de racismo e de discriminação” (id., pág. 141-142).

Face à conclusão do processo de impeachment de Collor de Melo, assumiu efetivamente a Presidência da República, Itamar Franco, em 29 de dezembro de 1992. Durante seu governo (1992/1994), o principal objetivo da política externa foi revalorizar a presença do Brasil no cenário internacional, a partir de foros multilaterais (especialmente o das Nações Unidas) e da integração regional. O Itamaraty voltou a ocupar a relativa centralidade na formulação da nova estratégia de inserção internacional do Brasil. Canani

<sup>117</sup> Decreto nº 99.404, de 19/07/1990. Disponível em:

<[www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.js?pjornal=1&pagina=1](http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.js?pjornal=1&pagina=1)> Acesso em: 22 jan. 2012.

<sup>118</sup> Cumulativa com a Embaixada do Brasil em Lusaca, República do Zâmbia, cfe. Decreto de 26/02/1991.

Disponível em: <[www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.js?pjornal=1&pagina=1](http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.js?pjornal=1&pagina=1)> Acesso em: 22 jan. 2012.

afirma que, nesse ponto, houve uma retomada das posições tradicionais da diplomacia brasileira, em especial, na gestão de Celso Amorim, uma vez que:

[...] a autonomia do Itamaraty na formulação da política externa não repousa em garantias constitucionais, mas num reconhecimento tácito da autoridade da Casa [*o Itamaraty*] no tratamento das questões internacionais. Por esse motivo, a autonomia desse órgão depende diretamente do presidente, que pode simplesmente eliminar a prerrogativa de formulação do conjunto de funções do Ministério [*das Relações Exteriores*]. [...] Assim, o Itamaraty ganha maior autonomia na formulação da política externa do governo Itamar, o que implica uma certa delegação de poder, essa não se dá nas condições de pressão que atingem a área econômica, mas antes por uma certa 'afinidade de pontos de vista', [...] com o pensamento da Casa. (CANANI, 2004, pág. 81).

No âmbito das relações com os EUA, o Brasil buscou manter um relacionamento bilateral, sem deixar de destacar, no entanto, a relevância da América Latina, particularmente, a América do Sul. Nesse rumo, o aprofundamento do MERCOSUL era prioritário, mesmo em plena crise econômica enfrentada por seus membros. A própria iniciativa de estabelecer-se uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em 1993, reveste-se de significado político, pois ela revela a preocupação do Brasil com a região amazônica, quando reiterou aos EUA, a busca por uma ascensão regional. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro Chanceler (1992/1993) do Governo Itamar; a partir daí, esboçaram-se poucas mudanças na formulação da política externa brasileira, como se denota no entendimento do sistema mundial:

O Brasil pertence, ao mesmo tempo, ao mundo industrializado e ao mundo em desenvolvimento. Isso não reflete slogans ou fórmulas já ultrapassadas de posicionamento, mas sim uma realidade política, econômica e social onde coexistem a modernidade e o atraso. Nossa inserção não é unidimensional. Somos um país com valores essencialmente ocidentais e democráticos. *Somos latino-americanos e panamericanos e compartilhamos com a África nossas raízes étnicas, culturais e históricas e um destino comum de transformação do Atlântico Sul em um espaço econômico vivo de integração.* Somos desenvolvidos e em desenvolvimento. (CARDOSO, 1993a, pág. 67-68, *grifo nosso*).

Essas orientações foram levadas a efeito, quando, em 21 de maio de 1993, Celso Amorim assumiu a Chancelaria. Na posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Roberto Abdenur, em setembro de 1993, o Chanceler Amorim destacou que:

[...] a política externa do governo Itamar Franco não precisa de rótulos; ela é voltada para o desenvolvimento do país, para a afirmação dos valores democráticos e é uma política externa de cunho universalista. [...] sem alinhamentos outros que não aqueles que estejam ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro. (AMORIM, 1993b, pág. 28).

Ao mesmo tempo, ele argumentava que o Brasil, antes um “global trader” (durante a gestão do Chanceler Fernando Henrique), agora seria um “global player”, com ênfase na relevância das questões políticas da agenda externa, por meio de uma postura mais autonomista e propositiva. Em suma, dever-se-ia, segundo ele, resgatar o caráter de Política Internacional do Brasil, a qual indicaria uma definição da posição brasileira frente a situação internacional, além de estabelecer as orientações a serem seguidas pelo país em cada ocasião (CANANI, 2004, pág. 109-112). Os conceitos desenvolvimento e universalismo voltaram a frequentar o discurso da diplomacia brasileira.

De fato, constata-se que a política externa do Governo Itamar direcionou-se prioritariamente rumo a duas vertentes: a primeira teve como foco a integração sul-americana, na qual a própria denominação de América do Sul passou a ser empregada em detrimento do conceito de América Latina; a outra vertente relacionava-se aos dois círculos concêntricos de atuação, um em direção aos países andinos, e outro, ao Atlântico Sul. Nota-se que prevaleceu, na política externa brasileira durante a gestão Amorim, o caráter de revalorização das relações Sul-Sul, numa tentativa de reaproximação com os demais Estados da África e Ásia.

Essa afirmativa pode ser observada com a primeira viagem internacional do Presidente Itamar Franco, que foi à Dakar, para participar da Reunião do Grupo dos Quinze. O então Ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique afirmou a busca da diplomacia brasileira pelo diálogo com os países tanto do Norte, quanto do Sul, pois, caso contrário, “...o país [*Brasil*] estaria abdicando da possibilidade de atuar de forma afirmativa no cenário internacional” (CARDOSO, 1993a, pág. 5).

Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002) na Presidência da República do Brasil foram marcados pela diplomacia presidencial. A diplomacia presidencial de Fernando Henrique se completava com a diminuição das funções econômicas do Ministério das Relações Exteriores, transferidas para a Pasta da Economia, demonstrando o teor economicista de sua política externa, direcionada ao aprofundamento da integração regional, à diversificação das relações bilaterais do Brasil e à participação brasileira em organismos multilaterais, principalmente os econômicos, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

O Embaixador Luiz Felipe Lampreia foi o Chanceler do governo Fernando Henrique Cardoso, durante todo o primeiro mandato e até 29 de janeiro de 2001, quando foi substituído pelo Embaixador Celso Lafer. Durante os seus dois mandatos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso buscou alcançar um ‘meio termo’ entre as políticas externas dos governos

antecessores: no entanto, a agenda externa brasileira no período teve um caráter de diminuição da autonomia do país no sistema mundial, face às disposições desses órgãos multilaterais. O caráter econômico da atuação externa brasileira foi reconfigurado, conforme indicou o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, ao defender que o Itamaraty teve de redirecionar sua atuação nessa área, como forma de defender objetivos que

[...] atendam à sociedade como um todo [...]. Como instrumento primordial da execução da política externa, o desempenho da atividade diplomática desdobra-se em três funções básicas: a representação, a negociação e a informação. (REGO BARROS, 1996, s/p).

Um ponto interessante refere-se ao conceito de globalização assimétrica, adotado a partir da segunda metade do segundo mandato desse Presidente, veio a sanar, sociologicamente, a situação de crise em que se encontravam os países que levados a cumprir os princípios do Consenso de Washington. O regionalismo presente na política externa de Fernando Henrique Cardoso tornou-se visível através da empatia brasileiro-argentina, que acentuou o papel do MERCOSUL na região, mesmo que ele tenha entrado em crise no final da década. A própria realização da Cúpula de Brasília, em agosto/setembro de 2000, deve ser entendida como uma estratégia de longo prazo, visando à integração sul-americana, sob a liderança brasileira, num futuro próximo. A tentativa de manter um relacionamento privilegiado com os EUA prosseguiu, todavia, o unilateralismo da política externa norte-americana chocou-se com o multilateralismo econômico brasileiro. Na esteira de enfatizar as relações com os países do Norte, a União Europeia passou a ser vigoroso parceiro comercial do Brasil.

Diante disso, a forma de inserção internacional do Brasil enquanto Estado Normal (1990/1999) e Estado Logístico (2000/2002) continuou buscar a estabilidade econômica. O acesso aos mercados tecnológicos e de investimentos; a cooperação externa; e a tentativa de equiparar os interesses nacionais aos globais, tão em voga naquele momento. Isso se evidencia, claramente, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. A África, como um todo, perdeu seu relativo valor atrativo para a política externa brasileira durante esse período, especialmente pela queda nas relações comerciais, embora o governo mantivesse o discurso otimista, baseado no argumento histórico-cultural:

[A política externa] não se detém, contudo, no curto prazo. A diplomacia brasileira reconhece o potencial africano e por isso, empenha-se, no âmbito externo, para alavancar apoio às causas africanas, e no interno, para persuadir setores influentes da

sociedade brasileira a se engajarem na ampliação do relacionamento com a África (PIMENTEL, 2000, pág. 8-9).

Nesses termos, a política africana do Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso encontrou dificuldades em se manter no nível anterior a 1990, prevalecendo algumas opções selecionadas, como a África do Sul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que uniam os vieses comercial e político de uma maneira permanente, mas com diminuições de contatos. Nesse âmbito da CPLP, a postura brasileira transparece no discurso do Chanceler Lafer, quando ele reitera:

[...] o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade [...] hoje, os membros da CPLP são os principais beneficiários em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesses campos, quando comparados aos de nações mais influentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio presidente [...] e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam (LAFER, 2002, pág. 43).

Em 25 de maio de 1995, em comemoração ao Dia da África, o Chanceler Luiz Felipe Lampreia expôs essa preocupação diplomática brasileira, de como, frente a inúmeros desafios, manter as relações com a África, calcadas em ‘fundamentos’ expostos por ele, como segue:

O primeiro fundamento é a relativa vizinhança, a proximidade conferida pelo fato de que o Brasil e boa parte do continente africano compartilham o Atlântico Sul e através dele estabelecem sua principal comunicação física [...] O segundo fundamento é a presença africana no Brasil, na condição de verdadeira matriz, étnica e social de nosso país [...] O terceiro [...] a condição de país em desenvolvimento que, com matizes e graus diferenciados compartilhamos com a totalidade do continente africano [...] O quarto fundamento é a complementaridade que existe entre a economia brasileira e as economias africanas [...] O quinto [...] é a importância da África como parceira internacional [...] O sexto, que encerra essa listagem exemplificativa, é a grande semelhança de condições físicas, climáticas e sociais entre o Brasil e muitos países africanos, que gera um espaço importante de identidade em matéria de desenvolvimento tecnológico e da adaptabilidade de técnicas aos diversos tipos de meio ambiente tropical que compartilhamos com nossos parceiros africanos (LAMPREIA, 1995, pág. 202).

A citação, ainda que longa, é válida, pois demonstra a inconstância da política africana brasileira durante o período de 1990 a 2002: por um lado verifica-se, nas palavras do Chanceler Lampreia, os laços históricos, culturais e geográficos entre os dois lados do Oceano Atlântico, identificando a África como caminho natural da política externa brasileira; por outro, verifica-se a intenção brasileira de, ao identificar-se a complementaridade da economia brasileira com a maior parte do continente africano, tornar a África uma parceira internacional

do Brasil, sem, no entanto, demonstrar os meios para tal. Havia, do mesmo modo, uma espécie de obrigação moral em manter a política externa brasileira para o continente, sob os argumentos histórico-culturais, porém, pragmaticamente, essa política urgia que fosse remodelada, pois na forma que se apresentou entre 1990 e 2002, não obteve os resultados esperados.

No início de seu mandato, em 1996, Lampreia deixava clara que as relações do Brasil com a África necessitariam de esforços diplomáticos adicionais, para se manterem nos níveis da década de 1980. Não apenas no âmbito da CPLP, mas outros foros eram relevantes para o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Eu os exorto a trazerem a África mais para perto do Brasil, explorando as identidades que nós temos e a simpatia e o interesse naturais que existem no Brasil pelo seu continente. As relações com a África devem ir mais além do campo econômico. Por isso mesmo — e porque temos tantos interesses comuns —, estamos ampliando nosso diálogo político com a África [...]Por isso, dei instruções muito precisas para que exploremos com nossos parceiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul duas grandes oportunidades de iniciativas políticas, com reflexo potencial positivo na área de cooperação. A primeira delas é a assinatura de um Tratado de Desnuclearização do Atlântico Sul, que formalizará a Zona de Paz e Cooperação, dando-lhe existência jurídica sólida, e que irá completando, ao lado de Tlatelolco, Pelindaba, Rarotonga e o Tratado de Bangkok, o processo de desnuclearização total do Hemisfério Sul. A segunda é a assinatura de um Tratado de Proteção do Meio Ambiente Marinho no Atlântico Sul, ao amparo da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, como forma de estabelecer mecanismos de cooperação na área ambiental marinha, prevenção e contenção de acidentes ecológicos, intercâmbio de informação e atuação coordenada — tudo isso em uma área de alta visibilidade política e de opinião pública (LAMPREIA, 1996, pág. 197).

Neste estudo, acredita-se que a diminuição das relações com o continente africano se efetivaram também com o menor número de diplomatas brasileiros que serviram no continente africano<sup>119</sup>, verificando-se, ainda, um abatimento no comércio Brasil-África. As vulnerabilidades política e econômica dos parceiros africanos, assim como a não criação de novas opções de comércio pontuaram o relativo declínio dessas relações. Do ponto de vista financeiro, o Brasil também deixou de receber parte das dívidas dos países africanos.

Deste modo, do final da década de 1980 e principalmente na maior parte da década de 1990 o comércio exterior Brasil-África manteve-se estagnado, com oscilação positiva depois de 2000. A falta de uma política comercial permanente para o continente africano, que facilitasse a entrada de produtos e serviços brasileiros também contribuiu para esse

---

<sup>119</sup> No ano de 1983, havia 34 diplomatas brasileiros no continente africano. Dez anos depois, o Brasil contava com 24 diplomatas, conforme “Pesquisa ADB: evolução do quadro de diplomatas no exterior”. ADB – Boletim Associação dos Diplomatas Brasileiros, nº. 19, p. 6, 1995. Em 2002, o Brasil tinha 26 diplomatas no continente africano.

desequilíbrio na balança comercial. De um total de US\$1.012.322.644 das exportações brasileiras para a África em 1990, observa-se quem em 2002 esse valor manteve-se em US\$2.363.340.654, apresentando um aumento médio de 236% naquelas exportações entre o início e o final do período estudado nesse capítulo (um período de doze anos). No que diz respeito às importações brasileiras daquele continente, em 1990 totalizaram US\$578.210.689 e em 2002, US\$2.675.612.821, apresentando um aumento médio de 472%.

**Tabela 5: Média da participação da África (exclusive Oriente Médio), no comércio exterior do Brasil (%)**

<b>Governo</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>
Fernando Collor de Melo (1990/1992)	3,23	3,13
Itamar Franco (1993/1994)	2,89	3,92
Fernando Henrique Cardoso (1995/1998)	3,18	3,01
Fernando Henrique Cardoso (1999/2002)	3,14	5,34

Fonte: Elaborado a partir de dados do MDIC/SECEX.

No âmbito da estrutura organizacional do MRE, o Chanceler Lampreia fundiu o Departamento de África com o Departamento de Oriente Próximo, criando o Departamento de África e Oriente Próximo (DAOP), fato que exemplifica o segundo plano ao qual o continente africano foi colocado no período. A Embaixada brasileira em Botsuana e no Reino do Lesoto passaram a ser cumulativas com a da África do Sul<sup>120</sup>. Em 1997, foi criada a Embaixada brasileira em Madagascar<sup>121</sup>.

Concorda-se com Pimentel (2000) que, sem levar-se em conta o aspecto dos autores nostálgicos (que vislumbram as décadas de 1970 e 1980 como de auge da política africana) ou ainda dos autores catastrofistas (que argumentam que na década de 1990 a África não interessaria mais ao Brasil), tal política brasileira para o continente deve ser pragmática, prevendo-se objetivamente as possibilidades e desafios de sua implantação. Na presente Tese, se entende que esse teor pragmático ficou em segundo plano de 1990 a 2002, na política africana do Brasil, o que favoreceu a declinante presença naquele continente.

Embora seja possível constatar o encolhimento da política brasileira para a África, o Brasil manteve um ponto mínimo de contato político com o continente africano, baseado na

<sup>120</sup> Decreto de 14/08/1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anteriora2000/1996/Snn4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anteriora2000/1996/Snn4)> Acesso em: 22 de fev. 2012.

<sup>121</sup> Cumulativa com a Embaixada em Maputo, Moçambique, cf. Decreto de 08/10/1997. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anteriora2000/1997/Snn2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anteriora2000/1997/Snn2)> Acesso em: 22 de fev. 2012.

manutenção da cooperação, nesse período sob um teor mais técnico do que político. Apenas duas bases de ação mantiveram o Brasil no continente africano: a) a África do Sul pós-Apartheid como parceiro comercial e político preferencial do outro lado do Oceano Atlântico e b) a CPLP (englobando os PALOP).

A Agência Brasileira de Cooperação, desde sua criação, foi integrada à Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, passando a constituir-se enquanto órgão de Administração Direta, com o objetivo de “coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento” (AGÊNCIA, 2011, s/p). Gradualmente, a Agência passou a ampliar as ações de cooperação do Brasil com a maioria dos países africanos, dentro dos marcos da “cooperação técnica entre países em desenvolvimento”<sup>122</sup>. Essa manutenção de pequena parte dos contatos do Brasil com a África, em verdade, esteve ligada ao teor mais técnico da ação cooperativa brasileira, parte da concepção das relações Sul-Sul que se manteve na formulação da política externa brasileira por parte dos quadros do Itamaraty.

Percebe-se, ainda, que a política externa brasileira, no geral, optou por algumas ações multilaterais para a África, como forma de relativizar esse esfriamento de contatos bilaterais. Nesse período, especialmente na CPLP (e na reaproximação com Portugal) e na ZoPaCAS e Nações Unidas em segundo lugar, o Brasil manteve contato com a África. Em linhas gerais, as palavras do Chanceler Lafer indicam esse caminho multilateral:

O Governo brasileiro tem intensificado os laços com os países africanos, sobretudo nas áreas da cooperação técnica, educacional e da saúde. Os programas de redução ou perdão da dívida africana, tanto no Clube de Paris quanto em nível bilateral, refletem igualmente o esforço do governo em corresponder às expectativas da sociedade brasileira, solidária às dificuldades enfrentadas pelos povos irmãos. A valorização do diálogo interregional, por meio da presença brasileira na Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, demonstra a existência de um amplo universo de interesses comuns (LAFER, 2001, pág. 192).

Nesse sentido, a constituição de uma comunidade lusófona foi a principal base dessa

---

<sup>122</sup> A ABC apresenta três modalidades onde os projetos podem se enquadrados: a) cooperação técnica entre países em desenvolvimento, b) cooperação técnica recebida bilateral e, c) cooperação técnica recebida multilateral. O primeiro tipo refere-se especialmente à cooperação técnica ofertada pelo Brasil, no âmbito da cooperação Sul-Sul, que se baseia no “fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas” (AGÊNCIA, 2001, s/p). Esse é o tipo de cooperação a que se referem as ações do Brasil com os Pequenos PALOP. Ainda nessa modalidade, encontra-se a cooperação triangular, onde dois países promovem ações conjuntas de fortalecimento institucional, capacitação profissional e/ou intercâmbio de recursos humanos para um terceiro país. Os principais parceiros brasileiros, nessa cooperação triangular, a partir de 1998, são o Japão por meio da Japan International Cooperation Agency (JICA), a Alemanha, pela Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) e a Inglaterra, pelo Department for International Development (DFID).

ação multilateral brasileira para a África, entre 1990 e 2002. Essa se deu em contraponto à anglofonia e francofonia, concorrentes e agressivos entre si (SOBRAL, 1998, pág.380). Criada em 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa surgiu como uma organização multilateral que deveria privilegiar a cooperação entre os seus membros, todos eleitos pela língua comum, quais sejam: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, posteriormente, Timor-Leste. A ideia de se levar a efeito uma aproximação entre países que tivessem afinidades históricas e culturais vem da década de 1960 (e do próprio teor do Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal, de 1953). Nos anos 1960, o governo português propôs a constituição de uma “Comunidade Luso-Brasileira”, no intuito de levar o Governo brasileiro a rever algumas das atitudes, que vinham sendo tomadas, nas Nações Unidas, contra o colonialismo daquele país. Ao mesmo tempo, buscava-se reforçar as relações bilaterais, mas, nem o governo militar, muito menos o Itamaraty foram favoráveis a essa ideia.

Embora o argumento essencial da CPLP fosse a revalorização do fenômeno cultural, sua real (e dinâmica) dimensão era política. A Embaixadora Irene Vida Gala refere que, no período compreendido entre as independências das colônias portuguesas e a criação da Comunidade, “...as relações do Brasil com esses novos países concentravam-se sobre o eixo Brasília-Luanda” (GALA, 2003, pág. 366), no sentido de manutenção daquelas cabeças-de-ponte. Em complemento, evidencia-se um relativo receio brasileiro do real teor das relações PALOP-Portugal no cenário pós-Guerra Fria.

A Chancelaria brasileira identificava a diminuição de contatos do Brasil com o outro lado do Oceano Atlântico e suspeitava das ações portuguesas no vácuo de poder e influência deixado nos cinco PALOP (mas especialmente nos Pequenos), como fica evidente:

O Governo português – a quem efetivamente interessa retomar sua presença nos PALOP – reconhece ao Brasil papel protagônico, dentro da comunidade lusófona, por suas iniciativas pioneiras de reconhecimento político, por seu envolvimento na cooperação técnica e formação de recursos humanos e por seus investimentos econômicos de vulto, em determinados países da Comunidade. Por outro lado, o crédito político e a confiabilidade conquistadas pelo governo brasileiro junto aos PALOP não se traduzem numa capacidade econômica crescente e sustentada, que permita aprofundar e alicerçar a presença brasileira nesses países [...]. Assim, *como atende ao interesse nacional português associar-se com o Brasil para através de nossa influência política, voltar a ter uma presença em África, também atende ao interesse nacional brasileiro utilizar o conhecimento aprofundado que tem Portugal da região e os recursos [...] que é capaz de mobilizar* (BRASEMB PRAIA, OF C nº 00122, 1990, pág. 1, grifo nosso).

No início da década de 1990, com as novas configurações políticas nos PALOP, Portugal buscou reavivar as relações com as antigas províncias ultramarinas, pois foram

afastados do poder em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, aqueles dirigentes que se tornaram inimigos declarados de Portugal, quando dos respectivos processos de independência. Esses fatos abriram progressivamente caminho para um relacionamento diferenciado entre “Lisboa de um lado, e Praia e São Tomé de outro, esperando que Bissau, Maputo e Luanda, ao trilharem a senda democrática, sigam essa nova tendência iniciada por Cabo Verde” (ALVARO, 1993, pág.6-7). Essa mudança no contexto econômico e político nos Pequenos PALOP fez com que

Portugal [*desejasse*] aproveitar esse novo capítulo da história. A sua presença nas antigas colônias da África constitui, hoje, uma das principais metas da sua política externa. Está atuante no domínio do comércio, ativo no terreno da cooperação técnica e aberto da colaboração com os novos governos democráticos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, enquanto aguarda ansiosamente (mas com decidida participação) o desfecho dos processo de negociação entre as partes beligerantes e Angola e Moçambique [...] A ação de Lisboa junto aos países africanos de língua oficial portuguesa manifesta-se, assim, em vários domínios. Comprova isso a sua preocupação com a crescente influência do idioma francês em Guiné-Bissau e da presença da África do Sul em Moçambique (ALVARO, 1993, pág.7-8)

Nesse sentido, o retorno português aos PALOP foi um impulso para a concretização da CPLP, bem como o interesse brasileiro em manter a presença conquistada nos PALOP, anteriormente, também o era. Desde a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em 1989, o apoio português a essa empreitada foi irrestrito, pois o governo de Lisboa identificava as possibilidades que a CPLP efetivaria na sua relação com as antigas colônias, na África e na América do Sul. Esse juízo fica claro nas palavras do embaixador brasileiro em Praia, que vislumbrava a visão portuguesa da CPLP como uma “uma fusão do atual esquema 5 mais 1 (Portugal mais PALOP) e a sua adaptação à entrada do Brasil, no contexto mais amplo da comunidade que abarcaria os sete” (id., 1993, pág. 9). Em outras palavras, constituir-se a CPLP seria relevante e inevitável. Os rumos que a instituição poderia tomar estavam sob direção brasileira, pois

[A] instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tal como concebida, poderá vir a ser um instrumento de ação política valioso, mas devemos avançar com a percepção realista de que no seio da Comunidade poderá instalar-se a mesma rivalidade que hoje se observa na “Francophonie”, onde França e Canadá trocam farpas em disputa pela liderança do movimento, se bem que por razões distintas [...] A França (leia-se na questão em tela Portugal) por ser o berço da língua e da cultura francesas, o Canadá (leia-se na questão em tela o Brasil), país rico e industrializado. Mutatis mutandis, *o Brasil exerce atração nos PALOP, por se tratar de um país de origem comum a deles, mas sobretudo por ter conseguido desenvolver-se e ostentar um parque industrial que Portugal não pode sequer pensar em igualar* (IBid., pág. 11, grifo nosso).

Disso insere-se a preocupação brasileira de estabelecer a estrutura da futura Comunidade, ainda durante as reuniões preparatórias da CPLP, no início da década de 1990:

Dois elementos básicos – transportes e comunicações – deverão ser considerados, quando se passar da fase de planejamento a decisão de estruturar a ‘Comunidade dos Países de Língua Portuguesa’. *Os dois termos do binômio, geralmente denominados serviços de apoio ao comércio, constituem, neste caso, elementos essenciais, verdadeira argamassa que irá cimentar o edifício da ‘Comunidade’, ensejando maiores facilidades para os contatos entre os seus membros. [...] Mas é tempo de criar. Se desejarmos dar contornos práticos à ideia da instituição de uma CPLP, não podemos por de lado questões vinculadas aos transportes e às comunicações, sob pena de vir o Brasil a ser caudatário de outro país e assumir postura não condizente com a sua atuação no cenário mundial. A ideia é sermos criativos e planejar a partir do que já existe, para em seguida concretizar medidas viáveis. Exemplo disso é o crescimento do tráfego aéreo entre a Europa e a África, com conseqüências para a América do Sul (ALVARO, 1992, pág. 1-2, grifo nosso).*

O teor das relações Brasil-Portugal, historicamente constituídas entre a aproximação e a distância, caracterizaram também a forma e as fases de implantação da própria CPLP. Nesse sentido, os dois países, por motivos iguais, mas em seus respectivos contextos e interesses locais-regionais-internacionais (influência política e contatos econômicos baseados na história e cultura em comum) uniram esforços para a concretização da Comunidade, pois “ficou acertado que o Brasil e Portugal buscariam ações de cooperação conjunta nos PALOP, como forma de testar a viabilidade de um trabalho comum em todo o continente” (BRASEMB PRAIA, OF C nº 0031-00112, 1992, pág. 1).

O ponto de divergência entre Brasil e Portugal, relativo à CPLP, dizia respeito à forma com que essa cooperação resultante tomaria: Portugal identificava a relação Portugal-Brasil nos PALOP, na “equação  $2 + 5 = 7$ ”, como a “ideal”. A documentação diplomática é rica nesse sentido, pois clarifica o entendimento que o Brasil tinha da parceira multilateral (com a criação do IILP e depois a CPLP), como “equação  $7 = 7$ ”, mais “dinâmica e positiva”. O que prevaleceu, no entendimento da presente pesquisa, foi o posicionamento brasileiro, que efetivou a Comunidade lusófona, a partir de um teor cultural mas com claros tons políticos e econômicos.

A reaproximação brasileira com Portugal, iniciada com a rápida visita do Presidente eleito Tancredo Neves em 1985 a Lisboa, aprofundou-se com o Presidente Sarney, que em maio de 1986 esteve na capital portuguesa, além da vinda, em 1987, do Presidente português, Mario Soares, ao Brasil (final de março e início de abril), ampliando-se durante a década de 1990. O Presidente Fernando Collor de Melo visitou Lisboa em fevereiro de 1990 e o

Presidente Fernando Henrique Cardoso foi a Portugal em julho de 1995, quando o Chanceler Lampreia assegurou que

[A] reafirmação do traço moderno da ligação entre Portugal e Brasil é o sentido a extrair-se do lançamento da CPLP, juntamente com nossos amigos africanos. É preciso mostrar as relações Brasil-Portugal sob o prisma da modernidade dos dois países, da sua participação ativa nos respectivos entornos regionais, a União Europeia e o Mercosul, e no lançamento da CPLP, uma empresa voltada para a projeção política e diplomática dos elos históricos e culturais entre os sete países de língua portuguesa (LAMPREIA, 1996b, pág. 214).

É nesse sentido que deve ser interpretada, por exemplo, a comemoração do 40º aniversário do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, em 1993:

O desafio que temos pela frente não é simplesmente uma opção, é um responsabilidade que os homens de hoje devem encarar. As futuras gerações esperam de nós um compromisso pela preservação e pela ampliação do patrimônio que herdamos. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma importante ferramenta que está ao nosso alcance para transformarmos o português e a cooperação em português em um novo instrumento de ação política na cena internacional (AMORIM, 1993a, pág. 93).

Ou ainda, explicita-se o pragmatismo na ação externa brasileira, ao identificar-se que,

Hoje, Brasil e Portugal exibem uma face mais madura. Sem perder o idealismo, ultrapassaram o romantismo, diversificaram seus interesses e aumentaram suas esferas de atuação regional e internacional. Sobreviveu, não obstante, o sentido da irmandade, formado no movimento espontâneo de integração entre as duas nações (AMORIM, 1993b, pág. 180).

Em setembro de 1997, o Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, veio em visita oficial ao Brasil, sendo que no ano seguinte, novamente o Presidente Cardoso foi a Lisboa, para presidir a cerimônia de abertura do pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de Lisboa (Expo 98). A base dessas relações bilaterais refere-se ao Acordo-Quadro de Cooperação, assinado em maio de 1991, que previa uma aproximação gradual entre os dois países, especialmente no teor político.

Concretamente, o passo inicial para a criação da CPLP, ocorreu em novembro de 1989, na capital do Maranhão, São Luís, quando o Presidente brasileiro José Sarney reuniu os Chefes de Estado e de Governo de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além do Representante Especial do Presidente de Angola. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cujos objetivos seriam o de defender e promover o idioma; enriquecer a língua como veículo de cultura, educação, informação e de

acesso ao conhecimento científico e tecnológico; desenvolver as relações culturais entre os lusófonos; incentivar a cooperação, pesquisa e intercâmbio nos domínios da língua e da cultura; e difundir o Acordo Ortográfico.

A cooperação mediante a difusão da língua portuguesa não era o único objetivo da aproximação desses Chefes de Estado naquele momento, mas sim, o estabelecimento de relações entre pares, com língua e história comuns, e estágios de desenvolvimento econômico semelhantes. O Presidente Sarney, em seu discurso, sintetizou os propósitos daquela reunião:

A língua portuguesa deve ser, acima de tudo, reflexo e veículo de amplos movimentos de renovação cultural de nossos povos. Um fator de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento [...] Estaremos, igualmente, reconhecendo que os espaços nacionais são, hoje, insuficientes para a expansão plena das potencialidades da ciência e da tecnologia, e que a língua pode ser um fator vivo de progresso. (SARNEY, 1989, pág. 42).

Além dos objetivos que diziam respeito à promoção da defesa da língua portuguesa e das relações culturais entre os Estados-membros, o processo de criação da CPLP passou durante o Governo do Presidente Itamar Franco, a abrigar nítidos objetivos de ordem política. A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa tem uma vocação clara de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e econômica internacional (CARDOSO, 1993b, pág. 221).

Nesse enredo, se o ponto inicial da CPLP foi dado em 1989, pelo Presidente Sarney, o passo concreto ocorreu em fevereiro de 1994, quando se reuniram em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos sete países fundadores da CPLP, por iniciativa do Presidente Itamar. A esse respeito, o trecho do discurso do Ministro Olavo Drummond, de Portugal, em sessão legislativa de 14 de abril de 1993 é relevante, pois reconheceu a iniciativa do Presidente Itamar e o teor político da Comunidade:

Iniciativa do presidente Itamar Franco que não se contrapõe aos blocos econômicos ou geográficos, porque como assinala José Aparecido [encarregado pelo governo brasileiro de efetivar a CPLP], ‘esses não substituem as iniciativas integracionistas de feição histórico-cultural’ no novo mundo multipolar. Trata-se assim de estabelecer um novo molde para a cooperação política, econômica e cultural entre os nossos povos. Trata-se de valorizar a cooperação em português, em resumo, de transformar o patrimônio cultural num instrumento de política de poder na cena internacional (DRUMMOND, 1993, pág. 67).

Foi nesse momento que eles decidiram recomendar a seus Chefes de Estado, a realização de um encontro com o intuito de elaborar o ato constitutivo da Comunidade, além de estabelecer um Grupo de Concertação Permanente (com sede em Lisboa), a ser integrado pelo Diretor-Geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e pelos Embaixadores dos demais seis países, creditados na capital portuguesa. As atividades desse Grupo referiam-se à preparação do encontro constitutivo da Comunidade. Como resultado das 22 reuniões realizadas pelo Grupo, houve o estabelecimento da Declaração Constitutiva da CPLP e dos Estatutos da Comunidade. O Chanceler Amorim resumiu a essência da CPLP, efetivamente:

Sempre houve, entre nós [os países de língua oficial portuguesa], uma atração mútua e natural, forjada na espontaneidade de nossa gente. Mas agora estamos diante de um fato novo, que compromete nossos Governos a empreenderem ações concretas com vistas à expansão de novos horizontes de cooperação e de concertação política (AMORIM, 1994, pág. 27).

O “arcabouço político e institucional” (id., pág. 27) em que se constituiu a CPLP foi definido em junho de 1995, em Lisboa, os Ministros (de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros) dos sete países, reuniram-se novamente, enquanto reiteravam os compromissos que haviam assumido em Brasília, no ano anterior. O Grupo passou a ser denominado, a partir daí, de Comitê de Concertação Permanente, recomendou também a previsão de abril de 1996, para a realização da Cimeira constitutiva da Comunidade. Em 17 de julho desse mesmo ano, também em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países-membros assinaram a declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em 20 de maio de 2002, com a conquista da independência, o Timor-Leste tornou-se o oitavo membro da CPLP<sup>123</sup>. O então Chanceler Fernando Henrique Cardoso declarou em 1993, que a CPLP não seria

[...] movida por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivadas de

<sup>123</sup> Como órgãos da Comunidade, foram estabelecidos: a Conferência dos Chefes de Estado e Governo (com a previsão de se reunirem uma vez a cada dois anos); o Conselho de Ministros (uma vez por ano); o Comitê de Concertação Permanente (que se reúne ordinariamente, em Lisboa, uma vez por mês); e o Secretariado Executivo (principal órgão executivo da Comunidade, responsável pela implementação das deliberações emanadas dos demais órgãos). Em 2002, na 4ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CLPL, realizada em Brasília, foram constituídas, ainda, a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, e as Reuniões Ministeriais. Como sede da CPLP, foi estabelecida a cidade de Lisboa, Portugal, conforme do Acordo entre o Governo português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em julho de 1998, e ratificado em março de 1999.

interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais. (CARDOSO, 1993b, pág. 220).

Fica evidente que os objetivos de ordem político-econômica e, até mesmo, diplomática estiveram lado a lado daqueles de ordem cultural no processo de criação da CPLP. Tal constatação pode ser verificada pela enumeração dos principais objetivos da Comunidade, no Artigo 3º de seus Estatutos (revisados em São Tomé/2001, e Brasília/2002). Nele, encontram-se os pilares da Comunidade:

Art. 3º. [...] a) A *concertação político-diplomática* entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;  
 b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;  
 c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (ESTATUTO, 2002, s/p, *grifo nosso*).

O primeiro objetivo denota que a Comunidade foi constituída numa tentativa de os Estados-membros buscarem uma inserção internacional conjunta, notadamente no que se refere aos demais organismos internacionais, nos quais há uma tendência de serem tratados grandes temas (como meio ambiente, crime organizado, direitos humanos, reforma das Nações Unidas e integração econômica).

Face o reduzido grau de contatos do Brasil com a África no período, a diplomacia brasileira identificou na CPLP a possibilidade de manter parte dessas relações, a partir do argumento da cooperação técnica. Essa percepção de afastamento era visível pela Chancelaria, porém as possibilidades de relançamentos eram, àquela altura, poucas. Em fevereiro de 1994, no I Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, o Chanceler Celso Amorim resumiu a postura da política externa brasileira para a África naquele momento de relativo afastamento:

Tem sido este, aliás, o sentido claro da política brasileira em relação á África [defesa da soberania, da não-ingerência e da cooperação desinteressada]. Jamais nos afastamos dos objetivos que temos procurado atingir naquele continente ribeirinho: adensamento dos vínculos econômico-comerciais, cooperação técnica, apoio aos movimentos de libertação e oposição intransigente à discriminação racial (AMORIM, 1994, pág. 33)

Logo, a iniciativa e a pró-atividade brasileira ficaram evidentes até mesmo para os demais membros da futura Comunidade, como se denota na imprensa portuguesa do período,

por exemplo (PORTUGAL, 1994, pág. 191). Mais do que simples iniciativa de cooperação do Brasil para com os PALOP e Portugal, a CPLP deve ser entendida no contexto político em que foi gerida, no final da década de 1980, quando do fim da Guerra Fria e das consequentes mudanças conjunturais provocadas no sistema mundial.

Desse modo, a proposta de criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, em 1986, na Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo Presidente Sarney também faz parte de um contexto político, de tentativa de valorização regional (o Oceano Atlântico Sul). O primeiro encontro de representantes dos países da ZoPaCAS ocorreu no Rio de Janeiro, de 25 a 29 de julho de 1988, onde ocorreram trocas de informações preliminares, o segundo encontro, de 25 a 29 de junho de 1990, ocorreu em Abuja e representou novas linhas de ação entre os estados membros. No entanto, o contexto internacional tirou da Zona seu argumento essencial: “do ponto de vista geopolítico, a posição estratégica relativamente relevante desempenhada pelo Atlântico Sul durante a Guerra Fria foi gradativamente perdendo importância e, com ela, a própria ideia da ZoPaCAS, originada justamente deste contexto de confronto potencial” (PENHA, 2011, pág. 188).

Novo ponto de dificuldades originou-se da falta de aparato institucional da Zona, que, em complemento aos contextos internos dos países membros, levou ao biênio de estagnação (1990/1992). A iniciativa diplomática brasileira, em 1992, de relançá-la sob novos moldes, levando-se em consideração ao cenário pós-Guerra Fria, objetivava fomentar novas prioridades regionais, por meio de ações coletivas. Para Penha,

A versão final da ZoPaCAS foi um arranjo informal entre os países da bacia do Atlântico Sul. O motivo mais forte envolveu as águas do Atlântico Sul, considerando que o corpo de águas oceânicas proporcionam, por si só, inúmeras oportunidades para ação comum no sentido de seu aproveitamento (PENHA, op. cit., pág. 189).

As resoluções que institucionalizaram a Zona incorporaram itens como defesa dos direitos humanos, auto-determinação dos povos, igualdade racial e cooperação em níveis nacional e regional, além de buscar o fomento para melhorias na logística de cargas regionais e na aplicação da lei marítima internacional. O processo de independência da Namíbia, a democratização da África do Sul, a normalização das relações Argentina-Grã-Bretanha e as tentativas de pacificação em Angola contribuíram para tal retomada. Igualmente, o terceiro encontro da Zona se efetivou de 21 a 22 de setembro de 1994, em Brasília, onde os Estados membros adotaram a Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul, a Declaração do Meio Ambiente Marítimo e a Declaração de Cooperação Comercial, além do estabelecimento de

um Comitê Permanente da Zona, responsável pelo funcionamento permanente das ações da Zona.

O quarto encontro ocorreu na Cidade do Cabo, em 1996, e em 1998, em Buenos Aires, buscou aprofundar as ações práticas da Zona, no sentido de enfatizar “a necessidade de fortalecer os laços entre as duas margens do Atlântico Sul e consolidar a região sub-atlântica como uma importante bacia econômica capaz de fomentar o desenvolvimento econômico da região” (PENHA, id., pág. 190). No entanto, em face do esvaziamento resultante da não unanimidade em como implantar o plano de ação, a ZoPaCAS se enfraqueceu e os encontros bianuais não mais aconteceram até o ano de 2007.

No que se refere à cooperação educacional, no ambiente pós-Guerra Fria, também houve o deslocamento do objetivo geopolítico para a promoção do desenvolvimento, dentro da maturação do conceito de cooperação Sul-Sul que estaria mais evidente a partir de 2003: passou-se a enfatizar-se o objetivo social e econômico a partir da transferência de conhecimento. Muito resumidamente, pode-se afirmar o incremento das relações Brasil-África no teor educacional durante a década de 1990, pois a criação da CPLP revitalizou parcialmente essas ações principalmente nos setores de educação, saúde e agricultura. No ano de 1998, foi assinado o sexto Protocolo do PEC-G de 1998 (que atualmente está em vigor).

### **Política externa brasileira para Cabo Verde (1990/2002)**

Dentro do contexto de diminuição de contatos da política africana no período, as relações Brasil-Cabo Verde também sofreram uma redução drástica entre 1990 e 2002. O retraimento brasileiro em Cabo Verde se fez notar pela diminuição nos contatos de alto nível, no volume da cooperação técnica, no total das relações comerciais e no fim da ligação aérea entre os dois lados do Oceano Atlântico. Esse nível decrescente do status político da ação brasileira já ficava evidente na análise do embaixador brasileiro Nuno Álvaro<sup>124</sup>:

A atuação política do Brasil em Cabo Verde tem declinado bastante nos últimos anos. Após a visita presidencial a Praia e Mindelo, em 1986, os dois únicos fatos a destacar no relacionamento bilateral, a partir de então, foram a inauguração dos vôos da VARIG, entre Recife e Sal, antiga aspiração das autoridades locais e o recente encontro dos dois presidentes, no âmbito da reunião dos “Sete” para a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em São Luís, em novembro de 1989. Os programas de cooperação técnica até aqui desenvolvidos sofreram alguns

---

<sup>124</sup> Os embaixadores brasileiros em Praia no período foram Nuno Álvaro Guilherme d’Oliveira (1990/1995), Romeo Zero (1995/2001) e Vitor Candido Paim Gobato (2001/2007).

percalços, o que levou a nova direção da ABC a reestudar a cooperação [...] A própria concessão de bolsas a estudantes cabo-verdianos, por força da nova sistemática, tem diminuído a possibilidade de os estudantes deste país poderem aproveitar ‘in totum’ os oferecimentos de cursos [...] *Vale dizer, ainda, que os contatos políticos, antes rarefeitos, hoje inexistem, havendo passado Cabo Verde à iniciativa, procurando diálogo na área comercial* (ÁLVAROA, 1990, pág. 1, grifo nosso).

O contexto de fim da Guerra Fria, aliado às consequências da crise da dívida externa durante a década de 1980 teve impacto no Brasil e também nos Pequenos PALOP. O Encontro Franco-Africano de La Baule (junho de 1991), relacionando pela primeira vez a ajuda externa à democratização, foi um marco para os países africanos. Mesmo que o debate sobre o início da transição em Cabo Verde reflita sobre tal iniciativa já na metade da década de 1980, o certo é que apenas no ano de 1988, com o Terceiro Congresso do PAICV, iniciou-se o processo de do sistema econômico. Para Andrade,

Foi nessa época que o governo iniciou uma política de apoio ao setor privado e criou a Unidade de Promoção Industrial, uma instituição semi-oficial, visando a oferecer crédito para pequenas empresas privadas. O Terceiro Congresso do PAICV, realizado em novembro de 1988, marcou o começo de uma reforma sistemática da economia. O que ele propôs foi nada menos que uma nova estratégia de desenvolvimento orientado externamente. *O que se pretendia era uma integração da economia cabo-verdiana no sistema mundial, fazendo pleno uso de suas (reconhecidamente limitadas) vantagens comparativas.* Em outras palavras, o governo agora formalmente reconhecia o que há muito tempo se aceitou na prática – ou seja, que qualquer noção de socialismo auto-sustentável e auto-contido era impraticável. (ANDRADE, 2002, pág. 269, tradução nossa, grifo nosso).

O ímpeto inicial da reforma foi baseado na economia, mas essa acabou se estendendo para uma reestruturação política, que culminou nas eleições presidenciais de fevereiro de 1991, que marcaram o ponto de institucionalização do sistema multipartidário no país. Nessas, saiu vitorioso o candidato do Movimento para a Democracia (MPD), Antônio Mascarenhas Monteiro, que obteve aproximadamente 75% dos votos, contra o candidato Aristides Pereira<sup>125</sup>. O MPD, na década de 1990, se configurou como principal partido surgido das reformas, pois além de ter vencido as eleições legislativas e presidenciais de 1991, também obteve maioria nas eleições locais de dezembro do mesmo ano. Em 1991, o III Plano Nacional de Desenvolvimento foi lançado pelo MPD (para o quadriênio 1992/95), reconhecendo que as características do sistema econômico, principalmente a reduzida

<sup>125</sup> Pode-se identificar três fases dessa reforma, a saber: a primeira fase ocorreu de 1988 a fevereiro de 1990, quando o Conselho Nacional do PAICV decidiu, por meio de referendo popular, a mudança para um sistema multipartidário; a segunda fase se estendeu até a realização das eleições legislativas, em janeiro de 1991. Nessa fase, ocorreram as reformas na política eleitoral e Constituição, como a introdução do sistema de voto proporcional e a criação de novos partidos políticos, entre eles o principal da oposição (Movimento para a Democracia – MPD); a terceira fase, das eleições presidenciais de 1991.

dimensão do mercado interno inviabilizaram uma estratégia de desenvolvimento com base estatal, pelo que a economia deveria passar pelo desenvolvimento de setores voltados para a exportação, como a pesca, o turismo e a prestação de serviços internacionais. Novamente, a constante busca por ajuda externa foi a tônica do período, onde a eficácia da gestão da ajuda pública e privada permitiu a Cabo Verde figurar entre os países que receberam mais ajuda per capita.

Depois de 1991, a estratégia de desenvolvimento passou a ter como principal objetivo a inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema econômico mundial, baseado na valorização do mercado e na iniciativa privada. O III PND inseriu-se, portanto, num contexto de profunda modificação das opções essenciais da economia e da sociedade cabo-verdianas e pretende ser um instrumento dessa modificação. A diminuta dimensão do mercado impossibilitava a dimensão positiva de produção, o que reduzia as oportunidades para tirar proveito das economias de escala resultantes da indivisibilidade em certos setores<sup>126</sup>. Deste modo, Cabo Verde necessitava recorrer a uma grande parte dos seus recursos para financiar infraestruturas básicas, tais como aeroportos, portos, estradas, energia, bem como para financiar serviços públicos como a administração, a educação e a saúde<sup>127</sup>.

Outro setor que foi repensado a partir do III PND era o da educação, pois se buscava “a elevação do nível da qualificação da população – educação de massas – e por outro, garantir a formação de quadros altamente qualificados, quadros de elite, preparação de elites capaz de satisfazer as exigências do processo de modernização econômica e social” (MOURA, 2008, pág. 165). Entre as metas estabelecidas no PND para a educação, constavam a integração do ensino pré-escolar no sistema educativo, o desenvolvimento do ensino básico universal e gratuito, a reestruturação do ensino secundário, a implementação de estruturas do ensino médio e superior, possibilidade de estudos à distância e formação profissional.

---

<sup>126</sup> A insularidade impõe também uma dupla condicionalidade, pois por um lado, o país ficou cada vez mais dependente dos transportes marítimos e aéreos, para estabelecer as suas relações com o exterior, o que significou elevados custos dos transportes associados, ainda, aos custos das próprias infraestruturas, que, tendem a reduzir os benefícios do comércio internacional. Por outro lado, em complemento, sua específica descontinuidade territorial implica, desde sempre, na forte dependência em relação aos transportes marítimos e aéreos inter-ilhas, o que determinou um aumento do número de infraestruturas, um aumento dos custos da manutenção das mesmas e dificuldades na integração do mercado interno.

<sup>127</sup> Os três eixos da reforma econômica em Cabo Verde, no início da década de 1990, diziam respeito à estabilização macroeconômica como prioridade (programa imediato), a redução do papel do Estado e liberalização do mercado (programa de médio prazo) e a orientação da produção para as exportações, no sentido que o setor externo seria o novo motor da economia cabo-verdiana. Esta abertura incluiu uma profunda dependência em relação aos fluxos de capital externo, como as remessas de emigrantes e a ajuda pública ao desenvolvimento, sendo o seu impacto sobre o PNB bastante elevado, porque uma parte significativa das atividades e do rendimento gerado resultam direta ou indiretamente daqueles fluxos.

As eleições legislativas de 1995, o MPD também obteve a maioria na Assembleia; no pleito presidencial de 1996, Antonio Mascarenhas Monteiro se reelegeu Presidente, com aproximadamente 45% dos votos. No entanto, em dezembro de 2000, as eleições legislativas trouxeram o PAICV novamente à maioria do legislativo, fato que se completou com a vitória de Pedro Pires, do PAICV, à eleição presidencial de fevereiro de 2001 (onde o MPD obteve 39,2% dos votos contra 47,8% do PAICV). Ainda em 1996, o governo cabo-verdiano lançou o IV Plano Nacional de Desenvolvimento (1997/2000), como aprofundamento dos planos anteriores, mas identificando a necessidade da reforma do setor financeiro do país, do judiciário e do Parlamento, no sentido de descentralização, privatizações e redução da pobreza. Em relação à educação, o governo aprofundou as metas que constavam no II PND, pois identificou que os resultados obtidos ainda não eram os desejados<sup>128</sup>.

Vale destacar que no nível macroeconômico, os Planos Nacionais de Desenvolvimento resultaram no aumento do déficit público “aliado com sérios aumentos na dívida pública interna – que passou de 4% do GDP em 1991 para 45% em 1997, a esse tempo no valor de US\$186 milhões” (ANDRADE, 2002, pág. 276, tradução nossa). No sentido de minimizar esses efeitos na sociedade cabo-verdiana, o governo criou em 1997 um fundo que recebeu os valores das privatizações realizadas (aproximadamente US\$80 milhões), além das receitas da ajuda internacional (US\$ 100 milhões).

Ainda, para financiar tal fundo, o governo aprofundou as privatizações a partir de 1998, mesmo ano em que assinou com o Fundo Monetário Internacional um programa de ajuste estrutural. Entre 1994 e 1998, 35 empresas públicas foram vendidas (entre elas, a Companhia de Petróleo - ENACOL, a Companhia de Água e Eletricidade - Electra, uma empresa de construção civil - CVC, uma agência de viagens - Arca Verde) e a Companhia de Seguro/Garantia e, em 1999, dois bancos comerciais (o Banco Comercial do Atlântico Sul e a Caixa Económica de

---

<sup>128</sup> Como exemplo, em 1996, apenas 40% das crianças em idade pré-escolar (quatro a seis anos) estavam nas escolas de educação básica. A ideia era massificar-se o acesso, com aumento da rede escolar e a criação do Instituto de Professores, que triplicou a capacidade de formação de docentes, pois aproximadamente 40% dos professores cabo-verdianos não tinham formação adequada em 1996. Cabe destacar que em 1991, 103.700 alunos estavam regularmente matriculados na rede de ensino cabo-verdiana; em 1995, esse número aumentou para 119.300 alunos. Embora tal aprofundamento da reforma no sistema educativo do país no período, cabe mencionar que se de 1992 a 1995 a educação era o segundo setor com maior investimento público, de 1997 a 2002 passou a ser o sexto, com apenas 8,1% do total do investimento público (MOURA, *idem*, pág. 168). Assim, as principais metas eram melhorar a qualidade do ensino e do rendimento escolar, melhorar a orgânica institucional, o envolvimento das famílias e da comunidade no desenvolvimento do sistema, a promoção do ensino privado, ampliação do tempo da escolaridade obrigatória em oito anos e promoção do ensino superior.

Cabo Verde - CECV) também foram privatizados<sup>129</sup>. Para Andrade, fica claro o resultado desse programa:

Há, no entanto, dúvidas de que as privatizações sejam benéficas para o país ou sua população. Algumas questões referem-se se o processo seria economicamente benéfico em uma situação onde um número de empresas públicas não são suscetíveis de serem rentáveis. Isso poderia levar à degradação dos serviços mais tarde, especialmente depois que esses serviços foram privatizados, sem colocar em seu lugar órgãos públicos de fiscalização [...] para regular seu desempenho e o custo de tais monopólios (ANDRADE, 2002, pág. 277, tradução nossa).

No ano de 1998, o governo fixou a convertibilidade do Escudo Cabo-Verdiano (ECV) em paridade com o Euro (€), mantendo o câmbio fixo em €1,00= ECV110,264, em razão das profundas relações econômicas com Portugal e, por consequência, com a União Europeia<sup>130</sup>.

O Brasil, em Cabo Verde, manteve um relativo status político para a cooperação, um ponto de contato mínimo que fez com que as relações não cessassem. O presidente Aristides Pereira visitou o Brasil em março de 1990, para a posse do Presidente Collor de Melo<sup>131</sup> e no ano de 1992, o novo Presidente cabo-verdiano, Antonio Mascarenhas Monteiro, também esteve em visita oficial ao país. No entanto, essas duas visitas tiveram um impacto mínimo na política externa brasileira, pois o distanciamento da política externa brasileira para Cabo Verde já se percebia desde 1988.

Merece destaque a própria situação da infraestrutura física da embaixada brasileira em Praia era motivo de preocupação, dado o grau de esfriamento da ação brasileira em Cabo Verde, como fica evidente na correspondência diplomática e especialmente no argumento do Ministro Marcos Vinicius Rodrigues Vilaça, em visita a Praia:

Visitei a nossa embaixada, onde fui atenciosamente recebido pelo único diplomata brasileiro em Cabo Verde, o embaixador Romeu Zero. Funcionando em condições precárias, por ausência de recursos, a representação brasileira é responsável entre outras atividades pela colocação de cerca de 600 estudantes-bolsistas cabo-verdianos nas escolas e universidades brasileiras, bem como pela administração do Centro de

<sup>129</sup> Outro ponto interessante é analisar-se a origem desses investidores, especialmente de capital português, onde, por exemplo, a Caixa Geral de Depósitos de Portugal adquiriu 60% do Banco do Atlântico Sul e 95% da Companhia Garantia; o Montepio Geral de Portugal, por sua vez, adquiriu 26% da CECV. Cabe destacar que esse capital externo em Cabo Verde. Nesse sentido, e pelo fato da maior parcela de privatizações serem de capital externo, especialmente português, gera-se a incerteza a cerca dos reais investimentos futuros nos países, pois os lucros de tais investimentos são mais suscetíveis de serem exportados para Lisboa, por exemplo. Para Andrade, “essa poderia ser uma das razões pelas quais o crescimento econômico aparentemente saudável, registrado nos últimos anos, não resultou em maior empregabilidade no país” (2002, pág. 277).

<sup>130</sup> Como exemplo dessa aproximação com a União Europeia, Cabo Verde modificou sua bandeira nacional em 13 de janeiro de 1992 (como complemento da reforma política), passando o novo modelo a ser parecido com a bandeira da União Europeia.

<sup>131</sup> Em razão dos poucos contatos de alto nível naquele momento, o Presidente Aristides tomou para si a responsabilidade e manteve encontros com os governadores de São Paulo e Pernambuco, apresentando-lhes proposta cabo-verdiana referente ao comércio bilateral.

Atividades Culturais que se encontra precariamente instalado na sede da embaixada e que nada recebeu em acréscimo ao seu acervo, desde quando foi inaugurado em 1986 pelo Presidente da República José Sarney e pelo escritor Jorge Amado (VILAÇA, 1996, pág. 109).

Uma tentativa de reverter essa tendência foi a V Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, realizada em Praia, entre 25 e 26 de julho de 1991, cuja pauta foi fartamente baseada na cooperação (nas áreas de administração pública, desenvolvimento rural, pesca, formação profissional, aviação civil, cooperação cultural e naval) e na possível compra de um segundo avião da EMBRAER (o primeiro tivera sido adquirido em 1989 e entregue apenas em 1990). Efetivamente, no entanto, essa reunião não tivera resultados concretos o que demonstra o grau de distanciamento que se apresenta entre Brasil e Cabo Verde naquele período.

Pode-se afirmar que o contato que se manteve foi a área da cooperação técnica – especialmente a educacional –, mesmo que tenha sofrido perdas. Isso já ficava claro no relato do embaixador Nuno sobre reunião com o Ministro da Saúde cabo-verdiano, Irineu Gomes:

A entrevista se centrou naquilo que o governo brasileiro tem realizado em Cabo Verde e o que este espera de nós. O Ministro da Saúde não escolheu palavras, sendo francamente objetivo na análise da atual situação, reportando-se ao exemplo de outros países, na cooperação com o Brasil. Comentou assim, que o apoio recebido da China, Cuba e URSS (ainda que insuficiente), tem sido além da expectativa. Considera mesmo que o que Cuba tem feito aqui é notável, consideradas as pequenas disponibilidades daquele país, em comparação com os demais, isto é, China, URSS e Brasil. [...]

Observou o Ministro que uma coisa são os médicos brasileiros, pelos quais alunos e pacientes tem marcada preferência, outra totalmente distinta, por exemplo, são os médicos chineses que tem de atuar com auxílio de interpretes, o que torna os contatos difíceis e distantes (ALVARO, 1990, pág. 1).

A presença de outros países em Cabo Verde, especialmente em atividades de cooperação era claramente concorrencial com as ações brasileiras em vigência (nas modalidades de projetos e iniciativas), porém diversa em seu teor político. O exemplo mais interessante refere-se à presença de médicos cubanos, como evidencia o relato do embaixador Nuno, em reunião com o embaixador Choy Rodriguez cubano em Cabo Verde: “[...] me adiantou que a principal razão da presença cubana no arquipélago foi a necessidade de estabelecer um ponte de suprimentos para Angola” (ALVARO, Op. Cit., pág.1). Cabo Verde, àquela época, ainda buscava se desvencilhar da dinâmica da Guerra Fria e o Brasil era seu parceiro neutro, com objetivos ligados ao desenvolvimento.

Nesse sentido, no âmbito do PEC-G e PEC-PG, bem como do PEC-TEC, estima-se que, em média, 20 alunos cabo-verdianos por ano vieram para o Brasil de 1990 a 2002<sup>132</sup>. A cooperação técnica no âmbito da administração pública, iniciada no governo Sarney também se manteve, em menor amplitude. O principal esboço dessa foi o “Projeto de Administração Pública” elaborado e executado pela FUNDAP, financiado pelo UNDP<sup>133</sup>, a partir do conceito da cooperação triangular<sup>134</sup>.

A cooperação em termos de defesa e segurança pouco avançou, com exceção para um ajuste complementar, de 1992, sobre a instalação de uma estação de rastreamento de veículos lançadores de satélites e seu acompanhamento, em Cabo Verde, por parte do Brasil (instalados em 1996). Em setembro de 1996, uma missão organizada pela ABC e composta por membros da Fundação Osvaldo Cruz visitou Cabo Verde, para mapear as demandas para implantação de cursos de formação e treinamento para profissionais de saúde.

O fato que caracterizou a cooperação técnica brasileira para os países em desenvolvimento, de 1990 a 2002 (e Cabo Verde, em especial), foi o início de uma gradual política de triangulação, pois “cumprir lembrar (...) que a ABC não [*estava*] em condições, no momento, de contrair qualquer encargo financeiro referente a projetos de cooperação técnica com Cabo Verde” (BRASEMB PRAIA, MSG OF 0031-00409, 1990, pág. 01).

Fica evidente que mesmo esse ponto mínimo sofreu com a diminuição das relações, onde termos como “restrição orçamentária” e “redução de despesas específicas” passaram ser constantes na correspondência diplomática entre Praia e Brasília, como se denota no trecho que segue, de resposta da diplomacia brasileira a uma solicitação cabo-verdiana:

[...] poderá ser concedida a vaga solicitada [...] em curso especializado de informática. Não obstante, em face das atuais restrições orçamentárias e da falta de definição quanto aos recursos a serem destinados aos diferentes programas de cooperação, não será possível custear-lhe bolsa de manutenção e passagem aérea. Como linha de ação alternativa [...] poderia sugerir ao interessado a identificação de

<sup>132</sup> Situações contrárias também ocorreram no período, onde Cabo Verde não conseguiu preencher vagas ofertadas pelo Brasil no Programa de Estudantes-Convênio de Cursos Militar na Polícia Militar do Distrito Militar, “de vez que o nível do mesmo é por demais elevado (...) em contrapartida informou que o seu governo [de Cabo Verde] estaria muito interessado nos cursos básicos para tenentes e subtenentes da Polícia Militar” (BRASEMB PRAIA, MSG OF n° 00131Z, 1990, pág. 01).

<sup>133</sup> Esse projeto, a partir do final de 1991, teve problemas em sua execução, especialmente relacionados à má gestão financeira, mobilidade de pessoal e passividade dos funcionários envolvidos. Após uma reorganização interna, Cabo Verde retomou o projeto. Entre julho e agosto de 1995, alunos cabo-verdianos participaram como ouvintes no Curso de Formação em Análise e Finanças - controle externo, no Instituto Serzedello Correa, em Brasília.

<sup>134</sup> “Triangulação é a modalidade de cooperação técnica na qual dois países implementam ações conjuntas com o objetivo de prover capacitação profissional, fortalecimento institucional e intercâmbio técnico para um terceiro”, conforme a ABC.

eventuais fontes de financiamento junto a Organismos internacionais (EXTERIORES/DAF-II, OF C 0031-00195, 1990, pág. 1).

Outro ponto constante da política externa brasileira para Cabo Verde no período refere-se à continuidade da pauta relativa aos problemas na logística de transportes e comunicações entre os dois países, demandada desde o início do governo Figueiredo. A criação de um voo semanal Rio-Recife-Sal, pela VARIG, no ano de 1988, foi a concretização dessas demandas. No entanto, em 11 de agosto de 1991, a VARIG suspendeu os voos para Cabo Verde, alegando motivos econômicos como causa especial. A repercussão política negativa nas relações bilaterais dessa atitude da empresa brasileira se fez sentir durante toda a década de 1990, cujo “banho de água fria” nas relações Brasil-Cabo Verde foi motivo de farta correspondência diplomática entre a embaixada brasileira em Praia e a DAF-II:

O conhecido círculo vicioso do binômio transporte-comércio dever ser rompido. Aceitar simplesmente que não há comércio, porque não existe transporte e vice-versa constitui raciocínio falacioso que convida a inação. Na verdade, para mencionar especialmente o transporte marítimo, devemos ser criativos e ousar mais [...] Impõe-se criatividade e isso pode ser conseguido rompendo-se com as conferências de frete, passando a operar a empresa de navegação com maior liberdade [...]. Chamo a atenção para um outro fato. Em razão da falta de agressividade do empresariado brasileiro no setor da informática, perdeu-se a oportunidade de interessar Cabo Verde pela indústria brasileira de computadores. A ausência da oferta brasileira abriu as portas a penetração portuguesa (BRASEMB PRAIA, MSG OF nº 00190A, 1990, pág. 2-3).

De 1991 a 1993, o Brasil passou a negociar com a empresa russa Aeroflot uma rota aérea que passasse por Cabo Verde. Em 15 de julho de 1993 iniciaram os voos semanais da Aeroflot, baseados em acordo entre Brasil e Rússia, pela rota Moscou-Argel-Sal-Rio. A renegociação da dívida bilateral teve momentos consecutivos durante o período em análise, como ocorrera em 1992, quando a dívida não consolidada de Cabo Verde com o Brasil chegava a US\$12 milhões. Em 1999/2000, nova reestruturação da dívida cabo-verdiana com o Brasil foi efetivada, essa proveniente dos créditos oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX/PROEX).

Mesmo com essa diminuição notável nos contatos, o Brasil continuou exercendo sua influência como interlocutor na África, especialmente nos Pequenos PALOP, herança das ações brasileiras no continente no período entre 1975/1990. Isso se verificou, por exemplo, quando o México solicitou ajuda do embaixador brasileiro em Praia para realizar itinerário na África, ou, ainda, quando o Peru solicitou apoio brasileiro para a liberação de voo das Forças Armadas peruanas no Aeroporto Internacional do Sal, em 1990. Em reunião com o Primeiro-

Ministro Pedro Pires, no ano de 1990, o embaixador Nuno Álvaro relatou a necessidade de Cabo Verde manter o Brasil próximo:

O Primeiro-Ministro Pedro Pires disse francamente o que Cabo Verde espera do Brasil. Deu ênfase especialmente à cooperação técnica na área da administração pública, pelo fato de ser ele – sublinho – o responsável pelo setor no seu governo [...] por que, ao seu ver, o modelo ideal de administração é o brasileiro (ALVARO, 1990b, pág. 1).

De 05 a 09 de abril de 1998, visitou o Brasil o Primeiro-Ministro cabo-verdiano Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga, com agenda voltada ao aprofundamento das bases da cooperação bilateral (MRE, Nota nº 93, 1998). Brasil e Cabo Verde assinaram em 07 de julho do mesmo ano, um Memorando de Entendimento na Área de Educação, Administração Pública e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Relativo ao programa de “Modernização Administrativa no Serviço Público e Sistemas Informatizados de Recursos Humanos”. Em 27 de junho de 2002, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação com Cabo Verde. Em 31 de julho de 2002, foi assinado, em Brasília, o Ajuste Complementar na área de formação profissional com Cabo Verde entre os Chanceleres brasileiro Celso Lafer e cabo-verdiano Manoel Inocêncio de Souza (MRE, Nota nº. 325, 2002). Em discurso na ocasião, mostra-se evidente que, em razão das baixas relações bilaterais em termos econômicos entre Brasil e Cabo Verde, a cooperação, gradualmente, se mostrava como possibilidade de manter o relacionamento:

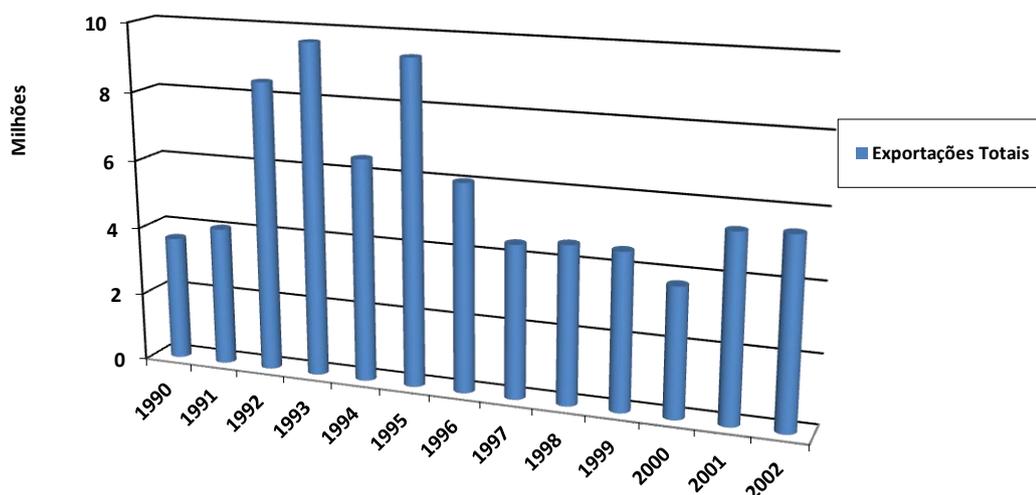
Ao longo dos últimos anos, o Governo brasileiro tem intensificado os laços com os países africanos – e me refiro em especial aos de língua oficial portuguesa -, sobretudo na área da cooperação técnica. Com esse espírito, numerosas missões foram realizadas a diferentes países africanos, nas mais variadas áreas do conhecimento, dentre elas as da educação, saúde, agricultura, meio ambiente e formação e capacitação profissional, num esforço que envolve, além do Ministério das Relações Exteriores e sua Agência de Cooperação Técnica, variadas instituições brasileiras de excelência (LAFER, 2002, pág. 43).

Uma das iniciativas cabo-verdianas de manutenção de contatos com o Brasil, nesse período, foi a abertura da embaixada de Cabo Verde em Brasília, quando em 05 de agosto de 2002, foi concedido “agrément” para o primeiro embaixador cabo-verdiano no Brasil, Luís António Valadares Dupret. Essa abertura deve ser entendida como um empreendimento estratégico por parte de Cabo Verde, onde ficou clara a opção pela parceira estratégica com o Brasil, pois a manutenção de uma representação em Brasília gerava custos altos a um país nas condições econômicas como o arquipélago.

No âmbito das Nações Unidas, os dois países continuaram se apoiando. Em 1991, Cabo Verde candidatou-se a vaga não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 1992/1993, e obteve o apoio brasileiro para tal empreendimento. Da mesma forma, que nos anos de 1992 (biênio 1993/1994) e 1997 (biênio 1998/1999), o Brasil, ao se candidatar como membro não permanente, também obteve apoio cabo-verdiano.

Em relação ao comércio bilateral, o período registrou números baixos relativamente iguais que os do período anterior, porém instáveis, decorrentes, especialmente, das deficiências cabo-verdianas para importar produtos brasileiros, a partir de linhas de crédito específicas, que nem sempre se concretizaram.

**Gráfico 4: Exportações totais brasileiras para Cabo Verde 1990-2002 (US\$ F.O.B. milhões)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Nota-se claramente um aumento no número total das exportações brasileiras para Cabo Verde no período 1990/2002, mas da mesma forma, evidencia-se uma inconstância nessas, com instabilidades entre 1993 e 1994 e entre 1995 e 1996 em diante. A partir de 1996, vislumbrou-se uma queda acentuada nessas exportações, que as estagnou até o ano de 2003. A base da pauta de exportações brasileiras para Cabo Verde era da área alimentícia (açúcar e seus derivados, produtos de confeitaria, café, farinhas e bolachas/ biscoitos) e da área de bens manufaturados com relativo valor agregado (automóveis, produtos cerâmicos, madeiras, calçados, ferro fundido, eletrodomésticos, produtos de higiene).

**Tabela 6: Exportações Brasileiras para Cabo Verde 1990/2002 (em US\$ F.O.B.)**

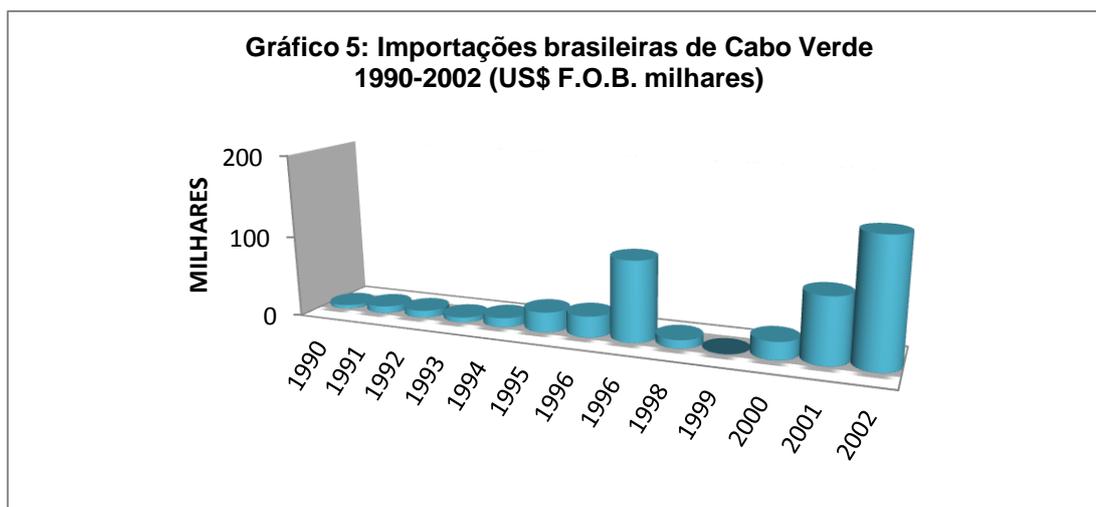
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Manufaturados</b>	3.626.651	4.026.589	7.316.484	8.723.418	6.121.573	7.726.238	5.047.882	3.789.204	3.821.670	3.852.205	3.444.116	4.995.241	4.828.811
<b>Semimanufaturados</b>	2.241	4.708	473.008	484.081	5.453	320.151	199.500	0	24.396	98.895	0	43.476	45.374
<b>Básicos</b>	3.147	10.492	656.004	422.028	347.288	1.340.993	800.865	664.411	741.116	598.635	285.524	362.829	573.899
<b>Serviços/ Outros</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3.634.962</b>	<b>4.054.156</b>	<b>8.445.496</b>	<b>9.641.227</b>	<b>6.474.314</b>	<b>9.387.477</b>	<b>6.048.844</b>	<b>4.453.615</b>	<b>4.587.182</b>	<b>4.550.577</b>	<b>3.749.701</b>	<b>5.376.868</b>	<b>5.448.084</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Logo, as principais empresas brasileiras exportadoras para Cabo Verde (todas com faixa de valor de até US\$1 milhão) entre 1990 e 2002 foram a Sadia S.A., Cargill Agrícola S.A., Perdigão Agroindustrial S.A., Sukest – Indústria de alimentos e fará Ltda., Frigol Comercial Limitada, Bertin Ltda., Peccin S.A., Gama Industrial, Comercial de secos e molhados Ltda., do primeiro grupo; e no segundo grupo, aparecem Gerdau Aços Longos S.A., Esmaltec S.A., GE Dako S.A., Cerâmica Formigres Ltda., Maximiliano Gaiszninski S.A. – Indústria de azulejos Eliane, Pilkington Brasil Ltda.

Essas empresas são acompanhadas, ainda, por empresas especializadas na exportação-importação, que efetivaram tal comércio para outras empresas brasileiras menores, sendo aquelas as principais Veter Comercial Exportadora Ltda., Atlântica – Empresa de comércio exterior Ltda. e SACE – Sociedade Atlântica de comércio exterior Ltda.). O produto mais vendido pelo Brasil a Cabo Verde nesse período foi o ferro fundido, para utilização na construção civil, exportado pela empresa Gerdau SA, filial de Simões Filho/BA.

C



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Cabo Verde foi o único dos Pequenos PALOP que vendeu ao Brasil no período analisado neste capítulo. O total das importações brasileiras de Cabo Verde também sofreu variações e inconstâncias, mas teve uma linha de tendência positiva. Pelo valor diminuto dessas importações (em milhares), não foi possível a elaboração de um único gráfico de exportações e importações. Assim, o grosso da pauta de importações se refere a bens alimentícios derivados de peixes (*in natura* e congelados), representando, em média, 80% das importações brasileiras feitas de Cabo Verde entre 1990 e 2002. No ano de 1999, essas foram nulas.

### **Política externa brasileira para Guiné-Bissau (1990/2002)**

O traço político foi a base da política externa brasileira para a Guiné-Bissau de 1990 a 2002. A maior parte da documentação diplomática da embaixada em Bissau<sup>135</sup> e mesmo da DAF-II para Bissau, entre 1990 e 2002, referiu-se a quatro grandes temas: a) a renegociação da dívida bissau-guineense, b) a cooperação educacional e técnica, por meio da diminuição do número das bolsas, c) a dificuldade logística entre o Brasil e a Guiné-Bissau e d) a instabilidade interna bissau-guineense, seja por tentativas de golpes, por insatisfação das Forças Armadas, reformas ministeriais ou ainda por problemas fronteiriços da Guiné-Bissau, especialmente com o Senegal.

<sup>135</sup> Os embaixadores brasileiros em Bissau no período foram Marcelo Didier (1991/1996) e Arthur Vivacqua Correa Meyer (1999/2005).

Desde que assumiu o poder, em novembro de 1980, a convulsão política e a crise econômica foram as marcas do governo de João Bernardo Vieira, como a desarticulação constante de complôs políticos e levantes militares (geralmente liderados por cidadãos de origem balanta) e prisão de pessoas ligadas ao governo. No plano econômico, o país iniciou os ajustes estruturais propostos pelo FMI no final da década de 1980, de clara orientação neoliberal, aprofundando os níveis de dependência econômica, com respaldo, inclusive, da ajuda econômica enviada por países europeus. Por um lado, o Presidente Vieira priorizou a ajuda econômica dos países ocidentais, principalmente França e Portugal, fato que resultou na inclusão da Guiné-Bissau na Zona do Franco, no ano de 1994. Por outro, a aproximação do governo de Nino com Lisboa se evidenciou a partir de 1982, com a visita do Presidente português Ramalho Eanes a Bissau, e a visita de Vieira a Lisboa em 1984, visitas essas que marcaram o restabelecimento de um acordo bilateral entre as partes, onde Portugal se comprometia a conceder créditos e renegociação a dívida bissau-guineense, nos termos do interesse português na criação da CPLP.

O Primeiro Plano de Desenvolvimento (1983/1986) requisitava uma inversão inicial de US\$118,6 milhões, sendo aproximadamente 75% proveniente de ajuda externa (plano esse que fracassou pelo auge da crise econômica do país, resultado direto da queda dos preços dos produtos internacionais da Guiné-Bissau. A proximidade com os países europeus, a abertura ao capital externo em complemento às ações do programa de ajuste neoliberal e a busca por parceiros para ações de cooperação, como o Brasil, constituíram os pilares da política exterior de Vieira, articulada com uma política interna de centralização política do poder e a constante desarticulação de tentativas de golpes e instabilidades no setor militar. Retomando o argumento de Forrest sobre os três problemas principais da Guiné-Bissau, entende-se que a política econômica ao beneficiar diretamente as elites estatais e aprofundar a dependência externa, a continuidade do efeito econômico, político e social do período colonial e o aumento da natureza personalística da política que refletiram diretamente na informalização do poder político (FORREST, 2002, pág 236-240)<sup>136</sup>.

Deste modo, a década de 1990 foi consequência das ações da década anterior, tendo como consequência uma grave crise econômica no país: a dívida externa crescia em torno de US\$600 milhões, a queda dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional

---

<sup>136</sup> Assim, esses primeiros anos do socialismo na Guiné-Bissau acabaram por gerar uma insatisfação econômica generalizada, perante a população: nem a indústria, nem a produção agrícola nem o comércio evitaram suas estagnações. O “desenvolvimento deformado” foi consequência dessa dinâmica local, de relação entre a centralização política e a liberalização econômica resultaram num aprofundamento dos níveis de pobreza no país, e numa necessidade de ajuda externa cada vez mais presente.

debilitou a capacidade de resposta econômica guineense e as expectativas em fortalecer as explorações de recursos energéticos, com a vizinha Guiné-Conacry se esvaziavam. Em complemento, a pressão internacional e a adoção da política econômica proposta pelo Fundo Monetário Internacional levaram o governo de Nino a efetivar também a reforma política.

Em janeiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, o Presidente Nino Vieira anunciou o início da democratização do país, tendo para o efeito sido alterada a Constituição, de modo a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa. A política multipartidária adotada retornou com o cargo de Primeiro-Ministro, assumido naquele momento por Carlos Correia, além, nos anos seguintes, a criação de várias associações partidárias, sendo que 13 partidos legalizados concorreram às eleições legislativas de 1994. A criação, em agosto de 1992, da Comissão Multipartidária da Transição definiu a fase de “grande abertura”, confirmada, em janeiro seguinte, pela criação da Comissão Nacional de Eleições. Conforme Sangreman et al.,

Destes [partidos políticos novos], apenas dois, a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e a Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bá-fatá (RGB-MB), não eram resultado de cisões ou dissidências do PAIGC ou criados por antigos militantes ou dirigentes.

É um facto que a constituição de várias formações políticas na Guiné-Bissau desde 1991, foi também caracterizada por conflitos de interesses e várias dissidências, reforçando o argumento da lógica do conflito na história recente deste país (SANGREMAN et al., op. cit., pág. 15).

O congelamento dos salários, a redução do gasto público, a reestruturação da dívida externa, a privatização dos meios de produção e a política monetária restringida pela Zona do Franco, não renderam os resultados esperados e, aliados à instabilidade política e militar, serviram como base das eleições gerais de 1992, 1993 e 1994<sup>137</sup>. O ano de 1994 marcava a esperança de uma transformação política e econômica, onde o clima político prévio às eleições gerou fortes choques entre situação e oposição, por meio de protestos públicos contra a corrupção generalizada e consequentes prisões, especialmente a de João da Costa (presidente do Partido Renovação Democrática – PRD) e o do ex-General Tagmé Na Waié (membro do Partido da Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (PRGB-MB)). As eleições legislativas, de julho de 1994, foram marcadas pela vitória do PAIGC, que obteve 62 das 100 cadeiras na ANP, contra o Movimento Bafatá que ficou com 19 cadeiras. As eleições presidenciais se realizaram em agosto seguinte, dando a vitória a Nino Vieira no segundo

---

<sup>137</sup> Em 1992, a aliança entre os novos partidos (sob a denominação de Fórum Democrático), passou a pressionar o governo, estabelecendo uma comissão multipartidária eleitoral. Em 1993, ocorreu uma tentativa de golpe, quando 50 soldados se rebelaram contra o governo.

turno, com 52,02% dos votos, contra o candidato balanta Kumba Ialá (do Partido da Renovação Social), com 47,98%.

O triunfo do PAIGC contou com o aval dos observadores internacionais, frente às denúncias de uma possível fraude, empreendida pela oposição. Pode-se afirmar que a vitória de Nino se baseou no aprofundamento das reformas econômicas e políticas. Chabal (2002) ainda analisa a vitória de Nino por meio do discurso de cooperação interétnica, além de se basear em sua posição de Presidente para ser favorecido pela intensa campanha eleitoral contra uma oposição dividida. Assumiu como Primeiro-Ministro, como base de seu novo governo, Manuel Saturnino da Costa, ex-secretário geral do PAIGC.

A meta de seu novo governo era resgatar a economia e a reaproximação com os países vizinhos. Para alcançar o primeiro objetivo, foi lançado o Segundo Plano de Ajuste Estrutural (1994/1997), que contou com a concessão de um novo crédito do Fundo Monetário Internacional de US\$ 14 milhões; para o segundo, negociações com o governo de Dakar permitiram a exploração conjunta de recursos energéticos comuns e também, no final de 1995, o país ratificou um acordo limítrofe com o Senegal (de 1993), que redefinia suas fronteiras marítimas, estipulando a exploração conjunta de uma área rica em petróleo. A reaproximação com o Senegal (com a França e os demais membros da Francofonia) também resultou na incorporação da Guiné-Bissau à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO) em 02 de maio de 1997, o único Estado-membro não pertencente à Francofonia.

Chabal (1994) argumenta sobre a crescente informalização política que ocorreu na Guiné-Bissau da década de 1990, especialmente na área rural com a ascensão de diferentes movimentos sociais baseados em regimes anciãos, com poder central próprio e organização social diferenciada da sociedade bissau-guineense. Esse movimento diluía ainda mais a presença do poder de Bissau nas áreas do interior da Guiné-Bissau. E, se o Estado tinha pouco controle direto nessas comunidades rurais, também em Bissau havia incoerências e tensões graduais, que traduziam a debilidade estatal. Os Presidentes do país só ficaram no poder pelas redes entre a burocracia e as Forças Armadas. O teor autocrata do governo de Nino aliado à informalização do poder, resultantes do multipartidarismo foram ainda favorecidos pela crise fiscal e o consequente atraso dos salários do funcionalismo público, a partir de 1996.

Outro ponto relevante nessas relações refere-se ao conflito na região da Casamansa, área fronteira comum entre esses Estados, que se converteu em um fator fundamental para a aparição de novos atores regionais nessa questão. As acusações a dirigentes bissau-guineenses por colaborarem com as tropas do Movimento de Forças Democráticas da Casamansa

(MDFC), no norte do país, gerou tensões políticas internas, refletindo-se na destituição do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, General Ansumane Mané, herói da independência nacional. As acusações em torno do apoio aos rebeldes e do tráfico de armas e drogas, por parte de segmentos das Forças Armadas guineenses, constituíram o argumento da destituição de Mané, substituído pelo General Humberto Gomes.

O período compreendido entre 1998 e 1999 foi de profunda crise política e consequente guerra civil, que destruiu a maior parte da infraestrutura do país, período também denominado como de segunda transição política, por Koudawo (apud Sangreman et al., 2006). De acordo com esses autores, no nível político, a “Guiné-Bissau foi marcada de 1974 a 1991 pelo regime de ‘partido único’, alternando de 1991 a 1999 para ‘único partido’, em razão da manutenção da relativa força política do PAIGC, a todo custo e guerra (KOU Dawo, 1990 *apud* SANGREMAN et al., 2006, pág. 25).

O isolamento do general Mané e os crescentes enfrentamentos armados debilitaram as bases políticas do governo de Nino Vieira, apesar do esforço dos países vizinhos em pregar o diálogo. As tropas rebeldes, lideradas por Mané, em 7 de junho de 1998, tomaram o controle do quartel militar de Bissau e de outros locais estratégicos da capital (como o Aeroporto internacional)<sup>138</sup>. Em 26 de julho, a partir da mediação de uma delegação da CPLP, o governo e os rebeldes concordaram em uma trégua e as negociações para um acordo de paz iniciaram. Em setembro, as negociações de paz indicavam a criação de uma área desmilitarizada separando as forças opostas, foi abandonado com a gradual ascensão dos conflitos armados. Em 20 de outubro, o Presidente Nino declarou cessar-fogo unilateral, quando a maior parte das tropas fiéis ao governo já haviam desertado para os rebeldes, que a essa altura dominavam 99% do território guineense. Novas negociações de paz reiniciaram, sob a observação da CEDEAO, resultaram no Acordo de Abuja, em 01 de novembro de 1998<sup>139</sup>.

Em 3 de dezembro, Francisco Fadul foi nomeado Primeiro-Ministro. O primeiro contingente de 100 soldados do ECOMOG (Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da CEDEAO) chegou ao final de dezembro. Ao mesmo tempo, o CSNU aprovou a Resolução nº.

---

<sup>138</sup> Como o apoio de 1.300 senegaleses e de aproximadamente 400 soldados guineenses, as tropas fiéis ao governo tentaram sem sucesso recuperar o controle da cidade. Os combates se deram no centro de Bissau, e ocasionaram a saída aproximadamente 200 mil pessoas para o interior. A guerra se espalhou para a área rural do país, incluindo cidades como Bafatá, Buba, Gabu, Farim, Mansoa e Canchungo, onde veteranos da guerra de independência e agricultores se uniram os rebeldes.

<sup>139</sup> Sob os termos de acordo, os dois lados reafirmaram o cessar-fogo de 25 de agosto e decidiu que a retirada das tropas do Senegal e da Guiné-Conacry da Guiné-Bissau deveria ser realizada simultaneamente com a implantação de uma força de interposição do Grupo de Monitorização de Cessar-Fogo da CEDEAO (ECOMOG), o que garantiu a segurança na fronteira com o Senegal. Também foi acordado que um Governo de Unidade Nacional seria estabelecido para incluir representantes dos rebeldes e que as eleições presidenciais e legislativas seria realizada o mais tardar até março de 1999.

1216 que apelava para ambas as partes formarem um governo de unidade nacional e realizar eleições até o final de março de 1999. Em janeiro de 1999, Fadul anunciou que as eleições presidenciais e legislativas não ocorreriam em março, como previsto no acordo de Abuja. Também em janeiro foi acordado entre o governo, rebeldes e da CEDEAO sobre o aumento do número de tropas do ECOMOG (mais 710 soldados). No final de janeiro, no entanto, as hostilidades recomeçaram na capital, resultando em numerosas fatalidades e ao deslocamento de cerca de 250.000 residentes. Em 9 de fevereiro, as negociações entre o governo e os rebeldes produziram um acordo sobre um cessar-fogo que previa a retirada imediata das tropas do Senegal e da Guiné.

Em reunião realizada em Lomé, Togo em 17 de fevereiro, João Bernardo Vieira e Ansumane Mané prometeram o desarmamento dos dois lados. Em 20 de fevereiro, o novo Governo de Unidade Nacional foi anunciado. No início de maio de 1999, Vieira anunciou que as eleições legislativas e presidenciais ocorreriam em 28 de dezembro. Em 7 de maio, sob a condenação da comunidade internacional, o presidente João Bernardo Vieira foi derrubado pela Junta militar rebelde, pois não respeitara o Acordo de Abuja, no item sobre desarmamento<sup>140</sup>.

O Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá, foi nomeado presidente interino da República até as eleições serem realizadas. O Governo de Unidade Nacional, incluindo os ministros nomeados por Vieira, permaneceu no cargo. Em uma reunião dos órgãos de decisão do PAIGC naquele mês, Manuel Saturnino da Costa foi nomeado para substituir Nino Vieira como líder do partido<sup>141</sup>. No dia 3 de março, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a criação da Missão das Nações Unidas para o Apoio à Reconstrução da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), a ser chefiada por um Representante Especial do Secretário-Geral. A UNOGBIS foi criada com a função de coordenar todo o trabalho do sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau durante o período de transição até à realização das eleições, no âmbito da implementação do Acordo de Abuja<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> Passadas 24 horas, os homens fiéis a Nino Vieira renderam-se. As forças da CEDEAO não se intrometeram no conflito. Após ter tentado obter refúgio na Embaixada francesa e depois na senegalesa, Nino Vieira foi acolhido, a conselho dos próprios dirigentes da Junta Militar, na Embaixada portuguesa, onde em 10 de maio ele assinou uma rendição incondicional.

<sup>141</sup> Em uma reunião tripartite realizada no final de maio por representantes do governo, a junta militar e os partidos políticos, foi alcançado um acordo que Vieira seria julgado por seu envolvimento no tráfico de armas para os separatistas de Casamansa e para crimes políticos e econômicos relacionados com seus termos no cargo.

<sup>142</sup> Reiterando todo o apoio ao processo de reconciliação nacional, o CSNU aprovou, por unanimidade, em 6 de abril, a Resolução n.º 1233/99, que incentiva as partes a aplicarem os pontos do Acordo de Abuja, designadamente a adoção de todas as medidas para o funcionamento do novo governo, para o melhoramento da confiança e para o regresso dos refugiados. As forças do ECOMOG se retiraram do país, a partir de junho seguinte. Após cerca de um mês na Embaixada portuguesa em Bissau, Nino Vieira pediu asilo político a

O restabelecimento da normalidade democrática concretizou-se com a realização de eleições legislativas e presidenciais em novembro de 1999 e janeiro de 2000 e que contaram com o apoio internacional expresso nos comunicados conjuntos dos Observadores Internacionais. Em 28 de novembro de 1999, as eleições presidenciais e legislativas foram realizadas com a oposição Partido da Renovação Social (PRS) ganhando 38 das 102 cadeiras, tornando-o o maior partido representado na Assembleia Nacional Popular, com o PAIGC obtendo 24 assentos. O candidato presidencial do PRS, Kumba Ialá, ficou em primeiro lugar no primeiro turno, com 38,81% dos votos. No segundo turno realizado em 16 de janeiro de 2000, Ialá derrotou o Presidente Malam Bacai Sanhá, do PAIGC, vencendo com 72% dos votos (ele foi empossado em 17 de fevereiro de 2000)<sup>143</sup>.

De tal modo essa instabilidade política e social bissau-guineense e o recuo da presença brasileira ocasionaram a diminuição dos contatos bilaterais, que também derivou na queda das atividades de cooperação, ofertadas pelo Brasil à Guiné-Bissau, motivo de preocupação do lado bissau-guineense já em 1990, em relato do encarregado de negócios da Embaixada brasileira em Bissau, Dijal Mariano:

O Chefe de Estado guineense manifestou preocupação com a diminuição da cooperação educacional prestada pelo Brasil, ao que retruquei estar o governo envidando esforços para ampliar os programas de cooperação com os países de língua portuguesa (MARIANO, 1990, pág. 1)

No ponto referente à renegociação da dívida bissau-guineense com o Brasil, essa ocorreu entre 1992 e 1993 e entre 1997 e 1998. No ano de 1993, a dívida consolidada apresentava aproximadamente US\$15 milhões (cfe. BRASEMB BISSAU, OF. C0021-00164, 1993), cujo valor foi redistribuído ao Programa de Financiamento à Exportações (PROEX) em crédito para a Guiné-Bissau<sup>144</sup>. Em 1997, essa dívida já chegava aos US\$26 milhões (EXTERIORES/DAF-II, DESPTTEL n° 00259, 1997) e novamente o valor foi utilizado para o pagamento de exportações. Essa questão da dívida bilateral, por vezes, congelou as relações bilaterais no início da década, como fica evidente no trecho do telegrama abaixo:

---

Portugal. Em julho, foram introduzidas emendas constitucionais que limitavam a posse do cargo presidencial a dois mandatos e aboliu a pena de morte. Foi também estipulado que os escritórios principais do país de Estado só poderia ser realizada pela Guiné-Bissau nacionais, nascidos da Guiné-Bissau país. No III Congresso Extraordinário do PAIGC em 1999, Nino foi expulso, sendo que a direção do Partido ficou com Saturnino da Costa e posteriormente Francisco Benante.

<sup>143</sup> Em seu governo, Ialá nomeou muitos líderes balanta para cargos importantes, em contraponto ao que havia ocorrido nos governos de Luis Cabral e Nino Vieira. Líderes rebeldes detiveram papel importante nas decisões do governo bissau-guineense.

<sup>144</sup> Promulgado pela Resolução n° 49, de 1994. Diário Oficial da União, n° 139, seção I, 22 de julho de 1994, pág. 01.

O aparente súbito interesse do governo local em reabrir a questão da dívida para com o Brasil prende-se, certamente, ao processo de abertura política em curso no país, com eleições gerais previstas para o primeiro trimestre de 1993. O Presidente Nino Vieira [...] parece consciente de que só poderá contar com recursos adicionais provenientes do Brasil, ou mesmo com maior assistência técnica e cultural, se tomar a iniciativa de regularizar o relacionamento financeiro. [...] De nossa parte, a renegociação em termos concessionais da dívida bilateral [...] reafirmaria a política brasileira de aproximação com os países africanos de língua portuguesa e de apoio aos processo de democratização neles em curso, além de criar as condições iniciais necessárias para um eventual adensamento das relações bilaterais em função de interesses econômico-comerciais, fazendo frutificar todo o esforço e recursos até hoje disponíveis na cooperação técnica unilateral (CASTRO, 1992, pág. 1).

Em relação à cooperação educacional bilateral, em declínio durante o período, verificaram-se cortes expressivos nos auxílios aos bolsistas bissau-guineenses no Brasil, onde<sup>145</sup>:

[...] por razão de contenção orçamentária, o DCT, em 1998, deixará de pagar os auxílios livro e instalação, assim como a bolsa dobrada ao término do curso, limitando-se a bolsa mensal de R\$360,00, que ademais, não sofrerá reajuste quando do aumento do salário mínimo [...] (EXTERIORES/DAF-II, DESPTEL n° 84, 1998, pág. 1).

Mesmo no âmbito da cooperação educacional no Instituto Rio Branco, vigente desde a década de 1980, houve medidas restritivas nas concessões de bolsas de estudo:

Não há possibilidade de concessão de um número maior de bolsas de estudo, nem, sobretudo, do estabelecimento de um número fixo de vagas anuais para que bolsistas guineenses curse o Instituto Rio Branco. O atendimento de tal pleito significaria, a par das conhecidas limitações orçamentárias e físicas, tratamento diferenciado de uma crescente demanda originária, não somente dos PALOP, mas de outros países do continente africano (EXTERIORES/DAF-II, DESPTEL n° 00184, 1997, pág. 1).

A cooperação no âmbito da saúde também decresceu em nível e quantidade se comparada aos registrados no período anterior. Casos especiais, como a missão para combate da epidemia de cólera na Guiné-Bissau, enviada pelo Ministério da Saúde brasileiro entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995 ao país, foram comuns no período.

---

<sup>145</sup> Outra característica marcante da cooperação educacional bilateral no período refere-se a problemas pontuais, de concessão de bolsas e benefícios diferenciados a filhos ou parentes de nomes do governo guineense. Exemplo ocorreu em março de 1992, quando a filha do Presidente Nino Vieira solicitou bolsa de estudos para cursar graduação no Brasil. O embaixador brasileiro em Bissau orientou a concessão da vaga na Universidade Federal de Viçosa, mas não a bolsa, pois seria um tratamento diferenciado, num momento em que o Brasil não poderia arcar outros custos na relação bilateral.

O problema dos transportes aéreos e marítimos, tão comum entre os dois lados do Oceano Atlântico também se manteve como preocupação constante do embaixador do Brasil em Bissau, que chegou até a aventar a possibilidade de uma rota Rio-Bissau-Moscou, pela empresa russa Aeroflot:

[...] Há muito tempo nenhuma das companhias que operam a rota Brasil-Europa fazem escala em aeroporto continental da África Ocidental, o que criara demanda reprimida, pois todo o tráfego daqui [Bissau] para a América do Sul é feito via Europa. Isso implica em pelo menos quatro horas de voo em direção contrária ao destino final e assim uma escala em Bissau permitiria a Aeroflot apanhar passageiros e cargas, tanto originários deste país, como possivelmente, de países vizinhos (Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacry e Cote D'Ivoire) (DIDIER, 1992, pág. 2).

Em 1995, Guiné-Bissau candidatou-se a vaga não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 1996/1997 e obteve o apoio brasileiro para tal empreendimento. Da mesma forma, que nos anos de 1992 (biênio 1993/1994) e 1997 (biênio 1998/1999), o Brasil, ao se candidatar como membro não permanente, também obteve apoio bissau-guineense.

Nas relações de alto nível, os contatos também foram mínimos. Em março de 1990, o Presidente Nino Vieira veio para a posse do Presidente Collor. A correspondência diplomática também demonstra que o Presidente Nino Vieira tentou, por intermédio de seu Ministério de Negócios Estrangeiros, “entrevistar-se” com o Presidente Collor de Melo, em Nova Iorque entre 28 de setembro e 01 de outubro, para a Conferência Mundial sobre a Infância, sem sucesso. O empenho bissau-guineense no Brasil, naquele momento, levou à representação brasileira informar ao MRE o “interesse guineense em abrir embaixada em Brasília, mas os constrangimentos orçamentários obrigam a esperar mais algum tempo” (DIDIER, 1990b, pág. 1). Os encontros presidenciais voltaram apenas em 1997, quando, entre 09 e 11 de julho, Presidente João Bernardo Vieira visitou o Brasil. Em pronunciado do Presidente Fernando Henrique, fica claro sentimento de cultura, história e amizade mútua entre os dois países, ao mesmo tempo em que se revela a necessidade de aprofundamento da cooperação bilateral, tão débil durante a primeira metade da década de 1990:

A sua presença em Brasília valoriza o lugar de relevo que sempre coube à Guiné-Bissau no horizonte da política africana do Brasil e nos permite refletir sobre como levar adiante a sincera amizade que une os nossos dois países [...] Vossa Excelência verificou o nosso empenho em assegurar a cooperação em matéria de segurança alimentar e a nossa disposição de levar adiante alguns projetos exemplares com a Guiné-Bissau na agrícola (sic), na área da saúde e na área do ensino e formação de recursos humanos. Precisamos de ideias – práticas, realistas, com objetivos

definidos. [...] Estou certo que [...] os projetos pilotos que estamos lançando será decisivo para promover outros mais, dando novamente um perfil adequado à cooperação que se espera da cooperação entre Brasil e a Guiné-Bissau (CARDOSO, 1997, pág. 13).

Na ocasião, foi assinado o Acordo de Cooperação na área de Turismo. Essa visita, de certa forma, auxiliou a relativa retomada dos contatos bilaterais, efetivada progressivamente após crise bissau-guineense, de 1998/1999; depois desses episódios, nova reunião da Comissão Mista ocorreu (1997), além de maiores conversações sobre a cooperação na área de defesa (1999 e 2000), o apoio brasileiro nas eleições da Guiné-Bissau de 1994, 1999 e 2000<sup>146</sup>, as novas missões guineenses no Brasil (como em 1999 e 2002) e em outras iniciativas que gradualmente estancaram aquela defasagem nas relações bilaterais do início da década.

A epidemia de cólera na Guiné-Bissau foi tema político na relação bilateral, pois para o encarregado de negócios na embaixada brasileira em Bissau, Luiz Fernando Nazareth, “seria politicamente bastante rentável se o Brasil se dispusesse a prestar algum tipo de ajuda e cooperação à Guiné-Bissau, no combate e controle da epidemia” (NAZARETH, 1997, pág. 01). Em janeiro de 2001, foi celebrado um Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação em ciência e tecnologia na área de saúde entre Brasil e Guiné-Bissau, especialmente para um programa de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

Essas novas missões técnicas demandaram projetos específicos, que passaram a ser implementados em 1999, pois eram “numerosas as demandas guineenses de ampliação da cooperação técnica bilateral, abrangendo gestão de pequenas e médias empresas agro-industriais, administração pública, agricultura e zootecnia” (BRASEMB BISSAU, OF nº 00009A, 1999, pág 02).

A cooperação no âmbito de ciência tecnologia também voltou aos poucos à tona em 2000, sobretudo na área de telecomunicações (com parceria estabelecida com a Guiné Telecom) e na área agrícola, uma missão brasileira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi enviada a Bissau para capacitar quadros da Companhia Agrícola da Guiné-Bissau (Agribissau), em março de 2002.

---

<sup>146</sup> Nas eleições gerais na Guiné-Bissau de 1994, o Brasil doou urnas e enviou técnicos do Tribunal Superior Eleitoral para dar assistência na realização dessas; na eleições legislativas e presidenciais de 1999, o Brasil não precisou enviar urnas de lona, pois a Guiné-Bissau confeccionou as próprias urnas em plástico transparente, enviou, apenas auxílio técnico do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; já nas eleições municipais de 2000, o Brasil enviou novamente as urnas de lona para a Guiné-Bissau, bem como técnicos.

Essa tentativa de retomada fica evidente nas palavras do embaixador brasileiro em Bissau, ao entender-se a necessidade guineense em reaproximar-se efetivamente do Brasil, como ocorria na primeira metade da década de 1980:

Tendo em vista a diminuta projeção internacional deste país (reconhecidamente pequeno e pobre), não me parece que o governo da Guiné-Bissau se venha a interessar por uma iniciativa de vulto abarcando todos os Estados africanos. A preferência do governo Bissau-guineense (quase sempre enfrentando graves limitações orçamentárias) se voltaria mais para alguma iniciativa de adensamento das relações com o Brasil (seminário ou festival com variadas atividades de cunho empresarial, artístico e acadêmico) envolvendo apenas os PALOPs e possivelmente contando com algum apoio financeiro do secretariado da CPLP (MEYER, 2000a, pág. 1).

Em 31 de julho de 2002, foi assinado, em Brasília, o Ajuste Complementar na área de formação profissional e agricultura com a Guiné-Bissau entre os Chanceleres brasileiro Celso Lafer e guineense Filomena Mascarenhas Tipote (NOTA nº 325/2002). Assim sendo, esse Ajuste Complementar objetivava apoiar o esforço de recuperação econômica do país e impulsionar seu desenvolvimento social por meio da educação profissional, prevendo a implantação de um “Centro de Formação Profissional e Promoção Social” em Bissau. Além dos cursos de formação profissional, serão ministrados cursos de alfabetização, saúde, nutrição, esporte e educação ambiental<sup>147</sup>.

Outro Ajuste assinado na mesma data refere-se ao firmado para a área de agricultura, no âmbito do “Projeto Cultivo de Arroz Irrigado”<sup>148</sup>. Em discurso no encerramento do ato de assinatura desses Ajustes, o Chanceler Lafer direcionou suas palavras para o entendimento de apenas através de ações de cooperação as relações Brasil-Guiné-Bissau (e Cabo Verde) se consolidariam; ações essas mais amplamente viabilizadas através da CPLP:

Por fim, gostaria de aproveitar a presente cerimônia para reafirmar a todos os presentes o interesse e a disposição permanente do Brasil em dialogar com os nossos irmãos africanos sobre temas de interesse recíproco da atual agenda bilateral e regional e, em especial, das questões referentes à cooperação técnica. Nós brasileiros estamos convencidos de que somente um entendimento permanente, amplo e

<sup>147</sup> Numa primeira etapa, os alunos participam de cursos teóricos e práticos de construção civil e eletricidade predial, com aplicação imediata na recuperação da sede do futuro Centro, oferecido pelo Governo guineense. Na segunda etapa, são desenvolvidos cursos nas áreas de costura industrial, mecânica de manutenção de automóveis, informática, marcenaria, serralheria e refrigeração. Entre julho e agosto de 1995, alunos bissau-guineenses participaram como ouvintes no Curso de Formação em Análise e Finanças - controle externo, no Instituto Serzedello Correa, em Brasília.

<sup>148</sup> O projeto tem relevante impacto sócio-econômico, tendo-se em conta os dados fornecidos pelo Governo guineense, de que 80% de sua população vivem na zona rural, de que a agropecuária é a atividade econômica básica no país, de que o setor responde por 50% do PIB, de que ocupa 82% da população ativa, constituindo, assim, a maior fonte de captação de divisas do país.

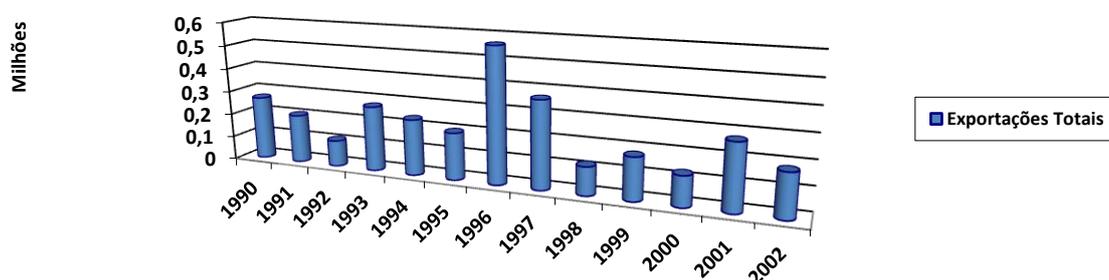
aprofundado poderá nos orientar com segurança em direção a um futuro mais próspero e equânime, em que a política, a economia e os valores sociais e ambientais não sejam tratados isoladamente, mas em que o aspecto humano seja colocado sempre em primeiro lugar. É este, aliás, o espírito mesmo da CPLP (LAFER, 2002, pág. 45).

É relevante visualizar que, entre 1990 e 1997, não ocorreram contatos de alto nível no âmbito bilateral: esses se deram, indiretamente, nas Cúpulas e demais encontros gerados pela preparação e posterior concretização da CPLP (como em 1993). A própria Guiné-Bissau, como reflexo de sua crise interna e queda nas relações bilaterais, passou a perceber a importância do âmbito multilateral:

A Guiné-Bissau também tem manifesto interesse no fortalecimento do sistema das Nações Unidas e, por solidariedade com seus países-irmãos, da Organização da Unidade Africana (OUA). Sendo país pequeno e pobre, a Guiné-Bissau vê num sistema multilateral reforçado uma ‘janela de oportunidade’ adicional (e, por vezes, livre de certas condicionalidades impostas pelos parceiros bilaterais) para a obtenção da ajuda externa de que tanto necessita. As mesmas considerações [...] se aplicam a CPLP, que parece ao governo deste país um instrumento útil para aumentar sua visibilidade internacional e suas fontes de ajuda externa. Nesse contexto, as atenções da Guiné-Bissau se voltam naturalmente para o Brasil, maior potência da referida organização e com ‘leverage’ suficiente para influir na adoção de uma agenda de trabalho não exclusivamente ditada por Portugal (MEYER, 2000b, pág. 2).

Em relação ao comércio exterior brasileiro com a Guiné-Bissau no período 1990/2002, nota-se uma instabilidade nos números de exportações totais, por ano. Verifica-se nesse período que 1996 foi o ápice das exportações brasileiras para a Guiné-Bissau, pois naquele ano, excepcionalmente, um grande volume de mercadorias para a construção civil foi vendida para Bissau, como ferro fundido e aço e produtos químicos (especialmente o glutamato monossódico), além da pauta tradicional (carnes e miudezas, borracha, vestuário e cerâmicas).

**Gráfico 6: Exportações totais brasileiras para Guiné-Bissau 1990-2002 (US\$ F.O.B. milhões)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

A pauta de exportações brasileiras para a Guiné-Bissau, nesse período foi marcada especialmente por produtos alimentícios (em torno de 70% dos produtos exportados eram açúcares de cana, beterraba, sacarose ou afins, e outros 17% era composto de arroz quebrado). Produtos manufaturados (como móveis, máquinas para postos de combustível, livros, produtos para a construção civil ou mesmos motores para automóveis e caminhões) também foram vendidos, porém em quantidade restrita.

**Tabela 7: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 1990/2002 (em US\$ F.O.B.)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Manufaturados</b>	267.864	200.524	109.763	273.429	232.680	167.449	538.104	360.518	117.907	177.047	124.954	100.948	102.623
<b>Semimanufaturados</b>	0	52	0	0	0	0	0	0	0				
<b>Básicos</b>		3.050				28.425	25.226					168.849	78.748
<b>Serviços/ Outros</b>					2.344	1.500		5.767			383	3.380	
<b>Totais</b>	<b>267.864</b>	<b>203.626</b>	<b>109.763</b>	<b>273.429</b>	<b>235.024</b>	<b>197.374</b>	<b>563.330</b>	<b>366.285</b>	<b>117.907</b>	<b>177.047</b>	<b>125.337</b>	<b>273.177</b>	<b>181.371</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No que se refere às importações brasileiras da Guiné-Bissau, o período de 1990 a 2002 foi praticamente nulo, com exceção dos anos de 1993 (com US\$457.363), referente à castanha de caju, camarão e pescados, e o ano de 1998 (com US\$173). Merece destaque o perfil desse comércio bilateral, pois a economia bissau-guineense possui problemas estruturais e depende da importações de produtos básicos a manufaturados, de alimentos à eletroeletrônicos para abastecer seu mercado local, produtos esses que fazem parte da pauta de exportações brasileiras. No entanto, as dificuldades daquele país em cumprir os deveres de compra (face a

necessidade constante de linhas de crédito, por exemplo), aliadas às instabilidades políticas internas que afetaram a capacidade administrativa e burocrática do país e completadas pelo distanciamento conjuntural do Brasil para a África ocasionaram uma relação comercial, entre 1990 e 2002, instável e pouco expressiva, em números e produtos.

### **Política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1990/2002)**

Cumulativa com Luanda desde 1979, a embaixada brasileira em São Tomé teve uma ação mínima, praticamente nula no período em questão. A documentação diplomática entre 1990 e 2002 fica restrita a comunicados sobre a situação interna de crise econômica, reformas liberais e tentativas de golpe de Estado. Tal desinteresse da representação brasileira se encaixa no contexto maior de redução da política africana do Brasil. A partir de 07 de maio de 2002, a Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe passou a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Libreville, República Gabonesa<sup>149</sup>.

Em 1989, São Tomé e Príncipe foi o primeiro país lusófono africano a iniciar a transição política para o sistema multipartidário, de forma gradual e sem violência. Essa mudança tornou-se necessária em face do fracasso dos planos econômicos pelo governo de Manuel Pinto da Costa, desde 1975. Para Seibert,

[...] a extensão do poder político de Manuel Pinto da Costa era proporcional aos crescentes problemas econômicos. Embora nunca tenha desmentido a existência de tais problemas, Pinto da Costa apresentou como principais causas do fracasso da política econômica, a falta de empenhamento na materialização do programa do MSLTP ou a sabotagem política declarada (2002, pág. 193).

Esse entendimento de Pinto da Costa sobre a conjuntura política e econômica são-tomense levou, também, à busca por entendimento com os líderes da oposição, no exílio, como Carlos Graça (que regressou a São Tomé e Príncipe em 1987, assumindo o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>150</sup>) e Miguel Trovoada.

Antes mesmo dessas negociações com a oposição, no exterior, o regime de MLSTP também reorientara, gradualmente, sua política externa, para o Ocidente, em detrimento das anteriores relações privilegiadas com os países socialistas. Claramente, essa inclinação para os países capitalistas ocidentais se relacionava à procura por ajuda econômica e de investimentos

<sup>149</sup> Por meio do Decreto Presidencial nº. 4.219, de 7 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www6senado.gov.br/legislacao/ListaPulibacoes.action?id=234666&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 20 ago. 2011.

<sup>150</sup> A verdadeira intenção de Graça era assumir como Primeiro-Ministro, conforme acordo feito com o Presidente Pinto da Costa, em Libreville, mas seu nome fora barrado pelo Bureau Político do MLSTP.

para superar a crise econômica. As visitas do Presidente da Costa à França (1983) e à Portugal (1984) se encaixaram nesse sentido, onde também foi inaugurada a primeira ligação aérea regular de São Tomé com Lisboa, pela empresa TAP Air Portugal; em abril de 1984 São Tomé e Príncipe creditou seu primeiro embaixador junto às Nações Unidas (Rafael Branco), sendo que o mesmo, ainda em 1984, também foi creditado como representante do país junto aos EUA. Também em 1984, o país aceitou a Cláusula de Berlim (segundo a qual Berlim Ocidental era parte integrante da Alemanha Federal) – por consequência, esse país enviou um carregamento de 730 toneladas de farinha de trigo ao arquipélago. Ainda em 1984, a Marinha norte-americana visitou oficialmente o arquipélago.

A recompensa por essa nova política externa do arquipélago veio em forma de doações dos países ocidentais<sup>151</sup>. E a postura pró-ocidental são-tomense progredia ao mesmo passo das doações, sendo que em 1986 o país participou pela primeira vez da Assembleia Geral das Nações Unidas, e “...embarçou os países socialistas ao votar a favor de uma moção que exigia a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão” (SEIBERT, 2002, pág. 195). A reaproximação com Portugal, através de acordo de cooperação militar em 1987 e a visita do Presidente português Cavaco Silva ao arquipélago, no ano seguinte, demonstram efetivamente como o país se realinhava internacionalmente<sup>152</sup>.

Em função ao fracasso da política econômica, os acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional geriram o acesso a empréstimos para reabilitação das plantações de cacau através da gestão estrangeira por créditos multilaterais. Por consequência, o governo iniciou uma política de liberalização gradual da economia nacional: em 1986, o governo cedeu a gestão da empresa estatal Água-Izé para uma companhia estrangeira, que resultou na aprovação de um código para atração de investimentos privados estrangeiros, através da isenção de impostos e do direito ao repatriamento de parte dos lucros. Finalmente, em 1987, o governo são-tomense assinou com o Banco Mundial e o FMI, o Programa de Ajuste Estrutural, que visava a desvalorização da moeda nacional, a redução do déficit estatal, a reabilitação das empresas estatais através das privatizações ou cessões para

---

<sup>151</sup> Em 1985, em Conferência multilateral dos países doadores (realizada em Bruxelas e patrocinada pelo PNUD), São Tomé e Príncipe, submeteu propostas de US\$55 milhões, sendo aprovadas 90% dessas; em 1986, na sequência daquela conferência em São Tomé, US\$24 milhões foram doados para a reabilitação das plantações estatais de cacau.

<sup>152</sup> Politicamente, a remodelação no governo ocorreu em todos os ministérios no sentido de liberalizar as políticas públicas adotadas, diferenciando a anterior opção socialista do regime e tornando menos incontestável os poderes do Presidente Pinto da Costa. Nomes como Fradique de Menezes, Agostinho Rita e mesmo Teotónio Torres, ortodoxos, foram afastados do governo, em prol de nomes mais liberais. Em março de 1988, o dissidente do regime e líder da Frente de Resistência Nacional em São Tomé e Príncipe (FRNSTP), Afonso Santos, apoiado por aproximadamente 50 homens, desembarcou em São Tomé e tentou derrubar o governo de Pinto da Costa (ato que fora duramente reprimido na sequência).

investimentos estrangeiros. Para Seibert (2002, pág. 200-201), a forma como a empresa Transafrik Corporation, de propriedade do sul-africano com descendência alemã Christian Hellinger, entrara no mercado são-tomense, em 1986, ilustra essa abertura da economia do arquipélago no final da década de 1980. Empresas do ramo de logística de transportes, alimentos, mineração, turismo e combustíveis passaram a regular a vida econômica das ilhas, no que,

A natureza do seu envolvimento em São Tomé ilustra a forma como interesses estrangeiros ajudaram a sustentar e manter uma rede de corrupção, no âmbito da qual beneficiários de suborno o encaravam como recompensa legítima decorrente da sua posição. Hellinger mostrou-se generoso para com Pinto da Costa e vários outros dirigentes do MLSTP. A cada ministro foi oferecido um gerador e as residências do ministro da Defesa, Raula Bragança, e do líder da organização juvenil do Partido, Alcino Pinto, foram gratuitamente remodelada (SEIBERT, id., pág. 200).

Vários fatos envolvendo políticos e empresários à escândalos de corrupção e desvios passaram a ser noticiados e investigados<sup>153</sup>, sendo que ministros e membros do alto escalão do governo eram os primeiros a tirar proveito das oportunidades criadas pela liberalização econômica e a presença de investimentos estrangeiros no país. Outro ponto importante da liberalização econômica nas ilhas diz respeito à gradual transformação das plantações estatais em particulares (para indivíduos ou cooperativas), através da política denominada de “envolvimento do cidadão”, numa clara alusão ao modelo de mercado livre. Logo, a necessidade de consolidação de uma classe média empresarial no país era relacionada como elemento central para o desenvolvimento nacional.

Também ocorria, em paralelo, a necessidade de renovação do MLSTP junto à população. Em setembro de 1985, o Segundo Congresso ordinário do partido reuniu correligionários no sentido de unificar o discurso e esforços; o Presidente Pinto da Costa encontrou-se com a oposição em Lisboa, assegurando a anistia de todos os exilados nacionais, inclusive de Miguel Trovoadá – que não aceitara retornar às ilhas. Após o Congresso, o Bureau Político passou a ter nove membros, enquanto o Comitê central, antes com 35 elementos, foi aumentado para 40 vagas, entre permanentes e suplentes. A necessidade de seguir-se o enunciado no Programa de Ajuste Estrutural, de 1987, ficou evidente em sessão do Comitê Central de outubro de 1987, quando, relacionou-se a liberalização econômica com a

---

<sup>153</sup> Por exemplo, no ano de 1998, ao passo que Hellinger passou a ter dupla nacionalidade (passaporte são-tomense), também se tornou o maior investidor local, cujas companhias operavam com completa autonomia em relação à fiscalização nacional, tributária ou legal.

necessária abertura política. Segundo Seibert, daquela sessão resultaram vários documentos que previam, entre outros:

[...] a criação de uma classe empresarial pressupunha a promoção do envolvimento do cidadão no desenvolvimento da economia, enquanto o Estado deveria, simultaneamente afastar-se da gestão da economia, Este desenvolvimento tinha que ser acompanhado ao nível político pela democratização da sociedade e das instituições governamentais. (SEIBERT, *ibid.*, pág. 297)

De tal modo, ficou acordada a eleição do Chefe de Estado através do sufrágio universal e voto secreto, a reintrodução das funções de primeiro-ministro enquanto chefe de governo, a aceitação de diferentes correntes política dentro do partido único, a possibilidade de candidaturas independentes à Assembleia Nacional Popular, o estabelecimento de uma comissão responsável pela elaboração de uma nova Constituição e a data de julho de 1990, como provável para as eleições diretas. A ala denominada de renovadores, dentro do MLSTP tornou-se central nessa transição; pragmáticos, eram membros do Comitê central<sup>154</sup>.

Entre 05 e 07 de dezembro de 1989, o comitê central do MLSTP promoveu a Conferência Nacional que deveria efetivar as mudanças políticas. Apenas em 13 de dezembro, em reunião extraordinária, o Comitê central do Partido decidiu ratificar as recomendações resultantes da Conferência, adotando a democracia liberal na nova Constituição<sup>155</sup>. Três dias após a Conferência Nacional, foi criado o Grupo de Reflexão, primeira associação de oposição legal surgida no ambiente político são-tomense, desde a independência. Já vislumbrando as eleições, em maio de 1990, após nove anos de exílio, Miguel Trovoada, convidado para ser candidato do GR, finalmente retornou a São Tomé e Príncipe, onde foi veementemente recebido por uma multidão. Em junho, divulgara um manifesto na televisão local, intitulado “Projeto de Sociedade”, onde apresentava seu programa político, com apelo à democracia, progresso, respeito aos direitos humanos e justiça social.

Paralelamente, a transição política evoluiu: a nova Constituição foi aprovada em 28 de março de 1990, prevendo a realização de eleições presidenciais e legislativas para junho e julho seguinte, respectivamente (que foram prorrogadas para outubro e dezembro seguinte, invertendo também a sequência da realização); no final de maio, o parlamento aprovou a lei de partidos políticos, permitindo a legalização dos grupos de oposição. Em 22 de agosto, ocorrera o referendo popular a favor da Constituição, ratificado por 81% dos votos (34.348

<sup>154</sup> Entre os principais nomes constam Rafael Branco, Manuel Vaz Fernandes, Armindo Vaz d’Almeida, Carlos Tiny e Guilherme Pósser da Costa.

<sup>155</sup> Durante a Cúpula anual entre os PALOP, realizada em Praia, os outros quatro países lusófonos foram contrários à recomendação do MLSTP, na medida em que os países ocidentais, como França, Portugal e EUA saudaram a democratização são-tomense.

num total de 42.274, com taxa de participação de 80% dos eleitores inscritos). A nova Constituição manteve a designação de “República Democrática”, sendo que o Estado passou a ser definido como uma democracia legal, baseada em direitos humanos fundamentais (art. 6), sendo que nenhum dos símbolos nacionais (brasão, bandeira, hino) foram modificados, como ocorreu em Cabo Verde, por exemplo. O Presidente da República passaria a ser eleito por sufrágio direto e universal, através de votação secreta, para mandato de cinco anos, num máximo de dois mandatos consecutivos. O sistema semipresidencial, baseado no exemplo de Portugal, onde o Presidente acumula os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, podendo presidir o Conselho de Ministros, destinava-se a assegurar o controle dos partidos políticos pelo Presidente.

O MLSTP, em Congresso de outubro de 1990, reconstituiu-se, passando a denominar-se Partido Social-Democrata (PSD), assumindo a aliança com o neoliberal PSD de Portugal, adotando ainda uma nova bandeira e novo emblema. Em setembro, Carlos Graça foi eleito novo secretário-geral do PSD, abrindo caminho à candidatura à Presidência da República de Pinto da Costa<sup>156</sup>. Em 11 de novembro, os grupos de oposição assinaram uma declaração conjunta, acusando o governo de atrasar o processo de democratização, denunciando o controle dos tribunais, das forças de segurança e órgãos de comunicação social. Como resposta, em 21 de novembro, Pinto da Costa surpreendera apoiadores e adversários, ao renunciar sua candidatura (claramente em face da inevitável derrota que sofreria). No dia seguinte, o Presidente promulgou a Lei Eleitoral, já aprovada pela Assembleia Nacional Popular, última etapa da legislação da democracia multipartidária, ao estabelecer 55 deputados eleitos por representação proporcional. As datas das eleições foram fixadas em 20 de janeiro (legislativas) e 03 de março (presidenciais).

Nas eleições legislativas, 77% do eleitorado compareceu às urnas; o PSD obteve 21 assentos, enquanto o Partido da Convergência Democrática (PCD) conquistou 33 cadeiras; a Coalizão Democrática da Oposição (CODO) ficou com uma vaga, e a Frente Democrática Cristã (FDC) não conquistou nenhum assento. Como tinha anunciado em novembro, Pinto da Costa não concorreu às eleições presidenciais, provavelmente em razão da derrota do PSD nas legislativas; conseqüentemente, o PSD não apresentou outro candidato. Miguel Trovoada concorrera pelo PCD, apoiado pelo CODO. Guadalupe de Ceita concorreu sem apoio de um partido político e Afonso dos Santos concorrera pela FDC. A dois dias das eleições esses dois

---

<sup>156</sup> O Grupo de Reflexão, denominado Partido da Convergência Democrática (PCD-GR), anunciara em novembro a candidatura de Miguel Trovoada à Presidência da República, sob apoio do Partido Socialista português. Outros grupos de oposição se legalizaram, como a Frente Democrática Cristã (FDC) e a Coligação Democrática da Oposição (CODO), unindo os três pequenos grupos dissidentes FRNSTP, UDISTO e ADNSTP.

candidatos retiraram suas candidaturas, como forma de evitar a humilhação que seria o resultado das urnas, pois Trovoada fizera uma campanha voltada para sua figura enquanto de um “salvador de que o povo desesperadamente carecia” (SEIBERT, 2002, pág. 225). Finalmente, em 03 de março de 1991, Miguel Trovoada foi eleito Presidente de São Tomé e Príncipe, com 26.604 votos (81,8%), onde 60% dos eleitores inscritos compareceram às urnas (32.523 dos 54.168 eleitores do país).

Nesse sentido, São Tomé e Príncipe se adequava ao contexto pós-Guerra Fria ao passo que consolidava a Segunda República. Seus aliados naturais, Cuba e União Soviética, fecharam as respectivas embaixadas em São Tomé em 1991 e 1992, respectivamente, apenas permanecendo a da China, para efeito de prestação de assistência ao desenvolvimento. Em abril de 1992, o Primeiro-Ministro Daniel Daio foi demitido por Trovoada, como consequência de protestos populares contra governo e de sua suposta proximidade com o FMI. O substituto de Daio foi Norberto Costa Alegre, ministro da Economia e Finanças, escolhido pelo PCD-GR<sup>157</sup>. A gradual instabilidade interna (com as acusações da oposição) se complementou com o aumento dos casos de corrupção e desvio de somas milionárias no governo de Trovoada e continuidade da crise econômica. Em julho de 1994, Costa Alegre foi demitido pelo Presidente, nomeando em seu lugar Evaristo Carvalho.

Nas eleições antecipadas de 2 de outubro seguinte, o MLSTP/PSD obteve 27 cadeiras na Assembleia Nacional, tendo ficado apenas a um da maioria absoluta, enquanto a Ação Democrática Independente (ADI) e o PCD-GR conquistaram 14 cadeiras cada. Carlos Graça, Primeiro-Ministro designado, argumentava em prol de um governo de Unidade Nacional, integrando todos os partidos com representatividade parlamentar. Em janeiro de 1995, a AN aprovou o Plano proposto pelo governo de Graça para erradicação dos ressentimentos políticos, repor em funcionamento o sistema judicial, melhorar os serviços públicos, distribuir as terras, reforçar a cooperação com os países credores, além de propor a criação de incentivos fiscais e financiamentos para apoiar o setor produtivo privado.

Em 15 de agosto de 1995, um grupo de jovens militares empreendeu um golpe contra o Presidente Trovoada e o Primeiro-Ministro Graça que ficaram em prisão domiciliar. Os líderes dos revoltosos (Quintas de Almeida e Sousa Pontes) anunciaram a criação de uma Junta de Salvação Nacional, além de medidas de repressão e cessação de alguns direitos civis e de imprensa. Para Seibert,

---

<sup>157</sup> Costa Alegre não tinha muita popularidade em São Tomé e Príncipe, por ser comumente associado às medidas de austeridade do Banco Mundial e do FMI, “o que lhe valeu em círculos locais a alcunha de Mister Yes” (SEIBERT, 2002, pág. 245).

Tanto dentro quanto fora do país, o golpe constituiu uma completa surpresa. Rumores no arquipélago fizeram constar que outras figuras políticas estariam por detrás do movimento, mas os militares desmentiram sempre. Tudo indica que os mentores do golpe subestimaram o vigor e unanimidade da condenação dos doadores ocidentais e dos governos africanos, provavelmente porque ninguém queria tolerar tal precedente. Os maiores doadores, a França, Portugal, os Estados Unidos, a União Europeia, bem como as Nações Unidas, Angola, Cabo Verde, a Guiné-Bissau, Moçambique, o Gabão e a África do Sul condenaram imediatamente a rebelião. Todos exigiram o reestabelecimento da ordem constitucional e os países doadores ameaçaram suspender toda a cooperação (SEIBERT, *ibid.*, pág. 260).

Apesar de algumas alegadas tentativas de golpe durante o regime de partido único (1975/1990), os militares não haviam se envolvido na vida política são-tomense até 1995. Uma das principais causas apontadas para tal, pela bibliografia, refere-se ao futuro incerto das Forças Armadas do país após a transição democrática, onde o corte de recursos e a inexistência de uma Lei regulatória para o setor eram os grandes problemas elencados pelos próprios militares<sup>158</sup>. Cabe a citação de argumentos do tenente Taty da Costa sobre a situação dos militares em São Tomé e Príncipe, no início da década de 1990:

Desde o mês de junho deste ano [1992] que os militares tem vindo a alertar os principais responsáveis dos órgãos de soberania sobre o assistir duma indisciplina generalizada nos quartéis, as violações das mais elementares normas dos militares, o envolvimento de elementos da instituição no tráfico de armas e munições, a um mau aproveitamento dos recursos postos à disposição das Forças Armadas e quantas vezes utilizados para fins alheios ao serviço [...] Os militares entendem que qualquer esforço (agora) no sentido de corrigir a situação, para em primeiro lugar pela nomeação do novo chefe do Estado-Maior-General e respectivo Estado-Maior, motivos para tais decisões existem de sobre [...] Se noutros países os militares organizam rebeliões – golpe de Estado – de modo a encontrar solução aos seus problemas, em São Tomé e Príncipe, os nossos militares, na sua maioria jovens, fartos de fome e descontentes, preferem emigrar nos outros países – Angola e Portugal – principalmente (COSTA, 1992 *apud* SEIBERT, *op.cit.* pág. 262).

Os golpistas<sup>159</sup> aclamaram que 90% das Forças Armadas haviam apoiado o golpe, no entanto, os oficiais de alta patente não o fizeram. Também identificavam no Presidente Trovoada o responsável pelas péssimas condições do setor, ao passo que a impopularidade dele aumentava em outros setores da sociedade são-tomense, como com a greve geral de

---

<sup>158</sup> Com o apoio de Portugal, em 1991 foram redigidas e implementadas as Leis de Defesa Nacional, da Organização das Forças Armadas, do Serviço Militar e do Exército, fato que não diminuiu a discussão na sociedade sobre o efetivo papel do setor para a proteção do país e das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva. Parte do equipamento das Forças Armadas estava sucateado e a partir de 1991, o grosso das novas aquisições foram doadas por China e Portugal.

<sup>159</sup> Quando ocorrera o golpe em 1995, os soldados estavam há seis meses sem receber seu soldo (por exemplo, um segundo-tenente recebia em março de 1995, o equivalente a 2 mil dobrás, aproximadamente US\$14).

professores, médicos e funcionários das rádios, no verão de 1995. A repercussão internacional negativa do golpe levou ao recuo por parte dos militares da criação da Junta de Salvação Nacional proposta, passando-se à iniciativa de criar-se um governo de unidade nacional. Angola passou a ser a mediadora da situação, entre o governo deposto e os militares. Cinco dias após o golpe, a ordem constitucional foi restaurada sob a anistia dada aos golpistas (por meio de um Memorando de Entendimento).

No início de 1996, um novo governo de unidade nacional tomou posse, liderado por Armindo Vaz d'Almeida, como Primeiro-Ministro, com seis membros do MLSTP/PSD, quatro do ADI e um do CODO, e com Trovoada, na presidência, ainda tendo total influência<sup>160</sup>. Ocorreram os dois turnos das eleições presidenciais, onde o Presidente Trovoada venceu o primeiro turno (em junho) com 41,4% dos votos, contra Manuel Pinto da Costa (36,8%), Alda Bandeira (16,1%), Carlos Graça (5,3%) e Armindo Tomba (0,43%); o segundo turno (em julho) foi vencido também por Trovoada (52,7% dos votos), contra Pinto da Costa (47,3%). As acusações de Pinto da Costa referentes à fraude do pleito não surtiram efeito e Trovoada tomou posse por mais um mandato, onde o caráter personalístico da política ficou evidente. Em setembro de 1996, d'Almeida foi afastado do poder por meio de uma moção de censura apresentada por seu próprio partido; em seu lugar, surgiram os nomes de Fortunato Pires (que não foi aceito pelo Presidente Trovoada) e posteriormente de Raul Bragança, que tornou-se Primeiro Ministro. No ano de 1999, Guilherme Posser da Costa assumira como Primeiro-Ministro. Em julho de 2001, novas eleições presidenciais deram a vitória a Fradique de Menezes<sup>161</sup> (55,18% dos votos) contra Pinto da Costa (39,82%), Carlos Tiny (3,22%) e Fortunato Pires (0,69%). Fradique de Menezes tomou posse em setembro seguinte, com Evaristo Carvalho (ADI) como Primeiro-Ministro; em abril de 2002, Gabriel Costa assumira o posto de Primeiro-Ministro.

A tentativa de estabilizar-se o país, de 1990 a 2002, afetava consideravelmente as ações da administração pública, pois

---

<sup>160</sup> Em complemento às insatisfações militares, a população do interior das ilhas também se sentia preterida em relação à capital do país, especialmente quanto aos transportes e abastecimento de água e energia elétrica. Manifestações e insubordinações passaram a ser frequentes no país a partir daquele ano.

<sup>161</sup> Fradique de Menezes optou por abandonar a política no final da década de 1980 e dedicou-se aos negócios de exportação de cacau e importação de cimento. Em pouco tempo passou a ser o empresário melhor sucedido do país. Em 1992, assumiu a presidência da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura e, entretanto, nos anos seguintes, adquiriu a nacionalidade portuguesa. Em 2001, depois de recuperar a nacionalidade são-tomense, regressou à política e com o apoio do partido de Trovoada, a Ação Democrática Independente (ADI), de tendência centrista, candidatou-se à presidência.

Na base da instabilidade política estava a luta pelo acesso aos fundos públicos e não diferenças programáticas, o que traz à ribalta a questão da administração daqueles fundos por governos democraticamente eleitos. As acusações de corrupção e de abuso de poder, emergentes logo depois da transição democrática, sugerem que passou a haver maior liberdade no debate sobre a corrupção e que o assunto se tornou parte da luta pelo poder (SEIBERT, id., pág 275).

Parte dos fundos externos de ajuda ao país também passaram a ser alvo de ações ilícitas (como o desvio de dinheiro e o mau uso dos recursos), fato que teve como consequência direta no período, a diminuição das remessas externas, em face de desconfiança dos doadores internacionais (especialmente da União Europeia)<sup>162</sup>. A “rotina da corrupção”, expressão cunhada por Seibert e a instabilidade política foram as constantes da história são-tomense entre 1990 e 2002<sup>163</sup>.

Frente à contínua instabilidade política, desestruturação econômica e problemas sociais daí decorrentes, as relações de alto nível Brasil-São Tomé e Príncipe, como visitas presidenciais e de Chanceleres não ocorreram no período<sup>164</sup>. Se no período entre 1975 e 1990, a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe buscou mapear as possibilidades de relações, identificando a cooperação como principal demanda são-tomense, no período entre 1990 e 2002 o elo mínimo entre os dois países foi a manutenção de alguns planejamentos de cooperação. Em novembro de 1990, por exemplo, se efetivou o início da cooperação no âmbito da prevenção da Malária (Projeto Global de Controle da Malária), por meio do envio de técnicos da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) para São Tomé. Entre julho e agosto de 1995, alunos são-tomenses participaram como ouvintes no Curso de Formação em Análise e Finanças – controle externo, no Instituto Serzedello Correa, em Brasília.

A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação são-tomense (Alberto Paulino) ao Brasil em novembro de 2000, ocasionou a assinatura em dezembro seguinte, do Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica (datado de 1977), especialmente para implementar os programas básicos de cooperação referente ao apoio técnico ao Ministério da Saúde são-tomense no que se referia à políticas de prevenção ao

---

<sup>162</sup> Como exemplo, no final de 1996, o Banco Mundial denunciou que apenas 43% das receitas provenientes de doações para ajuda alimentar tinham se convertido em ações práticas.

<sup>163</sup> Mesmo com a transição democrática, o Estado não conseguiu desenvolver autonomia de ação e governança frente os interesses dos partidos políticos e de particulares, onde a responsabilização pública ainda não se faz efetiva. Complementarmente, no período a situação econômica do país não avançou muito, onde a dívida externa são-tomense passou de US\$153 milhões em 1990 para US\$303 milhões em 2001.

<sup>164</sup> Em setembro de 1992, o embaixador Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos assumiu a embaixada brasileira em Luanda, cumulativa com São Tomé; em abril de 1996, o embaixador Alexandre Addor Neto assumiu a embaixada e em agosto de 1999, o embaixador brasileiro Jorge D’Escragnolle Taunay Filho assumiu em Luanda. A partir de maio de 2002, pela mudança de cumulatividade na embaixada, o responsável pelo posto brasileiro em São Tomé passou a ser o embaixador Tomas Maurício Guggenheim.

HIV-AIDS<sup>165</sup>. Em julho de 2001, quando da visita do diretor da ABC a São Tomé, embaixador Marco Cesar Meira Naslausky, foram assinados os Ajustes Complementares ao Acordo Geral de cooperação na área de Educação<sup>166</sup>.

No âmbito multilateral, em setembro de 1990, ocorreu em São Tomé a VIII Sessão da Conferência dos Diretores-Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Portuguesa. Em setembro de 1992, ocorreu em São Tomé a II Cimeira de Ministros da Justiça dos Países de Expressão portuguesa, que posteriormente seriam incorporadas às ações setoriais da CPLP. A cooperação na área de defesa também tomou forma multilateral, quando a partir de 1997, os Ministros da Defesa dos Estados-membros da CPLP passaram a se reunir anualmente. Na Cúpula da CPLP realizada em Maputo, em julho de 2000, foi assinado o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços. Na Declaração da Cúpula realizada em Brasília (julho de 2002), consta a criação da Missão de observação às eleições legislativas antecipadas em São Tomé e Príncipe (março de 2002).

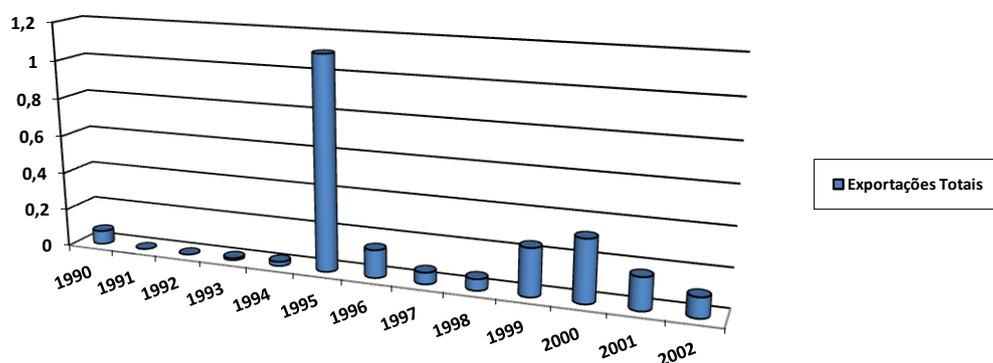
É interessante analisar, entre 1990 e 2002, a evolução do comércio exterior entre Brasil e São Tomé e Príncipe, pois nota-se uma clara instabilidade nessas relações, principalmente no início do período (de 1990 a 1994). O salto nas exportações brasileiras para o arquipélago, em 1995, foi derivado de uma demanda específica, por parte do país lusófono, de máquinas, caldeiras, secador de produtos agrícolas e mercadorias para construção e equipamento de embarcações.

---

<sup>165</sup> Em agosto de 1997, missão do Ministério da Educação visitou São Tomé para iniciar o “Projeto Melhoria do sistema de ensino da educação básica”. Em setembro seguinte, uma missão organizada pela ABC e composta por membros da Fundação Osvaldo Cruz visitou São Tomé e Príncipe, para mapear as demandas para implantação de cursos de formação e treinamento para profissionais de saúde em São Tomé.

<sup>166</sup> Implementando o a) Projeto Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe e b) o Projeto Bolsa Escola, além do Protocolo de Intenções sobre cooperação na área de formação profissional (possibilitando formação e treinamento de quadros são-tomenses no Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, em Luanda). Dentro do projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, estabelecido em maio de 2001, em 23 de outubro de 2002, foram inauguradas 100 salas de aula para a alfabetização de adultos, atendendo aproximadamente 2.800 alunos (Nota nº 422/2002).

**Gráfico 7: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990-2002 (US\$ F.O.B. milhões)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No ano de 1996, a queda das exportações se verificou por restringir-se apenas aos ladrilhos de cerâmica, pauta básica das relações comerciais Brasil-São Tomé e Príncipe (especialmente vendidos pela Artec Pisos e Revestimentos e Cerâmica Cristofolletti Ltda.). Em 1999 e 2000, verificou-se um sensível aumento das exportações brasileiras para o país, muito em razão da inserção de três tipos de produtos na pauta: utensílios para cozinha (plásticos e de louças de vidro, da Nadir Figueiredo S.A. e Canguru S.A), tintas e chapas de metal para a construção civil (da Imbralit Indústria e Comércio de artefatos e fibrocimentos) e óleo de soja (Rigor Alimentos S.A. e Simonetto Alimentos S.A).

**Tabela 8: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990/2002 (em US\$ F.O.B.)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Manufaturados</b>	71.642	-	-	10.746	2.006	1.107.373	44.957	9.826	8.691	47.247	22.708	4.267	103.208
<b>Semimanufaturados</b>	-	-	-										
<b>Básicos</b>	-	-	-								3	3.062	
<b>Serviços/Outros</b>	-	-	-			1.022							
<b>Totais</b>	71.642	-	-	10.746	22.006	1.108.395	144.957	59.826	58.691	247.247	322.781	167.329	103.208

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No que se refere às importações do Brasil de São Tomé e Príncipe, entre 1990 e 2002 foram nulas, com exceção para o ano de 2000, quando o Brasil importou o valor de US\$364, referente à pequena remessa de produtos derivados de frango.

### **Considerações sobre o capítulo**

Nesse segundo momento da política externa brasileira para os Pequenos PALOP, ficou claro que o Brasil relativizou sua ação para esses países (e para a África em geral), diminuindo acentuadamente os contatos, inclusive o teor político que dava o atrelamento desses Estados em desenvolvimento a um entendimento comum do sistema internacional e da suas conseqüentes inserções. O contexto do fim da Guerra Fria trouxe consigo instabilidades nos quatro Estados, onde o aprofundamento das crises das dívidas externas e as conseqüentes reformas econômicas liberais se consolidaram, contudo resolvendo parcialmente os problemas no Brasil, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Os governos brasileiros, de 1990 a 2002, inseriram o país na lógica do sistema mundial pós-Guerra Fria, baseada na globalização neoliberal, dando ao mercado e às questões econômicas maior relevância na política externa. O relativo esvaziamento do Ministério das Relações Exteriores na tomada de decisão em política externa completou esse redimensionamento da postura externa do país, que voltou-se para os países do Norte desenvolvimento e para a integração regional, baseado no MERCOSUL. O continente africano ficou em segundo plano na formulação e implantação da política externa brasileira do período, fato que se comprova pelos poucos contatos políticos e baixo nível de comércio bilateral. A linha que manteve o Brasil nos Pequenos PALOP foi a cooperação técnica, que por meio de poucos projetos permitiu ao país uma mínima continuidade em relação às ações empreendidas no período anterior. Essa cooperação, que entre 1975 e 1990 era entendida mais como um relacionamento horizontal, entre iguais, passou a, entre 1990 e 2002, ter um teor mais tecnicista e burocrático, pautado que também teve diminuição de orçamentos e projetos.

A pouca alusão aos Pequenos PALOP na documentação da Chancelaria brasileira serve para legitimar tal percepção de distanciamento, da mesma forma que os dados de comércio exterior bilateral o fazem. No entanto, para o Brasil, manter-se próximo desses países, pela via da cooperação, inseria-o no patamar dos países doadores de cooperação (mas não doador líquido), ampliando sua influência no Atlântico Sul. Vale ainda frisar sobre a coercitiva manutenção de laços com Portugal dos Pequenos PALOP, em razão do contencioso colonial: as questões relacionadas ao Banco Nacional Ultramarino, ao funcionalismo público

e as antigas contas interprovinciais foram pauta obrigatória das relações desses países com Portugal, independente de sua órbita pró-Occidente ou pró-Socialismo. Por exemplo, em março de 1990, o Secretário de Estado de Portugal propôs a criação de uma “zona do escudo”, formada pelos países que integram a África portuguesa (pois havia um acordo isolado entre Guiné-Bissau e Portugal). Mesmo sendo uma ideia de difícil execução e concretização, tal proposta demonstra o interesse português em se reaproximar das antigas colônias africanas, que teve como consequência direta a criação da CPLP. Assim, Portugal voltou a ser parceiro prioritário brasileiro, com relativo detrimento dos Pequenos PALOP.

O Brasil tentou manter um ponto de contato mínimo nessas relações, no entanto as anteriores vastas missões técnicas e visitas de Ministros e Chefes de Governo, de Brasília para Praia, Bissau e São Tomé (e vice-versa) foram quase que anuladas. Embora com a continuidade das demandas africanas, o país não pode consolidar no mesmo ritmo anterior ações de cooperação nos setores de saúde, educação, ciência e tecnologia, administração pública e, inerente a todos os setores, treinamento de recursos humanos como o fizera no período anterior, pois seus recursos não eram obtidos ou autorizados pelo Congresso Nacional, fato que direcionou a base dessa cooperação na área educacional (por meio de bolsas de ensino, treinamento por setores, entre outros) e na consequente formação de uma elite nesses países que fosse favorável às relações bilaterais com o Brasil.

Apesar de os principais termos constantes da documentação diplomática analisada referente ao período entre 1990 e 2002, serem “cooperação por meio da língua”, “povos irmãos”, “comunidade lusófona” e “comunidade política”, esses aparecem na mesma intensidade de termos como “restrição orçamentária”, “problemas financeiros”, “cortes de orçamento necessários”, “diminuição da verba para a missão”, comprovando a redução nas ações da política externa brasileira para os Pequenos PALOP.

Nesse sentido, compreende-se que de 1990 a 2002, a ação externa do país buscou manter a linha de ação para Praia, Bissau e São Tomé, dado que as relações bilaterais não conseguiam se manter no patamar anterior. Essa linha, pensada para manter-se um ponto de contato político mínimo, faz parte do padrão de conduta da política exterior brasileira, no que se refere às ações cooperativas, de teor técnico. Também nas ações multilaterais evidenciou-se a busca da política em consolidar a CPLP como locus de discussão, cooperação e ação prática entre os seus membros.

No conjunto do período, evidenciou-se, portanto, uma representatividade praticamente nula no total de relações comerciais com o continente africano num todo e especialmente com os Pequenos PALOP. Ainda pode-se identificar como entraves ao crescimento real dessas

trocas, a situação do Brasil, na década de 1990, a partir das reformas liberais e estabilização monetária, a situação dos Pequenos PALOP, com suas reformas políticas e econômicas, a crise do sistema internacional como condicionante negativo para relações comerciais mais significativas.

A relação comercial Brasil-Pequenos PALOP, nesse segundo momento, mostrou-se como estagnada onde, por exemplo, em 2002, apenas 1,06% do comércio exterior brasileiro foi com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (total de exportações do Brasil em 2002 era de US\$ 5.732.663, conforme dados do MDIC), revelando instabilidade comercial e a falta de complementaridade das economias envolvidas. Logo, se os Pequenos PALOP continuavam necessitando de bens de consumo e capital, além de tecnologias, sua oferta principal para o Brasil (foi o petróleo) eram produtos tropicais como o cacau e o café, concorrentes da pauta de exportação brasileira.

## 5. NOVA FASE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS PEQUENOS PALOP (2003/2010)

*[...] há uma vontade política e uma decisão estratégica, mas nós não queremos uma relação de hegemonia e nem queremos uma relação predatória. Eu não quero ir para a África produzir para mim ou tirar matéria-prima deles para o Brasil. O que nós precisamos é ir para a África comprar matéria-prima, mas fazer o processo de transformação na própria África, para que a gente gere riquezas lá, para que a gente gere empregos lá.  
(SILVA, 2009a, pág.457).*

A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (em seus dois mandatos, de 2003/2006 e 2007/2010) foi marcada por uma guinada na postura externa do país, conjugada com um entendimento do sistema mundial em mutação, com claras características de multipolaridade, que exigia do país capacidade de adaptação e reação. Membro-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), o Presidente Lula da Silva buscou caracterizar sua política externa como “pessoal”, “carismática” e “nacionalista” (RICUPERO, 2010), cujas ações estavam baseadas, em seus dois mandatos, no entendimento de uma ordem mundial multipolar, que reestimularia as alianças no nível Sul-Sul e contestou a hegemonia dos centros desenvolvidos.

Já em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, o Presidente identificou as linhas-mestras de sua política africana, retomando a noção de pragmatismo inerente ao relacionamento do país com aquele continente:

*Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de uma mudança que se expressaram nas ruas. No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação em tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil [...] Reafirmamos os laços profundos que nos unem ao continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. [...] A democratização das relações internacionais, sem hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado (SILVA, 2003a, pág. 18-19, grifo nosso).*

A “democratização das relações internacionais” pregada pelo Presidente Lula da Silva passava pelo entendimento da nova ordem internacional e sua mutação para ordem multipolar, onde Estados em desenvolvimento, como o Brasil, teriam um papel decisivo. Em termos parciais, a própria política externa de seu governo reincorporou alguns instrumentos colocados em segundo plano durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso:

[...] reintroduzir o papel do Estado como negociador internacional, defesa soberana dos interesses nacionais, incluindo grandes negócios no processo de globalização, alianças com países emergentes com objetivos idênticos, iniciando com os da América do Sul, diálogo aberto, em vez de subserviência, com os países mais desenvolvidos e um componente de moralidade, sob a forma de luta contra a pobreza e a fome (CERVO, 2010, pág. 9, tradução nossa).

O Estado Logístico dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva reassumiu o papel central no planejamento estratégico do desenvolvimento nacional, além da função de dar suporte e legitimar as iniciativas dos demais atores sociais e econômicos domésticos com a delegação de responsabilidades e poder. Introduzido por Fernando Henrique Cardoso no final do seu segundo mandato, mas consolidado no primeiro mandato de Lula da Silva, o Estado logístico conjuga capacidades e responsabilidades que viabilizem a inserção autônoma do Brasil no sistema mundial. Para Cervo,

Como tudo isso depende de fatores internos e externos, o Estado garante que o interesse nacional tenha um peso na política externa, e se torna um agente da governança global. Este desenvolvimento garante a política externa na era Lula como um passo decisivo em direção à maturidade (id., 2010, pág. 10, tradução nossa).

Tal política externa criativa (altiva e ativa, nas palavras do próprio Presidente) também revisou a política africana do Brasil, dando-lhe tons propositivos, otimistas e pragmáticos, que haviam ficado em segundo plano no período entre 1990 e 2002. Nessa conjuntura, o continente africano foi revalorizado dentro do contexto de legitimação da cooperação Sul-Sul, ou seja, de uma política ativa de desenvolvimento. Para o Chanceler Amorim, essa cooperação enquadra-se como “estratégia diplomática originada de um autêntico desejo de exercer a solidariedade com os países pobres”, mas, também “ajuda a expandir a participação brasileira” no sistema mundial, onde se conjuga a cooperação

[...] entre iguais em matéria de comércio, investimento, ciência e tecnologia e outros campos, reforça a nossa estatura e fortalece a nossa posição nas negociações de comércio, finanças e clima. Por último, mas não menos importante, a construção de

coalizões com países em desenvolvimento é também uma forma de atrair a reforma da governança global, a fim de tornar as instituições internacionais mais justa e democrática (AMORIM, 2010a, pág. 230, tradução nossa).

Em complemento à esse teor político da cooperação Sul-Sul, o próprio tema do desenvolvimento também retornou à agenda brasileira. O próprio Presidente, aliado à postura do Itamaraty, tinha intenções claras de consolidar a presença brasileira na África, seja por declarações explícitas à imprensa ou por ações pontuais – como exemplo, “LULA QUER vôo para a África” (2007, pág. 12), ou “LULA DIZ que foi à África arar a terra” (2005, pág. A6). O Chanceler Amorim também pautou seu argumento no renascimento africano a nas oportunidades para o Brasil:

De regresso [do périplo pela África], posso afirmar que a África acompanha com grande interesse e expectativa o que se passa no Brasil. Mais do que isso, parece haver uma verdadeira sede de Brasil no outro lado do Atlântico (AMORIM, 2003, pág. 239).

O pragmatismo retomado pela política externa de Lula da Silva foi retratado pelo próprio, em entrevista concedida à imprensa argelina, em 2006, sobre as relações com os PALOP como de “realidade político-diplomática e de cooperação” (SILVA, 2006, s/p, tradução nossa). O Chanceler Amorim, em uma análise geral sobre os oito anos de sua gestão, afirma que os PALOP são “compreensivelmente, aqueles com quem o Brasil tem o relacionamento mais duradouro, sólido e diversificado” (AMORIM, 2010a, pág. 233, tradução nossa). O Itamaraty teve seu tradicional papel recuperado na formulação e implantação da política externa como política de Estado, onde por um lado, houve uma reestruturação dos serviços diplomáticos no âmbito do MRE, pois o Departamento de África e Oriente Médio foi desmembrado, criando-se um Departamento exclusivo de África, com três Divisões de África (DAF-I, II e III). Em consonância, houve o aumento do número de vagas para ingresso na carreira diplomática<sup>167</sup> e democratização nesse ingresso, com concessão de bolsas para afrodescendentes. Também a ampliação da malha diplomática, com novas representações no exterior fez parte desse período, pois havia o entendimento de que “ter um serviço exterior equipado em qualidade e quantidade para lidar com os desafios da realidade

---

<sup>167</sup> Por meio da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005 (depois transformada em lei), o número de ingressantes na carreira diplomática por ano passou a ser de 400 no total, em contraponto aos 100 alunos ingressantes por ano, até aquele momento.

internacional contemporânea” era essencial para que o Brasil tivesse “porta-vozes”, com “qualidade e em número suficiente”, no mundo (AMORIM, 2009, pág. 105)<sup>168</sup>.

Como demonstrativo da multiplicação dos eixos de ações Brasil-África entre 2003 e 2010, identificam-se os contatos de alto nível, onde o Presidente Lula da Silva visitou o continente africano 28 vezes em oito anos (5 em 2003, 2 em 2004, 5 em 2005, 4 em 2006, 3 em 2007, 1 em 2008, 2 em 2009 e 6 em 2010), passando por 25 países africanos diferentes. No mesmo sentido, o Brasil recebeu a visita de 48 líderes africanos no período, sendo 5 em 2003, 4 em 2004, 11 em 2005, 6 em 2006, 5 em 2007, 1 em 2008, 9 em 2009 e 7 em 2010. Já o Chanceler Amorim viajou 67 vezes para a África no período retratado nesse capítulo (14 em 2003, 1 em 2004, 15 em 2005, 3 em 2006, 3 em 2007, 9 em 2008, 13 em 2009 e 9 vezes em 2010). No movimento contrário, de visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros africanos ao Brasil também se identifica um número interessante no período: 66 visitas (2 em 2003, 4 em 2004, 13 em 2005, 12 em 2006, 3 em 2007, 7 em 2008, 11 em 2009 e 14 em 2010). Essas relações de alto nível corresponderam também no aumento do número de representações brasileiras no continente, totalizando 33 missões na África, além do estabelecimento de relações diplomáticas com a República Centro-Africana (abril de 2010): reabertura da embaixada em São Tomé e Príncipe (2003), abertura na Etiópia (2004), Benin, Camarões, Guiné-Equatorial, Sudão, Tanzânia e Togo (2005), Botsuana, Guiné e Zâmbia (2006), Burkina Faso, República Democrática do Congo, Mali e Mauritânia (2007).

Merecem destaque esses números dos contatos de alto nível, pois não houve outro governo na História do Brasil que tenha empreendido quantitativa e qualitativamente sua ação externa dessa maneira para a África. Por meio de visitas, acordos, reuniões e ações em organismos multilaterais, a política externa retomou o patamar de presença brasileira no continente anterior a 1990, elevando seu volume e teor de contatos.

O comércio exterior brasileiro alcançou, por consequência dessa ação política, no período entre 2003 e 2010, um caráter estratégico de ação externa. Por um lado, após a abertura do mercado interno no início da década de 1990 e a estabilidade econômica, a partir de 1994 (mas especialmente de 1999 em diante) a internacionalização das empresas brasileiras tem ocorrido no sentido de “fincar bandeiras no exterior para conquistar mercados, diluir custos e aproveitar vantagens competitivas” (APEX, 2011, s/p).

---

<sup>168</sup> O Governo Lula da Silva também passou a realizar, a cada dois anos, numa iniciativa inédita, os Encontros de Embaixadores Africanos lotados em Brasília (2007 e 2009), como forma demonstrar o interesse brasileiro naquele continente, mas principalmente de conhecer as demandas daqueles países, por meio de seus embaixadores.

Por outro lado, em complemento, as ações do governo de apoio às exportações passaram a ser organizadas em torno de uma estrutura de incentivo às vendas externas e internacionalização das companhias nacionais. Ainda em 1999, foi consolidada a estrutura burocrática do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o qual passou a ter atribuições no sentido de desenvolver políticas em comércio exterior, executando programas (interna e externamente) voltados à representação do país no mundo. Nesse sentido, a criação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL), em 2003, ocorrera nesse planejamento de médio e longo prazo do setor. O Presidente Lula da Silva, por meio das ações da Agência, passou a incentivar os investimentos de empresários brasileiros no continente, além de aprofundar-se a cooperação no setor financeiro também<sup>169</sup>, pois “[...] porque a similaridade que existe entre nós permite extraordinárias oportunidades de investimentos” (SILVA, 2009b, pág. 214).

O principal objetivo da APEX-BRASIL passou a ser identificar oportunidades e apoiar a internacionalização e a ação das empresas brasileiras no mercado internacional, através da realização de Missões empresariais e da implantação de postos avançados no exterior (em Miami, Dubai, Havana, Moscou, Pequim, Varsóvia e Luanda), nos moldes do Estado logístico. Em relação aos PALOP, enquanto Angola, em 2010, figurou na 22ª posição dos principais parceiros comerciais do Brasil (O BRASIL, 2010, pág. 19), os demais PALOP nem constavam ainda na lista de países que atingiram mais de US\$ 1 bilhão em comércio total com o Brasil em 2010 (id., pág. 95). Isso refere-se justamente às diferenças estruturais de mercado existentes entre Angola e Moçambique e os Pequenos PALOP.

Nesses termos, conforme o próprio Presidente afirmou “política de comércio exterior é como plantar árvore” (POLÍTICA, 2005, pág. 09), no sentido de que deve ser uma política de Estado, formulada e implantada em médio prazo, cujos resultados serão colhidos em longo prazo. A constante renegociação das dívidas dos PALOP com o Brasil durante o período (inclusive com o perdão parcial dos débitos moçambicano e cabo-verdiano) também é parte dessa postura da política externa do governo Lula da Silva, no sentido de facilitar as exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado a esses países e seus vizinhos.

O Chanceler Amorim, nos primeiros meses de 2003, já redirecionava a política africana do Brasil, não apenas através da “obrigação política, moral e histórica” do Brasil com a África, mas também através de um “renascimento africano”, no sentido de as sociedades

---

<sup>169</sup> Em 09 de agosto de 2010, foi assinado acordo que prevê parceria entre o Banco do Brasil, o Bradesco e o Banco Espírito Santo (de Portugal) para a extensão da atuação de instituições bancárias brasileiras em território africano (MERCADO, 2010, pág. 20).

africanas mobilizarem-se para “cicatrizas as feridas do passado e lidar as carências do presente”, tendo o Brasil com o compromisso de “transformar os laços de amizade que nos unem aos povos da África em progresso econômico, em benefício mútuo” (AMORIM, 1993, pág. 238). Especificamente para os PALOP, Amorim sistematizava o principal viés da relações com o Brasil:

Os países de língua portuguesa olham para o Brasil como uma fonte de cooperação técnica e prestação de serviços no campo da educação e formação profissionalizante. Existe, também, grande interesse pelos avanços da agricultura brasileira e um desejo de intensificar os contatos voltados ao desenvolvimento rural (AMORIM, id., pág. 240).

Se no final da década de 1980 e principalmente na maior parte da década de 1990 o comércio exterior Brasil-África decresceu (especialmente as exportações brasileiras), a partir de 2003 esse quadro começou gradativamente a se reverter. No ano de 2004, o país apresentou um déficit de aproximadamente US\$2 bilhões com a África, o qual se deve em grande medida às importações de petróleo provenientes da Nigéria. Se eliminado o setor de petróleo e combustíveis, o superávit comercial brasileiro ascendeu a US\$3,5 bilhões.

De um total de US\$2.852.003.914 das exportações do país para a África em 2003, em 2010, fechou-se com o valor de exportações em US\$9.261.599.799, apresentando um aumento médio de 325% naquelas exportações entre o início e o final dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva. Da mesma maneira que em períodos anteriores, o fluxo comercial entre o Brasil e o continente africano ainda foi instável e apresentou momentos de pico, como em 2008, quando o Brasil vendeu à África o montante de US\$10.169.567.120. Também o aumento comparativo das participações do Brasil nas exportações mundiais deve ser mensurado, pois se em 2003, o Brasil participava com 0,99% das exportações mundiais, em 2010, esse percentual aumentou para 1,35%, fato que representa um crescimento constante no comércio exterior brasileiro (BALANÇA, 2010, pág. 23). No que diz respeito às importações brasileiras daquele continente, em 2003 totalizaram US\$3.291.174.948 e em 2010, US\$11.302.224.181, apresentando um aumento médio de 343% entre o início e o final dos governos Lula da Silva.

**Tabela 9: Média da participação da África (exclusive Oriente Médio), no comércio exterior do Brasil (%)**

<b>Governo</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>
Luis Inácio Lula da Silva (2003/2006)	4,69	8,64
Luis Inácio Lula da Silva (2007/2010)	5,19	7,84

Fonte: Elaborado a partir de dados do MDIC/SECEX.

Na lista de produtos brasileiros exportados para a África nesse período, os principais, com mínima variação entre os destinos, são os equipamentos para maquinários agrícolas e automotivos (chassis, tratores, chapas, carrocerias), as carnes bovinas, suínas e de galinha (congeladas e desossadas/ em pedaços e miudezas), ferro/aço (em barras e para construções pré-fabricadas) e produtos alimentícios (açucars de beterraba e cana, bolachas e biscoitos, café, produtos sem cacau) e móveis de madeira. Já os principais produtos importados do continente africano durante o período, estão os bens alimentícios (especialmente produtos *in natura*, como pescados, oriundos de países menores, como os Pequenos PALOP, Costa do Marfim ou Botsuana, por exemplo), minérios e produtos derivados e químicos (ródio, manganês, ligas de ferro, chapas laminadas, naftas, hulhas, ácidos fosfóricos, cresóis, desinfetantes, herbicidas, provenientes de países como África do Sul, Angola, Nigéria, Marrocos, entre outros), e petróleo e seus derivados (inclusive Gás Liquefeito de Petróleo, especialmente de Angola e Nigéria).

No que se refere à cooperação técnica, base da política africana, houve um visível progresso em todas as áreas, com uma atuação concreta da ABC em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores, Educação, Cultura, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ciência e Tecnologia. Na área educacional, o terceiro protocolo do PEC-PG foi assinado em 2006 e tem servido de balizador desse convênio desde então. No final do ano de 2010, havia aproximadamente 5.000 alunos estrangeiros no PEC-G e PEC-PG em instituições brasileiras. Entre 2003 e 2010, ficou clara a ampliação do alcance da cooperação educacional (Norte-Sul, Sul-Sul e projetos de triangulação), onde a educação tem sido utilizada como instrumento de desenvolvimento social e aprimoramento da pesquisa científica e transferência de tecnologia.

A relação possível de se fazer entre o custo e o benefício da cooperação educacional é a seguinte: sobre o custo, entende-se que a infraestrutura física pré-existente no Brasil, em programas e instituições de ensino já determinadas, por meio de recursos humanos pré-existentes criam essas vagas automaticamente; sobre o benefício, fica clara a divulgação do

sistema de educação brasileiro, por meio de troca de informações e tecnologias e a consequente disseminação de uma imagem positiva do Brasil nos países originários desses estudantes. No caso dos países africanos e especialmente nos Pequenos PALOP, inserem-se escolhas e projetos de qualificação de quadros nacionais forjados no campo ideológico interno aos países em formação, mas que também dizem respeito ao embate das forças políticas de diferentes momentos no âmbito internacional.

O Governo Lula se destacou na ampliação dos acordos de cooperação e programas de desenvolvimento com a África, aumentando a oferta de vagas nos Programas PEC-G e o PEC-PG. Os PALOP constituíram-se como os maiores beneficiados pelos Acordos de Cooperação, tanto por parte das instâncias federais do governo, quanto por Acordos Institucionais firmados diretamente com as IES nacionais ou por meio de organizações religiosas e ONGs. A criação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), em 2009, sediada em Redenção, Ceará, se encaixa nessa proposta de aprofundamento da colaboração educacional Brasil-África, pois a Unilab caracteriza sua atuação “na cooperação internacional e vocação de intercâmbio acadêmico e solidário, com países integrantes da CPLP e com os demais países da África” (BRASIL, LEI ORDINÁRIA Nº 12289/2010, pág. 1).

A cooperação educacional configurou-se com um dos principais instrumentos da política externa brasileira para formação de recursos humanos dos Pequenos PALOP em solo brasileiro que acarreta, diretamente, resultados positivos para ambos os países, pois

[...] sem considerar os laços e vínculos estabelecidos ao longo de sua vida acadêmica no país e nas instituições receptoras, esses estudantes são convocados a retornar aos países de origem, conforme informado, imediatamente depois de sua colação de grau. Esse incentivo, argumentado pelas instâncias conveniadoras, permite o atendimento [imediat] as demandas específicas dos governos parceiros (até para realização de estudos parciais), conforme exposto no manual; ou seja, ocorre uma obrigatoriedade de estornar ao país todo o investimento feito na educação do indivíduo (DESIDÉRIO, 2005, pág. 8).

Ao patrocinar a formação de uma elite política e intelectual proveniente dos Pequenos PALOP, o Brasil passou a ter a certeza de que essa voltará a seus países para auxiliar no desenvolvimento econômico e fortalecimento institucional deles, empreendendo novos padrões de conduta sócio-econômica ensinados por profissionais brasileiros, a partir de uma experiência brasileira. Em complemento, essa elite reconhece no Brasil essa facilitação e apoio em sua formação, fato que consolida consequências extremamente positivas nas

relações entre os dois países, como, por exemplo, quando de novas oportunidades de negócios nesses países e o favorecimento do Investimento Direto Estrangeiro do Brasil.

A cooperação técnica no setor agropecuário foi ampliada em relação às anteriores ações, iniciadas no final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A segurança alimentar no continente africano ainda manteve-se deteriorada, onde, por exemplo, apenas 6% das terras agricultáveis são irrigadas. A política brasileira no continente tem sido evocada como uma nova “Revolução Verde”, pois a experiência do país em agricultura tropical o torna o país com maiores potenciais no continente (AKINOLA, 2010, pág. 01). A abertura do escritório regional da EMBRAPA, em Gana, em 2008, foi a concretização dessa necessidade e ação nos marcos da cooperação Sul-Sul, pois “estamos semeando em solo africano a revolução verde que os brasileiros conheceram nas últimas décadas. Essa mesma tecnologia tropical também promete outra revolução” (SILVA, 2010a, pág. 120).

O âmbito multilateral também continuou ser instrumento complementar das relações bilaterais. Em julho de 2004, em discurso que encerrava a presidência brasileira na Comunidade, o presidente Lula concluiu que a CPLP tem se tornado “uma organização madura, capaz de reagir prontamente a situações difíceis” e passou a desfrutar de “um prestígio de uma instituição vocacionada para a prevenção de situações de tensão e conflito”. Em termos gerais, a partir da criação da CPLP em 1996, mas precisamente depois de 2003, essas relações se aprofundaram, gradualmente, em comparação ao grau anterior. O Presidente Lula da Silva afirmou essa retomada de contatos, nos seguintes termos:

As relações do Brasil com os países africanos, tanto em matéria de cooperação como de comércio, vêm ganhando intensidade sem precedentes. Somente neste último mês de agosto, recebi a visita de dez líderes africanos. Estamos lançando parcerias mutuamente vantajosas, sem assistencialismo, que abrem oportunidades promissoras de negócios em frentes inovadoras de colaboração. Confiamos nos esforços de transformação política que está em curso no continente africano. À frente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em coordenação com a União Africana, o Brasil tem contribuído para a normalização institucional em pontos consagrados da região. Apoiamos a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Colaboramos para o diálogo político e a capacitação institucional, social e econômica de Guiné-Bissau (SILVA, 2005, s/p).

Dentro do âmbito da política africana, ações multilaterais se ampliaram. O Chanceler Amorim participou do Encontro Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), em 13 de junho de 2004, em São Paulo e identificou a postura brasileira quanto à esses Estados, sendo que os Pequenos PALOP também se classificam:

Mais do que nunca, devemos estar atentos para que as diferenças entre nós não alimentem divisões, que só nos enfraquecerão perante os países desenvolvidos. O conceito de países de MDR foi criado em 1971 para reconhecer as particularidades de um grupo específico de países em desenvolvimento, e não para provocar divisões artificiais, que podem levar-nos a perder de vista o nosso objetivo principal: o desenvolvimento das nossas nações. [...] O Brasil está totalmente comprometido com a causa dos PMDR. Não pouparemos esforços para promovê-la, seja no sistema das Nações Unidas, na OMC ou em outros foros. Bilateralmente e por meio do MERCOSUL continuaremos a intensificar nossa cooperação e nossos laços comerciais com os MDRs, em especial os países africanos (AMORIM, 2004, pág. 155).

Outro exemplo foi a realização da I e II Cúpula América do Sul-África (2008 e 2009, respectivamente), como forma de “[construir] uma ponte de diálogo e de colaboração [entre América do Sul e a África] [...]. Queremos reduzir distâncias, aproximar povos e consolidar uma parceria em prol do desenvolvimento e da paz (SILVA, 2009c, pág. 109). O Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), instituído em 2003, também se encaixa nessa proposta de ampliar as relações bilaterais por meio de ações multilaterais, no âmbito da cooperação Sul-Sul. Também no âmbito multilateral foram implantadas ações com resultados no relacionamento bilateral, especialmente para os Pequenos PALOP.

Essa postura multilateral atrelada às relações bilaterais refere-se à continuidade das reuniões e Mesas Redondas da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (dezembro de 2010). A proposta brasileira de se estabelecer-se Cúpulas bianuais entre os Presidentes da América do Sul e da África, a partir de 2006 foi bem recebida por ambos os lados do Oceano Atlântico, pois a parceria interregional também se encaixa na política africana do Brasil, a partir do âmbito multilateral, “por vontade política própria, sem intermediários” (SILVA, 2006, pág. 01).

As relações do Brasil com Portugal, entre 2003 e 2010, ampliaram-se no contexto da CPLP e ZoPaCAS, porém ainda com o teor político como viés de relativa concorrência entre ambos no que se refere aos PALOP, especialmente aos Pequenos. O Presidente Lula visitou Lisboa em 10 de julho de 2003 e conceituou tal relacionamento:

Brasil e Portugal estão embarcados em um novo desafio: a construção de um espaço comum, onde a identidade lingüística e cultural se transforme em realidade política na cena internacional. [...] Temos com Portugal um relacionamento à altura de nosso passado. Somos países irmãos não apenas por uma amizade secular, vínculos históricos, étnicos, culturais e lingüísticos. Somos unidos cada vez mais pelas novas possibilidades que a cooperação oferece para o desenvolvimento e bem-estar de nossos povos (SILVA, 2003a, pág. 23).

Na 7ª Cimeira Brasil-Portugal, realizada em Brasília, em 8 de março de 2004, ficou evidente o tom do relacionamento bilateral, especialmente em relação aos Pequenos PALOP:

A construção de um novo relacionamento, moderno e maduro, entre Brasil e Portugal vem projetando nossa ação conjunta para além da esfera bilateral. Confiamos nessa aliança porque queremos construir um mundo com os valores que unem os nossos povos – a defesa da democracia, os direitos humanos e o multilateralismo. [...] Podemos orgulhar-nos da nossa contribuição para a pacificação e retomada do caminho de desenvolvimento em nossos países irmãos. [...] Ao considerarmos o caminho à frente, não podemos nos esquecer do papel decisivo da fala portuguesa como fator de projeção e fortalecimento de nossa ação coletiva (SILVA, 2004, pág. 71).

Especificamente para o Brasil, as relações com Portugal são relevantes por três aspectos principais, que se complementam e se aprofundaram no período entre 2003 e 2010: o primeiro diz respeito às relações histórico-culturais entre os dois países que facilitam atividades empresariais nos dois lados do Oceano Atlântico (como no processo de privatizações de empresas públicas brasileiras, no final da década de 1990, quando Portugal foi o 4º país com maior número de Investimento Direto no Brasil); o segundo aspecto refere-se a Portugal como membro da União Europeia e, de certa forma, como ponte para países europeus; e por último, diretamente relevante para a presente Tese, o Brasil vê na manutenção das relações pacíficas com Portugal, especialmente no âmbito da CPLP, uma forma de mapear a presença portuguesa nas antigas colônias portuguesas na África e conter o avanço português, em contraponto ao aumento da presença brasileira naqueles países.

### **Política externa brasileira para Cabo Verde (2003/2010)**

O relacionamento entre Brasil e Cabo Verde, no período 2003/2010 foi marcado por uma reaproximação intensa nos laços políticos, econômicos e especialmente de cooperação<sup>170</sup>. Internamente, Cabo Verde passou a colher alguns efeitos positivos na primeira década do século XXI, resultantes da reforma política e econômica da década anterior. Em 2001, o governo cabo-verdiano lançou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (as Grandes Opções do Plano, GOP), buscando aprofundar as metas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1990. Como principais eixos de ação, delimitou-se a) a inserção na economia internacional, b) o setor privado como motor do desenvolvimento e c) o desenvolvimento e a afirmação da cultura nacional. A GOP buscou “definir a concepção e a filosofia do desenvolvimento do país rumo ao futuro” (GOP, 2001 *apud* MOURA, pág. 169),

---

<sup>170</sup> Os embaixadores brasileiros em Praia, no período, foram Vitor Candido Paim Gobato (2001/2007) e Maria Dulce Silva Barros (2007/2010).

estabelecendo, ainda o “caráter estratégico do sector da educação para o desenvolvimento do país” (id., pág. 171).

Em complemento, também foi lançado ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2002/2005 (V PND) e no ano de 2004, o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução de Pobreza. O V PND surgiu como resultado da GOP (1997/2000). Fica evidente que o V PND vislumbrava o componente externo como essencial para o desenvolvimento cabo-verdiano:

[na estratégia de desenvolvimento] a componente externa, com destaque para a promoção das exportações e para a captação de investimento directo externo, desempenha um papel de relevo. Nesta conformidade, *a projectada evolução bastante favorável das exportações, estará fortemente correlacionada com a dinâmica ligada ao turismo*. Este sector deverá funcionar como locomotiva em relação às principais componentes activas da balança de pagamentos a saber, as exportações e os investimentos directos externos. As importações conhecerão também uma trajetória ascendente, embora a um ritmo menos acentuado do que o das exportações, destacando-se o contributo dos avultados investimento esperados na área de infra-estruturas turísticas. (PLANO, 2002, pág. 43, *grifo nosso*).

A vocação para o setor de serviços é historicamente condicionada em Cabo Verde, seja por meio das navegações e do comércio daí resultante, seja por meio do turismo (influenciado a partir do início dos anos 2000), ou seja, pela integração do arquipélago na economia mundial, especialmente a partir de 1998. Outro elemento decisivo na economia cabo-verdiana é a emigração, fenômeno permanente na sua história, que, desde o século XIX, pela dimensão e constância dos fluxos de pessoas e capital, tem se constituído numa forma inequívoca de articulação entre o arquipélago e o mundo baseado no Oceano Atlântico, especialmente os EUA, a Europa e o Brasil<sup>171</sup>.

É este modelo de funcionamento e de integração internacional da economia, fortemente baseado na emigração/remessas e nas transferências públicas, que acabou por ser reproduzido depois da independência. A diferença fundamental foi a substituição das transferências públicas provenientes da metrópole pela ajuda pública ao desenvolvimento, ainda que o efeito em termos de funcionamento global da economia seja basicamente o mesmo. Os sucessivos governos têm assumido como um objectivo fundamental das suas políticas de desenvolvimento alcançar a modificação deste modelo de funcionamento. Mas, passados [...] décadas, a situação permanece essencialmente a mesma. *A economia continua a ser caracterizada por um sector produtivo muito frágil e uma fraca capacidade de exportação, dependendo fortemente dos fluxos externos para garantir a capacidade de importação*. (ESTEVÃO, 2007, pág. 4, *grifo nosso*).

---

<sup>171</sup> Os cabo-verdianos referem-se à diáspora como a emigração histórica e atual de Cabo Verde (atualmente, mais cabo-verdianos vivem no exterior do que nas ilhas). O país com o maior número de cabo-verdianos vivendo no exterior é o Estados Unidos (entre 260 e 300mil cabo-verdianos), seguido por Portugal (aproximadamente 105mil), demais países europeus e Brasil (GRASSI, 2006).

Em 13 de junho de 2003, o Presidente cabo-verdiano, Pedro Verona Rodrigues Pires visitou o Brasil, apresentando parte dessas demandas de comércio bilateral e outros projetos de cooperação. No mesmo ano, em São Paulo, ocorreu o Congresso da Internacional Socialista, onde o Presidente Lula da Silva se encontrou, em reserva, com o Primeiro-Ministro cabo-verdiano José Maria Neves. Merece destaque a formação em instituição de ensino superior brasileira, em São Paulo, do Primeiro-Ministro Neves, fato que favoreceu a preferência pelo aprofundamento dos laços políticos com o Brasil<sup>172</sup>.

De 28 e 30 de julho de 2004, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Cabo Verde. Na oportunidade, participou da inauguração do Telecentro doado pelo Brasil, com o objetivo de apoiar as ações relacionadas ao governo eletrônico e assinou os acordos, em seu encontro com o Presidente Pedro Verona Rodrigues Pires (MRE, Nota nº. 312, 2004). Em dezembro de 2004, visitou Praia o Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Em janeiro de 2005, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim visitou Praia e se reuniu com os Ministros de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, com o Primeiro-Ministro, com o Ministro de Infraestruturas e Transportes, com empresários locais, além da assinatura de Acordos sobre atividades remuneradas do pessoal diplomático, dos Ajustes complementares referentes à III Fase ao Projeto de Alfabetização Solidária, à II Fase do Programa de Cooperação em HIV-AIDS e do Programa sobre educação superior e ciência (MRE, Nota nº 16, 2005).

Entre 21 e 23 de agosto de 2005, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano José Maria Pereira Neves esteve no Brasil, prevendo a visita, em 04 de outubro seguinte, do Presidente Pedro Verona Pires. No Comunicado Conjunto:

[...] concluíram [o Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Pereira Neves] que o mercado cabo-verdiano oferece crescentes oportunidades comerciais a serem bem avaliadas por exportadores brasileiros de bens e serviços, em benefício mútuo. [...] os empresários dos dois países, com apoio de ambos os Governos, devem contemplar a possibilidade de estabelecer esquemas de utilização do arquipélago cabo-verdiano como plataforma comercial, com vista à penetração de produtos brasileiros em mercados da costa ocidental da África (COMUNICADO, 2005c, pág. 263).

---

<sup>172</sup> Também merece destacar que o embaixador cabo-verdiano em Brasília, Daniel A. Pereira, foi assessor especial do Primeiro-Ministro José Maria Neves, o que demonstra esse interesse e seriedade por uma relação profunda com o Brasil.

No almoço oferecido ao Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, em visita ao Brasil, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu o caráter de desenvolvimento da relação brasileiro-cabo-verdiana:

O Brasil quer colaborar cada vez mais com a obra coletiva da Nação cabo-verdiana. Temos especial orgulho de apoiar a formação da maior riqueza que Cabo Verde possui: seu capital humano. O governo e a sociedade brasileira estão engajados no projeto de criação da primeira universidade pública de Cabo Verde. Também queremos cooperar na alfabetização e na capacitação técnica de jovens cabo-verdianos. A reconhecida experiência do SEBRAE e do SESC poderá ajudar a impulsionar no curto prazo a geração de renda e emprego para aqueles que estão iniciando sua vida profissional (SILVA, 2005b, pág. 99).

A passagem de Pedro Pires incluiu Brasília, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro, exatamente nos Estados Brasileiros com maiores relações comerciais com Cabo Verde (MRE, Nota nº 513, 2005). O encontro dos Presidentes Pires e Lula resultou no Comunicado Conjunto de 04 de outubro, onde foram elencados os principais temas das relações bilaterais, como a cooperação (nas áreas de educação e saúde), a parceria dos dois países nos fóruns internacionais (como a CPLP e ONU, além do apoio brasileiro à adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio), a preocupação mútua com a estabilidade na Guiné-Bissau, e principalmente as oportunidades econômicas no comércio bilateral, vislumbrando “... a possibilidade de estabelecer esquemas de utilização do arquipélago cabo-verdiano como plataforma de projeção comercial, com vista à introdução de produtos brasileiros em mercados da costa ocidental da África” (COMUNICADO CONJUNTO, 2005, s/p).

Nota-se, novamente, a intenção cabo-verdiana de tornar o país um prestador de serviços no Oceano Atlântico Sul – proposta já apresentada para o representante brasileiro em Praia, no início da década de 1990. Essa visão de desenvolvimento das ilhas condiz com o seu próprio entendimento das deficiências estruturais que compreendem sua economia e sociedade. Ao preferir a manutenção de o Brasil como parceiro, identificando-o como interlocutor e executor desse plano de ação, o governo cabo-verdiano demonstrou claramente o grau de relevância de Brasília no desenvolvimento de Praia. Fica claro tal direcionamento, por exemplo, nas reiteradas demandas apontadas pela documentação diplomática referentes à questão comercial bilateral, face à dificuldade de estabilizar-se a balança comercial.

Em janeiro de 2006, ocorreram as eleições legislativas cabo-verdianas, com 45,8% de abstenção, onde o MPD obteve 44% dos votos (29 cadeiras), o PAICV, 52,3% (41 cadeiras), e a UCID com 2,65% (2 cadeiras). Em fevereiro seguinte, as eleições presidenciais reelegeram o Presidente Pedro Pires (PAICV), que recebeu 50,98% dos votos e Carlos Veiga (MPD),

com 49,02% (abstenção de 46,9%). O novo mandato do Presidente Pires manteve as ações anteriores, baseadas no V PND, de reverter o grau de desenvolvimento do país, fortalecendo as relações externas com parceiros históricos (Estados Unidos, Portugal e Europa, Brasil e PALOP), mas também inovando em ações de cooperação (como no caso com a China)<sup>173</sup>. Em julho de 2006, o Presidente Pedro Pires participou da Cúpula dos Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador, ocasião que oportunizou o encontro dos dois Presidentes.

Em outubro de 2007, Brasil e Cabo Verde assinaram um protocolo bilateral estabelecendo a cooperação brasileira com vistas ao ingresso de Cabo Verde na Organização Mundial do Comércio<sup>174</sup>. Ainda em dezembro de 1999, o governo de Cabo Verde havia solicitado sua adesão à Organização Mundial de Comércio. Após a criação de um Grupo de Trabalho (em 2000) que analisou e orientou as políticas econômicas e comerciais do país, em 23 de julho de 2008, Cabo Verde foi aceito como o 153º membro da OMC. O Ministério de Relações Exteriores de Cabo Verde, em comunicado, definiu da seguinte forma tal ato:

A adesão de Cabo Verde marca uma nova era para o país, constituindo um elemento essencial da estratégia para a inserção do país no mercado global. Estar na organização encoraja não só uma maior agressividade na busca de soluções que vão para além da ajuda externa, como também obriga a modernização das nossas instituições, a melhoria do nível da qualidade dos serviços prestados e oferece oportunidade aos técnicos nacionais de se especializarem em áreas diversas do Acordo de Marrakesh e de participar nas subseqüentes rondas de negociações do comércio. A classe empresarial nacional, com o apoio institucional do Governo, com o seu esforço de acompanhar a dinâmica global, certamente se organizará de forma a tirar proveito dos benefícios que a OMC oferece aos membros (ADESÃO, 2008, s/p).

Esse ingresso cabo-verdiano na OMC foi amplamente apoiado pelos Estados Unidos em todas as instâncias que o processo passou desde 1999. E com a adesão, Cabo Verde passou a contar ainda mais com o programa norte-americano African Growth and Opportunity Act (AGO), reforçando os setores de serviços e transportes, além da criação de pequenas e médias empresas<sup>175</sup>.

Em maio de 2008, uma missão parlamentar brasileira, composta por membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal visitou Cabo Verde, no sentido de conhecer a realidade do país africano e viabilizar possíveis ampliações na cooperação bilateral. Como resultado dessa visita, o governo cabo-verdiano apresentou proposta à

---

<sup>173</sup> O próprio Programa de Governo 2006/2001 previa as orientações sobre as possibilidades de cooperação demandadas pelo país.

<sup>174</sup> Em julho de 2008, Cabo Verde foi admitido na Organização Mundial do Comércio.

<sup>175</sup> Uma das críticas que o país sofreu ao ingressar no órgão multilateral refere-se à possível perda de receitas fiscais (em torno de 40%), pois essas provinham em maior parte das alfândegas.

comitiva brasileira de combate conjunto ao narcotráfico no Atlântico Sul. Em junho seguinte (e em setembro novamente), o Ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Victor Borges, veio ao Brasil, passando por Brasília, São Paulo e Fortaleza (MRE, Nota nº 298, 2008). Como resultado da primeira visita, no final de junho, o Chanceler Celso Amorim visitou Praia e assinou quatro acordos nas áreas de consultas políticas, saúde, fortalecimento institucional e de recursos humanos<sup>176</sup>. Em novembro, uma missão empresarial brasileira visitou as ilhas<sup>177</sup>.

Quando ocorrera, em março de 2009, a Reunião Extraordinária da CPLP, em Praia, para discutir a situação na Guiné-Bissau, o Chanceler Celso Amorim encontrou-se em paralelo com a Ministra das Finanças cabo-verdiana Cristina Duarte, para vislumbrar ações no sentido de aumentar as linhas de crédito do país africano com o Brasil. Nos meses seguintes, o Chanceler José Brito e a Ministra das Finanças Cristina Duarte visitaram o Brasil, para aprofundaram as tratativas iniciadas em março<sup>178</sup>. No mesmo mês de maio de 2009, o Ministro da Justiça brasileiro Nelson Jobim foi a Cabo Verde. Em julho seguinte, quando da XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Praia, ocorreu em paralelo a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação, com a presença do Chanceler Celso Amorim. Outro momento em que a ação multilateral compôs as relações Brasil-Cabo Verde foi com a visita do Presidente Lula à Praia em 02 de julho de 2010, quando participou da Primeira Cúpula entre o Brasil e a CEDEAO, iniciativa cabo-verdiana para aproximar o Brasil dos países da costa ocidental africana, conforme documentação diplomática referente aos preparativos da Cúpula especial.

---

<sup>176</sup> Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de Consultas políticas e de cooperação; Programa executivo relativo ao acordo básico de cooperação técnica e científica para implementação do Projeto “Apoio técnico para implantação de banco de Leite Humano em Cabo Verde” e do projeto “Fortalecimento da atenção primária à saúde”; Programa executivo relativo ao acordo básico de cooperação técnica e científica para implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)” e do projeto “Fortalecimento e capacitação técnica de recursos humanos para o sistema de formação profissional – fase II”. MRE. [Nota nº. 338], de 27/06/2008.

<sup>177</sup> Em novembro de 2008, quinze empresas brasileiras de diversos segmentos como artesanato, alimentos, construção civil, confecções, equipamentos para processamento de água, cosméticos e tecnologia da informação participaram de uma missão empresarial à Cabo Verde e apresentaram seus produtos na 12ª Feira Internacional de Cabo Verde (FIC 2008), na cidade de Praia. Paralelo à FIC foram realizadas eventos promovidos pela Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS) como o Seminário sobre “Oportunidades para Cabo Verde”, e o “Mercado de Cabo Verde – Os desafios do Salto”. O SEBRAE Ceará apresentou uma palestra sobre as “Oportunidades da África - Relações Brasil/Cabo Verde, que contou com a presença de 45 empresários de Cabo Verde e Portugal.

<sup>178</sup> A visita do Chanceler Brito resultou na assinatura do Memorando de Entendimento para a aplicação em Cabo Verde do Programa de Incentivo à formação científica (MRE-CAPES). De 13 a 17 de outubro de 2009, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, José Maria Neves esteve no Brasil, para renegociar a dívida do país africano com o Brasil (MRE, Nota nº. 509, 2009). Em março de 2010, o Brasil perdoou US\$1,1 milhão da dívida cabo-verdiana, referentes a juros de mora devidos até 31 de dezembro de 2008.

Mesmo com a intensificação das relações de alto nível, com constantes visitas Presidenciais, de Chanceleres e de outros nomes do alto escalão brasileiro e cabo-verdiano, a cooperação ainda manteve-se como a base das relações Brasil-Cabo Verde no período entre 2003 e 2010, porém, nesse momento, com o retorno do viés político, já nos marcos da cooperação Sul-Sul. Por meio de uma Portaria do Ministério das Relações Exteriores de outubro de 2002, o Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, em Praia, foi criado, iniciando suas atividades culturais e educacionais, em março de 2008. Vinculado à Embaixada brasileira, com o objetivo de ampliar a oferta de ações de cooperação, ensino e treinamento profissional aos locais cabo-verdianos, o CCBC gerou novas demandas, por parte de Cabo Verde, aliadas à antigas parcerias de cooperação técnica. Exemplo dessas novas ações refere-se à necessidade cabo-verdiana de criar uma academia para formação diplomática no âmbito de seu Ministério de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, que atuaria em quatro áreas especialmente:

I – formação e aperfeiçoamento de quadros do Serviço Exterior cabo-verdiano, com cursos voltados para treinamento de novos diplomatas, para aperfeiçoamento [...] e para desenvolvimento de teses de altos estudos [...]; II – centro de investigação e pesquisa em Relações Internacionais; III – núcleo de acompanhamento de assuntos e alerta antecipado de crises no âmbito regional e internacional; IV – centro para formulação de estratégias de política externa (BARROS, 2010a, pág. 2).

Um ponto fundamental, no período 2003/2010, da cooperação técnica do Brasil para Cabo Verde refere-se à ampliação da cooperação triangular. O Projeto de combate ao trabalho infantil, planejado pelo Brasil, financiado parcialmente pela Organização Internacional do Trabalho e executado por Brasil-OIT e Cabo Verde (BRASEMB PRAIA, Telegrama nº 00409, 2010) se caracteriza como de ação triangular. Também se destaca a demanda de Cabo Verde por auxílio brasileiro na materialização do Plano de Formação da Guarda Costeira das Forças Armadas cabo-verdianas (BRASEMB PRAIA, Telegrama nº 00416, 2010), para desenvolvimento habitacional (BRASEMB PRAIA, Telegrama nºs 00468 e 00667, 2010), regulação de gás e petróleo (BRASEMB PRAIA, Telegrama nº 00903, 2010), em matéria de justiça (BRASEMB PRAIA, Telegrama nº 00905, 2010), além da permanente demanda por linhas de créditos concessional a Cabo Verde (BRASEMB PRAIA, Telegrama nº 00933, 2010).

A embaixadora brasileira em Praia Maria Dulce Silva Barros em entrevista com o Presidente do Banco Central de Cabo Verde relatou ao MRE a conjuntura econômica cabo-verdiana em 2010, a necessidade de atração de “recursos internacionais para obras de

infraestrutura em suas diversas ilhas até o final de 2010”, bem como à ligação da economia cabo-verdiana à portuguesa:

Temos relações internacionais [Cabo Verde], temos transferências, temos relações de financiamento. Basta dizer que Portugal é a origem de fluxos turísticos muito importantes para Cabo Verde. É também o país de acolhimento de uma importante comunidade de cabo-verdianos, é, aliás, a principal origem de remessas da emigração. Temos um acordo de cooperação cambial com Portugal, pelo que é evidente que a situação existente em Portugal e a evolução provável terá impacto negativo em Cabo Verde (BARROS, 2010, pág. 8).

A presença francesa também foi ampliada em Cabo Verde, especialmente em projetos de cooperação descentralizada (apoio aos municípios), governança democrática, água e saneamento e ensino. Essa ação francófona ocorre muito em razão da ligação de Cabo Verde com a União Europeia e CEDEAO, mas também como fonte de concorrência com as ações empreendidas pelo Brasil, similares às francesas. No caso da presença chinesa em Cabo Verde, aprofundada depois de 2006, refere-se à ações de cooperação bilateral diretamente recebida por Cabo Verde, especialmente referente à infraestrutura, mas também com ações em áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia e transporte, de acordo com a embaixadora Barros,

[...] não colidem ou se sobrepõem à cooperação técnica brasileira prestada a Cabo Verde. E, ainda, mesmo quando a cooperação chinesa projeta-se para o domínio técnico, está quase sempre aliada a interesses claramente econômicos, do qual é exemplo o Acordo de Empréstimo entre os governos de Cabo Verde e China [...] (BARROS, op. cit., pág. 3).

Em 20 de maio de 2010, foram assinados novos Ajustes ao Acordo básico de cooperação científica entre os dois países, um para implementar-se em Cabo Verde o Projeto de apoio do desenvolvimento habitacional e outro para o fortalecimento institucional da Gestão das Águas no país – fase I. De 2003 a 2010, foram assinados vinte e um (21) Acordos ou Ajustes entre os dois países, mostrando uma aceleração do relacionamento bilateral. Em suas visitas àquele país, o Presidente Lula demonstrou interesse e atenção às demandas, por meio da assinatura de documentos, no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população cabo-verdiana<sup>179</sup>.

---

<sup>179</sup> Mesmo no último ano de seu governo, essa atitude ficou clara, pois em 10 de fevereiro de 2010, a partir da Medida Provisória nº. 481, o presidente Lula autorizou a doação, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), de 260 mil toneladas de alimentos para países pobres ou vítimas de desastres naturais, além dos territórios palestinos. Ainda em 30 de dezembro do mesmo ano, através da Medida Provisória nº. 519, o Presidente também autorizou novas doações a uma série de países, inclusive os de Língua Oficial Portuguesa.

Como exemplo, o Programa de Alfabetização Solidária em Cabo Verde<sup>180</sup> foi implantado com o objetivo de diminuir o analfabetismo de jovens e adultos em Cabo Verde: efetivou a capacitação continuada dos alfabetizadores e coordenadores, realizada por meio de missões trimestrais de professores das Universidades brasileiras. Já o Projeto de Dessalinização em Ribeira da Barca<sup>181</sup> ao prever a dessalinização da água de poços, buscou criar uma alternativa técnica e socialmente diferente para abastecimento de água no arquipélago. Esse projeto antecipou também a doação de equipamentos de dessalinização de poços por parte da ABC e o aporte de experiência na implementação e operação desses sistemas por parte da Secretaria de Infra-Estrutura da Bahia, com participação comunitária.

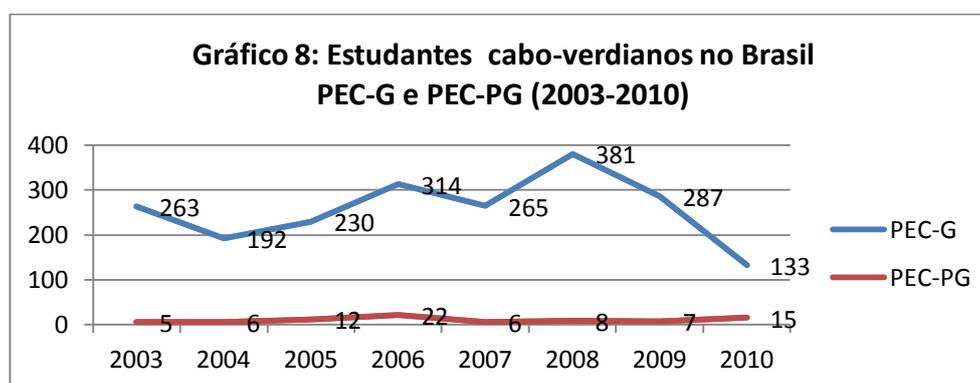
A EMBRAPA efetivou boa parte da cooperação técnica entre os dois países e o estabelecimento do Escritório EMBRAPA África, em Acra (Gana) serviu como ponto de estímulo. Em novembro de 2006, ocorreu o I Seminário Internacional sobre Produção Sustentável de Hortaliças, em Brasília, com a presença de técnicos cabo-verdianos. Em novembro de 2007, técnicos cabo-verdianos participaram do II Seminário Internacional sobre Produção Sustentável de Hortaliças, promovido pela Embrapa Hortaliças (Brasília-DF) com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores, e da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores daquele país (TÉCNICOS, 2007). A base da cooperação agropecuária é a consolidação institucional do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário de Cabo Verde (INIDA), criado em 1992 para modernizar o setor agropecuário cabo-verdiano. Em 12 de março de 2008, Brasil e Cabo Verde firmaram parceria na área de agricultura, entre a EMBRAPA e o INIDA, sob a coordenação da ABC. Três projetos de cooperação na área resultaram: caprino, ovino e horticultura (AGROPECUÁRIA, 2008). Em outubro de 2009, ocorreu o IV Curso Internacional sobre Técnicas de Cultivo e Processamento de Mandioca. Também nesse mesmo mês, ocorreu o Colóquio Brasil-África (26 e 27 de outubro), em Salvador, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e pelo Governo do Estado da Bahia, com o objetivo de informar e debater os atuais desafios para a interação entre o Brasil e o continente africano.

---

<sup>180</sup> AJUSTE Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação, assinado em 27/06/2002, com a criação da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), como responsável pela implementação do Programa Alfabetização Solidária na execução das ações decorrentes deste Ajuste Complementar.

<sup>181</sup> AJUSTE Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto Piloto de Dessalinização em Ribeira da Barca, assinado em 30/12/2003.

A cooperação educacional se intensificou no sentido de cooperação ofertada in loco e também no aumento do número de ingressantes no sistema educacional brasileiro, por meio de PEC-G e PEC-PG. O Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação da Universidade de Cabo Verde e ao desenvolvimento do Ensino Superior”, assinado em junho de 2006, apoiou a criação da Universidade Pública de Cabo Verde e contou com a participação do Ministério da Educação brasileiro, através de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>182</sup>. Em 13 de março de 2006, foi assinado entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) um Termo de Cooperação Técnica, que criou o Centro de Estudos Brasil-Cabo Verde. Também foi efetivado em 2009 acordo entre a Uni-CV e a UFC (UNI-CV, 2009).



Fonte: Elaborado a partir de dados constantes do MRE e MEC.

Como demonstra o Gráfico 8, o número de estudantes cabo-verdianos que ingressam no Brasil, por meio dos programas oficiais, ainda foi expressivo na graduação, muito em razão de o arquipélago possuir apenas uma instituição de ensino superior, ainda em fase de implantação. Em relação à pós-graduação, mesmo com números ainda tímidos, já fica evidente um aumento nesses estudantes que, em grande medida, se graduam pelo PEC-G e continuam seus estudos pelo PEC-PG, em instituições de ensino brasileiras.

No âmbito da cooperação para formação de recursos humanos<sup>183</sup>, o projeto em implementação capacita profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional de

<sup>182</sup> Os principais domínios de cooperação são a realização de mestrados em “Ciências Sociais”, “Tecnologias de Edificações” e “Ordenamento do Território e Desenho Urbano”, paralelamente a ações que passam pelo acolhimento de docentes da Uni-CV nos programas de Doutorado/Pós-Doutorado da UFRGS, pois a principal carência da Uni-CV é a capacitação de docentes, cuja maioria não possui títulos de mestrado ou doutorado (ACORDO, 2005).

<sup>183</sup> PROTOCOLO de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Tecnologia Eletrônica e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Apoiar a Implementação do Projeto

Cabo Verde e entidades parceiras, criando as condições para a implantação futura do Centro de Excelência na área de Formação Profissional, transferindo conhecimentos, metodologias e experiências de instituições brasileiras neste campo, por meio do Centro Profissional do SENAI brasileiro em Praia (instalado em julho de 2006).

Desde 08 de dezembro de 2001, a ligação aérea Brasil-Cabo Verde voltou a existir, através do voo Ilha do Sal-Fortaleza, operacionalizado pela empresa estatal Cabo Verde Airlines (TACV), aos domingos. Esse fato fez, gradualmente, que o estado do Ceará passasse de 6º para 2º lugar nas exportações por unidades federativas (atrás apenas de São Paulo). Como exemplo, em 1996, as exportações cearenses a Cabo Verde representavam US\$55 mil; em 2003, US\$568mil; em 2008, esse valor chegou a ultrapassar US\$10 milhões<sup>184</sup>. A primeira linha marítima da Atlantic Shipping interligando o Porto de Suape (PE) a Praia (e Boston), começou a operar em setembro de 2006 (PORTO, 2006)<sup>185</sup>.

Como maneira de facilitar os contatos e concretizar algumas das iniciativas no âmbito da cooperação bilateral, levando-se em conta ainda a relativa deficiência na ligação marítima entre os dois países, a Força Aérea Brasileira inaugurou em 09 de abril de 2006, uma rota regular para as capitais africanas, como forma de aprofundar as linhas de cooperação do Brasil com o continente. Nesse primeiro voo, foram transportados medicamentos anti-retrovirais genéricos para os programas de combate ao HIV-AIDS desenvolvidos pelo Brasil em Cabo Verde, equipamentos e material para os Centros de Formação Profissional instalado pelo SENAI em Praia, material educativo para o Projeto Escola para Todos (MRE, Nota nº 236, 2006).

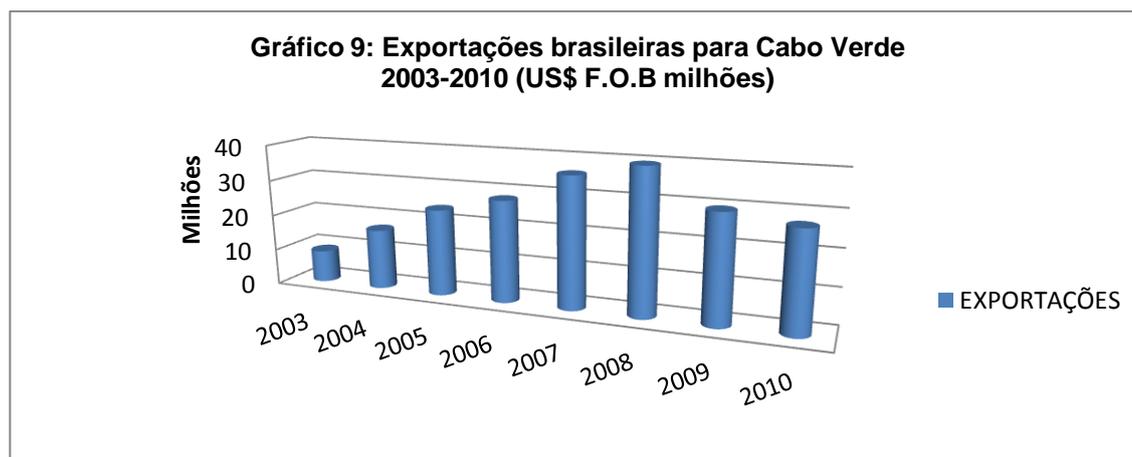
No que se refere ao comércio exterior bilateral, nota-se um aumento relativo no número total das exportações brasileiras para as ilhas do Cabo Verde no período 2003/2010, a base da pauta de exportações brasileiras era da área alimentícia e da área de bens manufaturados com relativo valor agregado.

---

Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde, ambos assinados em 29/07/2004.

<sup>184</sup> Tamanha é a relevância do Nordeste no comércio exterior Brasil-Cabo Verde, que em março de 2009, foi criada, em Fortaleza/Ceará, a Câmara de Comércio Brasil-Cabo Verde (BRASIL, 2009).

<sup>185</sup> A retomada dos voos regulares entre Fortaleza e Praia ocasionou o surgimento do fenômeno das “rabidantes”, vendedoras ambulantes cabo-verdianas, que fazem a ponte entre as duas cidades (e mesmo entre outras cidades do Nordeste) semanalmente, para adquirir produtos e vende-los no mercado informal de Cabo Verde.



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Mesmo com as tentativas previstas nos consequentes PNDs, com o pífio crescimento das exportações e dos serviços e o déficit comercial crescente, o modelo da economia cabo-verdiana continua a ser essencialmente o mesmo, o que revela que a sua transformação tem sido muito mais difícil do que preconizaram os documentos de estratégia e de política econômica. Especialistas têm argumentado que o problema essencial refere-se à concepção das estratégias de desenvolvimento. Estevão (2007) argumenta:

É perfeitamente consensual entre os economistas do desenvolvimento que uma estratégia industrialista baseada na substituição de importações não é viável em pequenas economias, nomeadamente nas insulares. O problema essencial relaciona-se com os constrangimentos ligados à pequena dimensão, que acabam por se traduzir num conflito de base entre a pequena dimensão e a dimensão óptima da produção industrial. A consequência deste conflito é a dificuldade que as pequenas economias enfrentam para gerar uma dinâmica interna autónoma, dada a inadequação entre as estruturas da oferta e da procura. (ESTEVÃO, id., pág. 10).

Disso, compreendem-se as profundas demandas que Cabo Verde possui de produtos importados, desde básicos, como alimentos até manufaturados, como eletrodomésticos ou automóveis, todos parte da pauta de exportação brasileira. Nota-se uma relevância dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras para Cabo Verde, o que é claro pela demanda cabo-verdiana por tais mercadorias, em razão do seu baixíssimo grau de industrialização e pelas deficiências impostas pela geografia.

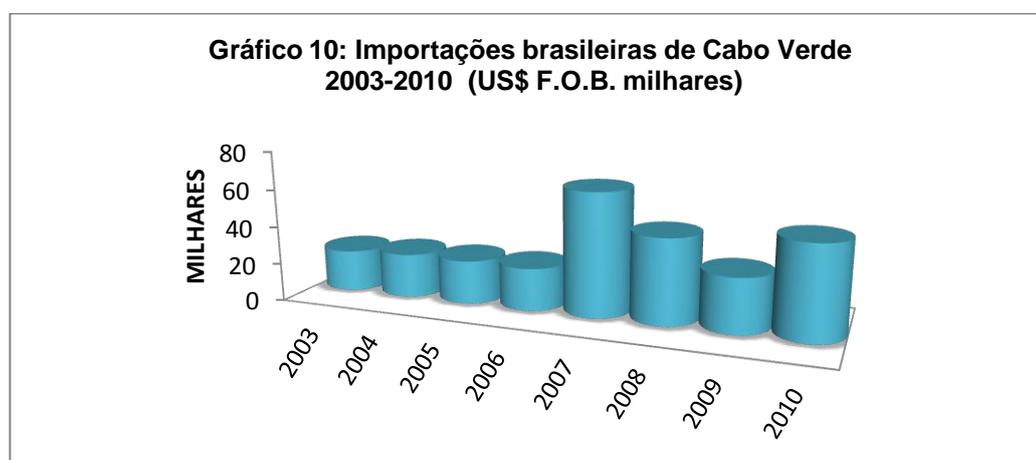
O comércio entre Brasil e Cabo Verde demonstrou crescimento gradual entre 2003 e 2010. O estado do Ceará passou a ser um dos seus pontos-de-lança o Ceará, em razão da proximidade geográfica e aproximação cultural.

**Tabela 10: Exportações Brasileiras para Cabo Verde 2003/2010 (em US\$ F.O.B.)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Manufaturados</b>	7.396.195	13.5060.084	19.160.932	24.460.833	28.015.462	28.039.180	18.782.362	16.709.984
<b>Semimanufaturados</b>	9.157	12.136	310.706	42.763	54.260	84.486	96.241	32.033
<b>Básicos</b>	1.583.962	2.983.980	4.547.373	3.481.739	7.969.748	11.499.563	10.733.779	10.510.047
<b>Serviços/outros</b>	1.553	191.393	669	115.912	8.395	51	16.641	7.353
<b>Total</b>	<b>8.990.867</b>	<b>16.747.593</b>	<b>24.019.680</b>	<b>28.101.247</b>	<b>36.047.865</b>	<b>39.623.280</b>	<b>29.629.023</b>	<b>27.259.417</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Em 2010, por exemplo, 79% dos produtos brasileiros exportados para o país eram alimentos (açúcares, carne e miudezas de frango, carne de bovino, margarina café, suco de frutas); outros 6,54% eram de barras de ferro para a construção civil; máquinas e automóveis representaram outros 2%. Aliás, o produto mais vendido pelo Brasil a Cabo Verde nesse período foi pedaços e miudezas congeladas de frango, representando em média, 22% da pauta entre 2003 e 2010.



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Cabo Verde foi o único dos Pequenos PALOP que exportou ao Brasil de forma permanente, porém baixa, no período analisado neste capítulo. O total das importações brasileiras das ilhas também sofreu variações e inconstâncias, mas teve uma linha de tendência positiva. O grosso da pauta de importações se refere a bens alimentícios derivados de peixes (*in natura* e congelados) e plantas de ornamentação e produtos de floricultura.

### **Política externa brasileira para Guiné-Bissau (2003/2010)**

O período 2003/2010 foi intenso nas ações externas brasileiras para a Guiné-Bissau. A postura histórica da política externa brasileira para aquele país fica evidente na afirmativa do Chanceler Amorim:

Estive em Guiné-Bissau em 1977. Naquela ocasião, como chefe de Divisão Cultural [...] Fiz um memorando[...] sugerindo que se abrisse um Centro de Estudos Brasileiros em Guiné-Bissau. Não se tratava de mais um Centro de Estudos Brasileiros, tratava-se de participar da criação de um país (AMORIM, 2011, pág. 31).

Esse teor político associado à cooperação foi essencial no estabelecimento das relações bilaterais (1975/1990), manteve o ponto mínimo de contato quando de outras prioridades brasileiras e frente aos condicionantes africanos (1990/2002) e voltou a ser o eixo das ações no período mais recente (2003/2010)<sup>186</sup>. Em outras palavras, a instabilidade política bissau-guineense foi a principal pauta da política externa do Brasil para o país. Neste contexto, o mandato do Presidente da República Kumba Ialá (2000/2003), interrompido por um golpe de Estado evidenciou, mais uma vez, todas as deficiências existentes no país e ficou marcado por uma enorme instabilidade política e social. A Guiné-Bissau tem se caracterizado profundamente como um país “frágil”, onde os conflitos militares e sócio-políticos são uma constante, destruindo a estrutura da sociedade bissau-guineense. A convulsão nas Forças Armadas da Guiné-Bissau e as consequências para a estabilidade política nacional foram o ponto característico da Guiné-Bissau no período 2003/2010.

No período de 2000 a 2003, a figura do Presidente bissau-guineense conduziu a sua política privilegiando a sua etnia (Balanta), o que alguns chamaram de “balantização do poder” (SANGREMAN et al., 2006), provocando um mal-estar geral<sup>187</sup>. O tom autoritário e a ineficácia do governo oportunizaram as condições para que o Chefe do Estado-Maior, General Veríssimo Correia Seabra empreendesse um golpe de Estado em setembro de 2003. Nesse contexto, a Junta Militar impulsionou a formação da coalizão política entre o Secretario Geral do PRS, Antonio Artur Sanhá, o empresário independente Henrique Pereira Rosa (presidente interino) e o Conselho Nacional de Transição, presidido por Correia. Após

<sup>186</sup> Os embaixadores brasileiros em Bissau, durante o período, foram Arthur Vivacqua Correa Meyer (1999/2005), João Batista Cruz (2005/2008) e Jorge Geraldo Kadri (2008/2010).

<sup>187</sup> Entre 2002 e 2003, o país conheceu quatro Primeiros-Ministros - três filiados no PRS e um independente - , viu ser dissolvida a Assembleia Nacional Popular e adiada sucessivamente a marcação das eleições, para além dos atrasos no pagamento de salários. Foi, sem surpresa que, em 2003, novo Golpe de Estado ocorrera, levado a cabo pelas Forças Armadas.

inúmeras transferências de datas, a coalizão fixou o as eleições legislativas para abril de 2004 e as eleições para o ano de 2005.

O Primeiro-Ministro Marco Antonio Avelino Reis Pires esteve presente na posse do presidente Lula da Silva, em janeiro de 2003. A convite do governo guineense, o Chanceler Celso Amorim visitou a Guiné-Bissau em 15 de janeiro de 2005, programando a ida do Presidente Lula ao país e estruturando o acordos a serem assinados. Foi recebido pelo Presidente Henrique Pereira Rosa, pelo Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares Sambu. Em 13 de abril de 2005, o Presidente Lula esteve em Bissau, em visita oficial, e em seu discurso na Reunião Ampliada Brasil-Guiné-Bissau, o Presidente mapeou as bases do status da política externa brasileira para o país africano:

Eu penso que muitas vezes é mais fácil nós dizermos ao mundo que somos pobres por causa dos outros. Muitas vezes é mais fácil a gente afirmar que não progrediu ou não cresceu por causa de algum inimigo externo, por causa de algum problema em outro país. E nós nunca [...] discutimos quais os erros que nós cometemos e o que precisamos fazer para que a gente deposite na consciência da nossa gente a confiança de que, a partir da ação de cada um, a gente pode ir construindo, nos nossos países, um modelo de desenvolvimento sustentável, com a economia crescendo, porque somente assim é que a gente vai fazer a distribuição de renda, e somente assim é que a gente vai produzir riquezas. Nós entendemos que a relação do Brasil com [a] Guiné-Bissau, a relação do Brasil com o continente africano, pode ajudar e muito, não apenas [a] Guiné-Bissau, os países da África, mas pode ajudar o Brasil. (SILVA, 2005, pág. 98).

O Presidente Lula também ressaltou a possibilidade de complementaridade entre as economias, especialmente no sentido que a cooperação Sul-Sul prega: o desenvolvimento como vetor das relações bilaterais, pois

Da parte do Brasil, nós temos uma dívida histórica com o continente [...] E também porque o Brasil tem conhecimento tecnológico, o Brasil tem estrutura empresarial, o Brasil tem base intelectual para, dentro das suas possibilidades, ajudar para que os países mais pobres tenham um mínimo de ajuda para dar os passos seguintes. É por isso que estamos aqui com o Ministro da Educação, viemos aqui com o Ministro da Saúde, viemos aqui com o Ministro da Cultura, estamos aqui com representantes do SENAI para tentar estabelecer escolas de formação profissional, e queremos contribuir em várias outras áreas.

[...] E o Brasil, como país que tem maior economia, como país que tem mais conhecimento científico e tecnológico, como país de maior inserção nesse mundo globalizado, o Brasil tem a obrigação não de ser generoso, o Brasil tem a obrigação de dar a sua contribuição para que os países menores e mais pobres possam crescer, se desenvolver e gerar qualidade de vida para o seu povo. (SILVA, id., pág. 100).

Na ocasião, o Presidente Lula se encontrou com o Presidente Henrique Rosa, o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e com o presidente da Assembleia Nacional Popular, deputado Francisco Benante. A imprensa brasileira acompanhou a visita presidencial, dando tons otimistas, afirmando que o objetivo do Presidente brasileiro em direção à África eram a médio e longo prazo, para “arar a terra” (LULA, 2005, pág. A6).

A questão política bissau-guineense manteve-se instável. Nas eleições legislativas de abril de 2004<sup>188</sup>, o PAIGC obteve vitória frente a oposição (45% para o PAIGC contra 35% do PRS, do total de votos). Carlos Gomes Junior foi indicado como Primeiro-Ministro. A partir de final de 2004, permitiu-se, ainda, a ascensão de uma das figuras políticas e militares com maior influência na história recente bissau-guineense: Tagme Na Waie, que assumiu como Chefe do Estado-Maior. No marco de um profundo clima de instabilidade interna se realizaram as eleições presidenciais de 2005, nas quais resultou vitorioso Nino Vieira (com 52, 35% do total de votos), recém-regressado do exílio em Portugal e apoiado por um partido político independente, contra personagens políticos históricos como Ialá (PRS) e Bacai Sanhá (PAIGC). Essa eleição de 2005 representou a

[...] deterioração progressiva da estrutura e da capacidade organizativa do PAIGC de funcionar como meio de exercício de poder<sup>4</sup>, através de comités de tabanca e de bairro ou organizações regionais e sectoriais e sem existir um processo de substituição por parte de outros partidos, a população parece ter assumido que o voto em urna continua a ser um meio a utilizar de expressão das suas escolhas políticas (SANGREMAN, op. cit., pág. 5).

Para a realização do pleito presidencial de 19 de junho de 2005, foram enviadas, em forma de empréstimo, aproximadamente 750 toneladas de equipamentos de informática e doação de 25 computadores à Comissão Nacional de Eleições e no apoio técnico, com uma equipe composta por seis integrantes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que auxiliou na supervisão da realização das eleições. Essa missão brasileira, liderada diretor-geral do TRE-MG Levindo Coelho Martins de Oliveira, também auxiliou na elaboração da lista de locais de votação, a confecção da cédula de papel — com 30 centímetros de altura, para abrigar os 13 candidatos a presidente e suas respectivas fotos — e as orientações para apuração e contagem dos votos, bem como a digitação das atas de apuração. O cadastro de 538 mil eleitores bissau-guineenses ajudou o país a elaborar, pela primeira vez, um sistema

<sup>188</sup> Em razão da realização das eleições legislativas bissau-guineenses entre 28 e 30 de abril de 2004, o Brasil congratulou o bom andamento das mesmas, bem como enviou missão técnica do Tribunal Superior Eleitoral (composta por técnicos do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais) que apoiou na preparação do pleito, pois “trata-se de uma das iniciativas que o governo brasileiro vem desenvolvendo, no contexto da CPLP ou na âmbito bilateral, em favor da Guiné-Bissau” (COMUNICADO, 2004, pág. 304).

nacional de documentos de identificação – similar ao Registro Geral (RG) brasileiro, está sendo estendido à totalidade da população. No Comunicado à imprensa, o Governo brasileiro ressaltou que

[...] o apoio do Brasil às eleições na Guiné-Bissau faz parte de conjunto de iniciativas [...] em prol da consolidação política e da retomada do desenvolvimento econômico daquele país, que inclui projetos de cooperação técnica em áreas como saúde e formação profissional, cooperação para reestruturação das Forças Armadas e projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário no âmbito do Foro Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (COMUNICADO, 2005c).

João Bernardo “Nino” Vieira assumiu a presidência pela terceira vez em 1º de outubro de 2005, sob discurso otimista para afrontar as condições internas caracterizadas pela desarticulação da indústria produtiva afetada pelas lutas político-militares, o decréscimo da ajuda e inversão internacional e o aprofundamento da pobreza que, para naquele momento, afetava aproximadamente 80% da população. Face à difícil situação vivida pela Guiné-Bissau e no sentido de atender parcialmente os apoios financeiros concedidos pela comunidade internacional, o governo bissau-guineense elaborou o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DENARP), no sentido de definir as linhas estratégicas para o desenvolvimento a curto prazo, cujos principais pontos eram a) a criação de condições para um crescimento econômico forte e sustentável, b) o aumento do acesso aos serviços sociais básicos, c) a implementação de programas específicos de redução da pobreza e d) a boa governança, essa última especialmente como resultado do Programa Nacional de Governança, apresentado pelo governo de Sanhá<sup>189</sup>.

O governo de Nino enfrentou vários focos de resistência e problemas conjunturais, como a forte tensão com os partidos tradicionais bissau-guineenses, que entendiam que o Presidente Nino havia recorrido ao argumento de um governo de unidade nacional ao destituir o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior colocando em seu lugar Aristides Gomes (dirigente do PAIGC). O PAIGC buscava reforçar seus espaços de poder e influência frente o regresso de Vieira como presidente da Guiné- Bissau.

Outro ponto relevante na década de 2000 na Guiné-Bissau referiu-se ao aprofundamento da crise econômica que o país passava, como resultado direto da instabilidade política e da aplicação do programa de reestruturação proposto pelo FMI e Banco Mundial, na década de 1990. A problemática com alguns países vizinhos,

---

<sup>189</sup> Esse Programa estabeleceu como metas 1) o reforço da democracia e do estado de direito; 2) a descentralização e a governança local; 3) a modernização da administração pública; 4) o reforço da gestão econômica; 5) a participação da sociedade civil; 6) o reforço das capacidades da iniciativa privada; e 7) a disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação (ONU *apud* SANGREMAN, op. cit., 2006).

especialmente na questão da região de Casamansa, com Senegal, o tráfico de drogas fortalecido pela instabilidade interna<sup>190</sup> e as tensões com algumas facções das Forças Armadas bissau-guineenses, lideradas pelo veterano de guerra Tagme Na Waie<sup>191</sup> marcaram o terceiro mandato de Nino Vieira, governo esse, “sem direito ao erro”, conforme a imprensa africana (UM GOVERNO SEM DIREITO AO ERRO, 2009, pág. 34). No âmbito social e de segurança, o tema do narcotráfico gerava mais tensões na correlação de forças. Esse imaginário de “Narcoestado” se projetou no nível internacional, colocando a Guiné-Bissau na rota do tráfico entre a América Latina e a Europa. A instabilidade do governo, como resultado das tensões político-militares<sup>192</sup>, dos altos índices de pobreza e das fronteiras desprotegidas fazem do país um ponto-chave para os cartéis de droga. Sob um clima de tensão, escândalos de corrupção e acusações, conforme retratado pela imprensa africana (PACTO GOVERNAMENTAL EM PERIGO, 2008, pág. 46) entre os funcionários do governo e as Forças Armadas, foram convocadas eleições legislativas em 2008. O PAIGC obteve 67 cadeiras frente a oposição do PRS e do Partido Republicano para a Independência e o Desenvolvimento (PRID), liderado por Arístides Gomes. Carlos Gomes voltou ao cargo de Primeiro-Ministro.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau António Isaac Monteiro visitou o Brasil em março de 2006, para visita de trabalho. Em novembro de 2007, o Presidente Nino Vieira esteve no Brasil. Entre os assuntos tratados pelos dois presidentes, além da cooperação já existente, foi o reiterado apoio guineense a candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando de sua reforma, pois já foi declarado nos termos da Declaração de São Tomé (2004) e de Bissau (2006), dos Chefes de Estados e de Governo da CPLP. O Presidente Lula da Silva reafirmou a intenção brasileira de perdoar a dívida guineense, fato que ocorrera em 2008.

No clima de tensão que caracterizou a Guiné-Bissau desde 1998, os assassinatos do Presidente Nino Vieira e de Na Waie, em março de 2009, representaram o aprofundamento da instabilidade. O problema principal trazido à público foi a tensão existente nas Forças Armadas bissau-guineenses, pois as facções do Exército que tomaram o poder depois das mortes serviram como intermediárias para a transferência do poder “respeitando o elo

---

<sup>190</sup> Os cartéis de droga, especialmente da América Latina, negociavam por meio de pactos secretos, negócios e subornos para utilizar o país africano como ponte para o traslado de droga dirigida ao mercado europeu.

<sup>191</sup> As tensões entre Nino e Na Waie tinham antecedentes desde o golpe de Estado de Nino em 1980 e constituiriam a constante entre ambos os líderes até 2009.

<sup>192</sup> O PAIGC propôs uma moção de censura contra o Primeiro-Ministro Aristides Gomes, forçando sua destituição em março de 2007. Em seu lugar, assumiu Martinho Ndafo Kabi (vice-presidente do PAIGC), uma escolha pactuada entre o PAIGC, o PRS e o PUSD para tentar-se chegar à estabilidade política.

constitucional”. O presidente da ANP da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira, tornou-se o novo Chefe de Estado provisório e o General José Zamora Induta assumiu como Chefe do Estado-Maior.

Pereira (membro do PAIGC) e Zamora tinham em comum o objetivo de preservar os interesses dos setores de poder locais por meio do estabelecimento de um equilíbrio de forças políticas e militares. As mortes de Vieira e Na Waie se incorporaram no processo de “depuração” do espaço político que pudesse gerar a estabilidade necessária para garantir o poder dos setores econômicos internos e a abertura ao capital financeiro mundial. Para materializar-lo, as eleições presidenciais ocorreram em junho e julho de 2009. Com relativa normalidade, no segundo turno os candidatos Malam Bacai Sanhá e Kumba Ialá se enfrentaram, onde o candidato do PAIGC obteve 39, 59 % (133.786 votos) e Kumba Ialá (PRS) teve 29, 42% (99.428 votos)<sup>193</sup>. A vitória de Sanhá consitiuiu-se na volta do papel político do PAIGC, diminuído desde 2000.

Com essas novas eleições presidenciais na Guiné-Bissau, o governo brasileiro fez um comunicado à imprensa, parabenizando o povo bissau-guineense “pela maneira pacífica como o pleito foi realizado”, além de reiterar que o apoio brasileiro ao pleito (por meio de envio de missão técnica do TSE e contribuição financeira) refere-se ao “compromisso com a estabilidade, o desenvolvimento e a consolidação da paz na Guiné-Bissau” (ELEIÇÃO, 2009, pág.272). Esse esforço brasileiro fez parte de uma iniciativa para estabilizar o país (em razão dos assassinatos de março daquele ano), como parte da Mesa Redonda sobre Reestruturação e Modernização dos setores da Defesa e da Segurança na Guiné-Bissau, realizada em abril de 2009, em Praia. A Missão de Construção da Paz para a Guiné-Bissau, constituída no âmbito das Nações Unidas e tendo à frente a Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, a embaixadora Regina Maria Dunlop também se encaixa no âmbito da cooperação triangular (BRASEMB BISSAU, Telegrama nº 0085, 2010).

Essa atenção brasileira à construção da paz em Bissau também se verificou quando o Presidente Lula da Silva visitou Maputo, em 06 de novembro de 2003, enfatizando a relevância da ação da União Africana (UA) e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) no contexto de desenvolvimento do continente, e “... felicitou seu colega moçambicano [Presidente Joaquim Chissano] por sua pronta e decisiva atuação à frente da União Africana, em particular nas recentes crises em São Tomé e Príncipe e na Guiné-

---

<sup>193</sup> Vale lembrar que a disputa pela Presidência entre Sanha e Ialá ocorreu pela segunda vez: em 1999, após o golpe de Estado contra Nino, Ialá venceu as eleições por 72% dos votos. Bacai Sanhá obteve 224.259 votos (63,52%) contra 129.963 votos (36%) obtidos por Kumba Ialá no segundo turno (com abstenção de 39%).

Bissau”. O Presidente Chissano, também felicitou o Presidente brasileiro pelo “dinamismo e empenho demonstrados na resolução de conflitos na África, com especial destaque para a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, membros daquela Comunidade [CPLP]” (COMUNICADO, 2003c).

No fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Brasil sempre demonstrou preocupado e pró-ativo na resolução da constantes instabilidade política guineense. A X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em 19 e 20 de julho de 2005, em Luanda, resultou, além do Comunicado final, em uma Resolução sobre a situação na Guiné-Bissau, no sentido de ‘felicitar’ a realização das eleições presidenciais no mês de junho, ‘encorajar’ o Governo de Transição do Presidente Henrique Pereira Rosa a materializar os compromissos assumidos e “... louvar as forças políticas e os movimentos da sociedade civil pela sua luta incansável na busca da paz e as Forças Armadas pela sua neutralidade” (COMUNICADO, 2005a).

No biênio 2004/2005, o Brasil participou como membro não-permanente do CSNU, sendo que durante o mês de março de 2005, assumiu a presidência do órgão. Em Comunicado de 1º de abril seguinte, a representação brasileira no órgão detalhou as ações do CSNU sob a presidência brasileira, especificando “a declaração presidencial de 31 de março que reconhecia os progressos guineenses no processo político”, exortando “as partes a comprometerem-se com a condução de eleições livres, pacíficas, transparentes e justas, reafirmando o papel do UNOGBIS na reconciliação entre os militares” (COMUNICADO, 2005b, pág. 8). Quando do encerramento de sua participação no órgão, em nota oficial emitida em 04 de janeiro de 2006, afirmou-se, entre outras ações, a direta “coordenação da atuação do Conselho de Segurança em apoio ao processo político de Guiné-Bissau, com a renovação do mandato do Escritório das Nações Unidas em Guiné-Bissau (UNOGBIS)”.

Na LXV Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Amorim também refletiu sobre o papel do Brasil no processo de estabilização da Guiné-Bissau:

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné-Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às Forças Armadas (AMORIM, 2010b, pág. 144).

Na visita presidencial à República da Guiné-Bissau, em abril de 2005, deu-se status prioritário à cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na aprimoração das relações entre

os dois países nos mais variados campos, em especial a saúde, a agricultura e a formação profissional<sup>194</sup>. Em 06 de junho do mesmo ano, foi assinado o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Brasil e Guiné-Bissau. O acordo contemplou um programa que se estenderá ao longo dos próximos 15 anos, com ações que vão desde a formação de músicos para a organização de bandas militares até a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de Defesa, compartilhamento de conhecimento nas áreas de ciência e tecnologia, formação e treinamento de pilotos, cursos diversos, operações e treinamentos conjuntos. Os objetivos desse acordo são:

- a. visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;
- b. reuniões entre as instituições de defesa equivalentes;
- c. estabelecimento de Missão de Cooperação Técnico-Militar Brasileira na Guiné-Bissau;
- d. intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- e. participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios realizados em entidades militares, bem como em entidades civis de interesse para a defesa e de comum acordo entre as Partes;
- f. visitas de navios de guerra e aeronaves militares;
- g. eventos culturais e desportivos;
- h. facilitação das iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa; e
- i. implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as Partes. (ACORDO, 2006, s/p).

Essa cooperação<sup>195</sup> já estava em andamento através das doações do Brasil para as Forças Armadas da Guiné-Bissau, com a transferência da quantia de US\$500mil em abril de 2005, para o Fundo Especial da CPLP, e deste fundo especial (criado em consonância com a Resolução 1580/2004 do CSNU) – para o financiamento de projetos de reforma do setor de segurança da Guiné-Bissau. Em complemento a essa cooperação, a Agência Brasileira de Inteligência formou 30 oficiais das Forças Armadas da Guiné-Bissau em julho de 2008 (BRASIL, 2007)<sup>196</sup>. Em novembro de 2008, ocorreram dois cursos de formação para policiais

<sup>194</sup> Resultantes dessa visita foram assinados os seguintes atos bilaterais: Memorando de Entendimento para o estabelecimento de consultas públicas, Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a implantação do a) Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau”, b) Projeto “Apoio ao fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau”, c) Projeto “Transferência de conhecimento e capacitação técnica para segurança alimentar e desenvolvimento do agronegócio na Guiné-Bissau”.

<sup>195</sup> O Exército brasileiro realizou em outubro de 2002 e em outubro de 2006, em Petrolina/PE, exercícios com as Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Participaram da iniciativa tropas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (EXÉRCITO, 2006).

<sup>196</sup> Como exemplo da ampliação dessa cooperação, tem ocorridos voos experimentais da Força Aérea Brasileira (FAB), desde abril de 2006, a países africanos, entre eles, Guiné-Bissau, visando o estabelecimento de uma linha regular da FAB para algumas capitais africanas. No voo de 07 de abril de 2006 foram transportados medicamentos anti-retrovirais genéricos para o programa de combate ao HIV-AIDS, fardamentos para o

guineenses (informática, técnicas de abordagem, tiro e direção defensiva), na sede da Academia Nacional Polícia Federal brasileira, em Brasília (POLICIAIS, 2008).

Em relação aos assuntos de energia, em agosto de 2006, Brasil e Guiné-Bissau assinaram um Memorando de Entendimento inicial o qual incluía, além da prospecção e exploração do petróleo e pesquisa de combustíveis alternativos, a possibilidade de desenvolvimento de mecanismos de cooperação nas áreas de produção de etanol, biodiesel e biomassa. Em 25 de outubro de 2009, o Chanceler Celso Amorim visitou Bissau, acompanhado por representantes da EMBRAPA, FIOCRUZ e CAPES além de empresários brasileiros, sendo a primeira visita brasileira de alto nível após a posse do Presidente Malam Bacai Sanhá, eleito em julho daquela (eleições antecipadas em razão da morte do anterior Presidente). Resultado da visita, realizou-se o Encontro de Cooperação Técnica e Empresarial Brasil-Guiné-Bissau e a inauguração do Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau, uma das maiores concretizações da cooperação brasileira<sup>197</sup>.

A Força Aérea Brasileira inaugurou em 09 de abril de 2006, uma rota regular para as capitais africanas, como forma de aprofundar as linhas de cooperação do Brasil com o continente. Nesse primeiro voo, foram transportados medicamentos anti-retrovirais genéricos para os programas de combate ao HIV-AIDS desenvolvidos pelo Brasil na Guiné-Bissau, equipamentos e material para os Centros de Formação Profissional instalado pelo SENAI em Bissau, material educativo e computadores para o Projeto Escola para Todos, além de fardamentos para o Exército guineense (MRE, Nota nº 236, 2006)<sup>198</sup>.

Dois projetos-pilotos na área agrícola foram concretizados, ambos com base nos Acordos supracitados, um sobre cultivo de arroz irrigado e outro sobre produção de caju, sendo que este último versa sobre transferência de tecnologia para implementação de modernas técnicas de produção e processamento industrial de caju na Guiné-Bissau. Aquele se refere à contribuição para o desenvolvimento guineense de forma a aprimorar as plantações de arroz e melhorar a produtividade e alavancar o setor agrícola por intermédio da capacitação de técnicos e experimentos e a utilização de novas técnicas de plantio.

---

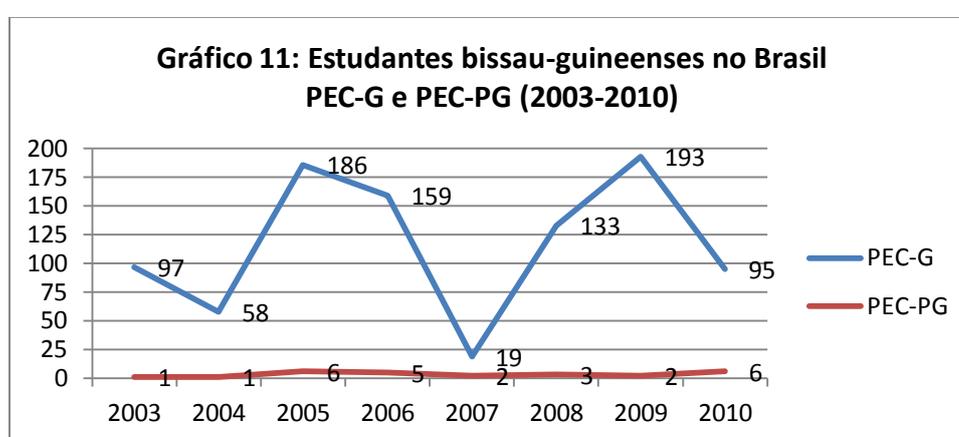
Exército guineense, equipamentos e material para o Centro de Formação Profissional, em construção, em Bissau, e material educativo (livros e computadores) para o Projeto “Escola para Todos”.

<sup>197</sup> Construído em parceria com o SENAI, o Centro esteve em funcionamento parcial até o ano de 2010, oferecendo cursos de formação. O projeto custou US\$1,4 milhão, financiado integralmente pelo Brasil.

<sup>198</sup> A visita ao Brasil, em 21 e 22 de março de 2006, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau António Issac Monteiro, serviu para planejar a realização da IV Conferência dos Países da Língua Portuguesa, em Bissau, em 17 de julho daquele ano (o Brasil auxiliou na organização), a ampliação da cooperação técnica bilateral, nos setores da formação profissional (com a instalação de um centro de treinamento, com apoio do SEBRAI), saúde (tratamento dos pacientes portadores do HIV-AIDS) e agricultura, através da utilização do Fundo para o Alívio da Pobreza e da Fome do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

No que se refere ao tema da formação profissional, no ano de 2002 foram assinados Acordos no sentido de implementar a construção de Centro de formação Profissional e Promoção Social de Bissau<sup>199</sup>. A parceria nesta área possibilitou a qualificação de jovens e adultos, preparando-os para o exercício de uma atividade produtiva, e, por conseguinte, permitir a geração de renda, sob responsabilidade de técnicos da ABC e do SENAI<sup>200</sup>.

O ingresso de estudantes bissau-guineenses em instituições de ensino superior brasileiro continuou alto, entre 2003 e 2010. No entanto, como demonstra-se abaixo, essa entrada não seguiu um padrão de evolução estável, mas, a cada ano, os números variaram muito.



Fonte: Elaborado por meio de dados constantes do MRE e MEC.

Os graduandos ainda se constituíram no maior contingente bissau-guineense no Brasil, com anos de maior demanda, como em 2005 e 2009. No entanto, em 2004 e 2007, verificou-se uma diminuição expressiva nesse ingresso, fato que pode ser explicado pelo não aproveitamento das vagas ofertadas pelo Brasil, por parte do governo bissau-guineense (esse fato ocorreu mais corriqueiramente entre 1990 e 2002). Na área de saúde, foi assinado por ocasião da visita do Ministro de Estado àquele país, em janeiro de 2005, Ajuste

<sup>199</sup> AJUSTE Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau e Ajuste Complementar Ao Acordo Básico De Cooperação Técnica E Científica Celebrado Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Guiné-Bissau, Na Área Da Formação Profissional, Para A Implementação Do Projeto Centro De Formação Profissional E Promoção Social De Bissau, ambos assinados em 31/07/2002.

<sup>200</sup> Além dessas, outras ações pontuais ocorreram no período. Em novembro de 2003, iniciaram as atividades da Universidade Amílcar Cabral, primeira instituição pública de ensino superior do país (GUINEA-BISSAU, 2003). Em 2007, professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e técnicos do MEC começaram a vislumbrar a reestruturação dos conteúdos dos cursos de educação profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa e Gestão (Cenfa) da Guiné-Bissau (TÉCNICOS, 2007).

Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para implementação do Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS<sup>201</sup>.

Também a partir desse momento, o Fundo IBAS, criado em 2005/2006, passou a financiar projetos de cooperação na Guiné-Bissau<sup>202</sup>, pois “a experiência do Brasil [...] em Guiné-Bissau não deixa dúvidas: sem cidadania e desenvolvimento econômico e social, não haverá paz duradoura” (SILVA, 2009d, pág.85). No Comunicado sobre a eleição brasileira como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 15 de outubro de 2009, também ficou clara a relevância que o país deu ao processo de estabilização bissau-guineense. Essa ação brasileira na Comissão das Nações Unidas foi o estopim para a assinatura, em 07 de dezembro de 2009, de um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de cooperação técnica e científica entre os dois países, no setor de segurança, prevendo a implantação do Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau, orçado em US\$3 milhões.

Em março/abril de 2010, quando de tentativa de golpe de Estado no país africano, o governo brasileiro novamente emitiu nota solicitando a apuração dos fatos que acabaram na detenção do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e do Comandante do Estado Maior Geral das Forças Armadas. Conforme registrado pela imprensa africana, a participação brasileira foi, novamente, positiva. Essa tentativa de golpe foi um dos argumentos da visita que o Presidente Malam Bacai Sanhá fez ao Brasil, de 25 a 27 de agosto seguinte, acompanhado de comitiva ministerial. Antes, o Ministro bissau-guineense dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades Adelino Mano Queta visitou o Brasil, organizando o visita do Presidente Bacai Sanhá. Nessa, foram assinados novos acordos para o combate ao HIV-SIDA, capacitação de recursos humanos para a saúde da mulher, agricultura e educação superior. Em sua recepção ao colega africano, o Presidente Lula resumiu o teor da política externa brasileira para a Guiné-Bissau, até aquele momento: “Estamos dando um exemplo concreto do alcance da cooperação Sul-Sul. Ela representa um poderoso instrumento para desenvolver plenamente o potencial de nossas sociedades e realizar o sonho de um mundo mais justo e democrático” (SILVA, 2010b, pág.131)<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> AJUSTE Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do “Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS - Fase II”, assinado em 15/01/2005.

<sup>202</sup> Cabe destacar que o Fundo IBAS foi agraciado, em 2006, pelas Nações Unidas, com o Prêmio Parceira Sul-Sul.

<sup>203</sup> Por ocasião da visita, foram assinados os Memorandos de Entendimento sobre Pesca, Aquicultura e Agricultura e Educação Superior, além dos Ajustes ao Acordo Básico de cooperação científica, nas áreas de capacitação técnica das instituições de saúde para atendimento às mulheres vítimas de violência, implementação do Programa de combate ao HIV-SIDA (25/08/2010), além de darem prosseguimento à renegociação da dívida bissau-guineense com o Brasil, no sentido de um perdão total.

Em 2010, outros dois Ajustes complementares ao Acordo básico de cooperação técnica e científica foram firmados para rever demandas bissau-guineenses, um para implementar-se em solo bissau-guineense projeto de formulação e monitoramento do Registro Civil de Nascimento (25 de março) e outro em 06 de julho, para implementação do Projeto para Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação bissau-guineense, quando da visita do Presidente Lula à Guiné-Bissau. É interessante notar que, no Comunicado conjunto da visita, fica clara a nuance que a cooperação Sul-Sul deu à política externa brasileira para a Guiné-Bissau, pois tal cooperação está diretamente “relacionada às necessidades básicas de seus respectivos povos e está orientada de modo a contribuir na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico de ambos os países”, além de promover-se, gradualmente “o desejo de promover a cooperação entre os setores privados de ambos os países” (COMUNICADO, 2010, pág.281).

As relações de alto nível complementaram a política externa brasileira para Guiné-Bissau baseada na cooperação, o que se evidenciou com as vistas presidenciais, de Chanceleres e ministros e na assinatura de 13 Acordos ou Ajustes complementares bilaterais entre 2003 e 2010. Embora o grosso da política externa brasileira para país, tenha sido bilateral no período estudado, também a diplomacia brasileira utilizou-se da ferramenta multilateral para ampliar as possibilidades e contatos. Isso ficou evidente, por exemplo, com o Programa Laços Sul-Sul: criado em 2004 pelo Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde brasileiro, o programa Laços Sul-Sul tem entre seus objetivos capacitar profissionais e oferecer acesso universal a medicamentos contra o HIV para países de língua portuguesa e da América Latina. O Programa reúne Brasil, Bolívia, Cabo Verde, Guiné Bissau, Nicarágua, Paraguai, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, além da United Nations Children’s Fund e o Joint United Nations Programm on HIV-AIDS terem aderido ao projeto (ENCONTRO, 2007). No III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações (no Rio de Janeiro, em maio de 2010), Brasil e Guiné-Bissau assinaram um ajuste ao acordo básico de 1978 sobre a implantação de ação para “Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas”, em parceria com as Nações Unidas.

A própria participação de organismos multilaterais para triangular a cooperação bilateral também é um desses exemplos concretos. Em 22 e 23 de outubro de 2007, ocorreu, em Brasília, o Curso de Formulação de Políticas e Gestão de Seguridade Social para Países Africanos de Língua Portuguesa, promovido pelo Ministério brasileiro do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT E MINISTÉRIO, 2007, s/p). Quando da visita do presidente Lula a Washington, em 30 de março de 2007, os governos

brasileiro, norte-americano e guineense assinaram um Memorando de Entendimento para a cooperação e fortalecimento do poder legislativo da Guiné-Bissau (MEMORANDO, 2007)<sup>204</sup>.

Se as relações políticas e de cooperação aumentaram consistentemente entre 2003 e 2010, no mesmo sentido se entendem as relações comerciais. O período foi de retomada das vendas brasileiras para Bissau, como fica evidente no Gráfico 12.



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

A pauta de exportações do Brasil para a Guiné-Bissau continuou sendo prioritariamente de produtos manufaturados, especialmente de bens alimentícios industrializados. Um exemplo refere-se ao açucars (cana, beterraba, sacarose) que em 2010 representaram 70,72% dos produtos brasileiros que entraram na Guiné-Bissau. Também o arroz quebrado, farinha láctea, carnes e miudezas de frango, margarina, café solúvel, produtos para confeitaria, bolachas e chocolates somaram mais 25% do total de produtos. Logo, as principais empresas brasileiras exportadoras para Bissau, em 2010, eram a Camil Alimentos S/A, LDC Bioenergia S/A, Energy Comercial importadora e exportadora Ltda., Hosa Trading Importação e exportação S/A, Usina Alta Mogiana S/A, Alibra ingredientes Ltda., Cargill Agrícola S/A, Brasil Foods S/A, Conservas Oderich S/A e Bebidas Fruki S/A.

**Tabela 11: Exportações Brasileiras para Guiné-Bissau 2003/2010 (em US\$ F.O.B.)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Manufaturados</b>	244.483	123.172	744.738	3.463.159	10.211.483	7.667.255	8.177.248	11.569.022
<b>Semimanufaturados</b>	--	--	--	64	--	82.460	15.390	264.600
<b>Básicos</b>	13.036	161.397	298.288	309.463	534.475	678.546	3.468.587	2.919.235
<b>Serviços/outros</b>	--	--	1.274	--	--	--	--	3.345
<b>Total</b>	257.519	284.569	1.044.300	3.772.622	10.745.958	8.428.261	11.661.225	14.756.202

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

<sup>204</sup> O memorando prevê a criação de uma comissão assessora para a Assembleia Nacional Popular (ANP) que também elaborará um projeto-piloto de cooperação e troca de informações, no âmbito triangular.

As importações brasileiras da Guiné-Bissau foram praticamente nulas entre 2003 e 2010. A exceção refere-se ao ano de 2006 (US\$1.440) e de 2009 (US\$33.636), quando o Brasil comprou castanha de caju e camarão do país. Notoriamente, o principal produto de exportação do país é a castanha de caju e os dois principais destinos das exportações bissau-guineenses são a Índia (em torno de 70% do total) e Nigéria (em torno de 15%).

### **Política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (2003/2010)**

A reabertura da embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe ocorreu em 18 de março de 2003, a primeira durante o governo Lula<sup>205</sup>. Tal reabertura teve simbolismo pela identificação do teor da política africana do governo Lula, de retomada da presença brasileira na África, especialmente a de língua portuguesa<sup>206</sup>. Em maio seguinte, o Chanceler Amorim realizou périplo pela África, incluindo uma estada em São Tomé e Príncipe<sup>207</sup>, preparando a visita presidencial. As relações de alto nível retornaram efetivamente, o que se evidenciou com as vistas presidenciais, de Chanceleres e ministros e na assinatura de 21 Acordos ou Ajustes complementares bilaterais entre 2003 e 2010.

Em março de 2002, ocorreram as eleições parlamentares naquele país. Desde que assumira o governo, em 3 de setembro de 2002, o governo de Fradique de Menezes, foi alvo de tensões políticas, crises constitucionais e institucionais (em razão de o Parlamento ser de maioria do MLSTP. Fradique de Menezes decidiu convocar eleições legislativas antecipadas para 3 de março de 2002, no sentido de ter uma maior margem de manobra. Contudo, continuou a não conseguir obter a maioria parlamentar e nomeou um governo com a participação de todas as forças políticas com assento parlamentar. Após uma nova série de crises nomeou, em 3 de outubro, Maria das Neves de Sousa, do MLSTP-PSD, Primeiro-Ministro. Em 21 de janeiro de 2003, Fradique de Menezes dissolveu a Assembleia e convocou eleições para 13 de abril seguinte, que, no entanto, não ocorreram. O clima de instabilidade

---

<sup>205</sup> Por meio do Decreto Presidencial nº 9.849, de 18 de março de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2003/Dnn9849.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9849.htm)> Acesso em: 27 jan. 2011.

<sup>206</sup> Os embaixadores brasileiros em São Tomé no período foram Paulo Dyrceu Pinheiro (2003/2006), Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior (2006/2009) e Arthur Vivacqua Correa Meyer (2009/2010).

<sup>207</sup> O Chanceler Amorim visitou, além de São Tomé e Príncipe, Moçambique, Zimbábue, Angola, África do Sul, Gana e Namíbia.

originou uma tentativa de golpe militar<sup>208</sup>. Depois de uma negociação entre situação e oposição, Fradique de Menezes voltou ao posto em 23 de julho seguinte.

Face ao golpe de Estado, o governo brasileiro divulgou comunicado à imprensa, em 17 de julho de 2003, condenando e repudiando o golpe, incitando os revoltosos a reestabelecerem a ordem institucional naquele país (COMUNICADO, 2003a), além de enviar uma Missão de Bons Ofícios à São Tomé e Príncipe, constituída no âmbito do Conselho de Ministros da CPLP (sob presidência do Chanceler Amorim, naquele momento). Essa missão foi integrada pelo embaixador brasileiro em Luanda, Jorge Taunay e pelo Ministro do Interior de Angola, Oswaldo Serra Van-Dúmen e objetivou o contato direto com os revoltosos são-tomenses para a solução da crise (COMUNICADO, 2003a).

Como resultado dessa missão, assinou-se em 23 de julho seguinte, em São Tomé e Príncipe o Memorando de Entendimento entre o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes, o Chefe da Comissão Militar (grupo revoltoso), Major Fernando Pereira e o Chefe da Missão Internacional de Bons Ofícios (Grupo de Brazzaville), Ministro Rodolphe Adada. Tal Memorando criou a Comissão de garantia e de acompanhamento do acordo de 23 de julho de 2003, onde o representante brasileiro em São Tomé e Príncipe, embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro passou a participar como representante especial. A atuação do Grupo de Brazzaville, criado na coordenação entre a CPLP e a CEEAC para apoiar-se a estabilização política em São Tomé foi “fundamental para se alcançar solução pacífica, em curto espaço de tempo” (COMUNICADO, 2003a, pág. 283).

Em novembro de 2003, o Presidente Lula fez sua primeira visita ao continente africano<sup>209</sup>, sendo que nos dias 02 e 03 de novembro, esteve em São Tomé e Príncipe, inaugurando oficialmente a embaixada brasileira em São Tomé<sup>210</sup>. Em discurso na recepção

---

<sup>208</sup> Em 16 de julho de 2003, um pequeno grupo de militares, liderados por Fernando Pereira e Arlécio Costa, tomaram o poder por uma semana, sob o argumento de corrupção no governo e levantando suspeitas sobre como as receitas provenientes do petróleo seriam divididas, enquanto o Presidente Fradique visitava a Nigéria. Tomaram conta dos edifícios governamentais, prenderem o Primeiro-Ministro e dissolveram os órgãos de Estado, constituindo uma Junta Militar de Salvação Nacional, liderada por Fernando Pereira.

<sup>209</sup> O Presidente Lula visitou, além de São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul, entre 1º e 08 de novembro de 2003.

<sup>210</sup> Os Presidentes Lula da Silva e Fradique de Menezes se encontraram para reuniões de trabalho, que resultaram na assinatura do 1) Acordo de Cooperação Esportiva, 2) Protocolo de Intenções sobre cooperação técnica na área de saúde, 3) Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação científica e técnica na área de educação para implantação do projeto “Brasil Escola”, 4) Emenda ao Ajuste complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação na área de Educação em relação ao projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, 5) Protocolo de Intenções em cooperação educacional, 6) Ajuste complementar ao Acordo básico de cooperação científica e tecnológica para implantação do projeto “Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em São Tomé e Príncipe”, 7) Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica na área agrícola e 8) Protocolo de intenções na área de cooperação técnica no setor petrolífero (COMUNICADO, 2003b).

oferecida pelo presidente Fradique de Menezes, o Presidente Lula remeteu a ação externa brasileira na África à uma guinada em prol da cooperação e das relações comerciais:

Estamos fazendo uma avaliação de nossa experiência em cooperação internacional. Trataremos de modernizar e ampliar nossas ações de cooperação. Posso assegurar que as dificuldades de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe serão uma das prioridades nesse contexto (SILVA, 2003b, pág. 186) .

No Comunicado conjunto sobre a visita, os dois Presidentes “manifestaram a satisfação pela identidade dos pontos de vista, em particular sobre o imperativo de promover a inclusão e a equidade social para larga parcela de suas populações”, além de identificarem a necessidade de “desenvolver políticas públicas dirigidas à promoção social de grupos marginalizados”. Ainda,

[ambos os Presidentes], no exercício de criação de um novo paradigma, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel ativo e realizador, em autêntico esforço de promoção do diálogo e da parceria Sul-Sul (COMUNICADO, 2003b, pág. 353).

Na comitiva brasileira estava presente o Ministro da Cultura Gilberto Gil, que aproveitou a oportunidade para discursar na Biblioteca Nacional, cujas impressões seguem:

Á margem dos pronunciamentos oficiais e documentos assinados, há que destacar o extraordinário impacto da participação do Ministro da Cultura Gilberto Gil [...]. Sua presença e discurso plenos de naturalidade na cerimônia na Biblioteca Nacional e a força de sua música [...] constituíram prova eloquente da identidade e estreitos vínculos históricos entre os dois países e povos, a todo momento reafirmados nos discursos e declarações do Presidente. A entusiástica receptividade pública à atuação espontânea de Gilberto Gil, como autoridade e artista, evidencia a necessidade da introdução de um forte componente cultural no planejamento da futura cooperação ampliada entre Brasil e São Tomé e Príncipe (BRASEMB SÃO TOMÉ, Memorando nº 00211, 2003, pág. 2-3).

Pelo tom do Memorando acima, nota-se claramente como os aspectos histórico-culturais ainda são presentes nessa relação bilateral, constatação relativamente diferente das relações do Brasil com Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em outras palavras, fica evidente que o contato Brasil-São Tomé e Príncipe estava num patamar anterior aos contatos Brasil-Cabo Verde e Brasil-Guiné-Bissau. Em junho de 2004, o Presidente Lula recepcionou Ovídio Pequeno, Ministro de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades são-tomense e o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Fradique Bandeira Melo de Menezes.

Em abril e agosto de 2005, o Chanceler Ovídio Pequeno visitou o Brasil para Reunião de Trabalho, preparando a vinda do Presidente são-tomense, que ocorreu em 18 de agosto de

2005. Fradique Bandeira Melo de Menezes visitou o Brasil acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, da Economia no domínio do comércio, indústria, turismo e pescas, da Educação, Cultura e desporto, parlamentares de outros funcionários públicos são-tomenses (MRE, Nota nº. 411, 2005). O Comunicado Conjunto resultante do encontro mostrou evidente o caráter das relações bilaterais entre os países, onde os principais temas tratados ocorreram em torno da: a) cooperação (áreas de educação, saúde, agricultura, desporto, tecnologia da informação, cooperativismo e microcrédito); b) preocupação em relação á situação na Guiné-Bissau; c) interesse mútuo de participação brasileira na prospecção petrolífera em São Tomé e Príncipe tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria quanto na zona econômica exclusiva do país; d) promoção comercial, em termos de missões empresariais, das ações da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe e da instalação da Comissão Mista Brasil-São Tomé e Príncipe (criada em 1984); e) e o próprio comércio exterior bilateral em termos de incentivo aos

[...] agentes privados dos dois países a estreitarem seus contatos, tendo em vista as condições favoráveis oferecidas por São Tomé e Príncipe como plataforma potencial para a colocação de produtos brasileiros nos mercados dos países da região do Golfo da Guiné (MRE, Nota nº 411, 2005, s/p).

Ao retornar ao seu país, o Presidente Fradique de Menezes afirmou por diversas vezes que sua viagem à terras brasileiras tinha “colocado São Tomé e Príncipe na carta do Brasil” e que as conversações tidas no âmbito do governo federal passaram por setores relacionados ao petróleo, às relações comerciais e industriais. Em correspondência da embaixada brasileira para a DAF-II ficam claros os resultados:

Não obstante os habituais exageros e equívocos de informação, a visita do Presidente Fradique teve repercussão muito positiva, contribuindo para reforçar a admiração nutrida em São Tomé e Príncipe pelo dinamismo e pelos níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico atingidos pelo Brasil, visto cada vez mais, sobretudo no seio da nova geração de líderes santomenses, como a *mais vantajosa parceria externa alternativa, face às limitações e o esgotamento da cooperação portuguesa para o desenvolvimento deste país em diversas áreas* (BRASEMB SÃO TOMÉ, Memorando nº 00302, 2005, pág. 1, *grifo nosso*).

O embaixador brasileiro em São Tomé e Príncipe, Paulo Dyrceu Pinheiro, em encontro com o Ministro da Economia são-tomense, Gaudêncio Costa relatou as impressões do mesmo:

[disse o Ministro] que visitou o Brasil pela primeira vez e regressou a esta capital “em estado de choque” (sic). Confessou-se o jovem Ministro sua enorme surpresa

com tudo o que viu em nosso país, bem como sua ansiedade em começar a explorar o vasto potencial de cooperação bilateral existente em todos os domínios, até agora pouco aproveitado, e em “recuperar tanto tempo perdido com Portugal”, especialmente no tocante à cooperação educacional em geral e à formação de quadros para a administração do Estado (PINHEIRO, 2005, pág. 1).

Outro resultado imediato dessa visita refere-se às tratativas de cooperação no setor petrolífero: o Ministro da Economia também afirmou do interesse são-tomense na cooperação bilateral, afirmando sobre “os extraordinários benefícios que São Tomé e Príncipe [poderá] auferir com o estabelecimento de uma parceria estratégica no setor petrolífero” (PINHEIRO, id., pág. 02). O entusiasmo são-tomense com a visita ao Brasil (ver, por exemplo, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À ESPERA DO BRASIL, 2009, pá. 58) foi tamanho que o Ministro Deolindo Costa chegou a informar, indiscretamente à mídia local sobre uma possível “primeira alteração da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas”, pois o mesmo tinha assinado recentemente um Memorando de Entendimento com as empresas petrolíferas Galp, Petrobras e Sonangol, para a criação de uma sociedade para exploração do outro negro na zona exclusiva do arquipélago.

Nesse sentido cabe referir que o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero<sup>211</sup>, de 02 de novembro de 2003 tem sido a base desse tipo de cooperação bilateral, e prevê, entre outros itens, a ação da Agência Nacional de Petróleo brasileira com órgãos santomenses, no sentido de cooperação para prospecção, no domínio de petróleo e gás, de ambas as partes. Entende-se que o setor de serviços é o grande responsável pela economia são-tomense, respondendo por 68% do PIB, a agricultura responde por 17% e a indústria por 16% (GUIA, 2008, pág. 10). A exploração do setor petrolífero, uma parceria com a Nigéria no Golfo da Guiné (na proporção 40/60), também redimensionaram o papel do arquipélago no continente africano. As primeiras licenças foram concedidas em 2004. Em novembro de 2010, a Chevron/Texaco transferiu 45,9% do Bloco de prospecção 1 da Joint Development Zone (JDZ) com a Nigéria para o grupo francês Total, que anunciou o início da exploração de 2 a 3 anos. A Chevron explorando no Bloco 1 desde 2006. O Product Sharing Contracts (PSC) da JDZ Blocos 5 e 6 ainda não foi assinado, desde 2005, em razão de uma disputa judicial entre ERHC – Energy Inc<sup>212</sup> que reclama da participação em 15% dos direitos do dois blocos e São Tomé e Príncipe ainda não recebeu os US\$ 37 e US\$45 milhões, respectivamente, que tem direito dos referentes blocos.

---

<sup>211</sup> Com base no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em 26/06/1984.

<sup>212</sup> A ERHC – Energy Inc. assinou com o governo de São Tomé e Príncipe, em 1997, um controverso acordo, renegociado em 2003, que tem sido considerado prejudicial aos interesses são-tomenses

Desde 2005, como resultado da ação política brasileira, a Petrobrás tem aprofundado projetos de exploração de petróleo em São Tomé e na Guiné-Bissau, com parceria com a Galp, a Sonangol, além das petrolíferas locais<sup>213</sup>. A Petrobras já está bem envolvida no Golfo da Guiné: suas maiores operações na região estão em Angola, sendo responsável por quase 5% da produção petrolífera externa da empresa. A Petrobras também já atua na Nigéria e participa de uma “offshore” na Zona entre Nigéria e Guiné Equatorial, muito próxima de São Tomé<sup>214</sup>.

Até março de 2006, houve um período de relativa estabilidade política no país africano, quando ocorreram eleições parlamentares e a maior parte dos assentos foram ocupados por deputados da situação. Em 30 de julho seguinte, Fradique de Menezes se reelegeu para mais um mandato de cinco anos (baseado numa coalizão governista, o Movimento Democrático Forças da Mudança/ MDFM), derrotando Patrice Trovoada (MLSTP) e Guimarães Nilo (independente). Em agosto seguinte, também se realizaram as eleições locais (que não ocorriam desde 1992) e deram ampla maioria a candidatos da coalizão governista. Entre 11 e 12 de fevereiro de 2009, nova tentativa de golpe ocorreu no país, quando aproximadamente 40 pessoas, lideradas por Arlécio Costa, da Frente Democrática Cristã (FDC), ex-líder do antigo Batalhão Búfalo<sup>215</sup>, se aquartelaram num bairro da capital são-tomense, com o objetivo de alterar a ordem constitucional. Os golpistas, presos, receberam o perdão do Presidente Fradique de Menezes. Em 1º de agosto de 2010, novas eleições legislativas ocorreram no país, sendo que o resultado indica uma mudança no governo, pois foram vencidas pela Ação Democrática Independente (ADI), cujo líder é Patrice Trovoada, sendo a quarta mudança de governo desde 1991. Nos mesmos termos, os outros três partidos da oposição que tiveram vitória expressiva foram o PDC em 1991, o MLSTP/PSD em 1994 e o MDFM em 2006. Em 14 de agosto de 2010, Patrice Trovoada assumiu como Primeiro Ministro, no 16º governo são-tomense desde 1991, porém sem a maioria no Legislativo<sup>216</sup>.

---

<sup>213</sup> Conforme dados obtidos no Plano de Investimentos 2007/2011 da Petrobrás. Disponível em: <[http://www2.petrobras.com.br/ri/port/apresentacoeseventos/conftelefonicas/pdf/planonegocios20072011\\_port.pdf](http://www2.petrobras.com.br/ri/port/apresentacoeseventos/conftelefonicas/pdf/planonegocios20072011_port.pdf)> Acesso em: 19 out. 2008.

<sup>214</sup> É interessante ressaltar que estão presentes (para exploração e extração) nos Pequenos PALOP a companhia norte-americana Chevron-Texaco e as nigerianas NNPC e Afren PLC em São Tomé e Príncipe, além da italiana ENI-Agip, na Guiné-Bissau demonstrando a relevância estratégica do Golfo da Guiné para a produção energética mundial.

<sup>215</sup> O Batalhão Búfalo se constituiu enquanto força militar integrada por mercenários oriundos de Angola, Moçambique e outros países africanos, criado pelo regime do Apartheid na África do Sul, para concretizar operações militares na África Austral (especialmente em Angola, onde apoiou as forças da Unita contra o MPLA).

<sup>216</sup> Seu governo é formado por dez ministros e um secretário de Estado, onde quatro são considerados independentes. Entre eles, o Ministro das Relações Exteriores, Manuel Salvador dos Ramos, cuja política externa

Em face das necessidades apresentadas pelas ilhas, em dezembro de 2007, o Brasil abriu uma linha de crédito de US\$5 milhões, gerida pelo Banco do Brasil, no sentido de reativar as importações de bens alimentares brasileiros, em São Tomé e Príncipe (BRASIL, 2007). No entanto, como a liberação do crédito demorou, “pelas dificuldades de organização do próprio governo são-tomense”, pois demorou-se a “definir o que comprar, demorou-se ainda mais a definir as quantidades” e, associado à isso, as dificuldades de logística “revelaram-se quase intransponíveis”, onde “sérias dificuldades quase puseram a perder toda a operação” (SANTOS JR., 2009, pág.16)<sup>217</sup>. Em julho de 2009, outra linha de crédito emergencial, novamente no valor de US\$5 milhões, foi concedida a São Tomé e Príncipe, utilizada para os mesmos fins da anterior e com as mesmas dificuldades (MEYER, 2009).

Desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países, em 1984, várias iniciativas de cooperação entre os dois países foram implementadas por demandas apresentadas por aquele país e, em complemento, pelas missões realizadas pela ABC a São Tomé e Príncipe. Após vista oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de São Tomé e Príncipe, em novembro de 2000, empreendeu-se, em maio do ano seguinte, uma missão brasileira a São Tomé e Príncipe com o objetivo de identificar possibilidades de cooperação técnica a serem desenvolvidas entre os dois países. O estabelecimento de grandes projetos nas áreas de Saúde e Educação, a saber, “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na prevenção do DST/AIDS”<sup>218</sup>, “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”<sup>219</sup> e “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”<sup>220</sup>, aprofundou a presença brasileira no país africano.

A continuidade dos referidos projetos foi garantida pela assinatura de novos documentos e emendas aos ajustes complementares anteriores. No entanto, problemas na

tem se direcionado a definir a África central como parceira estratégica e não apenas os parceiros históricos (Portugal, Brasil e Angola).

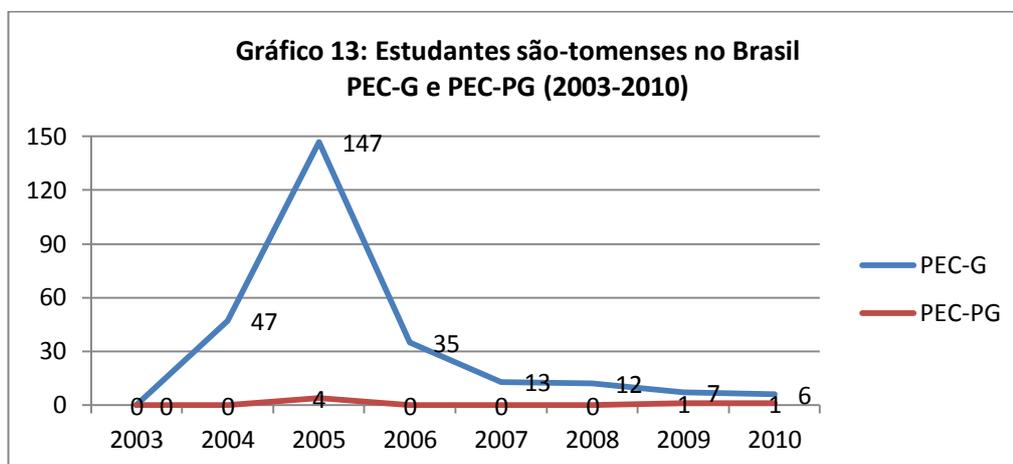
<sup>217</sup> A única ligação permanente entre o Brasil e São Tomé e Príncipe é de um voo semanal Fortaleza-São Tomé, com escala de 24 horas em Cabo Verde, desde 2008. Em toda a documentação diplomática da embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe analisada, fica evidente a necessidade de ampliar-se a periodicidade desses voos comerciais, bem como estabelecer-se rota permanente dos voos da FAB para o país, pois essa questão logística “contribui para uma maior inserção brasileira, assim como no apoio aos projetos de cooperação e cultura desenvolvidos” (SANTOS JR., op. cit. pág 8).

<sup>218</sup> Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na Prevenção às DST/AIDS”, de 02/12/2000 e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) em São Tomé e Príncipe, de 18/08/2005.

<sup>219</sup> Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação na Área de Educação para a Implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.

<sup>220</sup> Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.

distribuição das doações dos medicamentos antiretrovirais para tratamento do HIV-AIDS se tornaram-se frequentes e ocasionaram a diminuição dessa doações a partir de 2009.



Fonte: Elaborado por meio de dados constantes do MRE e MEC.

O acordo de cooperação cultural do Brasil com São Tomé e Príncipe é de 1984 tendo entrado em vigor em 1991. Esse viabilizou a entrada de alunos são-tomenses em instituições de ensino superior brasileiras. Pelos números acima, fica claro o aumento de demanda e interessados em estudar no Brasil no período estudado. Outro ponto demandado pelos são-tomenses na área educacional a partir de 2003 refere-se às tecnologias e treinamentos dos cursos de Educação à Distância (EaD), especialmente para ofertadas para as localidades no interior das ilhas.

Outro ponto relevante dessa cooperação bilateral e que têm relação direta com a formação de uma elite pró-Brasil, é aquela dada no âmbito das Chancelarias, especialmente na formação de diplomatas são-tomenses no Instituto Rio Branco, desde a década de 1980. Ampliando essa cooperação, em 2007 foi assinado um Memorando que previa a modernização e otimização de desempenho dos serviços exteriores são-tomenses, a partir de ações da Chancelaria brasileira.

No entanto, problemas internos são-tomenses tem consequências no aprofundamento mesmo das ações de cooperação educacional. Pode-se, assim, citar como exemplo a cooperação em formação diplomática (iniciada na década de 1990, a partir de quando o país africano passou a enviar ao Brasil, em maior ou menor número, um estudante para cursar o Instituto Rio Branco), sendo que no ano de 2009, o governo são-tomense chegou a desistir da vaga por falta de candidatos (a vaga foi preenchida por que a representação brasileira em São Tomé sugeriu nomes com curso superior concluído no Brasil).

Culturalmente, em 20 de março de 2008 foi inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros-Centro Cultural Guimarães Rosa (CEB), na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, como local de aprofundamento das ações educacionais e culturais desenvolvidas pela embaixada do Brasil no país (MRE, Nota nº 136, 2008). As atividades do CEB “são abrangentes e diversificadas”, ofertando à sociedade são-tomense cursos como capoeira, teatro de marionete, música e outras ações em parceria com o SEBRAE (técnicas de comercialização de produtos de artesanato), ou ainda, a promoção de festas juninas, o custeio de grupos de teatro locais, a exposição de artes e a exibição de filmes brasileiros, semanalmente se configuraram como forma de mostrar parte da cultura brasileira aos são-tomenses e ampliar-se essa noção de povos-irmãos (SANTOS JR., 2009), tornando o CEB um polo cultural importante de São Tomé e Príncipe, atingindo os objetivos propostos pela política externa brasileira.

A cooperação técnica também tem sido redefinida na área agrícola, por meio dos Ajustes Complementares para o desenvolvimento de projetos na área de extensão rural e abrangeu novos temas, como o Esporte, por meio do Acordo de Cooperação Esportiva<sup>221</sup>. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades Carlos Augusto dos Anjos acompanhado pelo Ministro das Obras Públicas e Infra-Estruturas, Delfim Santiago das Neves visitou o Brasil entre 25 e 29 de março de 2007 (MRE, Nota nº 124, 2007).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny visitou o Brasil em 19 e 20 de janeiro de 2009, e assinou Memorandos sobre cooperação em assuntos aquícolas e de pesca e também sobre a V Fase do programa Alfabetização Solidária (MEMORANDO, 2009), demonstrando que esse programa obteve resultados esperados. Antes, preparando sua vinda ao Brasil, reuniu-se com o embaixador brasileiro local e, conforme relato do próprio:

Visivelmente entusiasmado com a visita e com os desdobramentos para seu país, o Chanceler são-tomense abriu nossa reunião afirmando que o Brasil sozinho já seria capaz de “fazer” São Tomé e Príncipe, no sentido de que as experiências e os sucessos brasileiros, nos mais diversos domínios, seriam suficientes para o desenvolvimento de seu país, não sendo mais necessárias as dependências que se tem hoje de Portugal, Angola, Taiwan, etc. (SANTOS JR., 2009, pág.10).

---

<sup>221</sup> Acordo de Cooperação Esportiva, Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Construção Institucional e Metodologia da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar” em São Tomé e Príncipe e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, todos de 02/11/2003.

Quanto ao Ministro Tiny, merece atenção que em toda a documentação analisada, ele aparece como o “principal entusiasta da cooperação brasileira” e passou tal entusiasmo ao Primeiro-Ministro Rafael Branco. Esse, de 09 a 13 de março de 2009, esteve no Brasil, com agenda oficial voltada ao aprofundamento da cooperação bilateral, principalmente nas áreas de agricultura (implantação do Programa Nacional de Extensão Rural) formação profissional (Centro de Formação Profissional Brasil-São Tomé e Príncipe), mas incluiu reuniões com empresários baianos e paulistas (MRE, Nota nº 100, 2009)<sup>222</sup>. Essa opção pelo aprofundamento dos com o Brasil, no governo de Tiny e definiram o Brasil como “parceiro estratégico”, ao lado de Angola e Portugal, pois

A escolha era inevitável e tem seus motivos não apenas nas coincidências de línguas e costumes de ex-colônias portuguesas. Na verdade, dos três parceiros, Portugal apresenta cacoetes de antigo senhorio, e muitas vezes se comporta como tal. Angola, comporta-se como vizinho rico, a quem se recorre em casos de necessidade (desconfortavelmente frequentes para STP), e que por isso mesmo se permite manter um comportamento até certo ponto invasivo e opressivo. O Brasil seria, portanto, a alternativa sadia e inescapável (SANTOS JR., 2009, pág. 15-16).

Essa visão de uma relação necessária e profunda com o Brasil também ficou clara até na imprensa do país, pois

Discretamente e sem ondas, o Brasil encontrou a fórmula de se destacar e impor-se em África e no fechado clube dos países mais poderosos do mundo. Lula da Silva é hoje um dos chefes de Estado mais populares do planeta, como sublinhou o primeiro-ministro português, José Sócrates. Mas também é líder temido [sic] pôs em questão e revolucionou os métodos monolíticos de cooperação dos países tradicionalmente presentes em África (BRASIL: LULA DA SILVA E O GRITO DO IPIRANGA EM ÁFRICA, 2009, pág. 2).

Confirmando a relevância da relação com o Brasil, novamente em fevereiro de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros são-tomense Carlos Tiny visitou Brasília. Em novembro seguinte, o Ministro da Defesa Carlos Stock, veio ao Brasil. É interessante notar, também, que se a cooperação é o vetor da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, essa também passou por evoluções em seu teor, demandas e na sua concretização. A principal evolução diz respeito ao entendimento de que essa cooperação deva ser feita de forma séria e levando-se em conta as especificidades da sociedade e economia local, possibilitando, quando viável, a triangulação da cooperação, no sentido de promover o desenvolvimento, nos marcos da cooperação Sul-Sul. Exemplo positivo dessa triangulação referiu-se à parceira Brasil-

---

<sup>222</sup> Visita essa que teve como efeito imediato a missão do MDIC, entre maio de junho de 2009, responsável por mapear os principais problemas de infraestrutura de São Tomé e Príncipe.

Japão-São Tomé e Príncipe na oferta de cursos de capacitação profissional, com “transferência de tecnologia [...] e soluções criativas em cursos de curta duração e de fácil replicação” (MEYER, 2010, pág. 7)<sup>223</sup>.

Ficou presente, entretanto, na análise da documentação diplomática uma forte crítica da representação brasileira em São Tomé em relação à cooperação bilateral ofertada pelos países desenvolvidos e organismos internacionais. Um exemplo interessante constante da documentação diplomática refere-se às doações de arroz para a população são-tomense, que acabou introduzindo tal ingrediente imprescindível da alimentação local, antes baseada no trio peixe-fruta pão-banana. Conforme a embaixada brasileira em São Tomé, fica evidente que nem todo tipo de cooperação é interessante aos países em desenvolvimento, como o caso são-tomense: “Como o país não produz, nem sequer tem esperanças de um dia vir a produzir arroz, as frequentes faltas desse produto no mercado geram crises políticas, que já derrubaram governos” (SANTOS JR, 2009, pág. 6).

A representação brasileira em São Tomé também teve papel central nessa ação cooperativa, no período de 2003 a 2010, seja na concretização de programas de cooperação ou na assinatura deles, diretamente com autoridades são-tomenses. Como exemplo concreto de como a presença brasileiro nas ilhas modificou o desenvolvimento local, em março de 2010, o embaixador brasileiro Arthur V. C. Meyer e a ministra da Defesa Nacional Elsa Pinto, assinaram Acordos que definem bem a realidade e as demandas das ilhas: implementação a) da Fase II do Programa Nacional de Alimentação Escolar em toda rede escolar pública de São Tomé e Príncipe, b) implementação da fase I do Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas das principais cidades são-tomenses, no sentido de criar-se legislação ambiental e capacitação de técnicos para gerir o Plano Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas, c) implantação da Política de Salário Mínimo nas ilhas, a partir da realização de audiências públicas e d) Programa de apoio à luta contra a tuberculose.

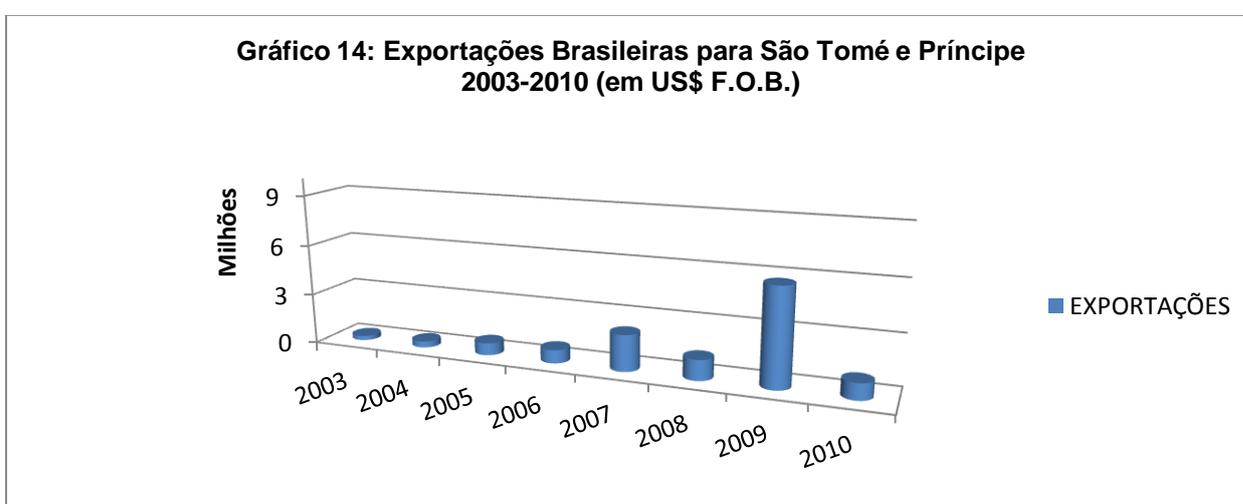
Também no âmbito multilateral, o Brasil aprofundou sua presença em São Tomé. Como exemplo, em face da realização da V Cúpula de Chefes de Estados e de Governo da CPLP, em São Tomé, o Brasil doou, em julho de 2004, US\$500 mil, pelas mãos do embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, para completar o orçamento do evento. Ainda nesse sentido, a promoção de uma série de cursos profissionalizantes realizados pela ABC, no âmbito da

---

<sup>223</sup> Outras iniciativas de cooperação triangular que ocorreram no período são o projeto de combate ao trabalho infantil (Brasil-OIT-Cabo Verde) e a continuidade do projeto de cooperação educacional militar (Brasil-CPLP-União Africana).

CPLP, como o de negociações comerciais, técnico de futebol, cooperação internacional, todos em 2008, também confirmam essa ação externa brasileira.

No que se refere ao comércio exterior bilateral, nota-se um aumento relativo no número total das exportações brasileiras para as ilhas no período 2003/2010, a base da pauta de exportações brasileiras<sup>224</sup> era da área alimentícia (açúcar e seus derivados, produtos de confeitaria, café, farinhas e bolachas/ biscoitos) e da área de bens manufaturados com relativo valor agregado (automóveis, produtos cerâmicos, madeiras, ferro fundido e tintas, móveis de madeira e plástico, produtos de vestuário, como calçado, paletós, cuecas e calças).



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

Os produtos mais vendidos pelo Brasil a São Tomé e Príncipe nesse período foram pedaços e miudezas congeladas de frango, representando em média, 35% da pauta entre 2003 e 2010. No entanto, concretizou-se a diversificação gradual da mesma, que além dos produtos supracitados passou a contar com material escolar (livros, dicionários, agendas), material audiovisual (CDs e DVDs), material elétrico (ferramentas, acessórios e aparelhos), de decoração (sofás, tapetes, cortinas, telas e espelhos), ampliando as possibilidades das micro e pequenas empresas brasileiras.

<sup>224</sup> São Tomé e Príncipe tem mais da metade de suas importações feitas de Portugal (56,1% em 2010).

**Tabela 12: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003/2010 (em US\$ F.O.B.)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Manufaturados</b>	248.873	355.241	654.881	699.740	2.048.725	995.843	4.504.724	532.571
<b>Semimanufatura dos</b>	--	--	--	--	--	83.040	35.160	--
<b>Básicos</b>	13.499	16.386	34.507	91.755	101.201	125.639	1.179.796	424.401
<b>Serviços/outros</b>	--	--	35.936	--	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>262.372</b>	<b>371.627</b>	<b>725.324</b>	<b>791.495</b>	<b>2.149.926</b>	<b>1.204.522</b>	<b>5.719.680</b>	<b>956.972</b>

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

As principais empresas brasileiras que no período 2003/2010 exportaram para São Tomé e Príncipe eram do ramo alimentício (Rigor Alimentos Ltda., Conservas Oderich SA., Sadia SA., Simonetto Alimentos Ltda., BRF – Brasil, Foods S.A., Céu Azul Alimentos Ltda., Avícola Carrer Ltda., Palmali - Industrial de Alimentos Ltda., entre outras) do ramo de produtos básicos do vestuário (Calçados Bebecê Ltda., Calçados Beira-Rio SA., São Paulo Alpargatas SA., Paquetá Calçados SA., Itabuna Têxtil) e do ramo da construção civil (Madeira Herval SA., Somapar Sociedade Madeira Paranaense Ltda., Cerâmica Cristofolletti Ltda., Imbralit, Artec – Pisos e revestimentos Ltda., Canguru SA Indústria Comércio de produtos plásticos).

As importações brasileiras de São Tomé e Príncipe foram quase nulas entre 2003 e 2010, à exceção dos anos de 2003 (US\$125.480), 2004 (US\$417.630), 2005 (US\$105.000), 2006 (US\$3.140) e 2008 (US\$8.067), quando o Brasil comprou pequenas quantidades de cacau in natura (o principal produto de exportação são-tomense). Entretanto, um condicionante negativo nesse intercâmbio comercial refere-se às questões de logística, onde o alto valor do frete marítimo das mercadorias, que inibem os empresários dos dois lados do Oceano Atlântico a aumentar exportações e importações. Também por esse motivo e pelo tamanho diminuto da economia são-tomense, o investimento direto (ou em carteira) brasileiro no país ainda não existe.

### **Considerações do capítulo**

A partir dessas informações apresentadas, percebe-se que a política externa brasileira para os Pequenos PALOP, entre 2003 e 2010, entrou numa nova etapa, baseada no aprofundamento das relações bilaterais e consequente maturação dessas. Em primeiro lugar, nota-se um sensível amadurecimento da percepção brasileira (governamental e empresarial) sobre as mudanças do sistema mundial, direcionando-se para uma ordem multipolar que

possibilita que o país se insira de forma mais autônoma e pragmática, diferente do que ocorrera no período entre 1990 e 2002. Aprofundar relações com países do Sul em desenvolvimento, como China, Índia e África do Sul se encaixam nessa postura revigorada do Brasil no mundo, dentro de uma lógica renovada da cooperação Sul-Sul, conjugada, agora, com o conceito de desenvolvimento.

Logo, em segundo lugar, retomar o grau das relações com o continente africano passou a ser objetivo complementar dessa política externa, ao passo que a presença brasileira na África voltou a ser muito visível no período Lula, concretizada nas numerosas visitas de alto nível, nos discursos diplomáticos, na cooperação técnica ampliada, nas missões empresariais e promoção do comércio bilateral e na própria balança comercial que aumentara. Os países africanos, em sua maioria subdesenvolvidos e com baixos IDH, passaram a ter maior presença brasileira efetiva em seus territórios, além de sentirem maior influência política brasileira em foros multilaterais, especialmente na CPLP, nos órgãos e agências das Nações Unidas e G-20. O Brasil retomou sua postura de liderança e teve esse status também reconhecido pelos países africanos a partir do argumento (e das ações práticas) da cooperação Sul-Sul.

Em relação aos Pequenos PALOP, tal referência tornou-se mais clara ainda, pois, em razão das dificuldades econômicas e sociais pelas quais Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe continuaram passando, suas demandas para com o Brasil somente aumentaram, principalmente em termos de cooperação técnica. Logo, na documentação diplomática apareceram largamente termos como “resgate histórico”, “parceria”, “cooperação Sul-Sul”, “interesses mútuos”, “desenvolvimento e cidadania” e “democratização das relações internacionais” para qualificar as ações brasileiras nesses três países. Praticamente em todos os oito anos do governo Lula houve um contato de alto nível entre Brasília e Praia, Bissau e São Tomé, fato inédito nessas relações bilaterais que demonstra o conteúdo objetivo da política externa brasileira para os Pequenos PALOP.

Especificamente em relação à Cabo Verde, a política externa brasileira reativou profundamente os laços políticos, ampliando a execução concreta da cooperação. Dos Pequenos PALOP, o arquipélago é o país que mais obteve resultados da política brasileira, o que prova que o viés político da cooperação Sul-Sul traz efeitos positivos para o desenvolvimento desses países. Cabo Verde tem reconhecido o Brasil como “parceiro estratégico”, aceitando a influência brasileira e apoiando as suas posições nos foros multilaterais, notoriamente entre 2003 e 2010. Esse reconhecimento fica claro nas palavras

do ex-embaixador brasileiro em Praia, Vitor Paim Gobato (2011), quando afirma que essas “relações históricas têm conteúdo prático”.

No caso bissau-guineense, em razão da contínua instabilidade política, a pauta principal das relações do país com o Brasil ainda foi relativa à construção da paz e à diminuição das consequências negativas que o conflito de 1998/1999 deixou na infraestrutura do país. Logo, a maior parte dos projetos de cooperação empreendidos pelo Brasil na Guiné-Bissau (13 assinados nesse período) ocorreram na tentativa de reverter o quadro de miséria da maior parte da população, a carência de serviços básicos e as fragilidades decorrentes da instabilidade política histórica. As principais áreas contempladas pela cooperação foram por um lado a segurança alimentar e o acesso aos serviços básicos de saúde e educação e por outro, o apoio ao fortalecimento institucional do país, seja no plano de implantação do Centro de Formação das Forças Armadas, na consolidação da Assembleia Nacional Popular ou na modernização do Centro de Promoção do Caju.

Em relação à São Tomé e Príncipe, o número expressivo de acordos e ajustes na área da cooperação assinados entre 2003 e 2010 (27 no total) demonstra claramente o grau de demandas daquela país dessa ação brasileira. Acordos nas áreas de saúde, educação, política salarial, legislação ambiental, artesanato, extensão rural, esportes, entre outros, vislumbram volume de deficiências são-tomenses, cujas ações de saneamento tem no Brasil o principal executor. No entanto, na documentação diplomática da representação brasileira em São Tomé, aliadas a essas ações, também são frequentes expressões como “falta de resposta do lado são-tomense”, “entraves pontuais”, “desorganização do governo são-tomense”, “não existência de profissionais aptos para finalizar o projeto [ou ação]”, “nunca saíram do papel”. Entende-se, então, que as relações Brasil-São Tomé e Príncipe, comparadas aos demais Pequenos PALOP, ainda estão numa fase preliminar, pois tanto por motivos são-tomenses quanto por motivos brasileiros, as ações de cooperação bilateral tem sido empreendidas, porém com demora e problemas pontuais em sua execução.

Percebeu-se, também, um aumento relativo e constante nas relações comerciais entre o Brasil e os Pequenos PALOP no período. Quando analisado o valor bruto do crescimento das exportações e importações brasileiras daqueles países, percebe-se um aumento constante na participação das exportações brasileiras destinadas àqueles países.

No entanto, problemas na infraestrutura e logística entre os países continuaram, também, a ser pauta bilateral, pois a inexistência de uma linha marítima permanente entre os dois lados do Oceano Atlântico ainda é o principal empecilho para que o comércio deslanche. A necessidade de manter-se uma demanda de trocas constante ainda é urgente, pois o

desequilíbrio na balança comercial tem efeitos negativos nessa manutenção de trocas (LINHA MARÍTIMA VIABILIZARIA TROCAS, 2009, pág. 01).

As relações do Brasil com Portugal se ampliaram na mesma medida, ao passo que aquele teor de concorrência entre os dois países em relação aos PALOP se manteve, no âmbito bilateral ou multilateral (especialmente na CPLP). Como exemplo, destaca-se que em 2010, Cabo Verde e Portugal estabeleceram Cúpulas bilaterais anuais, como forma de dinamizar suas relações e aprofundar os laços, além de atualizar o Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois Estados. Iniciativa que será ampliada aos demais PALOP em breve.

## 6. CONCLUSÃO

*Diplomacia sem política não passa de conduta vazia,  
movimento sem rumo, ação externa sem estratégia de realização  
de interesses nacionais e mesmo coletivos.  
Cabe à política exterior agregar os interesses,  
os valores e as pretendidas regras do ordenamento global,  
da integração ou da relação bilateral,  
isto é,  
prover o conteúdo da diplomacia desde uma  
perspectiva interna,  
quer seja nacional, regional, quer seja universal.  
(CERVO, 2008, pág. 9)*

A ação cooperativa tem servido de base da política externa brasileira para os Pequenos PALOP desde 1974. A conjugação das forças profundas se transformou em condicionante interno desses países, calcado em profundas deficiências estruturais, que baseou o alto grau de demandas por projetos e ações de cooperação técnica (formação e treinamento de recursos humanos, assistência à educação, saúde, capacitação em programas de agropecuária, entre outros), configurando-se a cooperação como a principal linha de ação do Brasil para o esses Estados lusófonos. No entanto, essa ação não deve ser entendida como vazia e desprovida de interesses políticos: ao estabelecer o continente africano como “área regional” (nos marcos do Atlântico Sul) em sua política externa, o interesse do Brasil é de consolidar sua presença nos Pequenos PALOP – iniciada pela cooperação – mas mantida e aprofundada pelo teor político dessa ação. Essa pode ser identificada, por exemplo, em aumento dos investimentos diretos do Brasil nesses países, aumento das trocas comerciais bilaterais, em apoio desses países às propostas brasileiras em organismos multilaterais, como Nações Unidas, CPLP e G-20 e mesmo ao favorecimento ofertado à empresas brasileiras atuarem nos mercados nacionais, especialmente a Petrobras e Vale do Rio Doce ou mesmo às Construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

Nesse sentido, cabe retomar o argumento de que a África lusófona não constitui uma unidade homogênea, embora os cinco PALOP tenham semelhanças histórico-culturais ímpares, calcadas no império português. As diferenças entre esses países são profundas, se conjugadas as questões geográficas e econômicas. Os Grandes PALOP, embora também Estados periféricos, possuem um grau de desenvolvimento econômico superior ao dos Pequenos PALOP, muito em razão da abundância de seus recursos minerais e localização

estratégica no continente africano, situação que se evidenciou, por exemplo, durante a Guerra Fria e as investidas das potências em seus territórios.

No caso dos Pequenos PALOP, o pequeno território, a ínfima população e a configuração político-social conformaram Estados de partido único, profundamente dependentes de outros Estados do sistema mundial. Mesmo com as respectivas reformas políticas no início da década de 1990, verificou-se que os partidos de Estado único que lutaram pela independência e ficaram à frente do poder na primeira década e meia de vida independente dos países, passaram a se alternar no poder, a partir de 1991, com períodos de maior ou menor predomínio<sup>225</sup>.

Dos cinco PALOP, Cabo Verde apresenta o nível de institucionalização mais elevado, “com níveis de competição partidária relativamente estáveis [...], expansão dos direitos e liberdades civis e [...] aceitação das eleições como meio legítimo para determinar vencedores e vencidos” (SANCHES, 2011, pág. 13). O denominado bipartidarismo cabo-verdiano, baseado na existência de dois partidos políticos principais (MPD e PAICV) dinamizou o sistema político do país e lhe atribuiu um grau de estabilidade política que se refletiu nos demais setores da sociedade. Mais estável politicamente, Cabo Verde tem buscado o mesmo resultado na economia nacional, ainda fortemente baseada no setor de serviços (entreposto comercial e turismo). A profunda necessidade de importação de bens alimentícios e produtos manufaturados e os cabo-verdianos na Diáspora ligam o país a Portugal (e União Europeia), aos EUA e ao Brasil.

Logo, desde que as respectivas relações diplomáticas bilaterais se estabeleceram em 1975, sempre esteve direcionado à necessidade de suprir demandas pontuais em seu desenvolvimento, demandas essas que se substanciaram pela cooperação bilateral. Saúde, educação e administração pública foram os setores onde as ações brasileiras foram mais visíveis em Cabo Verde. Cabe ressaltar que o nível de concretização dessas ações cooperativas, em Cabo Verde, foi o mais alto entre os cinco PALOP, especialmente pelo maior grau de institucionalização do governo daquele país e das suas ações burocráticas.

Após a independência, na Guiné-Bissau, a política econômica favoreceu a população urbana de Bissau, evento que ocasionou fluxo migratório das áreas rurais para a cidade, acarretando a conseqüente diminuição da atividade agrícola. A atividade industrial também foi pouco incentivada, o que aprofundou a dependência do país em relação à ajuda externa. A constante instabilidade política do país, desde 1980, ajudou a aprofundar o caos econômico,

---

<sup>225</sup> Vale lembrar que o MPD venceu as eleições legislativas em Cabo Verde de 1991 e 1995 e o PAICV as venceu em 2001 e 2006.

num dos países mais pobres do mundo. Em 1986, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) elaborado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, a médio e longo prazo, foi iniciado no país, com a fase de estabilidade (1987/1989) e a fase de desenvolvimento auto-sustentado para 1993. No entanto, a canalização dos financiamentos externos para setores burocráticos do Estado resultou na diminuição substancial da capacidade de investimento das empresas, gerando queda nos setores de produção direcionados para a importação e a exportação (não se conseguiu diminuir as importações nem mesmo estimular as exportações). A dívida externa bissau-guineense aumentou exorbitantemente, face os diversos reescalamentos por falta de pagamento.

A implementação do PAE resultou em poucas mudanças estruturais, uma degradação da qualidade administrativa (os salários anuais dos funcionários públicos diminuíram em cerca de 20% desde 1987), aliada à ascensão da corrupção. Ainda, a intervenção política num elevado número de organismos estatais (ou não) conduziu à confusão entre partido e Estado, sendo os responsáveis das empresas escolhidos de acordo com as suas convicções políticas e não atendendo às suas competências. Apesar do surgimento de uma burguesia comercial e agrária, ligada ao Estado centralizado na figura do Presidente, verificou-se a redução da importância do PAIGC como coletivo em substituição da cada vez maior afirmação do poder pessoal que se servia do Partido como ponto de apoio.

Outro ponto que caracteriza a Guiné-Bissau é a influência dos cartéis da droga no nível local constituem uma dinâmica particular de grande peso no desenvolvimento interno. A fraca capacidade institucional do Estado bissau-guineense aliado à incapacidade de controle das suas fronteiras terrestres e marítimas facilitou a ação desses cartéis, que tem conseguido influenciar os regimes políticos, aliciando-os com dinheiro, sendo que seu principal objetivo é interferir no processo democrático guineense, pois “graças ao enorme poder em termos financeiros e corruptivos do dinheiro oriundo do comércio de drogas, num país com baixos recursos, não [...] [é] difícil corromper a sociedade e a política” (GUINÉ-BISSAU: ESTADO FALHADO?, 2009, pág. 5).

Face todas essas deficiências, fica evidente o grau de demandas que a Guiné-Bissau apresentou ao Brasil desde o estabelecimento das respectivas relações diplomáticas. A política externa brasileira buscou concretizar a maior parte dessa demandas por meio de ações de cooperação técnica nos setores de educação, saúde, recursos humanos e Forças Armadas. No entanto, ficou evidente que nem sempre esses projetos se concretizaram por problemas do lado bissau-guineense, como deficiência na gestão financeira e falta de pessoal especializado.

Cabe destacar que desde a transição democrática (1989/1991), São Tomé e Príncipe teve uma vasta lista de Primeiros-Ministros, sendo que desde então nenhum governo resistiu a mais de dois anos no poder. Isso demonstra o tom de instabilidade política que cerca o país e que ficou evidente com a tentativa de golpe de Estado de 2003. Para Gorjão, a estabilidade política “não é a meta. A estabilidade política por si não provê boa governança” (2010, pág. 11). Para chegar-se ao ponto de equilíbrio entre estabilidade política e boa governança, o autor argumenta sobre duas reformas essenciais: a do sistema eleitoral (pois é um erro, segundo Gorjão, que o *score* de cada partido político corresponda proporcionalmente em cadeiras no Parlamento, fato que fez que nos últimos 20 anos a maioria absoluta seja exceção no Legislativo) e do sistema semipresidencialista (como o Parlamento e o Presidente são eleitos pelo voto direto), o que “lhe confere legitimidade política indiscutível. Ao invés de ser uma fonte clara de estabilidade, esta estrutura de poder dual funciona no sentido inverso” (GORJÃO, 2010, pág. 12).

A economia são-tomense, desde a independência, tornou-se muito dependente da produção cacaueteira. Até 1989, o governo ainda tentou consolidar a produção cacaueteira no âmbito das roças, porém sem sucesso. Na década de 1990, a produção diminuiu substancialmente em razão de secas prolongadas e má gestão das roças. São Tomé, em razão de sua dimensão insular, depende da importação de todo o tipo de combustíveis, da maior parte dos bens manufaturados, bens de consumo e alimentos. Mesmo com a abertura econômica da década de 1990, o país não conseguiu se desvencilhar da crescente dívida externa, com constantes reescalonamentos bilaterais, e passou a basear parte de suas verbas na ajuda internacional. Em dezembro de 2000, São Tomé e Príncipe foi beneficiado por uma diminuição de US\$200 milhões em sua dívida externa, no âmbito do Programa para Países Pobres Altamente Endividados.

O setor com maior potencial para desenvolver-se no país tem se configurado como o de turismo, sendo que o governo, desde 2002, tem implantado planos de reestruturação da indústria turística. O setor financeiro do país também tem se modernizado, dentro dos limites que lhe são naturalmente impostos (em 2010, existiam sete bancos privados no país, cinco dos quais foram abertos de 2005 a 2007).

Aliado a essas configurações dos Pequenos PALOP, merece destaque a relação desses com a antiga metrópole. A política externa de Portugal, historicamente, se constitui em três pilares, sendo 1) a principal é o eixo transatlântico (especialmente relações com EUA e Brasil), 2) o eixo lusófono africano (com os cinco PALOP) e 3) o eixo continental (baseado nas relações dadas com os países-membro da União Europeia). Em relação aos PALOP, as

relações históricas têm passado por momentos de aproximação e outros de distanciamento profundo, não apresentando, por parte de Portugal, uma política “efetiva e perene”. Gorjão caracteriza esse posicionamento português nos PALOP:

Portugal joga as suas cartas nos diferentes tabuleiros, procurando tirar delas o máximo proveito. [no caso, as Cúpulas bilaterais com os PALOP] A estratégia portuguesa, porém, permanece incompleta, sem que se perceba o motivo. [...] o facto de Portugal ser membro da UE é um elemento que lhe confere valor acrescentado junto dos PALOP. Todavia, para valoriza mais ainda a sua posição, Portugal deveria seguir uma estratégia de tenaz e apostar igualmente no aprofundamento das suas relações com os estados africanos mais relevantes para os PALOP. Acontece que, por exemplo, as relações bilaterais de Portugal com a África do Sul e com a Nigéria, tanto no plano político quanto no econômico, bilateral e multilateralmente, estão muito aquém não só daquilo que seria possível como também do que seria desejável (GORJÃO, 2001, s/p)

Também aqui fica evidente o grau de tensão que perpassa pelas relações do Brasil com Portugal quando o assunto refere-se aos PALOP, especialmente os Pequenos. A “assertividade” da política externa brasileira é tratada como exemplar pela imprensa e academia brasileira, em contraponto à busca por convergência com os EUA e União Europeia por parte de Portugal. Em relato à embaixadora brasileira em Praia, em novembro de 2010, a Ministra Duarte deixou claro o grau de envolvimento entre Cabo Verde e Portugal:

Temos uma economia muito ligada a Portugal. Temos relações internacionais, temos transferências, temos relações de financiamento. Basta dizer que Portugal é a origem de fluxos turísticos muito importantes para Cabo Verde. É também o país de acolhimento de uma importante comunidade cabo-verdiana, é aliás a principal origem de remessas da emigração (BARROS, 2010, pág 8).

Aliando aspectos históricos e proximidade geográfica, Portugal tem buscado reativar profundamente os laços com os PALOP, especialmente pela via comercial e de investimentos. Como parte dessa postura portuguesa de reaproximação afetiva com as antigas colônias na África, Portugal perdoou a dívida de São Tomé e Príncipe em julho de 2008 no valor de US\$35 milhões e a partir de 2010, tem mantido negociações para o perdão da dívida bissau-guineense, calculada em aproximadamente US\$108 milhões naquele ano.

A documentação diplomática analisada na presente Tese, seja in loco na Seção do Arquivo Histórico do Centro de Documentação Oficial do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, seja a constante das Resenhas de Política Exterior do Brasil (1974/2010) demonstra que, em relação aos Pequenos PALOP, há mais farta e densa documentação

diplomática referente à Guiné-Bissau, seguida de Cabo Verde e, em menor número, de São Tomé e Príncipe. Isso deve ser explicado, em parte, pelo constante grau de instabilidade política na Guiné-Bissau, que tem gerado atenção e acompanhamento por parte da representação brasileira em Bissau e da Divisão de África-II em Brasília. Também se explica essa maior densidade documental sobre a Guiné-Bissau pelo número de projetos de cooperação que o Brasil efetivou com aquele país, pela via direta ou pela via da triangulação.

A despeito dessas diferenças pontuais entre a política externa brasileira para cada um dos Pequenos PALOP, o fio condutor permanente revelou-se como a ação cooperativa externa, formulada nos marcos da cooperação Sul-Sul e implementada enquanto projetos de cooperação técnica, pela ABC, nos projetos denominados “Cooperação Brasil-PALOP”. Com ênfase na capacitação e treinamento de recursos humanos, fortalecimento institucional e atendimento das necessidades básicas daquelas populações, as ações de cooperação bilateral, desde a década de 1970, surgiram a partir de demandas previamente discutidas com os beneficiários, especialmente identificadas durante as periódicas missões técnicas brasileiras nos Pequenos PALOP, bem como analisadas nas reuniões das Comissões Mistas, especialmente na década de 1980. Brasília, desde que os respectivos acordos-base de cooperação foram assinados, buscou negociar com Praia, Bissau e São Tomé a demanda específica de cada ação, evitando que os Pequenos PALOP se transformassem em espectadores da cooperação e não agentes, por ser “livre de condicionalidades, sem fins lucrativos” (NOGUEIRA, 2011, pág. 488).

Logo, para os Pequenos PALOP, esses projetos estruturantes formulados pela ABC (e com base na EMBRAPA e FIOCRUZ e também na cooperação triangular) tem vinculado a agenda externa brasileira ao desenvolvimento desses países, ao implementar-se programas nas áreas básicas, como saúde, educação, saneamento básico e mesmo erradicação do trabalho infantil. A área educacional também se consolidou como basilar, pois o Brasil tem uma vantagem comparativa em relação aos demais países presentes em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe pela oferta dos Programas PEC-G e PEC-PG e da criação da UNILAB, que permitiu a contínua entrada de estudantes cabo-verdianos, bissau-guineenses e são-tomenses em instituições de ensino superior brasileiras tem formado profissionais aptos a auxiliar no desenvolvimento de seus países, aprimorando as instituições e serviços, com claras preferências por ações políticas e cooperativas brasileiras.

A formação de uma elite pró-Brasil nos Pequenos PALOP tem servido para moldar e renovar aqueles Estados a partir da teoria e experiência político-econômica brasileiras: a história do Brasil de erros e acertos em busca do desenvolvimento tem sido compreendida por

Praia, Bissau e São Tomé como *know-how* para o seu próprio desenvolvimento. A cooperação cultural também se encerra nessa ação, pois identificou-se o uso dos Centros Culturais brasileiros nas capitais dos Pequenos PALOP como fonte de divulgação da cultura brasileira, por meio de vasta agenda de eventos, que apresenta o Brasil às populações e complementa o fundamento de ser criar uma ambiente favorável à presença brasileira.

O aspecto político esteve atrelado à essa ação cooperativa, pois desde a década de 1970, a política externa brasileira buscou a consolidação de uma área de influência regional, baseada no Oceano Atlântico Sul, e legitimada pelos princípios de desenvolvimento e universalidade das relações exteriores do país. Assim, a abertura das representações diplomáticas em Praia, Bissau e São Tomé e Príncipe – no primeiro período da política externa brasileira para esses países aquela convergiu com a postura brasileira de se fazer presente naquelas sociedades, onde o argumento de aproximação político-diplomática gerou as demandas de cooperação bilateral e vislumbrou as possibilidades de intercâmbio comercial. Logo, entre 1974 e 1990, um grau acentuado de relações bilaterais de alto nível e de missões técnicas, ministeriais e empresariais foi a característica essencial da política externa brasileira para esses países, entendida no contexto da Guerra Fria e da intenção política brasileira de evitar-se a satelitização desses países, por parte do Ocidente capitalista ou por parte dos países socialistas. O discurso Terceiro-mundista alinhava essas relações.

No segundo período estudado, o fundamento político dessa ação cooperativa diminuiu face às inconstâncias da ação externa do Brasil entre 1990 e 2002. No entanto, a ação cooperativa manteve-se pelo viés puramente técnico, destinado a suprir demandas setoriais e administrativas daqueles países. No terceiro período, esse teor político retornou à ação brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, com a readequação do conceito de cooperação Sul-Sul na política externa brasileira de 2003 a 2010. Mesmo por meio de ações multilaterais a política externa brasileira para os Pequenos PALOP atuou no sentido de adensar politicamente o relacionamento bilateral a partir dos vínculos histórico-culturais. Os votos acompanhados nas Nações Unidas e as ações na CPLP especialmente serviram como ferramenta dessa identificação, que facilita as relações políticas e permeia ações no sentido de promover o desenvolvimento conjunto de seus Estados-membros.

O conteúdo comercial esteve presente nessa ação brasileira desde a década de 1970, face à necessidade de o Brasil conseguir novos mercados para seus produtos manufaturados. Nos dois primeiros períodos (1974/1990 e 1990/2002), esse interesse não ocorreu a partir de uma política de promoção comercial permanente, mas por ações pontuais de governo a governo. Aliado às dificuldades econômicas naqueles três países e à instabilidade monetária

brasileira, o intercâmbio bilateral comercial, até o final do segundo período estudado, foi marcado por desconexões, instabilidades e perda de estímulos de lado a lado.

Os altos e baixos das permutas comerciais de 1974 a 2002 estiveram relacionados às ações de algumas empresas brasileiras que não conseguiram manter o nível dessas trocas, face às dificuldades econômicas nesses países, mas especialmente pelas profundas deficiências no setor de transportes de cargas, que encareciam o valor do frete em mais de 100%. A perspectiva é que esse tema relacionado aos aspectos de logística e transportes de cargas entre o Grande Brasil e os Pequenos PALOP seja a pauta bilateral prioritária dos próximos anos. Assim, ainda que se constatasse um avanço na política externa brasileira para os Pequenos PALOP, os números do comércio bilateral ainda não são expressivos, mas tornaram-se, desde 2003, constantes, com a diminuição das instabilidades anteriores.

Comparando os dados das exportações brasileiras de 1981 e 1989, o aumento dessas para Cabo Verde foi de 3.013% e para a Guiné-Bissau foi de -2.800% (para São Tomé e Príncipe essas foram praticamente nulas), demonstrando a instabilidade do período. Os dados de 1990 e 2002 concluem que as exportações brasileiras para Praia aumentaram 49%, para Bissau caíram 32% e para São Tomé aumentaram 43%, também configurando-se como período de altos e baixos nessas trocas.

Em relação ao terceiro período, verificou-se um aumento consistente nas relações comerciais bilaterais. Os dados de 2003 e 2010 são elucidativos e demonstram que as vendas do Brasil para Cabo Verde aumentaram 203%, para a Guiné-Bissau 5.600% e para São Tomé e Príncipe, 265%. Logo, fica claro que o período onde houve maior vulto das exportações brasileiras para os Pequenos PALOP foi o período dos governos Lula da Silva, cujo principal motivo pode ser identificado com a política de promoção das exportações posta em prática pelo Brasil aliada à reemergência da África na pauta externa brasileira.

Conclui-se, assim que, embora com um momento de diminuição na aproximação com o continente africano (1990/2002), a política externa brasileira para a África (ou a política africana do Brasil) tem se consolidado, desde a década de 1960, como uma política de Estado e não de governo. Aquela tem se configurado por uma continuidade de pauta e ações que tem ampliado a presença brasileira no continente. Para os Pequenos PALOP, cujo vínculo histórico-cultural com o Brasil é mais evidente e profundo do que com outros países africanos, a política externa brasileira tem mantido essa ação densamente baseada na cooperação, mas também fundamentada no teor político ao vislumbrar um espaço de atuação brasileira privilegiada na África lusófona. A realocação de antigos embaixadores brasileiros lotados anteriormente em outros postos da África lusófona para postos nos Pequenos PALOP,

numa espécie de “rotatividade” nas representações demonstra o grau de seriedade brasileira para Praia, Bissau e São Tomé. Esses representantes brasileiros, com conhecimentos da realidade dos Pequenos PALOP adquiridos em outros momentos, ajudaram a aprofundar efetivamente as ações do Brasil, pelo fato de conhecerem a fundo as reais demandas locais. A cooperação Sul-Sul tem transformado em ação prática as relações históricas, legitimando essa ação política do Grande Brasil para os Pequenos PALOP, cuja recíproca é verdadeira ao identificar-se que, nos dois lados do Atlântico Sul, a busca pelo desenvolvimento econômico e social é a tônica das respectivas ações externas.

## REFERÊNCIAS

### Livros

- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- AJAYI, J. F. A. (Ed.) **História geral da África**: Volume VI - África do século XIX à década de 1880. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- ALEXANDRE, Valentim. **As Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)**. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. b
- ANDRADE, Elisa Silva. Cape Verde. In CHABAL, Patrick (org.) **A history of postcolonial Lusophone Africa**. London: Hurst & Company, 2002. (pág. 264-290)
- ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ARNOLD, Guy. **Africa: a modern history**. London: Atlantic Books, 2005.
- BARROSO, Luiz Machado. **Salazar e Ian Smith**: o apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968). Lisboa: Ed. MNE, 2009.
- BAQUERO, Marcello. **Pesquisa quantitativa em Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2009.
- BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. 3ª Ed. Brasília: Ed. Da UnB, 2008.
- BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder**: sociología de las relaciones internacionales y políticas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores/SA, 1974.
- \_\_\_\_\_. **The Dialectic of World Politics**. London: The Free Press, 1977.
- CANANI, Ney. **A política externa no governo Itamar Franco (1992-1994)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **1808-2008: Itamaraty** – Dois séculos de história. Brasília: FUNAG, 2009. Vol. I (1808-1979).
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira & CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira. **1808-2008: Itamaraty** – Dois séculos de História. Brasília: FUNAG, 2009. Vol. II (1979-2008).
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

- COSTA & SILVA, Alberto da. **O vício da África e outros vícios**. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.
- CHABAL, Patrick. **Power in Africa**: an essay in political interpretation. 2ª reprinted. Hong Kong: St. Martin's Press Inc., 1994.
- CHABAL, Patrick (org.) **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. London: Hurst & Company, 2002.
- COMITINI, Carlos. **Amilcar Cabral**: a arma da teoria. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- CORRÊA SILVA, Marisa. **Partes da África**: cartografia de uma identidade cultural portuguesa. Niterói: Editora da UFF, 2002.
- DENNY, L. M. & RAY, Donald I. **São Tomé and Príncipe**: economics, politics and society. In: TORP, Jens Erik; DENNY, LM; RAY Donald I. **Mozambique. São Tomé and Príncipe**: politics, economics and society. London: Pinter Publishers, 1988, pág. 121-204.
- DOWBOR, Ladislau. **Guiné-Bissau**: a busca da independência econômica. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo o império perecerá**. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/Imprensa Oficial, 2000.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa. **A África do Sul e as ex-colônias portuguesas**. Lisboa: ISE-Centro de Estudos da Dependência-Iniciativas editoriais, 1977.
- FOY, Colm. **Cape Verde**: politics, economics and society. London: Pinter Publishers, 1988.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (org.) **Nas rotas do império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES/IICT, 2006.
- GALLI, Rosemary E. & JONES, Jocelyn. **Guinea-Bissau**: politics, economics and society. London: Pinter Publishers, 1987.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da Terra do Sol**: a formação do Estado-Nação em Cabo Verde. São Paulo: Selo Negro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Ed. Summus, 2005.
- IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD, no período 1995/2005. Brasília: FUNAG, 2010.
- KRIPPENDORFF, Eckehart. **História das Relações Internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LIMA, Maria Regina Soares de & HIRST, Monica (orgs). **Brasil, Índia e África do Sul**: desafios e oportunidades para novas parcerias. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- LUTAR pelo desenvolvimento econômico e social – Documentos do II Congresso do PAICV. Praia: Edição do PAICV, 1983.
- MACQUEEN, Norrie. **The Decolonization of Portuguese Africa**: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire. London: Longman, 1997.

- MAZRUI, A. A. (Ed.); WONDJI, C. (Ed. Ass). **História geral da África: África desde 1935** - Volume VIII. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty**. Brasília: FUNAG, 2009.
- MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Fapesp, 2000.
- NEWITT, Malyn. **Portugal in Africa: the last hundred years**. London: C. Hurst & Co., 1981.
- OGOT, B. A. (Ed.) **História geral da África: a África do século XVI ao XVIII - Volume V**. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- PALACIOS, Diego. **O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EdUFBA, 2011.
- PEREIRA, Analúcia D. **A política externa do governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- PEREIRA, Aristides. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- PEREIRA, Daniel A. **Das relações históricas Cabo Verde/Brasil**. Brasília: Funag, 2011.
- REIS DA SILVA, André. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1996.
- SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe**. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 2002.
- SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- VIZENTINI, Paulo G. F. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003a.
- VISENTINI, Paulo G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A África na política internacional**. Curitiba: Juruá, 2010.
- \_\_\_\_\_ & PEREIRA, Analúcia D. **História do mundo contemporâneo: da Pax Britannica do século XVII ao choque de civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **El modierno sistema mundial: la agricultura capitalista y las origins de la economía-mundo europea in el siglo XVI**. México: Siglo Veintiuno, 1979 (vol. 1).
- \_\_\_\_\_. **Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms**. Cambridge: Polity, 1991.

WERNECK DA SILVA, José Luiz & GONÇALVES, Williams. **Relações exteriores do Brasil I (1808-1930):** a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis: Vozes, 2009.

WHILHELMY, Manfred. **Política internacional:** enfoques y realidades. Buenos Aires: GEL, 1988.

### Capítulo de livros

ALEXANDRE, Valentim. O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In: VALA, J. (Coord.). **Novos Racismos:** Perspectivas Comparativas. Oeiras: Celta, 1999, pág. 133-144.

ANDRADE, Elisa Silva. Cape Verde. In: CHABAL, Patrick (orgs.) **A History of postcolonial Lusophone Africa.** London: Hurst & Co., 2002, pág. 264-290.

BOAHEN, A. A. O colonialismo no mundo: impacto e significação. In: BOAHEN, A. A. (Ed.) **História geral da África:** África sob dominação colonial, 1880-1935 - Volume VII. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010, pág. 919-945.

CASTRO, João A. de A. O congelamento do poder mundial. In AMADO, R. (Org.) **Araújo Castro.** Brasília: Ed. UnB, 1982.

CURTO, J. C. Vinho verso Cachaça: A luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pág. 69-97.

FORREST, Joshua. Guiné-Bissau. In: CHABAL, Patrick (orgs.) **A History of postcolonial Lusophone Africa.** London: Hurst & Co., 2002, pág. 236-263.

GALA, Irene V. Perspectivas das relações do Brasil com o mundo lusófono. In: REBELO, A., FERNANDES, L. e CARDIM, C. H. (Orgs.) **Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2003, pág.357-370.

MARTINS RIBEIRO, Jorge. Destino das exportações do sal português na segunda metade do século XIX. In: **A ARTICULAÇÃO do sal português aos circuitos mundiais:** antigos e novos consumos. Porto: Universidade do Porto, 2008, pág 231-255.

MOURÃO, Fernando Augusto A. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: a base lingüística e a base material. IN: NEVES, F.S. (org.). **A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades,** Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000, pág.95-107.

NOGUEIRA, Ruy Nunes Pinto. Cooperação brasileira na África. In: **I CURSO para diplomatas africanos.** Brasília: FUNAG, 2011, pág. 487-497.

PINTO DE ANDRADE, Mário. Poetas negros de expressão portuguesa (1961/2000). In: PIRES LARANJEIRA, José. (Org.). **Negritude Africana de Língua portuguesa:** Textos de apoio (1947-1963). Coimbra: Angelus Novus, 2000, pág.56-63.

RODNEY, Walter. A economia colonial. In: BOAHEN, A. A. (Ed.) **História geral da África:** África sob dominação colonial, 1880-1935 - Volume VII. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, 2010, pág. 377-399.

VIZENTINI, Paulo G. F. A política internacional do Brasil e suas fases. In: FRATI, Mila (org.) **Curso de formação em política internacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007c, pág. 219-245.

## Periódicos

AFRICA: aspectos econômicos do desenvolvimento de África. Moscovo: Academia de Ciências da URSS, 1981.

ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). **Análise social**, XXVI (III), 1991, 2º, pág. 293-333.

\_\_\_\_\_. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. **Análise social**, ano XXVIII (n.ºs. 123-124), 1993, 4º/5º, pág. 1117-1136.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under Presidente Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (especial edition), 2010a, pág. 214-240.

ARIENTI, Wagner Leal & FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, jul. 2007, pág. 99-126.

BRILHANTE, Neuma. Nas franjas do império português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. **História**, vol. 28, n.º 1, 2009, pág. 71-97.

CABECINHAS, Rosa & CUNHA, Luís. Colonialismo, identidade nacional e representações do negro. **Estudos do Século XX**, n.º. 3, Lisboa, 2003, pág. 157-184.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. Edições brasileiras de 1974-1984.

CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (especial edition), 2010, pág. 7-32.

CHABAL, Patrick. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. **SORONDA: Revista de Estudos Guineenses**, n.º. 15, jan/1993a, pág. 37-56.

\_\_\_\_\_. Some reflections on the post-colonial state in Portuguese-speaking Africa. **Africa Insights**, vol. 3, n.º. 3, 1993b, pág. 129-135.

COSTA E SILVA, Alberto da. Sem a África, o Brasil não existiria: entrevista. **Revista de História**, Rio de Janeiro, Ano 1, n.º1, 2005, pág. 52-57.

CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 42 (1), 1999, pág. 110-126.

DESIDÉRIO, Edilma. Migração e políticas de cooperação: fluxos entre Brasil e África. **Anais do Encontro Nacional sobre Migração**, 4, novembro de 2005, Rio de Janeiro, pág. 6-23.

DUARTE SILVA, A. E. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, Lisboa, vol. XXX (130), 1.º semestre/1995, pág. 5-50. Disponível em: <analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf> Acesso em: 27 jan. 210.

- ESTEVÃO, João Carlos. O desenvolvimento de Cabo Verde e o modelo de integração económica internacional. **IEEI**, 2007. Disponível em: <[http://www.ieei.pt/files/Cabo\\_Verde\\_e\\_modelo\\_integracao\\_economica\\_internacional\\_Joao\\_Estevao.pdf](http://www.ieei.pt/files/Cabo_Verde_e_modelo_integracao_economica_internacional_Joao_Estevao.pdf)> Acesso em: 05 nov. 2010.
- FORREST, Joshua. Autonomia burocrática, política econômica e política num estado ‘suave’: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. **SORONDA: Revista de Estudos Guineenses**, nº. 15, jan/1993, pág. 57-95.
- GRASSI, Marzia. Cabo Verde pelo mundo: o género e a diáspora cabo-verdiana. **Working papers**, nº 6/2006. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <[http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006\\_6.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_6.pdf)> Acesso em: 17 jan. 2012.
- GORJÃO, Paulo. Portugal e os PALOP: uma estratégia de tenaz incompleta. **I online**, 22 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.1ionline.pt/interior/indez.php?p=news>> Acesso em: 24 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_. “São Tomé e Príncipe: heading into political instability as usual?”. **IPRIS Viewpoints**, Lisbon, August 2010, pág. 11-12.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. FAE-UNICAMP. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/focus/textos/GUSMAO%20-%20Africa%20e%20Brasil%20no%20mundo%20academico.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2012.
- HIRST, Mônica e PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, Vol. 38, nº. 1, pág. 5-23.1995.
- JAGUARIBE, Hélio. Autonomia periférica e hegemonia cêntrica. **Relações Internacionais**, ano 03, nº. 05, 1980, pág.8-24.
- LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África (1822-1975). **Análise social**, vol. XXXIII (146-147), 1998 (2.º-3.º), pág. 463-496.
- LEMONS, Virgílio de & MOORE, Denis. Violence in Portuguese Africa. **Transition**, nº 22, 1965, pág. 41-43.
- MOITA, Luis. Elementos para um balanço da descolonização portuguesa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nºs. 15/16/17, Lisboa, maio 1985, pág. 500-509.
- NOGUEIRA BATISTA, Paulo. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Textos de graduação FAU-USP**, 1994. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)> Acesso em: 05 jul. 2011.
- PETERSON, Charles. Returning to the African Core: Cabral and the erasure of the colonized elite. **West Africa Review**, vol. 2, nº 2, 2001. Disponível em: <<http://www.westafricareview.com/vol2.20peterson.html>> Acesso em: 06 out 2009.
- PIMENTEL, João Vicente S. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº1, 2000, pág. 5-23.
- PINHEIRO, Letícia. Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-60)”. **Contexto Internacional**, nº. 9, ano 5, 1989, pág. 91-111.
- PINTO, José Filipe. As relações Europa-África: perspectiva diacrónica. **Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos**, nº 02, 2009 (pág. 37-47) Disponível em:

<revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/view/1311/1066> Acesso em: 14 mar. 2011.

- QUADROS, Jânio. A nova política externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 4, nº 16, out-dez/1961a, pág. 150-156.
- RIBEIRO, Cláudio. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, nº 2, 2008, pág. 39-59.
- RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles De Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. **Novos estudos CEBRAP**, nº 87, julho/2010, pág. 35-58.
- SANCHES, Edalina. Institucionalização dos sistemas partidários na África Lusófona: o caso cabo-verdiano. **Cadernos de Estudos Africanos**, nº 20, 2011, pág. 2-22.
- SANGREMAN, Carlos; SOUSA JR., Fernando; ZEVEERINO, Guilherme & BARRO, Miguel. A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. **Documentos de Trabalho nº 70**. Lisboa: CESA/Universidade Técnica de Lisboa, 2006, pág. 1-39.
- SANTANA, Ivo de. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90. **Contexto internacional**, vol. 25, nº1, janeiro-junho/2003, pág. 139-195.
- SEIBERT, Gerhard. A política num micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos. **Lusotopie: Transitions libérales en Afrique Lusophone**. Paris: Éditions Karthala, 1995, pág. 239-250.
- SOBRAL, António M. Brilhante. Estratégias políticas da Lusofonia ou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos/USP**, São Paulo, 20-21, 1998, pág. 377-381.
- TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. A construção democrática na Guiné-Bissau: limites e possibilidades. **Cadernos CODESRIA**, out/2008, pág. 1-29.
- TEMUDO, Marina Padrão. From 'People's struggle' to 'this war of today': entanglements of peace and conflict in Guinea-Bissau. **Africa**, vol. 78, nº 2, 2008, pág. 245-263.
- TUTIKIAN, Jane. Questões de identidade: A África de língua portuguesa. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 41, nº. 3, setembro, 2006, pág. 37-46.
- VEIGA CABRAL, R.A. O Brasil e os novos países do Oeste Africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano XXXII, nº. 125-126, 1989, pág. 5-43.

### **Teses e dissertações**

- AQUINO, Edson Tomaz de. **A dimensão do Atlântico Sul na Política Externa e a Defesa do Brasil, dos anos 70 ao limiar do século XXI**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DANTAS, I. L. **Entre o projeto de vida e o projeto cultural: o lugar do estudante angolano**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

- DOMBE, Alfredo. **Relações Brasil-Angola (1975-1990): a dimensão econômica no projeto de reconhecimento da independência de Angola**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- MARTINS, Lucianne Mallmann. **Relações político-diplomáticas entre Brasil e Angola (1808-1840)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- MOURA, Alcides Fernandes da. **Eficácia social (qualidade e equidade) do sistema educativo em Cabo Verde**. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2008.
- MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **O Mito Atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

### Documentos oficiais

- A DATA nacional da República de Cabo Verde. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 26, jul/ago/set 1980, pág. 194.
- ABREU SODRÉ, Roberto de. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em Nova York, em 28 de maio de 1986, por ocasião da Assembleia Especial da Organização das Nações Unidas sobre a situação econômica da África. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.49, abr/maio/jun 1986, pág. 91-96.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da Reunião de Países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1988. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.58, jul/ago/set 1988, pág. 21-23.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro Abreu Sodré, em Reunião da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 14 de agosto de 1989. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.62, jul/ago/set 1989, pág. 61-65.
- ACORDO de Cooperação Esportiva, Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Construção Institucional e Metodologia da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar” em São Tomé e Príncipe e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, todos de 02/11/2003. Disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_stp\\_22\\_221.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_stp_22_221.htm)> Acesso em: 25 nov. 2009.
- ACORDO sobre cooperação no domínio da Defesa entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Guiné-Bissau, de 06/06/2006. Disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_guib\\_21\\_5791.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_guib_21_5791.htm)> Acesso em: 25 nov. 2009.
- ACORDO BÁSICO de Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Guiné-Bissau, de 18 de maio de 1978. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 19, jan/fev/mar-1978, pág. 160-168.

- ACORDO SOBRE cooperação cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Cabo Verde, de 07 de fevereiro de 1919. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 21, mar/abr/maio-1979, pág. 160-164.
- ACORDO COMERCIAL entre Brasil E Cabo Verde. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.68, 1º Semestre 1991, pág. 190-192.
- ACORDO GERAL de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 26 de junho de 1984. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.68, 1º Semestre 1991, pág. 190-192.
- AJUSTE Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.
- AJUSTE Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na Prevenção às DST/AIDS”, de 02/12/2000 e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) em São Tomé e Príncipe, de 18/08/2005.
- AJUSTE Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação com Cabo Verde. 27/06/2002. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 90, 1º semestre de 2002.
- AMORIM, Celso. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião das comemorações ao 40º aniversário do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, em Brasília, em 16 de novembro de 1993. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 73, jun-dez/1993a, pág. 91-94.
- \_\_\_\_\_. Quarenta anos de amizade. O Globo, 21 de novembro de 1993. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 73, jun-dez/1993b, pág. 179-181.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em almoço oferecido aos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, em 29 de outubro de 1993c. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 73, 2º Semestre de 1993, pág. 81-83.
- \_\_\_\_\_. O Brasil e o renascimento africano. Folha de São Paulo, 25/05/2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 92, 1º semestre de 2003, pág. 238-240.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, no Encontro Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), em São Paulo, em 13 de junho de 2004. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 31, nº. 94, 1º semestre de 2004, pág. 153-156.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, durante a cerimônia em homenagem ao Dia do Diplomata, Brasília, 07/05/2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.104, 1º semestre de 2009, pág. 103-105.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, na abertura da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 23/09/2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.107, 2º semestre de 2010b, pág. 143-147.

ARANHA, Oswaldo. Carta ao Presidente Juscelino Kubitschek, de 9 de dezembro de 1957 *apud* SARAIVA, José Flávio Sombra. **O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (1946 aos nossos dias)**. Brasília: Editora da Unb, 1996.

AZEREDO DA SILVEIRA, Antônio Francisco. Objetivos da revolução na política exterior. Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores feito a uma Estadocadeia de rádio e televisão, em 28 de março de 1974a. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 1, abr/maio/jun-1974a, pág. 23-24.

\_\_\_\_\_. Políticos e diplomatas: o diálogo indispensável. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores na Sessão conjunta de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em 19 de junho de 1974b. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 1, abr/maio/jun-1974b, pág. 41-44.

\_\_\_\_\_. Discurso do Chanceler brasileiro, Antônio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 23 de setembro de 1974c. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 2, jul/ago/set-1974c, pág. 39-44.

\_\_\_\_\_. Brasil insiste na reforma da ordem econômica mundial. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 22 de setembro de 1975. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 6, jul/ago/set-1975, pág. 35-39.

\_\_\_\_\_. Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 24 de março de 1976, ao condecorar com a Ordem do Rio-Branco, os membros da primeira missão oficial da República da Guiné-Bissau que visita o Brasil. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 8, jan/fev/mar-1976, pág. 67-68.

\_\_\_\_\_. Discurso de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 28 de novembro de 1977, ao condecorar com a Ordem do Rio-Branco, o Secretário de Estado das Pescas de Guiné-Bissau, Joseph Turpin. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 15, out/nov/dez-1977, pág.139-140.

BAENA SOARES, João Clemente. Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 26 de maio de 1980, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro da Agricultura de São Tomé e Príncipe, Arlindo Gomes, e transcrição das palavras proferidas, de improviso, pelo Ministro Arlindo Gomes. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.25, abr/maio/jun 1980, pág. 87-89.

BRAGA, Ney. Discurso do Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 27 de abril de 1977, durante almoço que, juntamente com o Chanceler Azeredo da Silveira, ofereceu ao Ministro da Educação de Cabo Verde, Carlos Reis. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 13, abr/maio/jun 1977, pág. 35-37.

BRASIL APOIA PEDIDO DA GUINÉ-BISSAU. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 2, jul/ago/set-1974, pág. 91.

CABRAL, Luiz. Discurso do Presidente Luiz Cabral no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 16 de junho de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.25, abr/maio/jun 1980, pág. 125-130.

CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação do Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 31 de março de 1993a. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 72, jan-jun/1993a, pág. 65-69.

- \_\_\_\_\_. O Brasil e a lusofonia. *Jornal do Brasil*, 25 de abril de 1993b. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 72, jan-jun/1993b, pág. 219-221.
- \_\_\_\_\_. Brinde do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente da República da Guiné-Bissau, general João Bernardo Vieira. Brasília, 10 de julho de 1997. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 24, n.º. 81, 2º semestre de 1997, pág. 13-14.
- COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-GUINÉ-BISSAU. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º.39, out/nov/dez 1983a, pág. 19-22.
- COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-GUINÉ-BISSAU. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º.42, jul/ago/set 1984, pág. 8-11.
- COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-CABO-VERDE. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º.39, out/nov/dez 1983b, pág. 32-35.
- COMUNICADO DO ITAMARATY À IMPRENSA, de 25 de março de 1976, ao final da visita a Brasília da missão da Guiné-Bissau. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º 8, jan/fev/mar-1976a, pág. 69-70.
- COMUNICADO DO ITAMARATY À IMPRENSA: missão técnica brasileira na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, de 10 de junho de 1976. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º 9, abr/maio/jun-1976b, pág. 140-141.
- COMUNICADO à imprensa sobre a situação em São Tomé e Príncipe, 16/07/2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, n.º. 93, 2º semestre de 2003a, pág. 278.
- COMUNICADO à imprensa sobre a situação em São Tomé e Príncipe, 18/07/2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, n.º. 93, 2º semestre de 2003b, pág. 279-280.
- COMUNICADO conjunto da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Moçambique, in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º. 93, 2º semestre 2003c, pág. 363-365.
- COMUNICADO conjunto da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Tomé e Príncipe. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, n.º. 93, 2º semestre 2003d, pág. 351-356.
- COMUNICADO à imprensa a respeito das eleições na Guiné-Bissau (08.04.2004). **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 31, n.º. 94, 1º semestre de 2004, pág. 304-305.
- COMUNICADO à imprensa sobre a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP – Resolução sobre a Guiné-Bissau (20/07/2005), in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º 97, 2º semestre de 2005a, pág. 241-242.
- COMUNICADO à imprensa sobre a presidência brasileira do Conselho de Segurança (1º de abril de 2005). **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º. 96, 1º semestre de 2005b, pág. 293-295.
- COMUNICADO à imprensa sobre o apoio brasileiro às eleições presidenciais na Guiné-Bissau, 17 de junho de 2005. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º. 96, 1º semestre de 2005c, pág. 383.
- COMUNICADO conjunto da visita de trabalho ao Brasil do senhor José Maria Pereira Neves, Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde (22/08/2005), in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, n.º. 97, 2º Semestre de 2005c, pág. 263.

- COMUNICADO Conjunto da visita oficial ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires. Brasília, 04 de outubro de 2005. MRE. [NOTA nº. 518] 04/10/2005. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 95 jul. 2009.
- COMUNICADO CONJUNTO da visita ao Brasil do Presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, Brasília, 25/08/2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 107, 2º semestre de 2010, pág. 279-282.
- COLLOR DE MELO, Fernando. Discurso do Presidente Fernando Collor na cerimônia de formatura da turma de 1990 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 29 de maio de 1991. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 68, 1º semestre de 1991, pág.139-142.
- DRUMMOND, Olavo. Discurso na Sessão Ordinária do Plenário de 14 de abril de 1993. Diário Oficial da União, seção I, 28 de abril de 1993, pág. 67.
- FIGUEIREDO, João Baptista. Trechos sobre política externa brasileira, extraídos da Mensagem do Presidente João Baptista Figueiredo ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, em 1º de março de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.24, jan/fev/mar 1980a, pág. 3-18.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente João Baptista Figueiredo no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 16 de junho de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.25, abr/maio/jun 1980b, pág. 125-130.
- \_\_\_\_\_. Trechos sobre política externa brasileira, extraídos da Mensagem do Presidente João Baptista Figueiredo ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, em 1º de março de 1981. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.28, jan/fev/mar 1981, pág. 79-98.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente João Baptista Figueiredo, em Bissau, em 17 de novembro de 1983, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 39, out/nov/dez 1983a, pág. 16-18.
- GEISEL, Ernesto. 1º aniversário da independência da Guiné-Bissau. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 3, out/nov/dez. 1974, pág. 69.
- GOVERNO BRASILEIRO envia mensagem de congratulações pela data nacional de São Tomé e Príncipe. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 26, jul/ago/set 1980, pág. 195.
- GUINÉ-BISSAU AGRADECE ao Brasil empenho por seu desenvolvimento. Mensagem do Embaixador da Guiné-Bissau nas Nações Unidas, Gil Fernandes, à Missão Permanente do Brasil junto a ONU, divulgada pelo Palácio Itamaraty de Brasília, em 6 de fevereiro de 1979. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 20, jan/fev/mar-1979, pág.110.
- GUINÉ-BISSAU BUSCA cooperação técnica com o Brasil. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.21, mar/abr/maio 1979, pág. 136.
- LAFER, Celso. Discurso pronunciado pelo Celso Lafer por ocasião da celebração do Dia da África, no Palácio Itamaraty, em 25 de maio de 1992. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 70, jan-jun/1992, pág. 141-142.
- \_\_\_\_\_. Discurso do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Lafer, por ocasião do Dia da África, Brasília, 28 de maio de 2001. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 88, 1º semestre de 2001, pág. 191-193.

- \_\_\_\_\_. Discurso do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, professor Celso Lafer, na cerimônia de assinatura de Ajuste complementar na área de formação profissional entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde e de Ajustes complementares nas áreas de formação profissional e agricultura entre a República Federativa do Brasil e República da Guiné-Bissau, 21 de julho de 2002. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Número 91, 2º semestre de 2002, pág. 43-45
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Seminário “A importância do relacionamento comercial e cultural entre o Brasil e os países africanos”, comemorativo ao Dia da África, promovido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em Brasília, em 25 de maio de 1995 in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 76, 1º Semestre de 1995, pág. 202-203.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos embaixadores africanos acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 2 de maio de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 78, 1º Semestre de 1996a, pág. 197-199.
- \_\_\_\_\_. Brasil e Portugal na Comunidade. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 79, 2º Semestre de 1996b, pág. 214-215.
- \_\_\_\_\_. Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na sessão de abertura da 51ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 23 de setembro de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 79, 2º semestre 1996c, pág. 83-88.
- MEMORANDO de Entendimento para a cooperação entre o Governo de República Federativa do Brasil, o Governo da República da Guiné-Bissau e o Governo dos Estados Unidos da América, sobre o fortalecimento legislativo da Guiné-Bissau, de 30/03/2007, **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 100, 1º semestre de 2007, pág. 286-288.
- OUA PEDE AJUDA AO BRASIL. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 1, abr/maio/jun-1974, pág. 67.
- PORTUGAL elogia iniciativa diplomática do Brasil em prol da constituição de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (04/01/1994), in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 74, 1º Semestre de 1994, pág. 191.
- PROBLEMA PORTUGUÊS NA ÁFRICA: BRASIL DEFINE POSIÇÃO. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 1, abr/maio/jun-1974, pág. 67.
- PROTOCOLO de Intenções entre o Brasil e a Guiné-Bissau, para cooperação de energia e minas, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1984. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.42, jul/ago/set 1984, pág. 145-146.
- QUADROS, Jânio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961b, pág. 91-101.
- REGO BARROS, Sebastião do. **A execução da política externa brasileira**: palestra do secretário-geral das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/documentos>> Acesso em: 10 out. 2004.
- RELATÓRIO assinado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e dirigido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no qual se expressam os pontos de vista do governo brasileiro acerca da situação do Atlântico Sul e a implementação da Declaração sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em conformidade com o parágrafo 6, da

Resolução 41/11 da XLI Sessão da Assembleia Geral da ONU. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.54, jul/ago/set 1987, pág.49-53.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. Discurso do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 25 de março de 1980, por ocasião do almoço oferecido ao Comissário dos Transportes da Guiné-Bissau, Manuel Santos. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.24, jan/fev/mar 1980a, pág. 79.

\_\_\_\_\_. Discurso do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de outubro de 1980, por ocasião de jantar oferecido ao Chanceler cabo-verdiano, Abílio Duarte. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.27, out/nov/dez 1980b, pág. 45-51.

\_\_\_\_\_. Conferência do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 14 de agosto de 1981, por ocasião do IV Seminário sobre Política Exterior do Brasil. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.30, jul/ago/set 1981, pág. 80-87.

\_\_\_\_\_. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 26 de outubro de 1983, por ocasião da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo-Verde. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.39, out/nov/dez 1983, pág. 67-69.

\_\_\_\_\_. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1984. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 42, jul/ago/set 1984a, pág. 75-128.

SARNEY, José. Discurso do Presidente José Sarney, em Cabo Verde, em 09 de maio de 1986, por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo Presidente cabo-verdiano, Aristides Pereira. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.49, abr/maio/jun 1986, pág. 43-45.

\_\_\_\_\_. Discurso do Presidente José Sarney por ocasião da abertura do Seminário Cooperação Técnica Internacional: o papel da ABC, no Palácio Itamaraty, em 22 de maio de 1989. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.61, abr/maio/jun 1989, pág.35-38.

TELEGRAMA do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente da República da Guiné-Bissau, Luis Cabral, em 29 de agosto de 1974. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 2, jul/ago/set-1974, pág. 89.

TELEGRAMA do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente da República de Portugal, Antonio de Spínola, em 29 de agosto de 1974. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 2, jul/ago/set-1974, pág. 89.

THOMPSON-FLORES, Sérgio. Discurso do observador do Brasil na VII Reunião dos Países Não-Alinhados, pronunciado em Nova Delhi, em 10 de março de 1983. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.35, jan/fev/mar 1983, pág. 26-27.

USHER, Arshne Assouan. Carta do Ministro das Relações Exteriores da República da Costa do Marfim, Arshne Assouan Usher, ao Chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, em 19 de agosto de 1974. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 2, jul/ago/set 1974, pág.89-90.

VILAÇA, Marcos Vinícius Rodrigues. Comunicação do Tribunal de Contas da União, em 13 de novembro de 1996. Diário Oficial da União, 2 de dezembro de 1996, pág. 108-112.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional em 1 de janeiro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 92, 1º semestre de 2003a, pág. 13-20.

- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de chegada a Portugal, em 10 de julho de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre de 2003b, pág. 23-30.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 02 de novembro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre de 2003c, pág. 185-189.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 7ª Cimeira Brasil-Portugal, No Palácio Itamaraty, em 8 de março de 2004. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 31, nº. 94, 1º semestre de 2004, pág. 70-71.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Reunião Ampliada Brasil-Guiné-Bissau, Bissau, no dia 13 de abril de 2005. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 32, nº. 96, 1º semestre de 2005, pág. 109-110.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido ao Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, no Palácio Itamaraty, em 4 de outubro de 2005 in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 97, 2º Semestre de 2005b, pág. 99.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006 in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 99, 2º Semestre de 2006, pág. 01-21.
- \_\_\_\_\_. Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal alemão “Die Zeit”, Roma, Itália, 15/11/2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 105, 2º semestre de 2009a, pág.453-462.
- \_\_\_\_\_. Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após assinatura de atos, por ocasião da visita oficial ao Peru, Lima, 11/12/2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 105, 2º semestre de 2009b, pág. 213-216.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África, Isla Margarita, Venezuela, 26/09/2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 105, 2º semestre de 2009c, pág. 109-112.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Encontro com o Presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, Brasília0DF, palácio Itamaraty, 19/08/2009. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 105, 2º semestre de 2009d, pág. 85-86.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido à Presidente da Libéria, Ellen Johson-Sirleaf, Palácio Itamaraty, 07/04/2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 106, 1º semestre de 2010a, pág. 119-120.
- \_\_\_\_\_. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial do Presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, Palácio Itamaraty, 25/08/2010. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 107, 2º semestre de 2010b, pág. 131-133.

## Correspondências oficiais

- ALVARO, Nuno. BRASEMB BISSAU [**Telegrama Confidencial nº 0217**] 28/03/1990, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 4 pág. Relato do embaixador brasileiro sobre reunião com autoridades cabo-verdianas.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**MSG OF nº 00186B**], 02/05/1990a, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Status da política externa brasileira para Cabo Verde.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**MSG OF nº 00098A**], 09/03/1990b, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Status da política externa brasileira para Cabo Verde.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**MSG OF nº 00490B**], 12/12/1992, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Status da política externa brasileira para Cabo Verde.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**MSG OF nº 00414A**], 04/09/1993, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 05 pág.
- ARRUDA, Sérgio. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 00049B**], 18/05/1984, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Política externa são-tomense.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 000612**], 27/03/1985, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Demandas são-tomenses na área de cooperação bilateral.
- ASSINTER. [**Ofício nº 0969**], 27/03/1987, Brasília [para], EXTERIORES/DEAF, Brasília. 02 pág. Ofício Assessor Especial para Assuntos Internacionais do EMFA para Chefe do Departamento de África-MRE.
- BARRETO, Renan Paes. [**Despacho do Memorando nº 55**], 08/05/1984, Brasília [para] BRASEMB BISSAU, Bissau. 02 pág. Linha de crédito para a Guiné-Bissau.
- BARROS, Maria Dulce Silva. BRASEMB PRAIA [**Telegrama nº 00125**] 05/02/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 4 pág. Informação sobre demanda de Cabo Verde criação de academia diplomática no seu Ministério de Negócios Estrangeiros.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**Telegrama nº 00458**] 04/06/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 8 pág. Relato da embaixadora brasileira sobre a cooperação de Cabo Verde com a China.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**Telegrama nº 001046**] 23/11/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 12 pág. Relato da embaixadora brasileira sobre entrevista com Presidente do Banco Central cabo-verdiano.
- BRASEMB BISSAU [**OF nº 00009A**], 02/09/1999, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por mais projetos de cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [**Telegrama nº 00356**], 17/06/2008, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [**Telegrama nº 00772**], 03/12/2008, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [**Telegrama nº 00012**], 15/01/2009, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.

- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 0085], 25/01/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00171], 24/02/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00187], 26/02/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00352], 19/04/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Instabilidade política bissau-guineense.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00390], 12/05/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00458], 03/06/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00591], 03/06/2010, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda bissau-guineense por cooperação bilateral.
- BRASEMB PRAIA. [OF C n° 00122], 09/04/1990, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Relações Cabo Verde-Portugal.
- \_\_\_\_\_. [OF C n° 0031-00112], 02/04/1992, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Brasil e Portugal nos PALOP.
- \_\_\_\_\_. [MSG OF n° 00190A], 03/05/1990, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 05 pág. Problemas na logística de transportes.
- \_\_\_\_\_. [MSG OF n° 00131Z], 23/03/1990, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 06 pág. Cooperação bilateral na área de educação e formação militar.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00125], 05/02/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda cabo-verdiana por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00409], 20/05/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda cabo-verdiana por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00416], 24/05/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda cabo-verdiana por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00468], 07/06/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda cabo-verdiana por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00667], 04/08/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda cabo-verdiana por cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00933], 20/10/2010, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda cabo-verdiana por cooperação bilateral.
- BRASEMB SÃO TOMÉ. [Memorando n° 00211], 07/11/2003, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Impacto da visita do Presidente Lula da Silva e comitiva a São Tomé e Príncipe.
- \_\_\_\_\_. [Memorando n° 00302], 11/08/2005, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Repercussão da visita do Presidente Fradique de Menezes ao Brasil.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama n° 00142], 17/02/2010, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda são-tomense por cooperação bilateral.

- BUARQUE, Fernando. BRASEMB PRAIA [**Telegrama n° 2249**], 14/01/1985a, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. Problemas na logística de transportes entre os dois países.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB PRAIA [**Telegrama n° 2209**], 23/03/1985b, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Aspectos política da presença brasileira em Cabo Verde.
- CASTRO, Raimundo Nonnato Loyola de. BRASEMB BISSAU [**Telegrama n° 00424B**], 23/08/1981a, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Cooperação na área de defesa.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**Telegrama n° 0229**], 13/11/1981b, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Cooperação na área de defesa.
- COSTA, Maria Helena da Fonseca. EXTERIORES/DAF-II [**Despacho a Memorando**], 29/01/1979, Brasília [para] BRASEMB PRAIA, Praia. 01 pág. Problemas na logística de transportes entre os dois países.
- CASTRO, Rezende. BRASEMB BISSAU [**MSG OF 00135A**], 02/09/1992, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág.
- DIDIER, Marcelo. BRASEMB BISSAU [**Telegrama Confidencial MSG OF 00216Z**], 11/09/1990a, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. Telegrama referente possibilidade de entrevista entre os Presidentes Nino Vieira e Collor de Melo.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**OF CONF n° 055**], 10/10/1990b, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. Ofício referente interesse bissau-guineense em abrir representação no Brasil.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**MSG OF 00210C**], 04/12/1992, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Ofício referente às causas da diminuição do orçamento da Embaixada.
- EXTERIORES/DAF-II. [**OF C 0031-00195**], 13/06/1990, Brasília [para] BRASEMB PRAIA, Praia. 05 pág. Ofício referente às causas da diminuição do orçamento da Embaixada.
- \_\_\_\_\_. [**MSG OF 0031-00409**], 16/11/1990, Brasília [para] BRASEMB PRAIA, Praia. 03 pág. Início da política de triangulação na cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. [**DESPTEL n° 00184**], 10/06/1997, Brasília [PARA] BRASEMB BISSAU, Bissau. 02 pág. Resposta negando a concessão de maior número de bolsas de estudo no Brasil.
- \_\_\_\_\_. [**DESPTEL n° 00259**], 28/07/1997, Brasília [PARA] BRASEMB BISSAU, Bissau. 02 pág. Renegociação da dívida bissau-guineense com o Brasil.
- \_\_\_\_\_. [**DESPTEL n° 84**], 19/03/1998, Brasília [PARA] BRASEMB BISSAU, Bissau. 02 pág. Resposta a Telegrama sobre diminuição das bolsas PEC-G para 1998.
- FONTOURA, Vicente. BRASEMB LISBOA [**Telegrama**], 21/04/1976, Lisboa [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Influência portuguesa em Cabo Verde.
- MARIANO, Dijal. BRASEMB BISSAU [**Telegrama Confidencial/MSG OF 00012A**], 29/01/1990, Bissau, [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Relato de encontro do encarregado de negócios da Embaixada em Bissau com o Presidente Nino Vieira.

- MASSOT, Affonso E. de Alencastro. DAF-II/MRE [**Despacho ao Memorando DAF-II/34/79**], 21/06/1979, Brasília [para] EXTERIORES/DAO, Brasília. 02 pág. Três pilares da ação brasileira na Guiné-Bissau.
- MENDES, Guy. BRASEMB BISSAU [**Telegrama nº 00008A**], 15/07/1987, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Relato sobre abertura econômica bissau-guineense.
- MEYER, Arthur V. C. BRASEMB BISSAU [**MSG OF 0030**], 19/07/2000a, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Demandas bissau-guineenses de cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**MSG OF 0027**], 20/07/2000b, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Demandas bissau-guineenses de cooperação bilateral.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00375**], 28/07/2009, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 2 pág. Linha de crédito emergencial para São Tomé e Príncipe.
- NAZARETH, Luiz Fernando. BRASEMB BISSAU [**MSG OF CONF nº0029393Z**], 15/08/1997, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Renegociação da dívida bissau-guineense com o Brasil.
- OURO PRETO, Affonso Celso de. EXTERIORES/DAF-II [**Memo DAF-II/30**], 15/04/1977, Brasília [para] BRASEMB PRAIA, Praia. 03 pág. Sugestão do Chefe da DAF-II, embaixador Affonso Celso de Ouro Preto para que se criasse uma Comissão Mista Brasil-Cabo Verde.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**Telegrama nº 00409A**], 26/01/1983a, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Política externa bissau-guineense.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**Telegrama nº 00501A**], 24/11/1983b, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Impacto positivo da visita do Presidente Figueiredo à Bissau.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB BISSAU [**Ofício**], 01/12/1985, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 10 pág. Relatório anual 1985 sobre presença do Brasil na Guiné-Bissau.
- PINHEIRO, Paulo Dyrceu. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 00007A**], 08/08/1987, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Relações Brasil-São Tomé e Príncipe.
- \_\_\_\_\_. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Memorando nº 00351**], 19/09/2005, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Política externa são-tomense.
- SANTOS JR., Manuel Inocêncio de Lacerda. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00031**], 02/02/2009, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 14 pág. Relato sobre presença brasileira em São Tomé e Príncipe.
- SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. MRE [**Ofício DAF-II/DPG/49/665.16 (B46) (A4)**], 07/08/1984b, Brasília [para] EMFA, Brasília. 04 pág. Ofício para Chefes militares sobre relações do Brasil com Cabo Verde.
- SILVA, Bernardino Raimundo da. BRASEMB BISSAU [**Telegrama nº 210**], 11/07/1978, Bissau [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Política externa bissau-guineense.

VALADARES, Hildebrando Tadeu Nascimento. DEAF-MRE [**Memorando**], 26/11/1985, Brasília [para] BRASEMB LUANDA, Luanda. 02 pág. Participação brasileira na 1ª Conferência de Parceiros de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

VINHAES DA COSTA. BRASEMB PRAIA [**Ofício 159/89**], 26/19/1989, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Cooperação na área de administração pública.

### Outros documentos oficiais

APEXBRASIL. AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.gov.br/portal>> Acesso em: 10 jan. 2011.

BALANÇA comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC/SECEX/DEPLA, 2010.

BRASIL. **Lei Ordinária nº. 12289/2010**. Diário Oficial da União de 21/07/2010, pág. 04, coleção 02.

BRASIL. **Repertório de política externa**: posições do Brasil. Brasília: FUNAG, 2007.

DATA. World Bank . Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>> Acesso em: 11 fev. 2012.

EDUCAÇÃO de jovens e adultos nos países de língua portuguesa: novos diálogos para a cooperação Sul-Sul. Brasília: UNESCO/MEC/ABC, 2007.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor\\_externo/tabelas/tabelas.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtm)> Acesso em: 13 jan. 2011.

ESTATUTO da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2002. Disponível em: <<http://www.cplp.org.pt/documentos>> Acesso em: 10 maio 2009.

GUIA DO INVESTIDOR PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Nova Iorque/São Tome: Universidade de Columbia/Governo de São Tomé e Príncipe, 2008.

MIDIC. ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portal>> Acesso em: 10 jan. 2011.

MRE. [Nota nº. 93], 31/03/1998. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

MRE. [Nota nº. 325], 31/07/2002. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

MRE. [Nota nº. 422], 31/10/2002. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

MRE. [Nota nº. 312], 23/07/2004. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

MRE. [Nota nº. 16], 13/01/2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

MRE. [Nota nº. 411], 19/08/2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010. Nota contendo o Comunicado Conjunto da visita oficial ao Brasil do Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

- MRE. [Nota n.º. 513], 03/10/2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 236], 07/04/2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 124], 23/03/2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 136], 19/03/2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 298], 05/06/2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 28], 20/01/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 100], 10/03/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- MRE. [Nota n.º. 509], 09/10/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE 2002-2005. I  
Volume. Praia: Governo de Cabo Verde, 2002.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Brasília, MRE/FUNAG, 1974-  
semestral.

## Imprensa

- ACORDO universitário: Brasil e Cabo Verde acertam detalhes de consultoria que vai qualificar professores universitários. **UNIVERSIA**, 22/08/2005. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=8275>> Acesso em: 20 nov. 2005.
- ADESÃO DE CABO VERDE À OMC. **Ministério de Relações Exteriores da República de Cabo Verde**. Disponível em: <[www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55Item=90](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=55Item=90)> Acesso em: 21 nov. 2001.
- AGROPECUÁRIA beneficia da cooperação com o Brasil. **África 21**, n.º. 20, agosto/2008, pág. 44-48.
- AGRICULTURA une países de língua portuguesa. **EMBRAPA**, 25/11/2004. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/1996/setembro/bn.2004-11-25.7361265124/?searchterm=cabo%20verde>> Acesso em: 20 nov. 2009.
- AKINOLA, Larne. “Brazil aspires to be partner not donor”. **This is Africa**: a global perspective. 25/07/2010. Disponível em: <[http://www.thisisfricaonline.com/news/fullstory.php.aid/216/Brazil\\_aspires\\_to\\_be\\_partner,\\_not\\_donor.html](http://www.thisisfricaonline.com/news/fullstory.php.aid/216/Brazil_aspires_to_be_partner,_not_donor.html)> Acesso em: 09 ago. 2010.
- BRASIL abre linha de crédito para reactivar importação de bens alimentares. **Lusa** – Agência de Notícias de Portugal SA., 18/12/2007. Disponível em: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=143676&visual=3&layout=10>> Acesso em: 01/12/2009.

- BRASIL: Câmara de comércio com Cabo Verde inicia actividades no Ceará. **EXPRESSO.PT**, 25/03/2009. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/505072>> Acesso em: 20 nov. 2009.
- BRASIL E ÁFRICA: Sucesso Kilimanjaro. **Veja**, 11 de junho de 1980, pág.28-31.
- BRASIL forma 30 oficiais das Forças Armadas da Guiné-Bissau. **ABIN**, 07 de julho de 2007, s/p. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br>> Acesso em: 03 mar. 2009.
- BRASIL: LULA DA SILVA E O GRITO DO IPIRANGA EM ÁFRICA. **Jornal Digital ST&P**, 12 de julho de 2009, (pág. 01-01). Disponível em: <<http://www.jornaldigital.com>> Acesso em: 25 nov. 2009.
- CEARENSES diversificam negócios com Cabo Verde. **Gazeta Mercantil**, 15 de setembro de 2004, pág. B-13.
- CONQUISTANDO o mercado africano. **Veja**, 02 de abril de 1981, s/p.
- ELEIÇÃO presidencial na Guiné-Bissau, 30/07/2009. **Resenha de política exterior**, nº 105, 2º semestre de 2009, pág. 272.
- EM BUSCA de ajuda. **Veja**, 31 de março de 1976, pág. 26
- ENCONTRO em Cabo Verde discute cooperação para o combate à AIDS. **Agência Brasil**, 06/02/2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/02/06/materia.2007-02-06.3801409610/view>> Acesso em: 02 dez. 2009
- EXÉRCITO realiza manobra em Pernambuco com países de língua portuguesa. **Agência Brasil**, 27/09/2006. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/09/26/materia.2006-09-26.2686062196/view>> Acesso em: 02 dez. 2009.
- GUINÉ-BISSAU: ESTADO FALHADO? **Democracia aberta**, 03/06/2009 (pág 1-7). Disponível em: <[http://www.democraciaberta.com/democracia\\_forum/ver\\_topico.php?t=398](http://www.democraciaberta.com/democracia_forum/ver_topico.php?t=398)> Acesso em: 03 jun. 2009.
- GUINEA-Bissau: Gov't opens first university. **The New York Amsterdam News**, 26 november 2003, pág. 02.
- LINHA MARÍTIMA VIABILIZARIA TROCAS, **Diário do Nordeste**, 03/03/2009. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com/nateria.asp?codigo=667531>> Acesso em: 03 set. 2009.
- LULA DIZ que foi à África para 'arar a terra'. **Valor Econômico**, 14 de abril de 2005, pág. A6.
- LULA EXALTA VALORES DEMOCRÁTICOS. **Correio Braziliense**, 27 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=58814> Acesso em: 08 jun. 2009.
- LULA QUER vôos para África. **Zero Hora**, 29 de maio de 2007, pág. 12.
- LULA PEDIRÁ ao Congresso perdão da dívida de Guiné-Bissau com o Brasil. **Agência Brasil**, 14/11/2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/14/materia.2007-11-14.7119677904/view>> Acesso em: 02 dez. 2007.

- MÃO DUPLA: Brasil e Guiné-Bissau têm limites na cooperação. **Veja**, 25 de junho de 1980, pág. 48.
- MERCADO a desbravar: uma ponte bancária entre o Brasil e a África. **Zero Hora**, 10/08/2010, pág. 20.
- MINISTRO brasileiro das Relações Exteriores visita a Guiné-Bissau com agenda de cooperação. **ÁFRICA 21 DIGITAL**, 21/11/2009. Disponível em: <<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9066773&indice=0&canal=401>> Acesso em: 25 nov. 2009.
- NOVA rota entre Fortaleza e Cabo Verde. **JC ONLINE**, 15/11/2001, Recife/Pernambuco. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/JC/2001/2011/tu1511\\_7.htm](http://www2.uol.com.br/JC/2001/2011/tu1511_7.htm)> Acesso em: 20 nov. 2009.
- O BRASIL abriu os olhos para o exterior. **Análise Comércio Exterior** – anuário 2010. (pág. 19-33).
- O PRIMEIRO-MINISTRO de Portugal Marcello Caetano, visita esta semana o Brasil, numa ofensiva para tirar seu país do isolamento político que lhe deixou só dois amigos na África – Rodésia do Sul e República da África do Sul – e quase nenhum apoio nos outros continentes e na ONU. **Veja**, 09 de julho de 1969, pág. 33.
- OIT e MINISTÉRIO do Trabalho orientam países africanos a formular políticas de previdência. **Agência Brasil**, 22/10/2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/22/materia.2007-10-22.1116958954/view>> Acesso em: 02 dez. 2009.
- PACTO GOVERNAMENTAL EM PERIGO, **África 21**, nº 20, agosto/2008 (pág. 46-48).
- POLICIAIS de países africanos fazem curso de informática em Brasília. **Portugal Digital**, 10/11/2008. Disponível em: <[www.portugaldigital.com.br/noticia\\_imprimir.kmf?cod=7868088](http://www.portugaldigital.com.br/noticia_imprimir.kmf?cod=7868088)> Acesso em: 01/12/2009.
- POLÍTICA de comércio exterior é como plantar árvore, diz Lula. **O Globo**, 14 de abril de 2005, pág. 09.
- PORTO de Suape ganha linha para Cabo Verde, **Newscomex**, 08/09/2006. Disponível em: <[http://www.newscomex.com.br/mostra\\_noticia.php?codigo=372](http://www.newscomex.com.br/mostra_noticia.php?codigo=372)> Acesso em: 04 jan. 2011
- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À ESPERA DO BRASIL. **África 21**, nº 28, abril de 2009 (pág. 58-59).
- TÉCNICOS africanos participam de curso em Brasília in **EMBRAPA**, 25/10/2007. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/outubro/4a-semana/tecnicos-africanos-participam-de-curso-em-brasilia/?searchterm=cabo%20verde>> Acesso em: 20 nov. 2009.
- TÉCNICOS do MEC reestruturam cursos do Centro de Formação da Guiné-Bissau. **Agência Brasil**, 09/03/2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/09/materia.2007-03-09.6551229250/view>> Acesso em: 02 dez. 2009
- TRE-MG participa novamente das eleições em Guiné-Bissau. **NOTÍCIAS TER-MG**. Disponível em: <[http://www.tre-mg.gov.br/noticias/noticias\\_tre/junho\\_2005/17\\_junho.htm](http://www.tre-mg.gov.br/noticias/noticias_tre/junho_2005/17_junho.htm)> Acesso em: 25 nov. 2009.

UM GOVERNO SEM DIREITO AO ERRO, **África 21**, nº 26, fevereiro/2009 (pág. 34-35).

UMA ponte bancária entre o Brasil e a África. **Zero Hora**, 10 de agosto de 2010, pág. 20.

UNI-CV consolida parceria com a Universidade. **Universidade Federal do Ceará Notícias**, 10/11/2009. Disponível em:

<[http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=9008&Itemid=90](http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=9008&Itemid=90)> Acesso em: 25 nov. 2009.

VENDAS para Cabo Verde já somam US\$ 4,8 mi. **Diário do Nordeste**, 17/11/2006.

Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=382573>> Acesso em: 20 nov. 2009.

VIEIRA, João Bernardo. Entrevista. **Cadernos dos Terceiro Mundo**, v.7, nº 69, agosto de 1984. (pág. 59-62).

### **Entrevistas**

GOBATO, Vitor Paim. Entrevista concedida a Kamilla Raquel Rizzi, em 09 de setembro de 2011, Rivera/Uruguay. 45 min.

PEREIRA, Daniel A. Entrevista concedida a Kamilla Raquel Rizzi, em 03 de agosto de 2011, Brasília/Brasil. 1h30min.

## APÊNDICE A: Cronologia das Relações Brasil-Cabo Verde (1975/2010)

ANO	EVENTOS PRINCIPAIS
<b>1975</b>	05 de Julho: Reconhecimento brasileiro da independência de Cabo Verde. Início das relações diplomáticas. 28 de Julho: criada embaixada brasileira em Praia, cumulativa com Bissau.
<b>1976</b>	Junho: Criado o Vice-Consulado brasileiro em Praia. Primeira missão técnica brasileira visita Praia.
<b>1977</b>	Abril: Visita de missão governamental cabo-verdiana ao Brasil. Assinatura do Acordo de Cooperação técnica e científica.
<b>1979</b>	Fevereiro: Assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação e do Acordo sobre cooperação cultural. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, em Praia.
<b>1980</b>	Outubro: Visita ao Brasil do Ministro cabo-verdiano de Negócios Estrangeiros, Abílio Duarte.
<b>1981</b>	Maior: II Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, em Brasília.
<b>1982</b>	Fevereiro: III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, em Praia.
<b>1983</b>	Abril: Criada embaixada brasileira em Praia, desvinculada de Bissau. Outubro: IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, em Brasília. Visita ao Brasil do Ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Silvino Manuel da Luz. Novembro: Visita a Cabo Verde do Presidente João Batista Figueiredo.
<b>1984</b>	Abertura do Consulado Honorário de Cabo Verde no Rio de Janeiro.
<b>1985</b>	Visita ao Brasil do Presidente Aristides Pereira, junto com Militares cabo-verdianos.
<b>1986</b>	Janeiro: Visita do Chanceler Abreu Sodré a Praia. Maio: Visita a Cabo Verde do Presidente José Sarney. Assinatura do Acordo Comercial Brasil-Cabo Verde.
<b>1987</b>	Março: Assinatura do Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um programa plurianual de cooperação na área de defesa. Abril: Visita ao Brasil do Presidente Aristides Pereira. Assinatura do Protocolo de Intenções na área cultural e Memorando de Entendimento no campo da administração pública.
<b>1989</b>	Reunião dos Chefes dos Países de Língua Portuguesa, em São Luis-Maranhão. Criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.
<b>1990</b>	Março: Visita ao Brasil do Presidente Aristides Pereira.
<b>1991</b>	Julho: V Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, em Praia.
<b>1992</b>	Visita ao Brasil do Presidente Antonio Mascarenhas Monteiro. Assinatura de ajuste complementar para instalação de estação de rastreamento de veículos lançadores de satélites e, Cabo Verde.
<b>1996</b>	Julho: Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Setembro: Missão da ABC e Fiocruz visitou Praia.
<b>1998</b>	05 a 09 de Abril: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga. Julho: Assinatura do Memorando de Entendimento na área de educação, administração pública e do Ajuste para Modernização Administrativa no serviço público e sistemas informatizados de recursos humanos. 16 e 17 de Julho: II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Praia.
<b>2000</b>	20 de Julho: III Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo. 07 a 09 de Setembro – IV Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa, em Brasília. 19 de Outubro: I Reunião da Comissão Nacional de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CNA/CPLP), em Brasília.
<b>2001</b>	25 de Maio: III Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e dos Assuntos Parlamentares da CPLP, em Brasília.
<b>2002</b>	31 de Julho e 1º Agosto: IV Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em

	<p>Brasília.</p> <p>31 de Julho: Assinatura do Ajuste Complementar na área de Formação Profissional entre o Brasil e Cabo Verde.</p> <p>05 de Agosto: Concessão de “Agrément” ao Embaixador da República do Cabo Verde no Brasil, Senhor Luís Antônio Valadares Dupret. Abertura da embaixada de Cabo Verde em Brasília.</p>
<b>2003</b>	<p>Junho: Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires.</p> <p>Outubro: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro José Maria Neves.</p>
<b>2004</b>	<p>Julho: Visitou Cabo Verde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Dezembro: Visita a Cabo Verde do Ministro da Cultura, Gilberto Gil.</p>
<b>2005</b>	<p>Janeiro: Visita a Cabo Verde do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.</p> <p>Agosto: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro José Maria Neves.</p> <p>Outubro: Visita ao Brasil do Presidente Pedro Verona Pires.</p>
<b>2006</b>	<p>Abril: Voo da Força Aérea Brasileira para países africanos (para Cabo Verde, envio de equipamentos e material para o Centro de Formação Profissional instalado pelo SENAI em Praia, material educativo para o projeto "Escola para Todos").</p> <p>Junho: Assinatura de Ajuste complementar para apoio à implantação da Universidade de Cabo Verde.</p> <p>Julho: Participação do Presidente Pedro Pires na Cúpula dos Intelectuais da África e da Diáspora (Salvador).</p> <p>Julho: Instalação do Centro Profissional do SENAI em Praia.</p>
<b>2007</b>	<p>Outubro: Brasil e Cabo Verde assinaram protocolo bilateral estabelecendo cooperação brasileira com vistas ao ingresso de Cabo Verde na OMC.</p>
<b>2008</b>	<p>Janeiro: Curso sobre negociações comerciais para países da CPLP.</p> <p>Março: Abertura da Escola Internacional de Futebol de Brasília e lançamento do primeiro Curso de Técnicos de Futebol da CPLP.</p> <p>Março: Início das atividades do Centro Cultural Brasil-Cabo Verde.</p> <p>Maior: Missão parlamentar brasileira, composta por membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal visita Cabo Verde.</p> <p>Junho: Chanceler Victor Borges faz viagem ao Brasil, passando por Brasília, São Paulo e Fortaleza. Assinatura de Memorando de Entendimento para consultas sobre cooperação, projeto para implantação de banco de leite humano, fortalecimento da atenção primária à saúde, fortalecimento do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e capacitação técnica.</p> <p>Junho: Visita do Ministro Celso Amorim a Cabo Verde.</p> <p>Julho: Cabo Verde é admitido na OMC.</p> <p>Setembro: Visita de trabalho do Chanceler Victor Borges.</p> <p>Outubro: Curso sobre Cooperação Internacional para os Estados Membros da CPLP.</p> <p>Novembro: Missão empresarial brasileira visitou Cabo Verde e a FIC 2008.</p> <p>Dezembro: Visita do MRE Celso Amorin à Cabo Verde- Encontro Bilateral.</p>
<b>2009</b>	<p>Março: Reunião Extraordinária da CPLP em Praia para discutir a situação em Guiné-Bissau. Encontro paralelo do Chanceler Celso Amorim com a Ministra das Finanças cabo-verdiana Cristina Duarte.</p> <p>Abril: Chanceler José Brito visitou o Brasil.</p> <p>Maior: Viagem da Ministra das Finanças, Cristina Duarte, ao Brasil.</p> <p>Maior: Visita oficial do Ministro Nelson Jobim a Cabo Verde.</p> <p>Julho: XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Praia.</p> <p>Julho: Viagem oficial do Ministro Celso Amorim a Praia.</p> <p>Julho: I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação.</p> <p>Novembro: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves.</p> <p>Outubro: Visita de trabalho do PM José Maria Neves, de Cabo Verde.</p>
<b>2010</b>	<p>19/Março – Visita a Cabo Verde do MRE Celso Amorin – Visita de trabalho.</p> <p>Julho: Visita do Presidente Lula a Cabo Verde - Na ocasião, além de encontrar-se com o Presidente Pedro Pires, o Presidente Lula participou da primeira Cúpula entre o Brasil e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).</p>

**APÊNDICE B: Cronologia das Relações Brasil-Guiné-Bissau (1975/2010)**

<b>ANO</b>	<b>EVENTOS PRINCIPAIS</b>
<b>1961</b>	Criação do Consulado Honorário brasileiro em Bissau, subordinado ao Consulado Geral de Lisboa.
<b>1974</b>	Julho: Brasil reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau. Setembro: Criada a embaixada brasileira em Bissau.
<b>1975</b>	Comissário de Estado dos Negócios Exteriores bissau-guineense Victor Maria Saúde visitou o Brasil.
<b>1976</b>	Março-abril: Primeira missão governamental Bissau-guineense visitou o Brasil. Junho: Primeira missão técnica brasileira visitou Bissau.
<b>1977</b>	Novembro: Visita ao Brasil do Secretário executivo da Pesca Bissau-guineense, Joseph Turpin.
<b>1978</b>	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica
<b>1980</b>	Visita ao Brasil do Comissário bissau-guineense dos Transportes, Manuel Santos. Junho: Chanceler Saraiva Guerreiro visitou Bissau. Presidente Luis Cabral visitou o Brasil. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau.
<b>1981</b>	Março: II Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, em Brasília.
<b>1983</b>	III Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau. Novembro: Presidente Figueiredo visitou a Guiné-Bissau.
<b>1984</b>	Julho: Presidente Nino Vieira visitou o Brasil.
<b>1989</b>	Reunião dos Chefes dos Países de Língua Portuguesa, em São Luis-Maranhão. Criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.
<b>1990</b>	Março: Presidente Nino Vieira visitou o Brasil.
<b>1994</b>	Apoio técnico brasileiro na realização das eleições na Guiné-Bissau.
<b>1996</b>	Julho: Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
<b>1997</b>	09 a 11 de Julho: Visita do Presidente Nino Vieira ao Brasil. Assinatura de Acordo de Cooperação na área do Turismo. 17 e 18 de Julho: Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, em Salvador. IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau.
<b>1998</b>	18 de Junho: Declaração dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP sobre a situação na Guiné-Bissau e declarações do MRE sobre situação de brasileiros no território guineense. 16 e 17 de Julho: II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Praia.
<b>1999</b>	05 de Fevereiro: Declaração do MRE sobre o Processo de Paz na Guiné-Bissau. 16 de Abril: Doação de medicamentos e vacinas contra a Meningite à Guiné Bissau. Missão governamental guineense visitou o Brasil. Apoio técnico brasileiro na realização das eleições na Guiné-Bissau.
<b>2000</b>	30 de Janeiro e 1º de Fevereiro: I Conferência de Mulheres da CPLP sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento, em Salvador. 20 de Julho: III Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo. 19 de Outubro: I Reunião da Comissão Nacional de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CNA/CPLP), em Brasília. 07 a 09 de Setembro: IV Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa, em Brasília. Missão técnica brasileira em Bissau, na área de Telecomunicações. Apoio técnico brasileiro na realização das eleições na Guiné-Bissau.
<b>2001</b>	Janeiro: Assinatura do Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação em Ciência e Tecnologia na área da saúde, para programa de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis. 25 de Maio: III Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e dos Assuntos Parlamentares da CPLP, em Brasília.
<b>2002</b>	Março: Missão técnica brasileira foi à Bissau, para capacitar quadros da Cia. Agrícola da

- 
- Guiné-Bissau.  
31 de Julho 1º de Agosto: IV Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Brasília.  
31 de Julho: Assinatura dos Ajustes Complementares nas áreas de Formação Profissional (Centro de Formação Profissional) e Agricultura (Cultivo do Arroz Irrigado) entre Brasil e Guiné Bissau.  
Missão governamental guineense visitou o Brasil.
- 2003** Janeiro: Visita do Primeiro-Ministro Marco Antonio Pires ao Brasil.  
11 de Março: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.  
14 de Setembro: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.
- 2004** 8 de Abril: Nota o MRE sobre eleições na Guiné Bissau.  
6 de Outubro: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.  
29 de Novembro: Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP sobre a situação na Guiné-Bissau, em Lisboa.
- 2005** 18 de Janeiro: Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à República da Guiné-Bissau.  
13 de Abril: Visita do Presidente Lula da Silva à Guiné-Bissau.  
17 de Junho: Apoio brasileiro às eleições presidenciais na Guiné-Bissau (informatização dos dados do recenseamento eleitoral na Guiné-Bissau e cessão de 25 computadores à CNE).  
20 de Julho: X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Luanda. Resolução sobre a Guiné-Bissau.  
16 de Agosto: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.
- 2006** 22 de Março: Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau, António Isaac Monteiro.  
7 de Abril: Voo da Força Aérea Brasileira a países africanos, inclusive Guiné-Bissau.  
12 a 17 de Julho: VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e reuniões preparatórias em Bissau, com forte apoio do Governo Brasileiro.
- 2007** 28 de Março: Nota do MRE sobre incidente na UnB com estudantes da Guiné-Bissau.  
30 de Março: Memorando de Entendimento para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Guiné-Bissau e o Governo dos Estados Unidos da América sobre o Fortalecimento Legislativo da Guiné-Bissau.  
13 e 14 de Novembro: Visita ao Brasil do Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira. Assinatura do Memorando de entendimento para consultas políticas entre o Brasil e a Guiné-Bissau, Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau"; para Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau"; para Implementação do Projeto "Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau".  
20 de Dezembro: Brasil é escolhido para coordenar a configuração da Comissão de Construção de Paz (CCP) da ONU para a Guiné-Bissau.
- 2008** 25 de Janeiro: Curso sobre negociações comerciais para países da CPLP.  
07 de Março: Assistência humanitária a Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Zâmbia (doadas 2,2 toneladas de antimaláricos para Guiné-Bissau).  
17 de Março – Abertura da Escola Internacional de Futebol de Brasília e lançamento do primeiro Curso de Técnicos de Futebol da CPLP.  
Abril: Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Guiné-Bissau.  
Maio: Visita de missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.  
Julho: Apoio brasileiro às eleições legislativas na Guiné-Bissau (Brasil enviou missão técnica do Tribunal Superior Eleitoral e observadores eleitorais em Missão da CPLP).  
11 de Agosto: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.  
13 a 17 de Outubro: Curso sobre Cooperação Internacional para os Estados Membros da CPLP.
-

- 
- 16 de Novembro: Nota do MRE sobre eleições legislativas na Guiné-Bissau (Brasil enviou observador eleitoral em Missão da CPLP).
- Dezembro de 2008: Visita da Ministra da Justiça, Carmelita Pires, ao Brasil.
- 2009** 2 de Março: Nota do MRE sobre o assassinato do presidente João Bernardo “Nino” Viera, na Guiné Bissau.
- 5 de Junho: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.
- 29 de Junho e 30 de julho: Nota sobre eleições presidenciais na Guiné-Bissau.
- 25 de Outubro: Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Guiné-Bissau.
- 07 de Dezembro: Assinatura de Ajuste complementar no setor de segurança.
- 2010** 25 de Março: Assinatura de Ajuste complementar para implantação do registro Civil de Nascimento na Guiné-Bissau.
- 1 de Abril: Nota do MRE sobre a situação na Guiné-Bissau.
- 29 de Maio: Assinatura do Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica e científica para implementação do projeto “Jovens Lideranças para multiplicação de boas práticas socioeducativas”.
- 04 de Julho: Visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva a Guiné-Bissau. Assinatura de Projeto para promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação Bissau-guineense.
- 22 e 23 de Julho: VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda.
- 11 de Agosto: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da Guiné-Bissau, Adelino Mano Queta.
- 23 de Agosto: Guiné-Bissau enviou missão ao Brasil para conhecer a estrutura e o funcionamento da Coordenação Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento da Secretaria de Direitos Humanos.
- 24 a 27 de Agosto: Visita ao Brasil do Presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá – Brasília e Fortaleza. Assinatura dos ajustes complementares ao acordo básico de cooperação técnica e científica para Programa de combate ao HIV/SIDA, Projeto “fortalecimento e capacitação técnica das instituições de saúde para atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência baseada em gênero e promoção de saúde”, do Acordo sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, Memorandos de entendimento sobre cooperação no campo da agricultura e da pesca e aqüicultura e em matéria de educação superior.
-

**APÊNDICE C: Cronologia das Relações Brasil-São Tomé e Príncipe (1975/2010)**

<b>ANO</b>	<b>EVENTOS PRINCIPAIS</b>
<b>1975</b>	12 de Julho: Presidente Geisel reconheceu a independência da República de São Tomé e Príncipe. 31 de Dezembro: Criada a embaixada brasileira em São Tomé, cumulativa com Abuja.
<b>1979</b>	Outubro: Embaixada brasileira em São Tomé passou a ser cumulativa com Luanda.
<b>1980</b>	Abril-Maio: Primeira missão técnica brasileira visitou São Tomé e Príncipe. Maio: Ministro são-tomense da Agricultura Arlindo Gomes visitou o Brasil.
<b>1982</b>	Maio: Ministro são-tomense da Agricultura Arlindo Gomes visitou o Brasil.
<b>1984</b>	Junho: Visita da Ministra são-tomense de Negócios Estrangeiros Maria do Nascimento da Graça Amorim ao Brasil. Assinatura dos Acordos Cultural e Básico de Cooperação Científica e Técnica.
<b>1985</b>	Abril: Missão governamental são-tomense liderada pelo Ministro Carlos Tiny visitou o Brasil.
<b>1987</b>	Dezembro: Revisão do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
<b>1989</b>	Reunião dos Chefes dos Países de Língua Portuguesa, em São Luis-Maranhão. Criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.
<b>1990</b>	Envio de técnicos da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública para São Tomé, para prevenir a Malária.
<b>1996</b>	Julho: Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
<b>1997</b>	Agosto: Missão do MEC brasileiro foi à São Tomé para iniciar projeto referente à educação básica. Setembro: Membros da ABC e FIOCRUZ visitam São Tomé e Príncipe para mapear demandas na área de recursos humanos na saúde.
<b>1998</b>	Julho: II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Praia.
<b>2000</b>	Julho: III Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo. 07 a 09/Setembro – IV Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa, em Brasília (Nota n.º. 396) 19 de Outubro: Primeira Reunião da Comissão Nacional de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CNA/CPLP), em Brasília. 20 de Novembro: Visita do Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros E Cooperação de São Tomé e Príncipe, Joaquim Rafael Blanco. (Notas n.º. 549 e 559)
<b>2001</b>	25 de Maio: III Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e dos Assuntos Parlamentares da CPLP, em Brasília. Julho: Visita do diretor da ABC, Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky a São Tomé. Assinatura dos Ajustes complementares na área de Educação (Bolsa-Escola e Alfabetização Solidária).
<b>2002</b>	Maio: Embaixada brasileira em São Tomé passou a ser cumulativa com a de Libreville. 31 de Julho e 1º de Agosto: IV Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Brasília.
<b>2003</b>	18 de Março: Reabertura da Missão Diplomática brasileira em São Tomé e Príncipe. 1º a 10 de Maio: Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim à São Tomé e Príncipe. Julho: Envio de Missão dos Bons Ofícios a São Tomé, constituída no âmbito da CPLP e sob presidência do Chanceler Celso Amorim, naquele momento. Novembro: Visita oficial do Presidente Lula da Silva a São Tomé e Príncipe. Assinatura de Acordo de cooperação esportiva, na área da saúde, implantação do projeto Brasil Escola, emenda ao projeto Alfabetização solidária, extensão rural e setor petrolífero.
<b>2004</b>	Junho: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ovídio Pequeno e do Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes ao Brasil.

	<p>Julho: Doação do Brasil a São Tomé e Príncipe (cheque no montante de US\$ 500 mil para completar o orçamento da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP). Visita do Presidente Lula da Silva a São Tomé e Príncipe, para Cúpula da CPLP .</p>
<b>2005</b>	<p>Abril: Visita de trabalho do Ministro de Negócios Estrangeiros Ovídio Pequeno.          Julho: X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Luanda.          04 de Agosto: Visita de trabalho ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros Ovídio Pequeno.          18 de Agosto: Visita Oficial ao Brasil do Presidente são-tomense Fradique de Menezes.</p>
<b>2006</b>	<p>Junho: VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e reuniões preparatórias, em Bissau.          Outubro e novembro: Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Nacional Eleitoral e da Presidente do Supremo Tribunal de Justiça daquele país de São Tomé e Príncipe, para acompanhar as eleições brasileiras.</p>
<b>2007</b>	<p>Março: Visita Oficial ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros Carlos Gustavo dos Anjos.          Novembro: XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa.</p>
<b>2008</b>	<p>Janeiro: Curso sobre negociações comerciais para países da CPLP .          Março: Abertura da Escola Internacional de Futebol de Brasília e lançamento do primeiro Curso de Técnicos de Futebol da CPLP.          Março: Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros – Centro Cultural Guimarães Rosa em São Tomé.          Maio: Visita do Ministro Celso Amorim a São Tomé.          Julho: VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa.          Outubro: Curso sobre Cooperação Internacional para os Estados Membros da CPLP.          Visita de Missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a São Tomé e Príncipe.</p>
<b>2009</b>	<p>Janeiro: Visita oficial ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros Carlos Tiny. Assinatura de Memorandos sobre cooperação na área de pesca, aquicultura e a V fase do programa alfabetização solidária.          Março: Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Rafael Branco.          Julho: XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Praia.</p>
<b>2010</b>	<p>Fevereiro: Visita de trabalho do Ministro de Negócios Estrangeiros Carlos Tiny ao Brasil.          Março: Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Brasília.          Julho: VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda.          Novembro: Visita ao Brasil do Ministro da Defesa de São Tomé e Príncipe, Carlos Stock.</p>

## APÊNDICE D: Embaixadores brasileiros em Praia, Bissau e São Tomé (1975/2010)

<b>Chefe</b>	<b>Assunção</b>	<b>Saída</b>	<b>Posto</b>
<b>Maria Dulce Silva Barros</b>	2007	Esteve até o final do período estudado.	Embaixada em Praia
<b>Vitor Candido Paim Gobato</b>	2002	2007	Embaixada em Praia
<b>Romeo Zero</b>	1995	2001	Embaixada em Praia
<b>Nuno Alvaro Guilherme d'Oliveira</b>	1991	1995	Embaixada em Praia
<b>Laura Malcher de Macedo</b>	1985	1988	Embaixada em Praia
<b>Fernando Buarque</b>	1981	1985	Embaixada em Praia
<b>Joayrton Martins Cahu</b>	1975	1981	Embaixada cumulativa com Bissau
<b>Chefe</b>	<b>Assunção</b>	<b>Saída</b>	<b>Posto</b>
<b>Jorge Geraldo Kadri</b>	2008	Esteve até o final do período estudado.	Embaixada em Bissau
<b>João Batista Cruz</b>	2005	2008	Embaixada em Bissau
<b>Arthur Vivacqua Correa Meyer</b>	1999	2005	Embaixada em Bissau
<b>Marcelo Didier</b>	1991	1996	Embaixada em Bissau
<b>Júlio Gonçalves Sanchez</b>	1989	1991	Embaixada em Bissau
<b>Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos</b>	1986	1989	Embaixada em Bissau
<b>Affonso Celso de Ouro Preto</b>	1983	1985	Embaixada em Bissau
<b>Raimundo Nonnato Loyola de Castro</b>	1981	1985	Embaixada em Bissau
<b>Joayrton Martins Cahu</b>	1975	1981	Embaixada cumulativa com Praia
<b>Chefe</b>	<b>Assunção</b>	<b>Saída</b>	<b>Posto</b>
<b>Arthur Vivacqua Correa Meyer</b>	2009	Esteve até o final do período estudado.	Embaixada em São Tomé
<b>Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior</b>	2006	2009	Embaixada em São Tomé
<b>Paulo Dyrceu Pinheiro</b>	2003	2006	Embaixada em São Tomé
<b>Tomas Maurício Guggenheim</b>	2002	2003	Embaixada em Libreville cumulativa com São Tomé
<b>Jorge D'Escragnolle Taunay Filho</b>	1999	2002	Embaixada em Luanda cumulativa com São Tome
<b>Alexandre Addor Neto assumiu a embaixada</b>	1996	1999	Embaixada em Luanda cumulativa com São Tome
<b>Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos</b>	1992	1996	Embaixada em Luanda cumulativa com São Tome
<b>Paulo Dyrceu Pinheiro</b>	1986	*	Embaixada em Luanda cumulativa com São Tome
<b>Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto</b>	1982	*	Embaixada em Luanda cumulativa com São Tome
	1979	2002	Embaixada em Luanda cumulativa com São Tomé
	1975	1979	Embaixada em Abuja cumulativa com São Tomé

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes na documentação diplomática analisada, Portal de Legislação do Senado Federal (SICON) e lista parcial obtida na Seção de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília .

\* Refere-se à ano/data não encontrada na documentação diplomática analisada.